

T 104

O TESTE DE RORSCHACH NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: FUNDAMENTAÇÃO, VALIDADE E ESTUDO NORMATIVO NA POPULAÇÃO PORTUGUESA

António Abel Pires



Dissertação apresentada às Provas de
Aptidão Pedagógica e Capacidade
Científica, sob a orientação da Prof.
Doutora Maria Isolina Pinto Borges

Outubro 1987

CENTRO DE PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DA CRIANÇA

Direcção: Prof. Maria Isolina Pinto Borges
Prof. Joaquim Belo Bairrão Ruivo

À Prof. Doutora Maria Isolina Pinto Borges na sua qualidade de supervisora deste trabalho e enquanto regente da cadeira de Diagnóstico Psicológico em que me iniciei como docente na Faculdade.

Ao Prof. Doutor Danilo Silva, cuja experiência no teste de Rorschach nos ajudou através dos seus conselhos.

Ao Doutor Leandro Almeida pelo apoio prestado na parte empírica deste estudo.

Aos colegas do C.P.D.E.C. e restantes colegas da Faculdade pelo estímulo que sempre manifestaram em relação aos meus trabalhos. Aos licenciados em Psicologia que colaboraram na administração e cotação do Rorschach (Armanda Castro, Carlos Fragão, Fátima Moraes, Graça Milhazes, Jorge Santos, Romana Bui e Suzana Cardoso). Aos sujeitos que integraram a amostra deste trabalho.

Agradeço também ao INIC que através do Centro de Psicologia da Universidade do Porto - Linha de Acção nº 1, subsidiou este trabalho

Por último o meu agradecimento aos funcionários da Faculdade que acompanharam a redação e duplicação deste trabalho.

António Abel Pires

À Gracinda

A sua "projecção" neste trabalho tornou agradável o enfrentar dos desafios a que nos propusemos.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - APRESENTAÇÃO HISTÓRICA DO TESTE DE RORSCHACH	2
1. H. Rorschach e o seu teste	7
2. A divulgação do teste de Rorschach na América	13
3. O desenvolvimento do teste de Rorschach na Europa	18
CAPÍTULO II - A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DAS TÉCNI- CAS PROJECTIVAS	20
1. A teoria da aprendizagem	21
2. A teoria psicanalítica	28
3. A teoria da percepção	40
4. A teoria cognitiva	45
5. A teoria do campo	50
6. A teoria do desenvolvimento	53
7.. A projecção e as técnicas projectivas	61
7.1. Antes da psicanálise	62
7.2. Definição do conceito de projecção pela psicanálise	63
7.3. Introdução do conceito de projecção nas técnicas projectivas	65
8. Conclusão	71

CAPÍTULO III - OBJECTIVIDADE E VALIDADE DO RORSCHACH	74
1. O "fracasso" da validação psicométrica do Rorschach	75
2. As condições de utilização e a validade do Rorschach	80
2.1. Novas perspectivas de validação	90
3. As sondagens sobre a utilização do Rorschach em Psicologia	
Clínica	91
4. Validade psicométrica versus validade clínica	97
5. O sistema integrativo do Rorschach de Exner	101
6. Novas perspectivas de utilização do Rorschach	107
6.1. O Rorschach como entrevista terapêutica	107
7. Conclusão	109
CAPÍTULO IV - ESTUDO NORMATIVO NA POPULAÇÃO	
PORTUGUESA	113
1. A necessidade de estudos normativos do Rorschach	
em Portugal	114
2. Objectivos deste trabalho normativo em Portugal	117
3. A metodologia usada	118
3.1. Instrumento	119
3.2. Amostra	120
3.3. Discussão das variáveis	121
a. Localização geográfica	121
b. Idade	122
c. Nível de escolaridade	123
d. Normalidade	124
3.4. Distribuição da amostra	125
3.5. Aplicação/administração do teste	128

3.6. Cotação utilizada	131
a. Modos de apreensão	131
b. Determinantes	133
c. Respostas conteúdo	135
d. Respostas banais	135
e. O inquérito	136
4. Resultados: Apresentação e discussão	137
4.1. Análise das respostas no conjunto das placas	137
4.2. As respostas Forma	140
4.3. Distinção entre respostas D e Dd	141
4.4. Listagem de respostas F por placa	142
4.5. Respostas banais	166
CAPÍTULO V - CONCLUSÃO GERAL	171
BIBLIOGRAFIA	177
ANEXOS	195

INTRODUÇÃO

Devido à grande utilização do teste de Rorschach na clinica, à experiência pessoal nesta técnica e à importância que lhe atribuímos no quadro da formação dos futuros psicólogos, sentimo-nos estimulados a desenvolver este projecto como resposta a constatações várias da prática psicológica no nosso País.

Em primeiro lugar, constata-se que em Portugal, a maioria dos utilizadores do Rorschach utiliza o sistema de análise dos protocolos da escola de língua francesa. Tal pode ser atribuído, em grande parte, ao facto de que os utilizadores e formandos neste teste foram formados por autores de língua francesa. Acresce, ainda, que este sistema de cotação tem sido dominante na Europa. Da nossa experiência com esta técnica, o que nos parece mais grave, é a falta de estudos normativos com base na população portuguesa: Contactos efectuados ao nível dos docentes das três Faculdades de Psicologia e de Ciências da Educação e do Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) e numa consulta das publicações nacionais, neste domínio permitiram-nos encontrar um estudo normativo sobre as banalidades junto de uma amostra de estudantes do Ensino Superior da zona de Lisboa (Fernandes, 1987).

Esta falta de estudos normativos sobre a população portuguesa, leva-nos a reflectir sobre o rigor na utilização do Rorschach em Portugal (Pires, 1987). Os utilizadores nacionais desta prova, além de se basearem sobre dados normativos estrangeiros tomando como base as respostas de indivíduos vivendo noutra espaço geográfico-cultural e utilizadores de uma língua diferente, estão neste momento a recorrer a dados normativos que foram já obtidos entre as décadas de 40 e 60 (Beizmann, 1966).

Quando se constata a mudança ao nível de organização da sociedade e os avanços tecnológicos, o impacto dos novos meios de informação, tanto na Europa como em Portugal, somos tentados a pensar na desactualização desses mesmos dados normativos.

Olhando a estes dois aspectos, e sobretudo à falta de dados normativos na população portuguesa, formulámos a hipótese da diferença dos dados normativos da população portuguesa devido às diferenças sócio-culturais de Portugal em relação à Europa. Neste contexto o recurso aos parâmetros estrangeiros estaria a induzir-nos em erro no tratamento que se deseja o mais rigoroso possível da informação psicológica obtida pelo Rorschach. Esta hipótese parece aliás justificada pelo facto de Beck ter encontrado diferenças entre os dados normativos de 1937 e 1961 (Beizmann, 1966). Em estudos conduzidos na Europa, Beizmann e Loosli-Usteri constataram também algumas diferenças em relação às listas de Beck.

A nossa hipótese é testada inicialmente na região do Grande Porto com uma amostra de 100 sujeitos, com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos e estratificados em função do nível de escolaridade. Nesta primeira fase pretendemos efectuar o estudo estatístico das localizações - distinção entre D e Dd, a lista das respostas F+ (diferenciação entre F+ e F-), a lista de Banalidades e as percentagens dos dados do psicograma tais como os

tempos de latência e total por placa, a frequência dos modos de apreensão, determinantes e conteúdos.

A par deste estudo empírico pretendemos neste trabalho aumentar a nossa própria compreensão do teste e do seu valor em termos de psicodiagnóstico. Num primeiro capítulo fazemos a apresentação histórica do teste, seja tomando a experiência clínica do seu autor sejam os novos desenvolvimentos desta técnica em termos de Escolas de cotação da prova nos diversos países (particularmente nos Estados Unidos e em França). O segundo e o terceiro capítulos prendem-se mais directamente com uma fundamentação teórica desta técnica.

Assim, no segundo capítulo abordam-se os aspectos de fundamentação teórica, mais concretamente quanto à forma como os diferentes modelos de psicologia encararam esta prova e como tentaram teorizar os processos de administração, vivência do sujeito e o processo da interpretação das respostas.

A reflexão sobre a fundamentação teórica desta prova deveu-se em larga medida ao nosso interesse particular pela polémica em torno da validade desta prova (Pires, 1986). O terceiro capítulo é dedicado concretamente a este problema.

Na revisão bibliográfica sobre a problemática da validade optamos por uma abordagem cronológica: uma primeira fase da década de 40 até inícios da década de 70 e uma segunda fase desde a década de 70 até aos nossos dias. Para a primeira fase baseamo-nos bastante sobre a revisão já efectuada pelo Prof. Danilo Silva da Faculdade de Psicologia de Lisboa (Silva, 1983) e sobre outros autores. Para a segunda fase baseamo-nos em trabalhos publicados e que nos foram listados através de duas pesquisas bibliográficas

por computador, uma junto do banco de dados PASCALE, do C.N.R.S. - França, e outra especificamente sobre estudos de validade através do terminal do INIC, junto do banco de dados americano PSYCINFO.

Enquanto os estudos e revisões da primeira fase concluíam com críticas muito negativas salientando a falta de validade e a não utilidade do Rorschach, os estudos a partir da década de 70 mostram um questionamento da metodologia da utilização e conseqüente alteração devido à especificidade desta prova. Salientam neste último caso que a metodologia a utilizar deve tomar em consideração que os estudos da validade com o Rorschach não podem orientar-se pelos mesmos modelos dos estudos de validade dos testes de inteligência ou dos questionários. A especificidade e a complexidade deste teste, aliadas às particularidades que advêm da sua utilização maioritária no contexto clínico, justificam uma reorientação metodológica quando se pretende analisar os estudos feitos com esta técnica ou programar trabalhos especificamente orientados para a análise da validade dos resultados.

Esta reflexão sobre a metodologia conduziu a um maior conhecimento do teste, à necessidade de uma utilização mais rigorosa e ao enriquecimento da reflexão sobre a prática clínica e a avaliação da personalidade. Tudo isto fez com que o "panorama negro" vaticinado pelos críticos do final da década de 60 não se verificasse e, antes pelo contrário, levasse a um certo "renascimento" do Rorschach. Isto enquadra-se na constatação do não declínio na sua utilização e no aumento significativo de publicações sobre o mesmo.

Para esta nova "pujança" do Rorschach, contribuiu em larga medida a divulgação da obra de Exner que, baseado em estudos muito vastos e impondo um sistema unificado nos Estados Unidos, fez com que houvesse uma "linguagem comum" (o sistema unificado) entre utilizadores e

investigadores do Rorschach. Novos estudos sobre a validade desta técnica, agora com resultados positivos, e uma nova perspectiva da investigação sobre os aspectos perceptivo-cognitivos do Rorschach, tais como o processo de resposta, tornaram-se possíveis.

A concluir, gostaríamos de salientar que o trabalho normativo agora iniciado na população portuguesa tem a ambição de ser continuado no futuro. Em primeiro lugar esse projecto contemplará uma análise estatística mais diversificada pela exploração de outros parâmetros das respostas. Em segundo lugar atender-se-á nesse projecto a uma amostra mais alargada a outros estudos etários e a outras zonas geográficas do País como forma desses estudos poderem cobrir a população adulta nacional.

CAPÍTULO I

APRESENTAÇÃO HISTÓRICA DO TESTE DE RORSCHACH

Na introdução ao nosso trabalho, procuramos fazer um breve resumo histórico do autor do teste de Rorschach, da sua elaboração, da divulgação ao nível mundial através de três pólos de desenvolvimento, o tradicionalista suíço, o inovador americano e o pólo conciliador dos autores língua francesa.

Pareceu-nos importante traçar o processo de divulgação e investigação do Rorschach nos Estados Unidos, na medida em que isto influenciou ao nível mundial o desenvolvimento desta prova. Para este traçado histórico americano baseamo-nos bastante em Exner (1980; 1986) e Hertz (1986).

Mencionámos também os principais autores de língua francesa, devido à importância que tiveram nos países europeus e à divulgação deste teste em Portugal que, apesar de ainda bastante limitada, ter-se-á incrementado com o aparecimento das Faculdades de Psicologia.

1. H. RORSCHACH E O SEU TESTE

Hermann Rorschach foi psiquiatra em Zurique e morreu em 1922 com 38 anos, um ano após a publicação do seu teste, com o título: "Psicodiagnóstico: Método e resultados de uma experiência de diagnóstico baseada na percepção (Interpretação livre de formas fortuitas)". Deve acrescentar-se que o título "Psicodiagnóstico" foi imposto pelos editores por razões comerciais.

Para explicar a "história" do teste de Rorschach, todos os autores fazem uma grande referência à biografia do seu "inventor" Hermann Rorschach, designadamente ao facto de ser filho de um professor de desenho, de possuir qualidades artísticas e de ter hesitado entre a vida artística e a medicina.

Estes e outros aspectos biográficos de Hermann Rorschach são importantes para explicar a génese e o processo de elaboração deste instrumento, mas há outros factores que podem ajudar a compreender porque é que este autor se orientou para este domínio. Entre estes salientamos o contacto com Bleuler e Jung, as teorias psicanalíticas e o seu conhecimento das provas de manchas de tinta.

Uma das influências mais marcantes para H. Rorschach foi a sua ligação com a Escola do Burghölzli, a clínica universitária de Zurique, orientada por Eugen Bleuler, o introdutor do termo de esquizofrenia e que lhe deu um renome mundial. Uma das personalidades mais importantes desta Escola era Carl-Gustav Jung, assistente de Bleuler, psicanalista (depois

dissidente) e autor do Teste de Associação de Palavras, considerado pelos autores como um dos antepassados dos testes projectivos e, em torno do qual, se desenvolvia uma grande actividade de investigação numa perspectiva psicopatológica nessa Escola.

Os trabalhos sobre o teste de associação eram o fruto de várias influências, dos "complexos afectivos" de Ziehen e das ideias de Freud, sendo a consequência imediata do desenvolvimento do método das associações livres do fundador da psicanálise. Na prática, no Burghölzli, este teste foi utilizado para o estudo semiológico e diagnóstico das perturbações mentais (Jung), para avaliar a inteligência (K. Wehrlin), para investigar os conteúdos da personalidade (Jung, Riklin) ou como auxiliar da psicanálise (Jung).

O contacto de H. Rorschach, nesta época com o Burghölzli e principalmente com Jung, influenciou-o certamente para a elaboração do Psicodiagnóstico. A ideia da exploração da personalidade através da análise das reacções do sujeito a um estímulo e a possibilidade de utilização dos resultados em múltiplas perspectivas estavam no centro do teste de associação (aliás no teste de Rorschach vamos encontrar a influência da tipologia de Jung).

H. Rorschach interessou-se pela psicanálise, foi psicanalista sem ter sido analisado, frequentou o grupo psicanalítico de Zurique de 1909 a 1913 (Bleuler, Jung, Maeder, Binswanger, Pfister), e publicou em 1913 no *Zentralblatt für Psychoanalyse*, três trabalhos: A escolha do amigo no neurótico, Análise de um desenho esquizofrénico e Observações analíticas

sobre a pintura de um esquizofrênico (Pichot, 1984).

É preciso salientar que o interesse pela psicanálise estava em voga nos meios psiquiátricos suíços e que as concepções aí adoptadas eram às vezes pouco ortodoxas (Pichot 1984). Em consonância com isto, mais tarde Bleuler e Jung romperam as relações com Freud.

Em 1919, quando foi fundada a Sociedade Suíça de Psicanálise (depois da dissidência de Jung), H. Rorschach foi vice-presidente. Contudo a sua posição em relação a esta corrente era ambígua como se depreende de uma carta escrita em 1919 ao seu amigo Walter Morgenthaler: "Em Viena, brevemente se irá explicar analiticamente a rotação da terra. É contra isto e contra a atitude papal que procura infiltrar-se desde Viena que se deve fazer frente, senão apenas restará um catecismo cheio de dogmas. Creio que os médicos que conhecem outros métodos em relação aos quais têm uma boa consideração científica deveriam educar a psicanálise" (citado por Pichot, 1984).

Pode-se levantar a hipótese que H. Rorschach teria publicado o Psicodiagnóstico também com alguns intuitos de "educar a psicanálise". Aliás no texto do Psicodiagnóstico não chega a fazer qualquer alusão às ideias psicanalíticas, apesar da importância desta corrente e da posição que ocupava na Sociedade Suíça de Psicanálise.

Entre as influências específicas que orientaram H. Rorschach para o material que utilizou na construção de uma prova para exploração da personalidade, convém salientar as suas capacidades artísticas como desenhador. Como psiquiatra interessou-se sempre pelas produções artísticas dos doentes e também pela utilização das produções patológicas como

expressão das perturbações da personalidade (o.c., 1913).

Este interesse pelos desenhos de doentes existia nos meios psiquiátricos da época. Por exemplo, quando H. Rorschach chegou ao hospital de Waldau, Morgenthaler tinha iniciado uma colecção de desenhos de doentes. Foi no hospital de Herisau, principalmente a partir de 1915, que H. Rorschach se interessou mais especificamente pela produção verbal do doente em relação ao desenho realizado ou a realizar.

Além destas influências específicas, convém não esquecer a história da utilização das manchas de tinta. Mesmo em relação ao conceito de projecção ele existia já em Jung e nos seus discípulos na detecção dos "complexos" a partir das associações em relação a garatujas sem sentido realizadas pelo doente (Pfister, 1913).

Em relação ao teste de manchas de tinta, convém salientar que Binet e Henri publicaram em 1895 na revista *Année Psychologique* um teste de manchas para explorar a imaginação. Em consequência desta publicação, vários psicólogos tentaram elaborar testes deste tipo (Anzieu, 1976). Tomando este autor, de entre esses psicólogos podem referir-se os nomes de: Dearborn (1897), Dearborn, Kirkpatrick & Sharp (1898 - 1900), Whipple (1910) nos Estados Unidos; Rybakoff (1910) na Rússia; e Bartlett (1916) na Inglaterra.

Provou-se que Rorschach não conheceu a obra dos seus predecessores, mas foi muito estimulado pela tese de medicina do estudante polaco Szymon Hens (1917) que tinha concluído os seus estudos na clínica de Bleuler (Exner, 1986). Na sua tese, esse autor utilizou oito placas de manchas

de tinta e testou 1000 crianças, 100 adultos normais e 100 psicóticos com a finalidade de investigar a imaginação dos sujeitos através da análise do conteúdo das respostas. Nas conclusões, Hens colocava algumas questões muito importantes para Rorschach sobre o significado da interpretação da totalidade ou dos detalhes das placas, sobre a possível influência da cor (pois as suas placas eram só a preto e branco) e sobre a possibilidade de esta técnica poder servir para o diagnóstico da psicose.

H. Rorschach, durante uma dezena de anos, além de se interessar pela produção e a verbalização dos doentes, foi construindo várias séries de placas que apresentava a doentes e a indivíduos normais do seu meio (enfermeiras, estudantes, crianças). Foi a partir destes estudos empíricos que operou a selecção das placas que compõem hoje este teste.

Em relação à utilização anterior deste tipo de material como exploração da imaginação, o mérito de H. Rorschach está em ter sido capaz de fazer a síntese de um método já conhecido (as manchas de tinta) e dos conceitos derivados de Jung e do seu teste de Associação de Palavras.

O aspecto mais importante no Rorschach foi o reconhecimento que as interpretações do sujeito em relação à placa não eram, no essencial, o resultado da "imaginação". As interpretações eram sobretudo determinadas pelas particularidades da percepção que, por sua vez, estavam na dependência da estrutura geral da personalidade e eventualmente dos seus desvios patológicos.

No prefácio do Psicodiagnóstico redigido em 1920, H. Rorschach afirma que o seu trabalho é puramente empírico. Os resultados obtidos são observações objectivas e não foram deduzidas de pressupostos teóricos,

insistindo que não se trata de uma prova de imaginação.

H. Rorschach teve grandes dificuldades em encontrar uma editora para a publicação da sua obra, com a ajuda de Morgenthaler conseguiu que uma pequena editora aceitasse o manuscrito para publicação, mas com condições: reprodução apenas de 10 das 15 placas originais o que obrigou Rorschach a reescrever o manual. Além disso a editora reproduzia as placas em tamanho mais pequeno e em vez das cores unidas, foram reproduzidas esbatidas. Esta imperfeição em vez de contrariar H. Rorschach, entusiasmou-o para alargar a investigação a esse aspecto, o que fez até à sua morte.

Em 1922, um ano após a publicação da sua obra, morre com 37 anos de idade, desapontado pela indiferença com que a sua obra foi acolhida (o único jornal suíço de psiquiatria não mencionou o *Psychodiagnostik*, os outros jornais europeus não lhe deram grande destaque antes de sua morte, poucos exemplares tinham sido vendidos e a editora Bircher abriu falência). Felizmente que o espólio referente ao Psicodiagnóstico foi comprado por uma editora famosa de Berna, a Verlag Hans Huber. A fama de qualidade desta editora e a publicação de algumas revisões sobre o teste, fez aumentar o interesse por ele e ajudou à sua divulgação.

Rorschach repete várias vezes no manual do seu teste (1967) a insuficiência dos dados e a necessidade de maior investigação. É evidente que, se este autor não tivesse falecido tão cedo, quando se encontrava em pleno esforço da investigação após uma primeira publicação/divulgação à qual ele não deu demasiada importância, a evolução do seu teste teria evoluído de maneira diferente.

Após a morte de Rorschach, três dos seus colegas/discípulos, Walter Morgenthaler, Emil Oberholzer e Georgi Roemer (Exner, 1986), continuaram

as investigações, defesa e divulgação do teste junto da comunidade psiquiátrica. Morgenthaler e Oberholzer continuaram fiéis às regras do método do Rorschach, dando grande importância à utilização do conteúdo. Em 1932, Binder publicou o seu sistema de cotação das respostas esbatido e Clob - claro-oscuro (causadas pela imperfeição tipográfica), baseado mais na intuição teórica que na experimentação. Desde essa data, na Europa, não foi acrescentada mais nenhuma cotação ao Rorschach. A maioria dos autores europeus privilegiou a interpretação do conteúdo, numa perspectiva psicanalítica, não desenvolvendo muito as qualidades perceptivas do teste de Rorschach.

Esta prova foi divulgada na Europa durante as décadas de 20 e de 30, assente em certa medida no prestígio de Oberholzer, um famoso psicanalista, terapeuta de crianças, que publicou a obra póstuma de H. Rorschach (interpretação "cega" de um protocolo). Este grupo de discípulos de Rorschach, de língua alemã e geograficamente situado na Suíça e na Alemanha, foram responsáveis pela divulgação deste teste, dando origem àquilo que foi apelidado de Escola Tradicionalista. Mantiveram-se muito fiéis às regras de cotação enunciadas por Rorschach, em oposição à escola ou tendência americana.

2. A DIVULGAÇÃO DO TESTE DE RORSCHACH NA AMÉRICA

A introdução do teste de Rorschach nos Estados Unidos deveu-se ao psiquiatra David Levy, que em meados da década de 20, obteve uma bolsa

para estudar na Suíça junto de Oberholzer, por quem foi iniciado na técnica deste teste e quando regressou aos Estados Unidos trouxe o manual e o material do teste de Rorschach. Em 1927, Beck foi trabalhar como bolseiro para junto de Levy, no Instituto de Orientação Infantil de New York. Quando em 1929, Beck procurava um tema de dissertação, Levy mostrou-lhe o material do Rorschach e o manual, Beck interessou-se pelo método e utilizou-o no Instituto sob a supervisão de Levy (Exner, 1986).

Encorajado por Levy e sob a orientação de Woodworth, Beck escolheu como tema de dissertação, um estudo de standardização do Rorschach (dissertação em 1932).

Entretanto Beck tinha divulgado a técnica do Rorschach junto de M. Hertz que na Universidade de Cleveland iniciou para a sua dissertação, outro estudo parecido com o de Beck, mas com algumas variações de amostragem. Tanto Beck como Hertz não acrescentaram cotações novas, estando mais interessados numa perspectiva empírica de análise das estações já facultadas.

Os acontecimentos na Europa, a eclosão da II Guerra Mundial e a subida de Hitler ao poder foram responsáveis pelo desenvolvimento do Rorschach nos Estados Unidos, pois Klopfer, Rapaport e Piotrowski, originários respectivamente da Alemanha, Hungria e Polónia emigraram ou ficaram nos Estados Unidos em consequência desses acontecimentos.

Em 1933, Klopfer, psicanalista de crianças, resolveu deixar a Alemanha devido a discordâncias com o regime nazi. Foi acolhido por Jung em Zurique onde contactou e utilizou o teste de Rorschach. Klopfer emigrou para os Estados Unidos, indo trabalhar na Universidade de Columbia, onde a pedido dos estudantes iniciou seminários particulares na sua casa sobre o

Rorschach. Destas animadas discussões saíram grandes inovações tanto na cotação como na interpretação do teste, numa perspectiva fenomenológica. Registem-se as dificuldades daí decorrentes em termos de desenvolvimento do teste, pois nesta época a psicologia americana estava totalmente orientada para o behaviorismo.

A investigação iniciada nestes seminários particulares, num esforço de divulgação, deu origem à criação da revista *The Rorschach Research Exchange* que, mais tarde, se viria a tornar no *Journal of Projective Techniques* e actualmente é o *Journal of Personality Assessment*.

Entretanto, Beck que tinha ido para a Suíça para aprofundar os seus conhecimentos sobre o Rorschach, regressou aos Estados Unidos, sendo convidado assim como Levy, Hertz e Oberholzer por Klopfer, para contribuir para o primeiro número da sua revista. Beck recusou e criticou duramente as posições de Klopfer sobre o Rorschach, pois a perspectiva dele era psicométrica e a de Klopfer era analítica, iniciando-se uma polémica que os afastou cada vez mais, embora Hertz tivesse tentado ser mediador.

Entre os participantes do primeiro seminário de Klopfer, estava Z. Piotrowski, bolseiro interessado por neuropsiquiatria e doutorado pela Universidade polaca de Poznan. Este autor ficou nos Estados Unidos devido à II Guerra Mundial. Em 1957, publicou um texto muito elaborado *Perceptanalysis* onde integrava as suas ideias próprias sobre a interpretação perceptiva num sistema para a utilização do teste.

Antes de Piotrowski completar o seu trabalho, Rapaport, psicanalista, emigrou em 1938 da Hungria para os Estados Unidos, tendo pouca experiência com o Rorschach, estando mais interessado pela teoria e por novos conceitos sobre as funções do ego no modelo analítico clássico.

Rapaport trabalhava num hospital do Kansas, próximo da Fundação Menninger, a meca da prática e do pensamento analítico (Exner, 1986), sendo influenciado por H. Murray em relação ao processo da projecção e a sua utilização no estudo da personalidade.

Com M. Gill, Rapaport realizou um estudo sobre a eficácia do funcionamento psicológico do indivíduo, que deu origem à sua obra *Psychological Diagnostic Testing* (1946), onde era realçada a aplicação clínica de vários testes entre os quais o Rorschach.

Rapaport lamentava a guerra entre Beck e Klopfer, estando mais próximo de Klopfer, pelo seu maior interesse no processo do pensamento, ou seja numa perspectiva psicanalítica. Viria, aliás, a influenciar o trabalho de R. Schafer publicado em 1954 sobre a interpretação psicanalítica do Teste do Rorschach.

Até aos anos 50, desenvolveram-se nos Estados Unidos cinco sistemas diferentes de cotação do Rorschach: o de Beck, o de Hertz, o de Klopfer, o de Piotrowski e o de Rapaport-Schafer. Estes sistemas de cotação e de interpretação do Rorschach eram bastante diferentes, o que dava origem a dificuldades na investigação e até na prática clínica.

Após um estudo de vários anos sobre estes cinco sistemas, Exner publicou em 1974, 1978 e 1982, três volumes (o volume I de 1974, foi reeditado em 1986) com o sistema unificado, indo buscar o que lhe pareceu melhor a cada um dos cinco sistemas anteriores. Esta unificação foi apoiada por um extenso trabalho teórico e principalmente prático de vários milhares de protocolos.

Este sistema de Exner, o Sistema Integrativo de Rorschach, teve uma grande divulgação nos Estados Unidos, sendo o mais utilizado nos

programas de formação universitária, como veremos nos próximos capítulos. A utilidade desta unificação é evidente devido a permitir uma "linguagem comum" tanto na clínica como na investigação, o que é da primordial importância para a comunicação e troca de ideias sobre os trabalhos de investigação. Actualmente nos Estados Unidos, pode-se dizer que há duas grandes tendências. A de Exner que unifica os sistemas de cotação anteriores e criou novas cotações complexas para responder a lacunas existentes. Exner procura voltar às origens das preocupações de H. Rorschach, desenvolvendo os aspectos perceptivos e cognitivos, subjacentes a este teste e iniciando vários trabalhos de investigação muito importantes, nomeadamente o estudo do processo de resposta no teste de Rorschach.

A outra perspectiva, devido às críticas dos autores da corrente psicométrica a propósito da falta de validade do Rorschach, orientaram-se para uma perspectiva idiográfica, procurando analisar profundamente o conteúdo e utilizando o teste de maneira menos ortodoxa. Um dos exemplos tem a ver com a utilização do teste de Rorschach como entrevista estruturada (Aronow & Rezvickoff, 1978 e Singer, 1977).

Nesta segunda perspectiva surge Blatt que, sem desdenhar a validação do Rorschach, desenvolveu o seu trabalho sobre a análise do conteúdo através de escalas muito elaboradas utilizando o estudo estatístico (por exemplo, a Escala de Avaliação da Representação do Objecto). Blatt faz a integração do modelo desenvolvimentalista e psicanalista para o seu estudo do conteúdo.

3. O DESENVOLVIMENTO DO TESTE DE RORSCHACH NA EUROPA

A partir da Suíça, do núcleo de discípulos de H. Rorschach, o teste divulgou-se no resto da Europa, muito lentamente. Inicialmente limitado aos países de língua alemã, passou directamente da Suíça para os Estados Unidos e só depois da segunda guerra mundial é que o Rorschach se impôs nos países de língua francesa, sob a influência de Loosli-Usteri, da sua aluna Nella Canivet de André Ombredane (aliás o tradutor francês do Psicodiagnóstico) e de Cécile Beizmann.

Esta escola de língua francesa tentou um papel conciliador entre a escala tradicionalista Suíça e as tendências inovadoras americanas. Adoptaram imenso os princípios de Beck, numa linha psicométrica, mas também adoptaram elementos para a interpretação do conteúdo, já na linha de Klopfer, como as fórmulas complementares de Piotriwski e de Rapaport-Schafer.

Esta escola conciliadora, procurando fazer a ponte entre as duas tendências dominantes, fez um trabalho precursor do de Exner nos Estados Unidos, ao tentar ainda uma recolha do que lhe pareceu melhor entre os vários sistemas.

A escola de língua francesa teve e tem uma certa influência nos países europeus devido à formação de psicólogos europeus em França e aos trabalhos de Anzieu e de Rausch de Traubenberg. Anzieu e Rausch de Traubenberg tiveram uma certa importância na divulgação do Rorschach na Europa. Embora fossem psicanalistas e dessem uma grande importância à análise do conteúdo, procuraram não ignorar os dados estruturais.

Na Europa, excepto o trabalho importante de Bohm, apenas Loosli-Usteri e Beizmann tentaram limitar-se à análise estrutural do Rorschach. Os outros autores, principalmente os de língua francesa, privilegiaram a análise do conteúdo numa perspectiva psicanalítica. Pode-se afirmar que, na Europa, praticamente nenhum autor tentou seguir as preocupações de H. Rorschach sobre a investigação ao nível dos aspectos perceptivos desta prova. Esta área, aliás, aparece essencialmente desenvolvida nos Estados Unidos.

Actualmente, o Rorschach está divulgado em quase todos os países do mundo, como se nota na consulta de bancos de dados bibliográficos. Em termos de correntes, pode-se afirmar que, na área do Rorschach, a dominância pertence aos autores dos Estados Unidos seguidos dos de língua francesa.

No que se refere a Portugal, a maioria dos psicólogos obtiveram a sua formação nesta área em França, ou por psicólogos seguindo esta orientação. Em relação a publicações, existe o trabalho de divulgação do Prof. Luiz de Pina (1938), um artigo de Bairrão (1968), um estudo sobre as respostas banais de Fernandes (1977), os trabalhos importantes de revisão da validade e de divulgação do sistema de Exner do Prof. Danilo Silva (1983; 1986) e um artigo sobre a angústia de Moita (1985).

Em Portugal, não só não tem havido grande quantidade de trabalhos de investigação sobre o teste de Rorschach, aliás também em relação às restantes técnicas projectivas, como não se possui dados sobre o número de utilizadores ou as formas de utilização.

CAPÍTULO II

A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DAS TÉCNICAS PROJECTIVAS

Holzberg (1968) tentou situar, as técnicas projectivas dentro das teorias psicológicas, sobretudo no que se refere às teorias da personalidade e às técnicas propostas para a sua avaliação, baseando-se em estudos anteriores, principalmente de Lindzey (1961), e de outros autores que abordaram parcial ou especificamente em determinada área, este problema da vinculação teórica das técnicas projectivas. Este autor fez a revisão dos pontos de confluência, situando-os no quadro da teoria da aprendizagem, da teoria psicanalítica, da teoria da percepção, da teoria cognitiva, da teoria de campo e da teoria do desenvolvimento.

Em relação a cada uma destas correntes ou teorias psicológicas abordaremos as contribuições mais recentes, principalmente as que abordam especificamente a prova de Rorschach. Na parte final deste capítulo reservamos um lugar à discussão teórica do conceito de projecção, do qual se reclamam as técnicas ditas projectivas como sendo um dos seus fundamentos teóricos mais importantes.

1. A TEORIA DA APRENDIZAGEM

Segundo Auld (1954) referenciado por Holzberg (1968), a tarefa do examinador é determinar as tendências do sujeito para poder prever como ele se comportará sob variadas condições. Em termos muito simples, bastará conhecer ao mesmo tempo as tendências do indivíduo e as situações nas quais ele se encontra e virá a encontrar.

As tendências individuais, que se manifestam por exemplo na "situação de teste" foram aprendidas mais cedo numa situação que o autor designa de "situação de origem ou de treino", tais tendências acabam também por se manifestar ou generalizar para as situações reais de vida, nas "situações critério". Se o examinador puder avaliar quais as tendências emocionais que o sujeito aprendeu na situação de origem, poderá fazer previsões sobre como o sujeito responderá na situação critério, assim as "tendências emocionais" serão o elo de ligação entre estas situações, através da "generalização". Este mecanismo é utilizado pelo autor, para explicar como as tendências aprendidas na "situação de origem" aparecem na "situação de teste e de critério".

Os testes (técnicas projectivas) constituem-se, então, como instrumentos para determinar o que o sujeito aprendeu na situação de origem. Para determinar isto, o examinador não precisa de saber qual era exactamente a "situação de origem", mas tem de conhecer a existência de uma situação de origem, da qual foram generalizadas respostas correntes. Aqui é indispensável conhecer exactamente qual o estímulo que na situação de origem evocou a resposta e através de comparação, em que medida os estímulos correntes (do teste) são semelhantes ou diferentes desse estímulo.

A "generalização" concebida como processo de produção das respostas do sujeito é desencadeada pela similaridade dos estímulos da situação de origem e da situação de teste, ao que outros autores chamam cadeias associativas, provocadas por essa semelhança de estímulos.

Além de discutir os conceitos fundamentais da teoria da aprendizagem durante o testing (tendência, generalização, situação de teste, situação de origem e situação critério), existem também os conceitos de força da tendência e de conflito.

A força da tendência é muito importante na medida em que pode ser mais ou menos competitiva com outras tendências. Esta força da tendência pode ser medida através da probabilidade com que uma resposta aparece ou a sua frequência, o vigor da resposta, a velocidade ou a latência da resposta, a aproximação da resposta em relação a um objectivo em situações em que o sujeito tem tendências para dele se aproximar ou evitar. A força da tendência tem uma grande importância, como por exemplo, matar é mais forte que bater ou lutar, bater numa pessoa é mais forte que bater num objecto.

Segundo a teoria de Miller (1951), ao nível do conflito, a resposta manifesta ocorre ou não, dependendo do equilíbrio entre as tendências de aproximação e de evitamento. Se ambas as tendências de aproximação e de evitamento puderem ser medidas, o examinador pode prever em que medida as tendências do sujeito actuarão para a aproximação. Através destas medições da aproximação e do evitamento, pode-se determinar quais as áreas de conteúdo que serão conflituosas. Estas serão as áreas em que fortes tendências para actuar são contrabalançadas por tendências tão fortes de

oposição (o que noutros modelos é classificado de ambiguidade).

Uma das críticas de Lindzey, veiculadas por Holzberg (1968), é que Auld sugeriu que certos conceitos da teoria da aprendizagem podiam ser usados para interpretar os dados das técnicas projectivas, contudo ele não promoveu a ligação destas duas áreas. Ficamos com a impressão que este autor não se referiu especificamente à situação particular das técnicas projectivas, pois parece que a sua perspectiva se aplica à situação de teste em geral. As suas posições dão a impressão que "generalizou" as situações de teste, independentemente dos tipos de instrumentos e de avaliação. Embora o que ele escreveu em relação às técnicas projectivas, nos pareça correcto, e isto apesar dessa generalização, a especificidade destas técnicas requereriam uma tentativa de teorização mais específica.

Goss e Brownell (1957) examinaram a natureza do estímulo na situação de teste projectivo, analisando o estímulo-teste propriamente dito e os estímulos ambientais, tais como o local de administração do teste, o examinador, o seu comportamento e o seu discurso para a apresentação do teste. Embora se tenda a dar mais importância ao estímulo no sentido do material usado (teste), estes autores assinalam também a importância do contexto mais amplo de aplicação do teste como ocasião de estímulos produtores de respostas ou influenciar as que forem produzidas pelo sujeito.

Na sua perspectiva as respostas de orientação para o receptor (receptor-orienting responses) determinam quais as características particulares ou importantes dos estímulos dos testes, que são isoladas e experimentadas. Muitas respostas descobertas pelos aspectos dos estímulos e fixadas pelo sujeito podem ser atribuídas à "generalização primária" e à

"discriminação" (Holzberg, 1968 p. 22). As cadeias associativas podem explicar a elaboração de respostas em sequências, na medida em que as tendências habituais (habit) ou a soma de estímulos contribuem para a formação desta cadeia. Além disso a força associativa pode agir em interação com a pulsão, as respostas podem entrar em conflito com uma ou com a outra.

Em relação a um estímulo ou a um detalhe deste, se no passado foram produzidas respostas para estímulos semelhantes, espera-se que isso aconteça também de novo na situação de teste (os autores classificam isto de "generalização primária"). Estas respostas aprendidas anteriormente são tomadas como propensão de resposta em função dessa similaridade, quanto maior for a similaridade com o estímulo, mais "forte" será a resposta. Tudo se passa ao nível da similaridade de estímulos e de respostas, que provoca a generalização para a situação de teste das situações sociais.

O processo complementar de discriminação relacionado com os estímulos extra-testes é importante. Assume-se que os sujeitos que aprenderam no passado respostas diferentes para os estímulos similares, respondam a estes estímulos similares de maneira diferente daqueles que aprenderam a mesma resposta para estes estímulos sociais. As respostas produzidas com base no estímulo de generalização primária tornam-se estímulos, que podem funcionar como aumentando ou diminuindo a similaridade entre os estímulos extra-teste e do teste. Decorre daí o aparecimento de cadeias associativas que, por sua vez, podem influenciar as probabilidades de ocorrência de outras respostas próximas. Estas cadeias associativas variam de indivíduo para indivíduo, devido às suas experiências anteriores.

A tendência ou soma de estímulos explica o facto que dois estímulos

com fraca capacidade para evocar uma resposta, podem-se combinar para implementar a tendência para produzir a resposta.

Os autores analisam a situação de conflito nas técnicas projectivas, devido à dificuldade de produção de respostas em relação a estímulos carregados de significado desagradável, por causa da má experiência anterior do sujeito relacionado com esse estímulo do teste segundo o modelo de aproximação /evitamento de Miller (1951).

A detecção do conflito baseia-se na análise do tempo de latência, porque, se for curto, não haverá em princípio conflito, se for longo, tanto pode ser a consequência de conflito como da fraqueza da cadeia associativa incitada pelo estímulo. Em caso de conflito, a par do tempo de latência longo, este faz-se geralmente acompanhar de sinais secundários, como por exemplo, a transpiração, o corar, os sinais de tensão, etc.

Registe-se que esta análise é muito semelhante à interpretação dada ao choque no teste de Rorschach: o sujeito perante a totalidade ou parte do estímulo que o perturba, devido à sua carga emocional desagradável que nos casos extremos se manifesta por uma espécie de estupor associativo total. Este bloqueamento, visto por muitos autores como uma barragem inibitória, pode revelar a defesa brutal do sujeito e leva à rejeição da placa, ou pode activar diversos processos de resistência contra as impressões desagradáveis provocadas pelo estímulo. A detecção do choque realiza-se através da identificação dos "processos de resistência", que estão catalogados, como por exemplo, o aumento do tempo de latência, a baixa de qualidade e de produtividade das respostas, comentários desagradáveis, etc. Estes sinais podem-se manifestar em maior ou menor quantidade no sujeito, sendo

necessário que haja um número mínimo desses sinais para que seja considerada a existência de choque. As interpretações mais recentes do choque na prova de Rorschach, valorizam mais as capacidades do sujeito para ultrapassar esta perturbação do que a existência e a interpretação desta. Pode-se considerar que este choque é semelhante àquilo que os autores classificam de conflito.

Lindzey, segundo Holzberg (1968), tece algumas críticas a esta teorização, na medida em que este modelo teórico apresenta falhas para especificar o critério entre a similaridade do estímulo e a similaridade da resposta. A análise teórica oferece pouco em relação ao conteúdo do comportamento, assim como esta contribuição é mais rica em relação à teoria da aprendizagem do que em relação à interpretação dos testes projectivos.

Epstein (1966), mencionado por Holzberg (1968) colocou em questão o modelo de conflito de Miller, em termos de comportamento de aproximação e de evitamento nas técnicas projectivas. Este autor contesta este modelo de conflito em termos de aproximação e de evitamento, para levantar a hipótese que o conflito nas técnicas projectivas poderia ser avaliado em termos de expressão verbal ou de inibição verbal. Este autor indica dois tipos de conflitos, aproximação-evitamento e expressão-inibição. É possível que uma pessoa exprima verbalmente os comportamentos que evitaria e iniba verbalmente os comportamentos que realizaria (aproximação): uma pessoa pode inibir um motivo conflictuoso em resposta a interpretações (estímulos) de objectivo muito pertinente e ao mesmo

tempo exprimir o motivo a interpretações (estímulos) de objectivo pouco pertinente. A vantagem de estímulos de objectivos pouco pertinentes é de permitirem a expressão da pulsão (impulso) de maneira deslocada (por deslocamento). Toma aqui singular importância a pouca estruturação dos estímulos como os do teste de Rorschach, que podem ser importantes em termos de avaliação, principalmente a avaliação e compreensão da problemática do sujeito, no domínio da intervenção clínica.

O autor é levado assim a examinar a ambiguidade do estímulo. Quanto mais ambíguo for o estímulo maior será a produção de informação sobre a personalidade. Baseia-se na premissa de que a percepção efectuada é uma função do estímulo apresentado e do sujeito que o percebe. Resulta daqui que quando a influência do estímulo é minimizada a influência do percebedor é maximizada.

Aponta dois efeitos da ambiguidade do estímulo, que podem ser contraditórios. Quanto mais ambíguo for o estímulo melhor penetrará nas defesas do sujeito, com o resultado de que todas as pulsões têm o mesmo acesso à expressão. O outro efeito é que a ambiguidade do estímulo é menos capaz de activar pulsões específicas.

Contudo pensa que o estímulo ambíguo também tem falhas porque tem características estimuladoras próprias, muitas vezes desconhecidas do examinador e variando de sujeito para sujeito, daí que passível de uma maior subjectividade em termos de avaliação. Sem rejeitar a importância do estímulo ambíguo no "testing", pensa que diferentes graus de ambiguidade poderiam dar diferentes contribuições ou achegas complementares.

A questão de saber qual é superior, se o estímulo estruturado ou o destruturado, apenas pode ser respondida com o objectivo da administração

do teste. O estímulo estruturado permite activar pulsões específicas, e permite ao examinador decidir o que quer que o sujeito responda, possibilitando-lhe uma referência para interpretar as respostas. Dir-se-ia que a significância de uma resposta a um estímulo estruturado é conhecida.

Os estímulos estruturados têm, no entanto, também limites. A intenção do estímulo pode ser mais óbvia para o sujeito podendo isso favorecer o aparecimento de maiores defesas. O grau da carência (a força da carência) dos sujeitos pode determinar o grau de ambiguidade de estímulo. Pessoas com fortes carências latentes requerem estruturações mínimas para produzir respostas com carências pertinentes, enquanto pessoas com baixas carências requerem estímulos claramente estruturados para produzir respostas com carências pertinentes.

Holzberg (1968) pensa que estes diferentes autores deram contribuições para alguns aspectos específicos das técnicas projectivas, embora sem conseguirem estabelecer uma ligação sistemática destes métodos com a teoria de aprendizagem. Diria este autor que tiveram um maior êxito na clarificação desta teoria do que sua integração com os fenómenos psicológicos próprios às técnicas projectivas.

2. A TEORIA PSICANALÍTICA

Embora Hermann Rorschach não afirmasse explicitamente que o seu teste se baseava na teoria psicanalítica dando até a impressão do contrário (Pichot, 1984), contudo ele era psicanalista e com Oberholzer, chegou a

comparar os dados do Rorschach com os dados da terapia analítica. Inclusivamente analisou "às cegas" um protocolo de um paciente de Oberholzer, onde as conclusões daí retiradas concordavam com as de um amigo psicanalista, terapêuta desse sujeito.

Rapaport (1942-1952), foi um dos primeiros psicanalistas (pelo menos nos Estados Unidos), a estabelecer uma ponte entre a psicanálise e as técnicas projectivas. Tentou desenvolver uma teoria analítica do pensamento, como meio de esclarecer o processo entre o estímulo projectivo e a resposta do sujeito. A sua morte impediu-o de concluir este sistema teórico (Holzberg, 1968).

Na sua perspectiva a utilização das técnicas projectivas, é para o psicólogo, uma tentativa de procurar a informação acerca do sujeito, que este desconhece. Assim, estas técnicas permitiriam uma exploração do inconsciente, que como é do conhecimento geral é um dos suportes da psicanálise.

Rapaport sentia que uma teoria do pensamento poderia ser a ponte entre as técnicas projectivas e a teoria psicanalítica (Holzberg, 1968). Nesta perspectiva, revê o conceito de projecção afirmando que este pode ter um valor diferente daquele atribuído pela psicanálise, isto é, um mecanismo de defesa. Pode haver muitas variedades de projecção e nas técnicas projectivas ela é principalmente um processo de exteriorização.

Segundo Rapaport, quando se interpretam os testes projectivos, o psicólogo tem de reconhecer uma hierarquia de motivações, estas não têm o mesmo significado na personalidade individual. Algumas motivações derivam de outras e podem ganhar a sua própria autonomia. Uma das

contribuições deste autor tem a ver com a conceptualização a propósito da teoria do pensamento. Postula a diferenciação de dois tipos de processos cognitivos: a aplicação de conceitos conhecidos ou "instrumentos fixos do pensamento" e a formação de conceitos ou "processo de pensar".

Os testes mais estruturados como as Escalas de Wechsler fornecem informação sobre o primeiro tipo de processos, enquanto que os menos estruturados como o Rorschach fornecem informação sobre "o processo de pensar". Para compreender o processo do pensamento devem estudar-se os dois sistemas, preconizando a utilização de testes projectivos e não projectivos para a compreensão da personalidade. Admite assim poder estudar a personalidade através de testes como as Escalas de Wechsler, o que confirma a sua opinião sobre a exteriorização e o material projectivo. Como se verificará mais adiante na discussão do conceito de projecção, o autor refere que o material projectivo se pode encontrar em qualquer tipo de comportamento do sujeito e não exclusivamente na situação de administração das técnicas projectivas, embora estas sejam instrumentos privilegiados para suscitar as manifestações da projecção.

Rapaport tentou compreender o significado das variações individuais na sua experiência consciente das percepções que descrevem no Rorschach. Uns acreditam que as suas percepções são objectos reais, outros dão respostas banais julgando estar a ver algo de original e outros misturam fenómenos fisiológicos com as suas percepções. Para este autor estas diferenças são explicadas por dois conceitos psicanalíticos: "a realidade da testagem" e a "compreensão das experiências interiores". Para compreender o processo entre a apresentação do estímulo e a produção da resposta no Rorschach, Rapaport pensou na percepção e na associação. A sua tese é que a

percepção e a associação estão sempre envolvidas e integradas em todas as respostas do Rorschach. Há um processo de organização perceptiva que está relacionado com a percepção de todos os dias. Quando a percepção é activada, o processo associativo tem também o seu papel. O sujeito tem de ir buscar conceitos pertinentes com o estímulo às suas ideias e imagens internas. Dir-se-ia, pois, que o estímulo activa desta forma um processo associativo.

Principalmente devido à falta de estruturação do estímulo, o processo de resposta no Rorschach principia com impressões perceptivas vagas que activam o processo associativo. Os processos associativos são activados por alguns aspectos salientes da impressão perceptiva vaga da mancha de tinta e produzem imagens que têm alguma congruência com o que é percebido. Aqui há mudanças na percepção original e que vai para além da primeira impressão vaga. Através deste processo interactivo, a percepção liga a associação à realidade. Quando a percepção não o consegue, as respostas podem ser autísticas ou muito vagas.

O processo associativo termina quando uma ideia, e a sua imagem correspondente, é suficientemente congruente com a impressão perceptiva inicial. É evidente que este processo universal a todos os indivíduos tem no entanto contornos específicos: o que é congruente para um sujeito pode não o ser para outro. .

Rapaport através da sua teoria do pensamento tentou fazer a ponte entre a psicanálise e as técnicas projectivas, querendo que os resultados do teste projectivo fossem um índice da avaliação da realidade e que as respostas do Rorschach tivessem uma fundamentação lógica através da engrenagem da percepção e da associação. [Chabert (1983)] tentou essa

explicação através do vaivém entre projecção-imaginação e percepção-realidade].

O sistema de teorização do processo de resposta, deste autor, tem algumas semelhanças com as posições de outros autores que se reclamam da teoria de aprendizagem. Referimo-nos concretamente às suas concepções sobre as cadeias associativas.

Holzberg (1968) salienta o contributo de Schaffer para a fundamentação teórica das técnicas projectivas através da teoria psicanalítica, como sendo a de maior impacto no meio da prática clínica.

Na sua tentativa de compreender o contexto interpessoal em que se desenrola o teste, teve em conta os aspectos racionais e irracionais, e o modo como eles afectam as respostas do sujeito. Um dos aspectos irracionais é a transferência e a contra-transferência que ele analisou no contexto da aplicação dos testes projectivos (fazendo uma transposição desses conceitos da psicanálise) e que vão influenciar a relação sujeito-terapeuta (os factores conscientes e inconscientes do sujeito e do psicólogo). Como estes dois aspectos influenciam o comportamento do sujeito e do psicólogo, a objectividade deste pode ser afectada. Para que isso não aconteça é necessário que ele conheça o que se passa na realidade, concretamente através do conhecimento destes mecanismos. Tais mecanismos quando conhecidos podem servir para um controle dos seus efeitos ao nível da relação, evitando-se atitudes irracionais

Schaffer fez a listagem dos factores implícitos na situação de testagem clínica que podem influenciar o comportamento do sujeito, focando a particularidade e as características do papel do psicólogo, (atitude voyeurista,

autocrítica e oracular), assim como as características da sua personalidade (fraco sentido de identidade pessoal, examinador inibido ou assertivo, dependente, altamente intelectualizado ou retraído, sádico, masoquista, sedutor, rabugento ou ultra-conscencioso).

O paciente não pode controlar a relação interpessoal, apesar de se confrontar no teste com os aspectos da sua própria personalidade. Explicitamente é encorajado na regressão para níveis psíquicos mais imaturos tendo em vista produzir respostas mais significativas. Por outras palavras, no Rorschach, o sujeito tem a liberdade de responder como o desejar.

Perante esta situação não controlável, os sujeitos para lutarem contra a ansiedade provocada, têm atitudes defensivas próprias das características da sua personalidade. Estas características são reveladas através da qualidade e da estrutura das respostas, a maneira de responder, a relação com o examinador e a variabilidade na maneira de encarar as diferentes fontes de stress da situação. Chabert (1983) desenvolveu uma grelha para a interpretação destas várias situações. A avaliação, evidentemente, toma simultaneamente elementos verbais e não verbais do comportamento do sujeito.

Utilizando os conceitos de processos primário e secundário, tal como Freud os definiu e que Holt também utilizou no Rorschach (Holt, 1977), Schaffer tentou compreender o processo de resposta, principalmente no Rorschach. O examinador ao apresentar a situação de teste ao sujeito, por exemplo, através das instruções dadas encoraja-o a deixar-se ir à fantasia (processo primário) mas testando a realidade (processo secundário), pois o sujeito tem de ser capaz de justificar as suas respostas. O sujeito pode funcionar segundo o princípio do prazer sem ter em conta a realidade do

estímulo, aqui o processo primário domina, ou então fazer uma avaliação realista e objectiva do estímulo, sendo o processo secundário dominante.

A dinâmica da regressão também foi analisada. Segundo este autor, este fenómeno tanto pode acontecer com um ego muito fraco como com um muito forte, utilizando o conceito de "regressão ao serviço do ego" utilizado por Kris (1952) no seu estudo sobre a criatividade. Este conceito explica a capacidade do individuo para se retirar para um modo de funcionamento mais regressivo, para servir a função adaptativa. Esta capacidade de regressão controlada é considerada própria de uma personalidade rica, em relação àqueles que não conseguem entrar em regressão ou aqueles que, entrando numa regressão incontrolada, se deixam dominar pelo inconsciente.

Schaffer também analisa a identidade do Ego, (utilizando o conceito de Erikson, 1950, referenciado por Holzberg, 1968), pela avaliação da auto-imagem que o sujeito mostra inconscientemente. No Rorschach, pelo modo como rejeita e aceita as diferentes placas, mostra como aceita e rejeita diversas identidades. Aqui parece ser muito importante o conteúdo simbólico atribuído a cada placa. Esta análise de identidade do Ego, deve ser avaliada no contexto do sexo, idade e bagagem cultural.

Num trabalho paralelo ao de Schaffer, Holt (1977) desenvolveu um sistema de análise do conteúdo no teste de Rorschach através da avaliação do conteúdo do processo primário e do conteúdo do processo secundário, baseado também nos conceitos freudianos dos processos primário e secundário (princípio de prazer-princípio de realidade). Este sistema teve uma primeira versão em 1954, sendo retomado em 1977, consideravelmente

revisto e até clarificado do ponto de vista teórico. O autor toma nesta última edição algumas distâncias em relação a outros conceitos freudianos.

O sistema de Holt introduz o conceito de energia neutra, a neutralização da energia sexual (libidinal) e da agressiva. Baseia-se na teoria psicanalítica que diz que a energia constante é originariamente investida nas pulsões libidinal e agressiva. Se esta energia for neutralizada nestes conteúdos, designadamente através do processo de sublimação, será útil para outras funções da personalidade. No caso da pulsão não ser neutralizada, ela controlará o conteúdo do pensamento. É isto que aliás acontece com o processo primário. A neutralização da pulsão é própria do processo secundário.

A grelha de Holt, no teste de Rorschach, avalia em que grau o pensamento do sujeito está dominado pelo processo primário ou pelo processo secundário, atribuindo para cada variável dois níveis: o nível 1 para o processo primário e o nível 2 para o secundário. As variáveis estão organizadas em três grupos, (1) as variáveis de conteúdo, (2) as variáveis formais (estas avaliam aspectos formais do conteúdo), e (3) as variáveis de controle e de defesa. Explicitando:

(1) As variáveis de conteúdo são: a libidinal e a agressiva.

(2) As variáveis formais incluem também os mecanismos dos sonhos e que são característicos do processo primário. A lista completa destas variáveis é a seguinte: condensação, deslocamento, simbolismo explícito, contradição, cotação da verbalização, distorsão mista do pensamento e da percepção.

(3) As variáveis de controle e de defesa são: o distanciamento, o contexto, as estratégias de adiamento, as defesas mistas (na generalidade

patológicas), a franqueza e as proporções gerais da resposta total.

Holt (1977) mostra alguns resultados positivos a propósito do estudo de validade. O seu sistema integrado numa nova metodologia de utilização do teste de Rorschach na investigação clínica, (Blatt & Berman 1984), em que o sistema de Holt avalia a organização do pensamento.

Anzieu (1976) estabeleceu um paralelo entre a situação psicanalítica e a situação de teste projectivo, principalmente com o teste de Rorschach. A situação projectiva é muito semelhante à psicanalítica, chamando mesmo àquela "psicanálise condensada" (p.15).

Em psicanálise o sujeito tem a liberdade de abordar os temas que quiser e como o desejar, com um tempo ilimitado (a duração da sessão é limitada mas o seu número não o é). Na administração do teste projectivo, principalmente no Rorschach, a liberdade também é total. A diferença está agora no facto da aplicação se limitar apenas a uma sessão, mas esta não tem limites de tempo. Por isso, outra diferença tem a ver com a necessidade de introdução de um material específico e de um inquérito.

Uma segunda aproximação tem a ver com as condições (instruções) de aplicação. Pede-se ao sujeito para dizer tudo o que quiser, não há nem boas nem más repostas. Subentende-se, aliás, que a primeira ideia que lhe vier à consciência é a boa. Tal como na psicanálise valoriza-se o que se apresentar espontaneamente à consciência.

Durante muito tempo falou-se na falta de estrutura das manchas de tinta do Rorschach. Segundo Anzieu (1976) há estudos que provam que este material tem estruturas de natureza afectiva e fantasmática, o que

transforma o material numa mensagem emitida pelo psicólogo ao sujeito. Tal mensagem orienta de algum modo as respostas deste. Esta perspectiva insere-se na atribuição de uma significação simbólica a cada placa desta prova pelos autores da área da psicanálise.

Na psicanálise a situação obedece a duas regras fundamentais: a regra de não omissão, em que o sujeito se compromete a dizer tudo e a não escolher voluntariamente no material psíquico que lhe vem à ideia; e a regra de abstinência onde o sujeito se compromete a transmitir verbalmente os seus desejos ao psicanalista sem tentar realizá-los com ele. Estas duas regras encontram-se implícitas na situação de teste projectivo. No Rorschach a instrução pede para que o sujeito diga tudo o que poderia ver ou o que lhe possa parecer, o que se assemelha à regra de não omissão. A regra de abstinência também está implícita nesta prova, o sujeito apenas pode fazer o que lhe é proposto: contar o que imagina ou o que sente, se se desviar é trazido à situação de teste.

O examinador adopta também a atitude de neutralidade benevolente do psicanalista. Estabelece-se uma situação transferencial que conforme for positiva ou negativa estimula ou bloqueia a produção do sujeito, o que pode estar subentendido no conteúdo de algumas respostas. A diferença com a situação analítica é que o sujeito revela-se indirectamente. O material funciona como um écran entre este e o psicólogo, o que permite, em relação ao sujeito em análise, uma transferência mais rápida, mais intensa mas por pouco tempo, sabendo que se pode libertar quando o teste terminar.

Por último, como na situação de teste projectivo o sujeito está sentado e na situação analítica está deitado, esta situação permite uma regressão psíquica ligada à posição do corpo no espaço mais profunda, o que se coaduna também no tempo mais curto na situação de teste projectivo. O

sujeito dá apenas um mergulho no inconsciente, deixando-se-lhe os meios de recuperar rapidamente.

Chabert (1983) é o autor de uma obra considerada excelente sobre a interpretação psicanalítica do Roschach na clínica adulta. À luz da teoria psicanalítica analisa os diferentes factores da situação de administração deste teste: a relação psicólogo-sujeito mediatisada através das placas do Rorschach, os mecanismos transferenciais e contratransferenciais, a ligação da percepção e da projecção.

A autora dedica uma parte da sua obra à metodologia da análise do conteúdo manifesto e do conteúdo latente, numa perspectiva dinâmica, um dos domínios onde praticamente só os autores psicanalistas conseguiram bons resultados, aplicando a sua técnica de descodificação dos sonhos à compreensão do discurso do sujeito no protocolo do Rorschach.

A parte mais interessante da obra é dedicada à análise dos mecanismos de defesa utilizados pelo sujeito, onde após uma justificação teórica, a autora elaborou uma espécie de grelha de observação e análise que engloba elementos do comportamento, a expressão verbal e não verbal, a análise do conteúdo das respostas e principalmente elementos do psicograma da análise da resposta no Rorschach.

Os mecanismos de defesa abordados são: os processos rígidos e as defesas com recurso à realidade externa, onde estão os mecanismos de defesa obsessivos e as defesas rígidas do carácter. As defesas com recurso à fantasia e aos afectos onde estão os mecanismos de defesa histéricos, o recalçamento e as defesas maníacas. A inibição onde estão os mecanismos de defesa de tipo fóbico e a inibição não neurótica; e a emergência dos processos primários e as

defesas psicóticas. O problema da angústia de tipo neurótico e de tipo psicótico é abordado em ligação com os mecanismos de defesa.

Claro que surgem as críticas à validade desta perspectiva, independentemente de esse valor ser ou não muito real, os psicanalistas pensam e comunicam ter bons resultados na compreensão do caso e na intervenção clínica. Discutir esta matéria poderia levar-nos a entrar numa "guerra de modelos psicológicos", cujo âmbito ultrapassa claramente o objectivo deste trabalho. De qualquer modo é de salientar que na área das técnicas projectivas, foram elaboradas outras provas em que a sua metodologia se baseava na avaliação de conceitos psicanalíticos, tais como a intensidade do complexo de Édipo, o erotismo oral, o sadismo oral, a expulsão e a retenção anal, os sentimentos de culpa, o ego ideal, a rivalidade fraterna, a identificação, a ansiedade de castração e o objecto do amor narcísico ou anaclítico. De entre essas provas destacam-se o teste de Blacky de Blum (1950), e o teste PN (Pata Negra) de Corman (1961).

As técnicas projectivas e sobretudo o Rorschach aparecem sempre muito conotadas com a teoria psicanalítica, embora este modelo tivesse fornecido contribuições razoáveis para o corpo teórico daquelas, houve trabalhos interessantes referindo-se a outros modelos e até mesmo recusando o modelo analítico. Hoje, pelo menos o teste de Rorschach é diferenciado da perspectiva psicanalítica, sendo utilizado na clínica, tanto para a avaliação como para a intervenção, desligado da psicanálise, sendo cada vez mais encarado com uma tarefa perceptivo-cognitiva (Exner, 1980).

Mesmo o conceito de projecção utilizado pelas técnicas projectivas, não é exactamente, ou no mínimo não se reduz ao significado utilizado pela

psicanálise, o que dá origem a uma certa confusão. Este conceito será discutido no final deste capítulo.

3. A TEORIA DA PERCEPÇÃO

A ligação da teoria da percepção às técnicas projectivas foi sempre muito importante, principalmente com o teste de Rorschach. H. Rorschach considerava o seu teste baseado na percepção, indicado até pelo título. Em vários capítulos da sua obra, ele foca a importância da percepção, o que se aproxima de algum modo com a teoria Gestaltista.

O sistema de cotação do Rorschach tem uma parte apenas reservada à organização perceptiva através dos modos de apreensão. A qualidade perceptiva das respostas é realçada noutras partes do sistema de cotação, como a diferenciação nas respostas Forma, entre F+ e F-.

Holzberg (1968) revê as contribuições de três autores (Bruner, Abt e Eriksen) na explicação dos mecanismos que operam nas técnicas projectivas, através da teoria da percepção.

Bruner dedicou-se ao estudo da percepção no teste de Rorschach, afirmando que não era necessário uma teoria especial de percepção do Rorschach, mas uma teoria geral da percepção que englobasse esta prova como um caso especial.

Para este autor, a percepção serve para duas funções adaptativas: "a construção de um mundo, no qual o indivíduo se pode adaptar e defender contra ameaças externas. Ambos os processos servem para sensibilizar o indivíduo para certos acontecimentos enquanto o tornam insensível para outros" (Holzberg, 1968, p. 39)

Todas as experiências perceptivas são o resultado de uma interacção entre o estímulo e o estado (situação) do sujeito que percepção. Quanto menos estruturado for o estímulo, maior será o papel dos processos mediadores no sujeito (percebedor) para determinar a organização perceptiva. Neste caso quanto maior for a força das necessidades, desejos e expectativas do sujeito, mais estas afectarão a organização perceptiva.

Para Bruner a percepção é como uma motivação contínua com desejos autísticos à procura de prazer num extremo (próprio do psicótico) e hiper-vigilância de defesa contra as ameaças noutra (próprio do indivíduo ansioso). Entre estes dois pólos de percepção patológica situa-se a percepção normal, uma mistura apropriada de prazer e de vigilância.

Através de investigações com o taquitoscópio, este autor estudou as defesas perceptivas, as que ele descreve são semelhantes às que se analisam actualmente no teste de Rorschach. O autor aponta a limitação deste teste no estudo das defesas perceptivas devido à falta de estruturação e de significado intrínseco das manchas de tinta, que pedem mais uma interpretação do que um reconhecimento (reconhecimento). Para o estudo das defesas perceptivas defende a utilização de estímulos estruturados e com significado.

Em conclusão, Bruner reconhece a importância da teoria perceptiva para o Rorschach, a interacção do estímulo e do sujeito na determinação da resposta e reconhece o papel da estrutura do estímulo na resposta perceptiva

eventual.

Enquanto a corrente Gestaltista estudou os factores externos que influenciaram a percepção e desenvolveu leis sobre a estrutura do estímulo, Abt (1950) considera que os factores externos têm menos importância nas técnicas projectivas. Este autor interessa-se pelos factores internos, analisando o conceito rogeriano de "estrutura interna de referência" para compreender como um sujeito se vê a ele próprio, o que é equivalente ao auto-conceito (self-concept).

O auto-conceito influencia o comportamento. Quando o self muda pode haver mudança no comportamento e, como regulador deste, pode determinar quais os estímulos que são percebidos, os que são recordados e os que são esquecidos. Assim, se o auto-conceito for alterado, o material reprimido poderá ser chamado. Esta discussão sobre o auto-conceito lembra a importância dos factores subjectivos na percepção como afectando o comportamento do indivíduo.

Abt considera que na percepção há uma relação entre os factores internos (necessidades de um individuo) e os factores externos (o estímulo). Quanto mais estruturado for o estímulo, mais o comportamento é influenciado pelos factores externos da percepção e, quanto mais vago e ambíguo for o estímulo maior será a importância dos factores internos.

O autor considera que são os factores internos e externos na percepção, a base dos métodos projectivos. A ambiguidade do estímulo nas técnicas projectivas provoca grande ansiedade no sujeito devido ao processo de adaptação do comportamento a novas situações. Ele explica esta situação, porque a actividade perceptiva do passado dá ao indivíduo uma sensação de

segurança em relação às consequências das experiências perceptivas actuais. Os "perceptos" que foram validados no passado por experiências posteriores convertem-se em "tendências de respostas perceptivas" (Holzberg, 1968, p. 41), e provocam segurança. Os "perceptos" que não foram validados provocam tensão e são experienciados com ansiedade.

Como uma das primeiras funções da percepção é defensiva (para proteger o individuo contra experiências dolorosas), esta tem assim um papel homeostático, possibilitando ao individuo um nível de ansiedade tolerável. Neste caso a falta de estruturação do estímulo destas técnicas provoca ansiedade, tornando-as instrumentos de estudo do grau de ansiedade que pode ser tolerado e das defesas utilizadas pelo sujeito.

Eriksen estudou o papel das defesas que intervêm entre o estímulo projectivo e a resposta. A avaliação da força das necessidades através das respostas nas técnicas projectivas, e também como estas técnicas avaliam todas as espécies de necessidades humanas ou apenas algumas, permite antever o uso das respostas para a revelação de necessidades frustradas aceitáveis.

Todos os autores concordam que as técnicas projectivas não requerem uma teoria perceptiva especial, alguns apontam antes a necessidade de teorização de uma psicologia projectiva. As técnicas projectivas fornecem a oportunidade de estudar o estilo (tipo) de percepção do sujeito, as defesas perceptivas e a sensibilidade perceptiva. Quanto menos estruturado for o estímulo maior é a importância das necessidades internas, e as defesas servem de mediadores entre o estímulo e a resposta.

No entanto para o estudo das defesas perceptivas, os autores lamentam a falta de estruturação das manchas do Rorschach, segundo a opinião deles, aquelas seriam melhor estudadas com estímulos estruturados. Apesar de se compreender a posição destes autores neste último ponto, a maior estruturação do estímulo-Rorschach, talvez lhe tirasse uma das suas riquezas fundamentais ao diminuir as possibilidades da percepção ser determinada pelos factores internos.

Em relação à teoria da percepção, há autores que no Rorschach codificaram a organização perceptiva mais numa linha gestaltista tradicional, como por exemplo a organização perceptiva de Beck (a cotação Z.), a cotação qualitativa das respostas globais e de detalhe. Esta análise parece incidir mais sobre os ditos "factores externos" da percepção, que neste caso é o estímulo. Trata-se aqui da capacidade do sujeito em organizar e estruturar algo que aparentemente não o é, mas que talvez tenha uma estruturação intrínseca mais forte que a que é reconhecida.

Em conclusão, embora a análise sobre os aspectos perceptivos pareça incidir mais sobre o estímulo, não deixa de ser analisada toda a gama de defesas perceptivas que o sujeito pode utilizar frente às manchas do Rorschach. Estas defesas, segundo Eriksen (1954) permitem que o sujeito enfrente um nível intolerável de ansiedade, provocada pelo estímulo.

4. A TEORIA COGNITIVA

Holzberg (1968) abordou as contribuições de Fulkerson (1965) e de Cronbach e Gleser (1965), sobre a perspectiva cognitiva em relação à explicação teórica e à utilização das técnicas projectivas. O primeiro autor privilegiou a compreensão do comportamento do sujeito frente a um estímulo ambíguo, e os segundos abordaram a utilidade e a validade destas provas para as tomadas de decisão do psicólogo sobre o sujeito.

Fulkerson (1965) aponta o facto que o processamento da informação depende das características do estímulo e dos efeitos do meio ambiente quando aquele é apresentado, criticando os utilizadores das técnicas projectivas que não dão importância suficiente às dimensões do estímulo. Nesta perspectiva, este autor vai-se basear na teoria da decisão para avaliar a escolha do comportamento pelo sujeito frente a uma situação de incerteza que vai encontrar frente ao estímulo ambíguo das técnicas projectivas.

A teoria da decisão aborda a escolha do comportamento sob condições de certeza, risco, incerteza ou uma combinação de incerteza e de risco. As estratégias utilizadas pelo sujeito para fazer escolhas frente à incerteza podem ser diferentes das utilizadas frente a condições de certeza. Fulkerson dá o exemplo do sujeito frente a uma mancha de tinta (por ex.: placa do teste de Rorschach) em que experimenta a incerteza, pois não sabe o que se deve ver exactamente, qual resposta a dar e as consequências das respostas que produz.

Se há uma variabilidade nos sujeitos sobre o grau de incerteza que encontram numa mancha de tinta, torna-se necessário uma nova abordagem interpretativa. "O psicólogo ao interpretar o teste tem de

determinar o grau de risco ou a incerteza da situação de teste para o sujeito, interpretar as respostas no contexto desse conhecimento de risco ou de incerteza, e predizer o comportamento extra-teste em situações envolvendo o mesmo grau de risco ou de incerteza" (Holzberg 1968, p. 44).

Em relação às escolhas que o sujeito tem de fazer sob condições de incerteza, Fulkerson aplica um modelo geral da teoria cognitiva aplicável às técnicas projectivas sobre o processamento da informação, em que há uma comparação entre o input e as expectativas, até que a resposta seja produzida. O sujeito tem que avaliar o risco de cada acção, nas condições de incerteza e isso não se pode fazer com precisão. Em relação à teoria da decisão, a melhor estratégia é atrasar a resposta até se obter mais informação. Quando isso não é possível, a estratégia alternativa tem que minimizar os riscos avaliando o pior que poderá acontecer e seleccionar a acção em consonância, o que dá origem à adopção de uma estratégia de produção de respostas socialmente aceitáveis. O sujeito que enfrenta uma situação de incerteza, tem que avaliar dois "erros" que poderão trazer o pior: se realçar excessivamente os seus sintomas poderá parecer mais perturbado e ter um tratamento muito forte, se os minimizar poderá parecer menos perturbado e não receber tratamento.

Segundo Fulkerson, neste contexto, os mecanismos de defesa são estratégias em acção para minimizar os riscos, e o conhecimento dos mecanismos de defesa que o sujeito está a utilizar fornece informação sobre o modo como o sujeito percepção a situação e não apenas sobre ele próprio.

Para este autor, segundo a perspectiva do processamento de informação, as técnicas projectivas confrontam o sujeito com a necessidade de negociar com uma situação de incerteza em que tem que produzir respostas com informação insuficiente. As variáveis que influenciam as

respostas de um teste projectivo são idênticas às que influenciam qualquer estímulo, ao mesmo tempo que os passos do processamento de informação são também idênticos (Holzberg, 1968, p. 45). Dir-se-ia, para concluir, que não é necessário nenhuma teoria especial para as técnicas projectivas. Aliás verifica-se uma certa proximidade entre o modelo de processamento da informação agora apresentado e o modelo atrás apontado a propósito da "engrenagem" da percepção e da associação (Rapaport, Gill & Schaffer, 1946). Não está ainda longe da ambiguidade do estímulo que obriga o sujeito a adoptar uma atitude defensiva face à ansiedade provocada como descreveu Abt (1950).

Holzberg afirma que a teoria da decisão é o estudo do comportamento racional frente a condições desconhecidas, não servindo apenas para compreender o comportamento do sujeito que tem de fazer escolhas, mas também a função do examinador face ao problema de fazer previsões em relação aos resultados de um sujeito a um teste. Também o examinador tem que tomar decisões em condições de incerteza, (os testes são utilizados porque é necessário tomar decisões e para as quais a informação disponível é insuficiente). Neste sentido este autor aponta a contribuição de Cronbach e Gleser (1965), que fizeram a aplicação da teoria da decisão às estratégias do examinador em condições de incerteza.

Estes autores apontam que seria desejável que a teoria da construção e da utilização do teste considere como os testes poderiam servir melhor na tomada de decisões. Comentam estes autores que tal objectivo não tem sido suficientemente atingido porque o teste é na maioria dos casos visto apenas como um instrumento de medida, havendo uma maior preocupação com a precisão da medida, e não com o objectivo último da administração do teste:

como chegar a decisões sobre uma pessoa.

Cronbach e Gleser não refutam que o valor de qualquer teste depende da sua precisão, mas apontam outras considerações que entram no estabelecimento do seu valor incluindo a pertinência da medição para a decisão que tem de ser tomada e os potenciais prejuízos que poderiam resultar de uma decisão errada. Os autores apontam o dilema, tanto do construtor de testes como dos seus utilizadores, entre a escolha de uma avaliação precisa de uma única variável ou uma avaliação mais superficial de uma variedade de variáveis. Para tentar analisar esta situação, os autores utilizam a terminologia da comunicação, em que a banda larga produz mais informação mas a sua fidelidade é geralmente menor que a produzida pela banda estreita.

Esta situação verifica-se também na administração dos testes. Se o psicólogo quer obter informação para uma única variável é possível obter uma informação mais controlada e mais credível. Nessa altura, no entanto, estará também a restringir-se a uma única variável. No caso de querer obter informação para várias variáveis, a sua fidelidade não será tão grande como no caso anterior, mas terá uma informação mais rica para as decisões a tomar ou para o levantamento de hipóteses.

Para estes autores, as técnicas projectivas seriam o exemplo de instrumentos de banda larga. Concretamente, o Rorschach possibilita uma informação sobre um grande número de variáveis, entre as quais: o funcionamento intelectual, a relação social, atitudes sexuais e agressivas, estilos de cognição, etc.

Analisando a atitude e o problema dos custos, incluindo os económicos, os autores pensam que há que obter um compromisso entre a

diversidade de informação (banda larga) e uma informação mais específica, também mais fiel. Em virtude da falta de informação sobre o sujeito, eles preconizam a utilização de instrumentos de banda larga, como as técnicas projectivas, para obter informação sobre um grande número de variáveis, o que será de grande utilidade para o levantamento de hipóteses que poderão ser verificadas através da informação específica de instrumentos de banda estreita, que serão utilizados em complemento. Acrescentam mesmo que as inferências a partir das técnicas projectivas podem às vezes estar erradas, mas frequentemente sugerem hipóteses que quando confirmadas são de uma grande utilidade prática. Na sua opinião não está em questão saber se os instrumentos de banda larga (técnicas projectivas) são bons ou maus, mas de saber quais os que dão melhor informação para tomar decisões sobre um problema.

A contribuição destes autores é importante devido à opinião entre procedimentos de banda larga e banda estreita, reconhecendo as diferentes utilizações destas duas abordagens, e a necessidade de utilizar critérios diferentes para avaliar estes dois tipos de métodos de avaliação..

A concluir, há uma diferença fundamental entre a perspectiva psicanalítica e a perspectiva cognitivista em relação à situação de teste projectivo. Enquanto que a primeira tenta, "com certa ingenuidade", fazer com que o sujeito "jogue o jogo", isto é, diga tudo o que lhe ocorre frente ao estímulo, sem cálculos nem reflexões, evitando orientar as respostas para a produção de efeitos; a perspectiva cognitivista numa atitude mais "realista", tenta analisar o comportamento do sujeito como apresentando-se pleno de cálculos e orientando nitidamente as respostas para a produção de um "efeito". Em que medida um e outro aspecto acaba por determinar a resposta,

e em que medida a relação da sua incidência acontece em cada sujeito, merece uma análise mais detalhada e investigação específicas.

5. A TEORIA DO CAMPO

A teoria do campo (Holzberg, 1968), foi também tomada a propósito da análise das técnicas projectivas. Deutsch (1954), define a situação de administração do teste projectivo como uma situação social, sendo as respostas do sujeito determinadas por três factores: as tendências de personalidade do sujeito, a situação objectiva, e a definição subjectiva da situação pelo sujeito. Trata-se de reconhecer que todos os acontecimentos psicológicos têm de ser pensados em função do meio em interacção com o sujeito, ao que Lewin (1951), chamou o espaço vital. Os acontecimentos psicológicos apenas poderão ser compreendidos em termos do campo psicológico que existe na altura em que eles ocorrem. Uma acção do passado pode criar condições que continuem no presente mas serão influenciados pelo campo psicológico actual.

A situação de administração do teste projectivo consiste não apenas no estímulo, mas também na interacção interpessoal entre o psicólogo e o sujeito, o quadro institucional em que decorre, as expectativas do sujeito, e as condições físicas da administração, assim como a atitude do psicólogo, o tipo de relacionamento, em resumo, todos os factores tanto de ordem física como emocional, que caracterizam uma situação deste tipo.

Depreende-se daqui que as respostas do sujeito só poderão ser

globalmente compreendidas se o psicólogo conseguir também compreender a definição da situação para o sujeito. Este esforço por parte do psicólogo advem do facto da situação ser tomada pelo sujeito como diferente da definição feita da mesma pelo psicólogo. Esta definição de situação varia de sujeito para sujeito, pois tanto pode ser encarada como uma prova de competição como uma prova lúdica.

Segundo a opinião de Deutsch, é necessário estudar as intenções e expectativas do sujeito em relação à situação social da administração do teste para interpretar as suas respostas à mesma situação. Nas técnicas projectivas a liberdade de acção do sujeito é muito grande em relação às possibilidades de negociação com a comunicação da sua execução da tarefa. O modo como responde e interpreta as placas de Rorschach, através do todo ou da parte, a escolha dos determinantes, dos conteúdos está relacionado com as características da sua personalidade. Embora algumas destas escolhas estejam dependentes das características do estímulo, muitas outras estão relacionadas com a sua personalidade, sendo as técnicas projectivas um instrumento, por excelência, de avaliação dessas características.

Segundo a teoria do campo, as regras que governam uma situação social são as mesmas da situação do teste. É indispensável, para compreender o comportamento numa situação social, a definição da situação pelo sujeito e as suas intenções em relação a ela. "A sua percepção da situação de teste está relacionada com a sua personalidade, as características do estímulo, a personalidade e as expectativas do examinador, os estatutos sociais dos dois, o objectivo do testing, e como a cultura define o comportamento apropriado na situação de testing" (Holzberg, 1968, p. 54).

As diferenças na maneira de encarar a situação da administração de testes, depende de valores culturais próprios de grupos e subgrupos, o que leva a comportamentos e tipos de respostas diferentes segundo estas diferenças culturais. Na opinião de Deutsch, a predição do comportamento extra-teste requer informação como o sujeito definiu a situação de teste e como essa definição corresponde à definição de outras situações.

Segundo Guillaumin (1977) o teste é apresentado como uma espécie de "jogo", uma actividade "real-irreal" (p. 184), aparecendo como uma actividade substitutiva e também uma actividade regressiva. Lewin (1959) analisou o poder substitutivo do jogo e do material lúdico, cuja introdução em psicologia, na sua opinião, se deve a Freud. O carácter substitutivo do material depende da sua plasticidade ou da sua indeterminação para o sujeito. Na maioria dos testes projectivos (ex. Rorschach) a indeterminação é própria do objecto morfológico, e por isso perceptiva, e leva à indeterminação da significação e dos valores. Como o sujeito é livre de atribuir o valor ao material, a actividade daquele obedece a uma lei de economia, tende a investir no material as valências em relação com o seu próprio sistema de tensões (valências distribuídas de tal maneira que contribuem para o equilíbrio deste sistema, que é o caso do aspecto terapêutico da descarga projectiva).

Na opinião de Guillaumin, ainda não se pode falar em jogo, como na psicologia do campo, no quadro dos testes projectivos. Estes testes explorariam o aspecto estrutural da personalidade como um todo, cujos elementos seriam interdependentes. Nesta base pode-se admitir que ao impôr ao nível representativo uma organização a estímulos pouco organizados, o sujeito joga nas projecções as suas estruturas pessoais. Assim

ao "identificar mais ou menos inconscientemente a sua dramática e os seus afectos pessoais aos que julga que os testes são portadores, objectiva estes movimentos e estes estados como um espectáculo cénico, no qual ele seria ao mesmo tempo ou de cada vez o autor e o espectador apaixonado, interessado ou distante" (Guillaumin, 1977, p. 185).

O jogo projectivo tornaria o sujeito capaz de constituir para um outro, que é talvez em primeiro lugar ele próprio, o campo das significações vitais no campo do imaginário. O psicólogo através do teste levaria o sujeito a uma evasão imaginária, seguindo-o nessa excursão de modo a continuar a controlá-lo realmente enquanto o sujeito desenvolve uma conduta "desreal" (não real).

6. A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO

De todo o grupo de testes projectivo, os autores que se reclamam da área da psicologia do desenvolvimento, focalizaram bastante os seus trabalhos no teste de Rorschach. As suas investigações incidiram sobre as possibilidades de avaliação dos diferentes níveis de desenvolvimento, da criança ao adulto, através da riqueza da elaboração perceptiva. Esta avaliação, de alguma forma associada ao desenvolvimento cognitivo, basear-se-ia na complexidade da elaboração perceptiva nos modos de apreensão. Assim são desenvolvidos estudos sobre a evolução da apreensão do sujeito ao longo da idade (da criança ao adulto) e através do estudo da regressão, isto é, a dominância de níveis de desenvolvimento mais baixos que os esperados

para a idade do sujeito. Um dos exemplos de tais estudos prende-se com o estudo de diferenças tomando grupos psicopatológicos específicos.

Meili-Dworetzki (1939, 1956), é um dos primeiros autores a reconhecer o potencial da prova de Rorschach para a diferenciação dos níveis mentais de flexibilidade e complexidade, analisando em crianças de diferentes idades os níveis de selecção da localização (modos de apreensão). Segundo Exner (1986), esta autora baseou as suas investigações nas hipóteses de H. Rorschach (1921), Piaget (1924) e Beck (1933). Ela encontrou uma evolução na selecção e integração da localização com a progressão das idades e sugeriu a possibilidade de estudar o desenvolvimento cognitivo através da diferenciação dos vários tipos de localização das respostas (Exner, 1986). Esta autora considerou não só a diferenciação dos modos de apreensão, como dos determinantes: forma, movimento, cor e esbatido, segundo os princípios do desenvolvimento perceptivo nas diferentes idades.

Segundo Exner (1986), Rapaport e col. (1946), viram o mesmo potencial e sugeriram uma abordagem experimental para diferenciar as respostas globais.

Beizmann (1982), nos seus estudos sobre a criança, através do teste de Rorschach, principalmente o seu estudo genético e normativo, baseou-se nos trabalhos de Dworetzki (1939, 1956). As suas conclusões estatísticas sobre o desenvolvimento do funcionamento cognitivo, confirmaram em grande medida os trabalhos de Dworetzki. Por exemplo, sobre a evolução perceptiva das formas (segundo os princípios do desenvolvimento mental: a diferenciação incrementa a complexidade e cresce na flexibilidade), em que a criança passa de uma estruturação primitiva ou sincrética que traduz um

pensamento indiferenciado (dominância de respostas G secundárias e confabuladas). Em seguida passa pela análise primitiva, onde a criança consegue quebrar a estrutura global difusa e dissociar o conjunto da mancha e que leva ao aparecimento das respostas D e Dd primitivos. Aparece em seguida a análise lógica, onde a criança consegue integrar os detalhes, e evolui para a estruturação superior que caracteriza o pensamento sintético, capaz de resolver os problemas abstractos e teóricos (Beizmann, 1982).

Dworetzki não elaborou grelhas de cotação para aplicação dos resultados dos seus trabalhos, como aconteceu com Friedman (1953), embora este se baseasse nos trabalhos de Werner (1948, 1957).

A abordagem desenvolvimentalista do comportamento de Werner (1948, 1957) refere que as mudanças de desenvolvimento se efectuam através de sequências sistemáticas e ordenadas com uma direcção implícita. O princípio regulador que descreve como essas mudanças se efectuam, indica que quando o desenvolvimento ocorre, este procede de um estágio de globalidade relativa. Em referência a grandes modelos teóricos (Rorschach, 1921; Piaget, 1924; Beck, 1933) à falta de diferenciação sucedeu-se um estágio de diferenciação, articulação e integração hierárquica crescentes (Hemmendinger & Schultz, 1977). Este princípio "ortogénico" permite não só o estabelecimento de previsões sobre os acontecimentos desenvolvimentais específicos ou as mudanças do comportamento, como a compreensão e a interpretação deste nos seus diferentes aspectos.

Werner concebe o desenvolvimento como a evolução de uma certa globalidade sincrética sem diferenciação, para um estado de diferenciação progressiva e de integração hierárquica crescentes.

A tentativa de aplicação destes princípios de desenvolvimento cognitivo de Werner no teste de Rorschach, através de um sistema de cotação do nível de desenvolvimento, deve-se a Friedman (1953). O sistema de cotação deste autor (Developmental Location Scores - cotação do desenvolvimento das localizações), avalia o nível de desenvolvimento cognitivo do sujeito, baseado no funcionamento perceptivo no Rorschach. Avalia a estrutura do que é percebido, a adequação do nível formal, a integração dos elementos, etc., o que permite classificar os indivíduos segundo uma escala de desenvolvimento perceptivo reflectindo o desenvolvimento da personalidade (Holzberg, 1968). Este sistema de cotação emprega seis categorias para avaliar a especificidade da localização, três das quais são consideradas de "alto desenvolvimento" e as outras reflectem notas de "baixo desenvolvimento" (Exner, 1986). Este sistema é considerado por Exner (1986) como o método mais elaborado para a diferenciação da especificidade da localização, sendo muito semelhante, mas mais completo, que o de Rapaport pois aplica-se tanto às respostas globais como às de detalhe.

A investigação sobre este método de Friedman foi considerável, estabelecendo que esta técnica pode ser eficiente para o estudo do nível de desenvolvimento do funcionamento cognitivo. Exner (1986), afirma que, embora tal método possibilite distinguir as diferenças nas crianças já identificadas pelas idades cronológica e mental, está mais especificamente relacionado com as operações cognitivas.

Utilizando o método de Friedman, Hemmendinger (1977) aplicou a

prova de Rorschach a crianças e a adultos, tendo chegado a algumas conclusões interessantes. Em primeiro lugar sugere que o desenvolvimento nunca é muito completo, isto é, o comportamento dos adultos mantém algumas das propriedades globais que são características das crianças muito jovens. Em crianças muito pequenas estão sempre presentes traços do que serão as suas características de nível quando forem mais velhas. Esta posição mostra um certo determinismo: o adulto nunca se "liberta" daquilo que foi em criança, e a criança já mostra possuir "o que vai ser".

Vários autores, entre os quais Friedman (1953), Hemmendinger (1953), Siegel (1953), Peña (1953) e Frank (1951), analisaram a regressão perceptiva através do Rorschach. A regressão é operacionalmente concebida como a relativa acentuação de níveis de funcionamento geneticamente baixos nos vários grupos clínicos (Hemmendinger & Schultz, 1977). Segundo a teoria do desenvolvimento, os grupos clínicos atingidos por psicopatologia grave teriam um nível de funcionamento mais baixo que os atingidos por psicopatologia menos grave. As investigações conduzidas com o teste de Rorschach validaram estas hipóteses, incluindo uma progressão do desenvolvimento nos normais segundo uma progressão etária. Verifica-se, ainda, que o nível de regressão varia segundo os grupos clínicos. Peña (1953), ao estudar um grupo de adultos, sugere que a regressão variava entre o esquizofrénico catatónico e os adultos normais. Também Siegel (1953) postulou que os esquizofrénicos catatónicos assemelham-se (nos seus resultados genéticos) a crianças com três a cinco anos de idade, os paranoídes a crianças de seis a dez anos, os psiconeuróticos estão entre as crianças de 10 anos e os adultos normais, os indivíduos com lesões cerebrais são parecidos com crianças mais velhas, com algumas das características perceptivas das

crianças mais novas e possuindo alguns dos traços de adultos normais. Finalmente pode-se verificar que, no funcionamento perceptivo destes grupos clínicos, podem aparecer carecterísticas de um nível genético misturadas com outras mais evoluídas.

Hemmendinger e Schultz (1977), baseados nestes trabalhos e nos de Hemmendinger (1953) sobre a evolução do funcionamento perceptivo, pensam que a percepção é um processo que se implementa no tempo, sendo um processo de desenvolvimento em vez de um produto acabado.

Adoptando o sistema de cotação de Friedman da qualidade de desenvolvimento do funcionamento cognitivo, Exner (1984) propõe algumas modificações devido a alguns problemas de precisão na cotação. Assim reduz o número de categorias de seis para quatro, representadas pelos simbolos + (sintético), o (comum), v (vago) e - (arbitrário).

Após vários estudos sobre os níveis de funcionamento cognitivos, (Exner, 1986) modificou os critérios para a cotação da qualidade de desenvolvimento, em que o símbolo - (arbitrário) desapareceu por não ser relevante. Os símbolos utilizados actualmente são: + (respostas sintéticas), v/+ (respostas vagas/sintéticas), o (resposta comuns) e v (respostas vagas). Este sistema de cotação da qualidade de desenvolvimento (D. Q.), permitiria avaliar a qualidade de funcionamento cognitivo dos sujeitos. A interpretação baseia-se na frequência qualitativa das respostas, conforme o sujeito produza maior ou menor quantidade de respostas sintéticas, comuns ou vagas. Este sistema de cotação obteve resultados positivos ao nível da validade (Exner, 1986).

Hemmendinger e Schultz (1977) fazem a listagem dos autores que desenvolveram trabalhos com o Rorschach nesta área de 1959 a 1972, dividindo-os em três áreas: os dados normativos do sistema de cotação, a psicopatologia e os processos psicológicos normais.

Os autores constataam uma diminuição das investigações a propósito do sistema teórico de Werner. Na maior parte dos casos tratam-se de modificações do trabalho anterior como o sistema de Friedman. Hemmendinger e Schultz tentam explicar as razões que levaram a esta diminuição apontando, entre outras, o desinteresse crescente dos psicólogos clínicos pelo diagnóstico psicológico.

Blatt e colaboradores (1976), elaboraram uma escala de avaliação da representação de objecto, no teste de Rorschach, baseada na integração da perspectiva desenvolvimentalista de Werner, de Piaget e da psicologia do Ego da psicanálise. Esta escala baseia-se na avaliação da representação da figura humana, para avaliar a representação do mundo individual e o conceito que o sujeito tem do outro, incluindo-se ao nível das suas interacções potenciais (Pires, 1986). A escala cota a resposta da figura humana em seis categorias segundo os princípios desenvolvimentalistas: de diferenciação ou os tipos de figuras percebidos, H, Hd, (H), (Hd), de articulação ou o número e tipo de características perceptivas atribuídas às figuras; o grau de internalidade na motivação de acção ou seja desmotivado, reactivo, intencional; o grau de integração do objecto e da acção (fusional, incongruente, não específico, congruente); o conteúdo da acção (malevolente ou benevolente); e a natureza da interacção com outro objecto (activo-passivo, activo-reactivo, e activo-activo).

A cotação através desta escala obteve um significativo grau de fidelidade avaliada através do acordo entre juízes (valores entre 82 a 90% de acordo). A avaliação sistemática das respostas humanas no Rorschach torna possível que o psicólogo clínico tire inferências sobre a configuração da representação do próprio mundo do indivíduo, tendo implicações importantes para a compreensão da natureza da psicopatologia, da relação terapêutica incluindo os progressos ou retrocessos, assim como informação específica para o tratamento da intervenção (Blatt & Lerner, 1983).

Blatt e colaboradores (1976) e Blatt e Lerner (1983) demonstraram além disso que, através da avaliação da representação do objecto, se consegue obter uma diferenciação do diagnóstico das diferentes estruturas psíquicas no domínio da psicopatologia.

Após análise da bibliografia verifica-se que na área da teoria do desenvolvimento, actualmente, não existe uma grande corrente de investigação relacionada com as técnicas projectivas. De todos os trabalhos que referimos, apenas o sistema de cotação de Friedman continuou a ser aperfeiçoado através dos estudos de Exner e colaboradores, através de uma nova proposta de cotação da qualidade do desenvolvimento. Esta reformulação no sistema de Friedman parece justificar um certo êxito, ao nível da divulgação e do esforço de investigação, devido ao facto de ter sido introduzido no Sistema Integrativo do Rorschach de Exner, o sistema unificador de todas as escolas americanas e agora o mais utilizado.

Os trabalhos de Blatt e colaboradores, sobre a avaliação psicológica da representação de objecto parecem muito interessantes, pelo menos através dos resultados por eles divulgados, tendo o mérito de analisar

intensivamente uma área muito específica do protocolo do Rorschach como as respostas da figura humana. Estes autores tiveram o mérito de na sua escala integrarem os esforços de investigação de duas correntes, a teoria do desenvolvimento de Werner e Piaget, e a psicologia do ego da corrente psicanalítica.

7. A PROJECCÃO E AS TÉCNICAS PROJECTIVAS

Devido a uma certa confusão na utilização do conceito de projecção em psicologia, surgiu-nos a necessidade de fazer uma revisão deste conceito.

A psicanálise impôs a sua definição de projecção; ao mesmo tempo que surgiam técnicas de estudo da personalidade que se reclamavam de projectivas. Tal sobreposição deu origem a uma certa polémica pois as duas definições não parecem ser totalmente coincidentes.

Vamos fazer um pouco a história da projecção, analisando este conceito tal como era definido antes da psicanálise, o trabalho de elaboração deste modelo e a sua utilização nas técnicas projectivas, tentando descobrir uma possível coincidência das duas perspectivas.

7.1. ANTES DA PSICANÁLISE

O conceito de projecção aparece no séc. XVII com a constituição da geometria projectiva e significa que as propriedades geométricas de uma figura são conservadas em toda a projecção plana dessa figura, salientando a correspondência ponto a ponto.

A óptica em finais do séc. XIX também adoptou este conceito. Trata-se da "projecção" luminosa que envia sobre uma superfície, a partir de um foco, raios ou radiações. Este sentido teve um desenvolvimento no cinema com a projecção do filme e a projecção da luz.

A neurologia define a projecção num sentido derivado da geometria, onde há uma correspondência ponto a ponto entre uma figura no espaço e uma figura plana. Em neurologia diz-se que determinada localização cerebral constitui a projecção de determinado aparelho somático, havendo assim como na geometria uma correspondência de estrutura a estrutura tanto numa direcção centrípeta como centrífuga. A linguagem psicofisiológica dá-lhe um segundo sentido que é o movimento do centro para a periferia, por exemplo, dir-se-à que "as sensações olfactivas estão localizadas por projecção ao nível do aparelho receptor" (Laplanche & Pontalis, 1981).

Em psicologia, o termo projecção é utilizado de diversas maneiras ou em diferentes contextos, o que dá origem a uma certa confusão. Alguns exemplos podem ser apontados:

- quando o sujeito mostra pela sua atitude que assimilou uma pessoa

a outra (a projecção da imagem do pai sobre o professor), isto é designado em psicanálise por transferência;

- quando o sujeito se assimila ou se coloca no lugar de uma pessoa estranha, diz-se assim que o leitor de romances se projecta sobre determinado herói, ou determinado autor projecta nos animais ou objectos sentimentos antropomórficos (mecanismos de identificação);

- quando o sujeito atribui ao outro sentimentos e/ou desejos que desconhece nele (o racista que projecta no grupo desprezado os seus próprios erros e tendências inconfessáveis). Este sentido é o que se aproxima mais do conceito psicanalítico de projecção.

7.2. DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE PROJEÇÃO PELA PSICANÁLISE

A psicanálise define a projecção como o processo em que o sujeito atribui ao Outro sentimentos, desejos e tendências que ele recusa ou desconhece nele e dos quais se quer libertar. Este movimento do interior para o exterior é inconsciente (o consciente não conseguindo controlar a situação), e como tal tem sido tomado como um mecanismo de defesa primário (marca o fracasso do recalçamento). No fundo, o sujeito não consegue suportar ter ou ser aquilo de que pretende libertar-se.

Embora a projecção possa ser utilizada tanto por estruturas neuróticas como psicóticas, aliás em qualquer dos casos é sempre tomada numa perspectiva defensiva, ela aparece utilizada fundamentalmente pelas estruturas psicóticas.

Este conceito foi definido por Freud, a partir de 1895 nos seus escritos sobre a paranóia, tendo sido substancialmente desenvolvido pelos seus continuadores. Poder-se-á afirmar que Freud nunca abordou a projecção no seu conjunto apenas parcialmente conforme as situações (Laplanche & Pontalis, 1981).

Basicamente a projecção aparece abordada num contexto defensivo e até patológico, embora Freud nos deixasse alguns indicadores em Totem et Tabou (1965, escrito em 1913) sobre um tratamento não defensivo na superstição e no animismo nos povos primitivos.

Posteriormente, Freud e continuadores (Ferenczi, Anna Freud e Mélanie Klein) atribuíram um papel importante à projecção associada à introjecção na génese da oposição sujeito (eu)-objecto (mundo exterior).

Anna Freud pensa que a introjecção e a projecção aparecem após a diferenciação do eu com o mundo exterior, opondo-se a Mélanie Klein que colocou em primeiro plano a dialéctica da introjecção-projecção do bom e do mau objecto e viu aí a diferenciação interior-exterior.

A psicanálise tem tido algumas dificuldades em clarificar o funcionamento da projecção na transferência e na identificação, aparecendo mesmo uma designação de identificação projectiva (Bergeret, 1976; Milheiro, 1985, oriunda da escola kleiniana), embora os psicanalistas consigam servir-se habilmente destes conceitos.

O conceito psicanalítico da projecção impôs-se devido à profundidade com que este modelo o elaborou e à utilização com sucesso na terapia analítica, o que nos obriga a compará-lo com o conceito de projecção operacionalizado na psicologia projectiva ou mais precisamente nas técnicas ditas projectivas, como o teste de Rorschach e o T.A.T. entre outros. Aqui

não parece que a projecção seja utilizada numa perspectiva defensiva como a psicanálise essencialmente a definiu (este modelo teve sempre dificuldade em encarar este conceito numa perspectiva não defensiva e sistematicamente os trabalhos de elaboração teórica referem-se ao seu aspecto defensivo).

Na hipótese da utilização defensiva da projecção nas técnicas projectivas, o sujeito além de projectar aquilo que é, projectaria mais aquilo que recusa ser. O instrumento suscitaria, então, mais a projecção do "mau" para o exterior (Laplanche & Pontalis, 1981), o que deveria fazer rever algumas regras interpretativas desses testes.

7.3. INTRODUÇÃO DO CONCEITO DE PROJEÇÃO NAS TÉCNICAS PROJECTIVAS

Em 1939, L. K. Frank referiu pela primeira vez a existência da projecção em testes como o TAT e o Rorschach, que classificou de projectivos. Tratava-se, em sua opinião, de instrumentos que permitiam de forma indirecta o conhecimento do Outro. Devemos acrescentar que Frank chegou a comparar os testes projectivos aos raios X, que atravessando o interior da personalidade fixariam a imagem do núcleo secreto daquela e cuja leitura se faria através da interpretação do protocolo. Como há diferenças enormes entre os instrumentos (por exemplo entre o TAT e a análise grafológica), ele classificou-os em categorias: constitutivos (o Rorschach), interpretativos (o TAT), catárticos (o psicodrama) e construtivos (o Village). Apesar das diferenças, Frank pensa que em todos opera o mesmo processo psicológico, que seria a projecção: " Podemos apreender a

personalidade do indivíduo e induzi-lo a revelar o seu modo particular de organizar a experiência, oferecendo-lhe um campo (objectos, materiais, experiências) relativamente pouco estruturado e pouco dotado de organização cultural a fim que ele possa projectar sobre esse campo maleável o seu modo de ver a vida, o sentido que lhe dá, os seus valores, as suas estruturas e sobretudo os seus sentimentos. Provocamos assim uma projecção do mundo privado, próprio da personalidade do indivíduo, porque este último deve organizar o campo, interpretar o material e reagir a ele afectivamente" (Sami-Ali, 1977).

Esta definição coloca um problema de filiação porque não é muito claro que se trate do conceito analítico da projecção, o mais divulgado nas ciências humanas. Segundo Sami-Ali tudo se passaria como se as técnicas projectivas se baseassem sobre um conceito analítico cujo sentido se modifica após extrapolação. A este problema de filiação reagiram vários autores nas últimas décadas, dentro e fora do campo analítico.

Sami-Ali (1977) refere três tipos de posições relacionadas com a filiação do conceito de projecção como Frank o definiu e se manteve em psicologia, pois essas técnicas "reveladoras" da personalidade continuam a ser apelidadas de projectivas.

- A primeira posição que seria a mais negativista, veiculada por Eysenck (1952), refere que não há nenhuma relação entre a projecção e as técnicas ditas projectivas, há apenas um mal entendido pois estas nem utilizam o conceito analítico nem são testes no sentido estrito do termo. Eysenck propõe a substituição do conceito de projecção pelo de expressão, pois além de os colocar fora do âmbito analítico, eles pertencem à mesma categoria dos testes de desenho.

Sami-Ali critica esta posição de Eysenck. Embora as técnicas projectivas não utilizem o conceito analítico num sentido rigoroso, admitindo que nem toda a projecção seja necessariamente um mecanismo de defesa, a posição de Eysenck é baseada numa interpretação formalista, examinando o que há de comum aos vários instrumentos e não dando importância ao que cada um tem de específico.

O conceito de expressão aplica-se parcialmente a todas as técnicas, mas há algumas como o TAT e o Rorschach que possuem um potencial simbólico importante. É esta característica peculiar que permite a utilização da designação "projectivas", mesmo que se assuma a projecção no sentido lato do termo. Sami-Ali considera conveniente distinguir os métodos que são apenas formais, onde apenas existe expressão, daqueles que, dado o seu conteúdo simbólico, sugerem a presença de um processo projectivo.

- A segunda posição, dita de compromisso, reconhece que as técnicas projectivas utilizam o conceito de projecção dando-lhe um sentido mais amplo e de algum modo diferente do analítico. Nesta perspectiva, estas técnicas operacionalizam a "hipótese projectiva", segundo a qual "as manifestações do comportamento do ser humano, das menos às mais significativas, revelam a sua personalidade, isto é, o principio individual de que é portador" (Sami-Ali, 1977). Como consequência desta tese, não há testes projectivos *per se*, qualquer teste pode ser utilizado como projectivo, é o psicólogo que transforma o material obtido em material projectivo.

Segundo Rapaport (1950), a especificidade das técnicas projectivas conhecidas como tal, reside no facto que confrontam o sujeito com um material amorfo que ele deve estruturar de forma activa e espontânea. Esta

posição, também defendida por Rapaport, Haufmann, Mayman, Murphy e Frank, é criticada por Sami-Ali. O alargamento do conceito de projecção de modo a fazê-lo coincidir meramente com a expressão da personalidade em geral, levaria de algum modo à negação deste conceito. Como não tem nada de específico, e porque a projecção pode ser suscitada por qualquer processo, os "métodos projectivos" podem ser quaisquer uns sem controle dos seus constructos. Isto pode, aliás, estar na base da confusão entre expressão e projecção (Eyrenck, 1952) pois se toda a projecção é expressão, o inverso não se verifica. Atenda-se na grande diferença que existe entre *dizer que se tem medo* (o que é expressão) ou *atribuir o medo a alguém para se libertar dele* (o que seria projecção). A posição desses autores não pode definir o que a projecção tem de específico, nem isolar os elementos diferenciadores das técnicas projectivas em relação a outras técnicas de avaliação, nomeadamente ao nível da personalidade.

- A terceira posição, representada por R. B. Cattell, Helen Sargent, Schaffer, Lazarus e Rosenzweig, defende que existe uma continuidade entre o conceito analítico e os seus derivados psicométricos. Cattell (1951) afirma que a projecção "ingénua", que leva o indivíduo a imaginar que os outros têm os mesmos sentimentos que ele, tem um papel importante nas técnicas projectivas. Outros mecanismos como o "autismo", a "deformação perceptiva para justificar uma necessidade" e a projecção paranóica também intervêm, impondo à realidade percebida uma distorsão.

Sami-Ali coloca a questão se os métodos projectivos não utilizariam o conceito analítico desde que não se limite à sua função defensiva e cita Schaffer e Lazarus: "tanto em psicologia projectiva como na psicanálise, trata-se de um processo de imputação, a uma situação ou a uma pessoa, de

atributos que não existem necessariamente na realidade. As características imputadas ao estímulo provêm de necessidades do sujeito que interpreta, em vez do próprio estímulo" (Sami-Ali, 1977).

Rosenzweig (1942) explica a identidade do processo projectivo nos dois domínios, na medida em que as mesmas tensões subjacentes aos sonhos, subentendem também os fantasmas; os estímulos imediatamente presentes durante o sonho correspondem aos estímulos neutros dos processos psicológicos e os fragmentos mnémónicos têm a mesma oportunidade de se exprimirem nos dois casos. A associação livre é encorajada na interpretação pós-onírica, do mesmo modo que a livre associação é exigida ao sujeito pelos processos de teste destinados a provocar o fantasma.

Sami-Ali conclui tentando responder à questão se as técnicas projectivas utilizam o conceito analítico de projecção, afirmando que é possível mostrar que estas técnicas utilizam algo de parecido à projecção analítica, sendo necessário alargar o sentido do conceito analítico para aí incluir tanto o aspecto defensivo como o não defensivo e, por outro lado, fazer a diferenciação rigorosa entre projecção e expressão. Este autor pensa ser possível generalizar o conceito analítico sem alterar o seu sentido primitivo e recorda a tentativa de Freud de realçar os aspectos não defensivos da projecção. Contudo levanta a questão do como legitimar em teoria a existência de uma projecção não conflictual, quando a explicação teórica actual apenas define a função conflictual do mecanismo.

Embora a psicologia projectiva se sirva do conceito generalizado de

projectão, não consegue justificar essa generalização.

Através de Sami-Ali, verificamos que a psicanálise em vez de rejeitar a utilização "abusiva" do conceito de projectão pela psicologia projectiva, tenta colmatar a insuficiência do seu trabalho teórico sobre este conceito, na medida em que desenvolveu apenas o aspecto defensivo quando nas técnicas projectivas é considerado numa perspectiva não defensiva. A psicanálise afirma que a projectão nestas técnicas é algo de parecido com o conceito analítico, mas que não é totalmente coincidente.

Nem a psicanálise, nem a psicologia projectiva conseguem desenvolver um trabalho teórico para explicar com clareza aquilo que se utiliza empiricamente nas técnicas projectivas. Também existe uma grande confusão na diferenciação entre o domínio da projectão e o da expressão. Por exemplo, há utilizadores do Rorschach que pensam que toda a produção do sujeito pode ser considerado material projectivo, o que embora coincidente com a perspectiva de Frank (1939), poderá ter as suas dificuldades de aceitação imediata.

Tanto no Rorschach como no TAT pode-se afirmar que a projectão, no sentido analítico deste conceito, pode ser utilizada pelo sujeito. Ao nível do Rorschach, por exemplo, as respostas de conteúdo humano, H, poderão traduzir a atribuição pelo sujeito ao Outro daquilo que recusa nele e do qual se pretende libertar. Em tais casos este Outro, em vez de ser uma pessoa real no sentido físico, poderá ser a figura humana que ele percebe nas manchas de tinta e que vai *animar*, neste caso, através do produto da sua projectão.

8. CONCLUSÃO

Como vimos, todos os modelos psicológicos tentaram explicar os fenómenos psicológicos inerentes à situação de administração das técnicas projectivas. Algumas delas centraram a sua análise na especificidade dos seus estímulos, outras na elaboração das respostas e outras, ainda, na utilização ou sentido prático dos resultados. Aspectos como o carácter abstracto e não estruturado dos estímulos, as condições de liberdade na situação de "testing" ou os mecanismos associados à projecção usados pelos sujeitos nas suas respostas destacam o papel simbólico da informação verbalizada e a necessidade do psicólogo dar significado a tais produções.

As técnicas projectivas, não obstante todas as críticas que lhe foram feitas, continuam a ser instrumentos privilegiados na prática psicológica e na investigação clínica da personalidade (no próximo capítulo destacaremos informação que aponta nesse sentido). Por um lado, a sua evolução tem estado ligada à evolução da psicologia clínica, pois que esta sempre utilizou intensamente aquelas técnicas. Por outro lado, também tem estado ligada à evolução do estudo da personalidade (Hertz, 1986) na medida em que estes testes psicológicos têm servido o objectivo da investigação da personalidade.

Actualmente evidenciaram-se duas tendências em relação às técnicas projectivas: uma privilegiando uma focalização mais estreita do teste e a outra uma focalização mais larga ao nível do "constructo".

No caso do teste de Rorschach, os trabalhos de Friedman, Werner e principalmente de Exner, aperfeiçoaram o sistema de cotação e

desenvolveram investigações significativas sobre a justificação teórica desta prova. Integraram-se, assim, na primeira perspectiva e cujo objectivo é aumentar os níveis de fidelidade e validade desta prova através do desenvolvimento da sua metodologia. A segunda perspectiva encara o Rorschach mais como uma entrevista aberta do que um teste, servindo para o transformar numa técnica terapêutica, através da associação de ideias (Aronow & Reznikoff, 1979) ou para analisar estilos de comunicação num grupo de indivíduos (Singer, 1977).

Em relação ao teste de Rorschach, os trabalhos mais interessantes situam-se nestas duas perspectivas; o desenvolvimento das capacidades e qualidades métricas da prova, e a análise da dinâmica do sujeito como entrevista aberta (Korchin & Schulberg, 1981). Como exemplo desta última preocupação, referem estes dois autores o uso feito destas técnicas pelos terapeutas numa linha behaviorista e onde as respostas no Rorschach e no TAT, aparecem interpretadas mais como amostras de comportamento do que como sinais dos processos internos.

Na década de 70, como veremos no próximo capítulo, notou-se um certo declínio na utilização dos testes e na avaliação psicológica, devido entre outras razões ao maior interesse dos psicólogos pela intervenção e pela psicoterapia do que pela avaliação psicológica. No entanto, actualmente, tanto na intervenção clínica como na investigação têm vindo a aumentar a importância da avaliação e dos instrumentos usados para o efeito (Korchin & Schulberg, 1981; Piotrowski et al., 1985; Ritzler & Alter, 1986).

As técnicas projectivas têm vindo a sofrer muitas críticas, principalmente da corrente psicométrica, e a sua utilização tem sido considerada polémica, como veremos no próximo capítulo. Diríamos que, ao longo das décadas tem havido "fases de sucesso" e de "declínio".

Globalmente consideramos que a sua conceptualização tem tido evoluções muito significativas durante os anos 70 e 80, sendo de salientar os trabalhos de Exner e Weiner a esse propósito. Remetemos para o próximo capítulo a polémica relacionada com a falta de validade das técnicas projectivas e a reorientação metodológica agora verificada nos estudos efectuados quanto à validade dos resultados no Rorschach.

CAPÍTULO III

OBJECTIVIDADE E VALIDADE DO RORSCHACH

Após uma divulgação relativamente lenta, o Rorschach ganhou rapidamente grande prestígio revelando-se um bom instrumento no estudo da personalidade⁽¹⁾. A sua progressiva valorização está intimamente ligada ao facto de permitir compreender a especificidade do indivíduo em si mesmo e não apenas como unidade de um grupo, como acontece por exemplo na generalidade dos testes objectivos de personalidade em que os resultados individuais se mostram referenciados nas normas do grupo. Isto explica que a "subjectividade" desta prova foi muito valorizada pelos vários autores, entre os quais Frank, o introdutor da designação de técnica projectiva, (Frank, 1939). A ligação desta prova com a psicanálise contribuiu para essa valorização.

Mais tarde, na década de quarenta, vários autores: Zubin (1941), Klopfer & Kelley (1946), fizeram sentir a necessidade de se estabelecerem bases teóricas e científicas para uma maior objectividade, afastando tudo o

(1) Na divulgação desta prova em Portugal, aponta-se o trabalho do Prof. Luiz de Pina (1938), onde descreve a história desta prova e a tentativa precursora de Sérgio de Sousa (1916), com um estudo sobre a imaginação baseado no mesmo princípio do teste de Rorschach (in Pina, 1938, p.9, - Sérgio de Sousa (1916) Recherches sur l'imagination . "Intermédiaire des Éducateurs").

que de subjectivo e intuitivo estava ligado ao Rorschach. Refira-se, aliás, que o estabelecimento de bases objectivas para a interpretação, constituia já uma das preocupações dominantes do autor deste teste projectivo.

1. O "FRACASSO" DA VALIDAÇÃO PSICOMÉTRICA DO RORSCHACH

As maiores críticas ao Rorschach, como técnica objectiva e válida, vieram da corrente psicométrica. Essas críticas foram principalmente nos anos sessenta e incidiram sobre a sua não validação psicométrica. Estas críticas vieram a abalar de alguma forma o prestígio desta prova.

Vários estudos foram progressivamente realizados tendo em vista a validação psicométrica das técnicas projectivas, principalmente do Rorschach. Embora os resultados dos diferentes autores nem sempre fossem coincidentes, eles suscitaram várias críticas aos métodos de validação utilizados.

Através das revisões bibliográficas (Silva, 1983), constata-se que nas décadas de quarenta e cinquenta, vários autores: Zubin (1941), Ainsworth (1954), Cronbach & Meehl (1955), Payne (1955), desenvolveram estudos sobre a validação psicométrica das técnicas projectivas, focando os problemas levantados nesse domínio pela especificidade destas técnicas.

Ao nível do teste de Rorschach, os estudos de validade têm-se

orientado, quer para a tomada de diferentes grupos específicos de sujeitos (procedimento experimental, grupos contrastantes com recurso a drogas e hipnose, grupos de psicopatologia variada), quer para a análise do grau de acordo entre os resultados obtidos por esta técnica e os resultados de outras fontes de diagnóstico (por ex. diagnóstico psiquiátrico). Alguns estudos, têm ainda considerado elementos mais específicos ou mais globais do próprio protocolo ou variáveis que o teste contempla.

Rabin, o autor que realizou uma revisão bibliográfica sobre os estudos de validação do Rorschach realizados nessas décadas, publicada na obra de Anderson & Anderson (1963) e dedicada à validação das técnicas projectivas, concluiu que estes estudos ajudaram a transformar o Rorschach num método de análise da personalidade com uma boa fundamentação científica e experimental.

Outro trabalho importante no que diz respeito à validade e aos problemas levantados por esta na análise dos resultados do Rorschach, é a obra de Mary Ainsworth (1954). Esta autora considera esta prova como um método de observação e avaliação, e não como teste de personalidade. A validação não deve incidir no Rorschach como técnica mas sobre as suas conclusões, sobre a personalidade e as hipóteses que lhe estão subjacentes. Considera, assim, que a validação se deve fazer através da validação de hipóteses e não da validação dos testes, em paralelo com o desenvolvimento dos estudos sobre a personalidade.

Ainsworth levanta o problema da validação das hipóteses interpretativas e, na revisão dos estudos das variáveis únicas, ela afirma que é possível a verificação de hipóteses isoladas e cita alguns exemplos como a

correlação entre as cotações indicadoras da eficiência intelectual e os resultados em testes de nível. Estudos deste género têm-se constituído como forma indirecta da validade das hipóteses interpretativas.

Quanto à questão da predictividade nas técnicas projectivas, esta autora considera que o seu estudo está em paralelo com a investigação global da personalidade. O modo de predição tendo em vista a verificação de uma hipótese acerca do funcionamento da personalidade individual, serve dois objectivos: a validação de uma componente da técnica e a extensão do conhecimento sobre a personalidade.

As maiores críticas a esta prova surgem em 1959 no *The Fifth Mental Measurements Yearbook*, marcando de algum modo o fim do culto ao Rorschach praticado até aí nos Estados Unidos. Eysenck, após uma revisão da literatura, conclui que se falhou na tentativa de estabelecer o valor científico desta prova. Segundo este autor os estudos de validação com resultados positivos apresentam vários erros metodológicos (de planificação ou de estatística). Os resultados seriam tanto mais negativos quanto melhores são, em termos metodológicos, os estudos de validação. As hipóteses do Rorschach só se verificariam devido a "fontes incontroladas de erro" (Silva, 1983, p. 94).

Outro autor, Murstein (1960), após uma revisão crítica dos estudos de análise factorial do Rorschach, aponta vários problemas específicos desta prova, pertencendo ou não ao domínio estatístico. Entre outros, salienta o carácter verbal da prova em que, praticamente, só se analisa a verbalização, atingindo através desta, e logo de uma forma indirecta a percepção. Conclui,

então, então que o resultado varia segundo as competências verbais do sujeito. Refere também a dependência de variáveis (por ex. K depende de H), o que contraria os princípios da análise factorial em que estas devem ser independentes; o número imprevisível de respostas e a multiplicidade de estímulos (10 placas, em que cada uma pode funcionar como teste independente).

Esta análise crítica leva Murstein a concluir que é praticamente impossível realizar uma análise factorial correcta desta prova, pois trata-se de um teste quantitativo inadequado, é uma interpretação de uma interpretação e não um teste perceptivo. Conclui então que, nas mãos de clínicos experientes, esta prova é um meio de sondar as camadas profundas da personalidade mas, ao nível da investigação é uma calamidade psicométrica.

A partir destes trabalhos algumas posições defendem que seja retirado ao Rorschach a categoria de teste. Há quem conteste os seus fundamentos teóricos e quem aconselhe a considerar-se esta prova como uma entrevista (Zubin, Eron & Schumer, 1965).

No *The Sixth Mental Measurements Yearbook* de 1965, nas revisões da literatura de R. Dana, L. Eron e A. Jensen são formuladas as críticas mais contundentes.

Dana (1965) considera que a utilização adequada do teste depende do clínico em função da sua experiência e de variáveis desconhecidas da personalidade. Assim, é o clínico e não o teste que permite o estudo da personalidade. A tentativa de converter o Rorschach num instrumento psicométrico falhou pois esta prova não realiza os critérios habituais de objectividade, validade e garantia que caracterizam qualquer instrumento de

avaliação psicológica.

Leonard Eron (1965) afirma que o Rorschach pode resultar em clínica mas não na investigação, defendendo a ideia de Zubin de que esta prova deve ser considerada como uma entrevista, reconhecendo o insucesso dos estudos de validade. Por último, Jensen (1965) assume uma posição mais radical. Depois de apontar os resultados negativos de validação na investigação, considera-o um teste medíocre sem valor científico e prático. Vai ainda mais longe ao afirmar que para acabar com o desperdício em dinheiro e esforço humano na aplicação desta prova a milhões de pessoas nos Estados Unidos, se deve abandonar pura e simplesmente o Rorschach na prática clínica deixando de se exigir aos estudantes de psicologia clínica que percam tempo a aprender a técnica.

Tudo levava a crer nos finais dos anos sessenta, que o Rorschach estava condenado a desaparecer e que mais ninguém o iria utilizar. No entanto, é precisamente o contrário que vai acontecer na década de setenta.

Até aqui, os resultados negativos dos estudos de validação do Rorschach parecem mais ficar a dever-se às tentativas de transposição da metodologia usual em testes de inteligência e em questionários de personalidade e à pouca atenção à especificidade do próprio teste. Embora possam encontrar-se algumas semelhanças deste teste com os demais instrumentos, designadamente os inquéritos de personalidade, é evidente que as suas características peculiares impedem a aplicação da metodologia estatística mais tradicional (por ex. a análise factorial dos resultados).

É aqui que surgem as críticas aos métodos estatísticos utilizados como inadequados às características do Rorschach, vindas principalmente mas não só, da clínica. Vários trabalhos constituem-se como resposta às críticas dos autores mais identificados com a corrente "psicométrica" às técnicas projectivas.

2. AS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO E A VALIDADE DO RORSCHACH

Karon (1968) analisou o problema da validade das técnicas projectivas na medida em que há muitos artigos que provam a sua validade e também muitos que provam a sua falta de validade. A sua análise incide sobre a problemática de validade ou validades, analisando todos os tipos de validades que possam ser utilizados, tais como a validade de conteúdo, a validade de critério e a validade de constructo.

A sua contribuição incide particularmente sobre a diferenciação dos tipos de validade e a análise muito cuidada das condições em que se tenta medir essa validade.

Em relação à análise do conteúdo, que o autor define como a medida em que o conteúdo do teste se adequa à apreciação de um perito no assunto sobre a adequação e a representatividade do teste em relação àquilo que vai ser medido (Karon, 1968, p. 86), considera que não se tem dado a devida

atenção a este tipo de validade nas técnicas projectivas, apesar das poucas alternativas que se colocam à avaliação de fenómenos inconscientes sem o recurso a estas técnicas.

Na utilização clínica, a grande variedade ou facetas da personalidade nas quais o psicólogo clínico está interessado, torna difícil a realização da investigação para o estabelecimento da validade de conteúdo da medida.

Segundo o autor a validade de conteúdo é o julgamento, a partir de uma teoria, de um psicólogo clínico competente. Ao desenvolver as teorias desenvolve também a investigação conducente às condições de avaliação objectiva dos constructos em oposição à observação de tipo naturalista. Em psicologia clínica, esta investigação em geral apenas tem fornecido maior evidência às próprias teorias antes formuladas com base na observação clínica do psicólogo e não tanto ao nível dos próprios instrumentos (Karon, 1968).

Na validade por referência a um critério relacionado, em que se compara a nota de um teste com uma ou mais variáveis consideradas uma medida ou manifestação directa da característica do comportamento em questão, o autor aponta que muitas vezes na investigação com testes projectivos as dificuldades residem mais na pobreza e na falta de compreensão do critério do que numa falha do teste. Exemplifica isto com a baixa predictibilidade encontrada num estudo conduzido junto de pilotos da força aérea devido à falta de compreensão do critério (Karon, 1968). Defende, assim, que isto não se deve à falta de capacidade avaliadora do Rorschach para interpretar as características da personalidade, mas porque não se tem nenhuma experiência clínica a propósito dos critérios de sucesso e insucesso em termos da personalidade dos pilotos.

Assim a falta de predição do comportamento tomando como base os resultados de Rorschach reside também na falta de compreensão das características de situação em que o teste possa ser utilizado. O problema não está apenas no teste ou nos seus resultados mas na própria definição do critério. O exemplo mais evidente é o das dificuldades das técnicas projectivas para prever diagnósticos psiquiátricos. Quando se examina este critério nota-se que ele é muito pouco consistente seja ao nível dos aspectos nosológicos seja das definições propostas pelos próprios médicos.

O autor cita vários exemplos com o teste de Rorschach em que quando o critério é devidamente definido se verificam resultados de validade muito mais positivos. Por exemplo, nas experiências com pessoas ansiosas a correlação era muito fraca até ao momento em que, tendo-se verificado que cada indivíduo tinha características de sistemas de stress próprios, com reacções próprias face aos diferentes tipos de stress, a correlação aumentou significativamente tomando-se em consideração sub-grupos. Para o autor a chave reside na análise psicológica do critério.

No que toca à validade clínica e à validade de investigação, o autor aponta diferenças significativas entre ambas. Enquanto neste último caso se pode tolerar algum erro fortuito que poderá ser compensado com um grande número de sujeitos, a validade clínica envolve uma predição muito precisa, mas não generalizável com exactidão. Temos que, acrescentar que enquanto na investigação se trabalha geralmente com grupos de sujeitos, na clínica trabalha-se com a especificidade de um sujeito (seus problemas pessoais, sua situação no teste, o seu contexto, etc.).

Outro factor importante é que na clínica, a avaliação inclui não apenas um teste como também o próprio psicólogo clínico. A avaliação das condições de validade de um instrumento são diferentes nas duas situações.

A competência e a experiência do psicólogo tem uma importância tão grande ou maior que o teste para a validade clínica.

O autor aponta nesta discussão da validade das técnicas projectivas alguns aspectos muito importantes referentes à metodologia dos estudos de validação e à utilização de instrumentos no contexto clínico. A validade das técnicas projectivas é muito maior e grande número de críticas fica sem fundamento quando cuidados metodológicos são salvaguardados nos estudos.

Silva (1983) aponta três contribuições interessantes produzidas durante a década de setenta, em resposta às críticas contundentes da década de sessenta à validade do teste de Rorschach. Trata-se dos trabalhos de Blatt (1975), Weiner (1977) e Holley (1973).

Blatt principia por desenvolver uma crítica aos estudos para obtenção de juízos clínicos globais e aos relacionados com categorias de cotação ou tipos de resposta. Os primeiros estudos nada dizem do porquê do sucesso ou insucesso das avaliações dos juízes ou dos processos inferenciais dos avaliadores (nem dos processos psicológicos implicados). Quanto aos estudos sobre os tipos de respostas, eles não consideram a totalidade do protocolo e o contexto específico da prova. A interpretação subtil de um clínico não é tomada em consideração. Os insucessos na demonstração de alguns aspectos fundamentais do Rorschach devem-se, então, à utilização incorrecta das cotações.

Em relação à metodologia de validação das técnicas projectivas, Blatt (1975) refere-se à utilização de dois tipos de critérios: a diferenciação de grupos nosológicos e a predição do comportamento. O autor levanta aqui

alguns problemas metodológicos relacionados com os critérios de validação das técnicas projectivas pois, geralmente, não se sabe se esses critérios foram correctamente definidos e analisados para poderem servir como termo de comparação com as variáveis do Rorschach.

Relativamente ao primeiro critério, a diferenciação de grupos nosológicos, isto é, através de diagnóstico psiquiátrico, a crítica de Blatt concorda com a de Karon (1968). O problema poderá residir na baixa consistência das categorias nosológicas. Critica o facto de a maioria dos estudos não indicarem como se obtiveram as diferenciações nem como se definiram os conceitos (Silva, 1983). Um segundo aspecto a atender tem a ver com a falta de acordo entre especialistas sobre as diferenças de diagnóstico e o problema do grau de exactidão com que os critérios são aplicados. Dá como exemplo a não indicação nos estudos de validação do Rorschach se se trata de um primeiro diagnóstico realizado por um estagiário em formação, se esse diagnóstico está baseado numa simples entrevista, se estamos perante um diagnóstico elaborado segundo as conveniências ou a defesa do doente, ou se se trata de uma investigação mais profunda em que os critérios de classificação se basearam em vários recursos de observação, estudos intensos e discussão de grupo.

Devemos acrescentar, com base na nossa experiência, que encontramos diagnósticos contraditórios em fichas de doentes internados num hospital psiquiátrico. A divergência não está apenas nos critérios usados pelos vários médicos mas é também visível nos estudos de caso em conjunto.

Quanto à predição do comportamento, Blatt considera-o impróprio como critério de validação porque exigiria a consideração das variáveis da situação, o que nem sempre é possível definir ou até mesmo considerar

devido ao seu grande número e/ou à sua complexidade no tempo e contexto. Cita, a este respeito, a posição de K. Lewin, onde o comportamento aparece como uma função da pessoa e do ambiente. Blatt (1975) salienta os problemas relacionados com este critério relativamente ao tempo, curto ou longo (geralmente é longo), a diferença de níveis (semelhantes, diferentes ou dentro do mesmo nível), tendo o sucesso e o insucesso significado diferente segundo estas situações e podendo até abranger vários níveis que podem ir da fantasia mais profunda ao nível de comportamento mais complexo. A predição do comportamento partindo-se de um sistema livre para um sistema controlado, como a predição de um comportamento em situações muito específicas, não é fácil. Afirma que alguns tipos de predição são mais adequados do que outros para a validação das inferências derivadas de processos projectivos e que a "confiança em predição de comportamento social complexo, como meio de validar inferências sobre processos psicológicos é geralmente um critério inadequado ..." (Blatt, 1975, citado por Silva, 1983). A predição é feita em relação a uma situação em que existe um controlo relativamente pequeno sobre muitas das variáveis que a integram.

Em resumo, Blatt (1975) aponta para a correcção da metodologia utilizada na validação nas técnicas projectivas e, tal como Karon (1968), sublinha que, se os critérios metodológicos forem muito bem definidos e especificamente analisados, a validade das técnicas projectivas em geral e do Rorschach em particular é muito superior àquela que se infere de estudos em que os erros metodológicos são em número elevado.

Weiner (1977) desenvolveu uma reflexão considerada de grande qualidade sobre as perspectivas de validação do teste de Rorschach. A sua revisão metodológica da validação deste teste considera a evolução das

perspectivas para utilizar e avaliar o Rorschach: a perspectiva de sinal, a perspectiva de análise de grupos (cluster analysis) e configuração, e a perspectiva de impressão global e conceptual. Acha importante acrescentar também, tanto para a clínica como para a investigação, a distinção entre as interpretações representativa e simbólica dos dados do Rorschach. Para cada uma destas perspectivas, o autor faz uma exposição sistemática das dificuldades e limitações que levantam, indicando os trabalhos de investigação mais representativos de cada uma delas.

Em relação à perspectiva empírica de sinal na validação do teste de Rorschach não parece acrescentar nada de novo em relação aos outros atrás citados. Menciona apenas que a perspectiva de sinais foi a primeira utilizada, aliás pelo próprio H. Rorschach, no diagnóstico diferencial de grupos. Durante algumas décadas, esta perspectiva foi a mais utilizada sendo progressivamente abandonada devido às limitações apontadas por Weiner, tais como grupos de critério não representativos e categorias de diagnóstico heterogéneas. Os estudos de validade não tinham em linha de conta as particularidades específicas das categorias nosológicas.

Apesar dos aspectos negativos apontados pelo autor, ele não nega a possibilidade de isolar experimentalmente sinais válidos com objectivos determinados, só que este tipo de investigação deverá recorrer à validação cruzada, utilizando amostras homogéneas representativas dos indivíduos com que os sinais vão ser utilizados.

Devido aos resultados negativos com a perspectiva de sinal, os investigadores passaram a utilizar a perspectiva de análise de grupos e configuração que, basicamente, são combinações de cotações.

A perspectiva de "clusters" e configuração encontrou o mesmo tipo

de dificuldades e limites da perspectiva anterior. Além disso, encontrou outros novos como a contaminação de variáveis, a morosidade dos sistemas de cotação, o âmbito da aplicação muito restrito devido ao modo como as configurações foram construídas (geralmente eram específicas para determinado fim) e, por último, algumas configurações são úteis quando funcionam, mas não nos fornecem qualquer informação quando não funcionam e porque funcionam (Silva, 1983). Weiner (1977) afirma que não se operou grande progresso no refinamento psicométrico desta técnica através da análise de "clusters" e configurações.

Na perspectiva de impressão global, a validade do teste é feita através do examinador. A grande dificuldade que se levanta à validação nesta perspectiva reside no facto da impressão global, depender das capacidades do examinador, o que faz com que teste e examinador sejam inseparáveis. O maior problema surge quando os estudos de validade através desta perspectiva são negativos, pois não se sabe se a culpa é do examinador ou do teste. Na perspectiva de impressão global, o examinador não consegue geralmente enunciar os processos que o conduziram à impressão. Decorre daqui que este procedimento metodológico pode interessar mais para a validação da actividade do psicólogo do que para a validação do teste de Rorschach.

Quanto à perspectiva conceptual, é esta em que se nota o maior entusiasmo de Weiner (1977). Ela define-se como uma alternativa para avaliar os processos de personalidade, interessando conhecer mais as variáveis da personalidade que estão em jogo no comportamento e, por outro lado, conhecer os aspectos do Rorschach que mudem essas variáveis. Nestas condições, conhece-se perfeitamente os limites do Rorschach ao nível

por exemplo da predição. Não se pode fazer a predição do comportamento de um aviador porque não se conhece o conjunto de variáveis responsáveis pelo sucesso nessa profissão, como não se pode fazer o diagnóstico da organicidade porque as variáveis mais adequadas a essa avaliação não se encontram no Rorschach mas sim noutros instrumentos mais adaptados e especializados nesse objectivo ou área.

A validade subjacente a esta perspectiva é a validade de construção (construct validity) que fornece a explicação da relação entre respostas no Rorschach e os comportamentos avaliados, sendo importante a formulação de relações teóricas que liguem com rigor as características de personalidade a medir com o comportamento a predizer.

Weiner (1977) mostra a utilidade da perspectiva conceptual através dos resultados alcançados com índices da cotação conceptualmente derivadas, tais como a cotação do nível do desenvolvimento de Friedman, a cotação do processo primário de Holt e o estudo de avaliação de prognóstico de Klopper (Silva, 1983). Podemos incluir nesta perspectiva a escala de avaliação da relação de objecto de Blatt (1976), surgida posteriormente a este estudo, que abordaremos posteriormente.

Em relação à diferenciação entre interpretações representativa e simbólica do Rorschach, estas duas perspectivas encaram as respostas ao teste, uma como equivalente do comportamento e a outra como símbolo deste. Na perspectiva representativa, o Rorschach é uma tarefa perceptivo-cognitiva e as respostas reflectem directamente o comportamento em outras situações que são determinadas pela organização perceptiva e o estilo cognitivo. Assim os aspectos estruturais da resposta como a localização, os

determinantes ou os tipos de conteúdo são analisados particularmente neste tipo de abordagem (Silva, 1983).

A perspectiva simbólica define o Rorschach como um estímulo para a fantasia, interessando apenas o conteúdo do protocolo. Este não é visto como sendo representativo do comportamento mas como uma temática reveladora de sentimentos mediante um processo inferencial. Segundo Weiner (1977) é neste processo inferencial que aparecem os riscos de erro, pois quanto maior for o número de passos para atingir a interpretação e quanto mais os resultados forem devidos à inferência, maior será a introdução de fontes de erro e mais comprometidas se encontram as perspectivas de validação. As interpretações representativas são mais facilmente validadas que as interpretações simbólicas. Contudo na prática, o psicólogo clínico pode recorrer a ambas para o estudo da estrutura e da dinâmica da personalidade.

É de referir que Weiner toma uma posição firme contra as atitudes negativistas dos anos sessenta expressadas particularmente por Dana, Eron e Jensen no *Sixth Mental Measurements Yearbook*, acusando essas críticas de falta de familiaridade com a literatura do Rorschach ou a incapacidade para reconhecerem as limitações conceptuais e metodológicas das investigações analisadas por eles. Acusa-os mesmo de tentativa de assassinato arrogante de uma técnica de avaliação que detem potencial considerável e que pode contribuir para a compreensão do funcionamento da personalidade e para o planeamento do tratamento das pessoas que necessitam de ajuda psicológica. A crítica de Weiner (1977) em relação ao Rorschach é globalmente positiva, considerando-o mais como um instrumento para avaliar processos de personalidade do que como teste de mero diagnóstico ou de predição do comportamento.

Devido a esta posição de Weiner, concretamente em relação às perspectivas de validação por sinais, configuração e por impressão global e à sua defesa da possibilidade de validação do Rorschach através da perspectiva conceptual, Atkinson e col. (1986) fizeram uma revisão dos estudos de validação do Rorschach dos últimos cinquenta anos (1930-1980), inseridos na *Psychological Abstracts*, segundo esta abordagem. Os resultados mostram que os estudos de validação conceptual assinalavam melhor validade do Rorschach quando comparados com os estudos tomando a metodologia dos sinais ou a de configuração. Mais concretamente, a investigação empírica apenas valida 20% das suas inferências, enquanto a investigação conceptual valida 53%.

Os autores concluem que como a investigação empírica não é baseada na ligação lógica entre os índices do Rorschach e o que se pretende dicriminar, pode-se afirmar que o seu sucesso de validação é meramente fortuito. A validade do Rorschach não pode ser posta em causa se os estudos de base conceptual provam algum sucesso (Atkinson e col., 1986). Para os autores, este estudo conclui que a culpa da condenação do Rorschach se deve à metodologia da investigação inadequada e não ao próprio teste, sugerindo que os futuros avaliadores da validação desta prova apenas analisem a investigação conceptual.

2.1. NOVAS PERSPECTIVAS DE VALIDAÇÃO

No campo da psicometria surge em 1973 um trabalho publicado por Jasper W. Holley da Universidade de Lund (Suécia), com uma nova tentativa de validação do Rorschach através da análise factorial. Esta análise

considera os subgrupos clínicos, e as várias categorias clínicas são tratadas estatisticamente como variáveis heterogéneas e não como homogéneas. Para atingir este objectivo, Holley propõe outro plano factorial, o plano Q em vez do plano R (enquanto este analisa uma matriz de intercorrelações de testes e se baseia nas respostas de muitas pessoas a poucos testes, o plano Q analisa uma matriz em que as variáveis são pessoas, requerendo muitos itens mas poucas pessoas). Segundo este autor, os resultados do seu estudo de validação são positivos, permitindo um diagnóstico diferencial (Silva, 1983, p.110). Mais uma vez poderíamos pensar que os resultados negativos dos estudos anteriores de validação realizados ficariam a dever-se à ineficácia dos processos de validação utilizados e não a limitações inerentes a este instrumento clínico. Holley (1973) afirma que os seus estudos confirmam a hipótese de validade que o teste de Rorschach, devidamente usado, é susceptível de proporcionar. Os erros de avaliação, quando adequadamente analisados, podem eles próprios demonstrar o êxito da validade do teste de Rorschach.

3. AS SONDAgens SOBRE A UTILIZAÇÃO DO RORSCHACH EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Como vimos atrás, nos finais da década de sessenta atingiram o paroxismo as críticas formuladas ao teste de Rorschach pela sua falta de validade. As críticas foram tão fortes (Jensen, 1965) que se pensou que este teste projectivo seria abandonado, pois essas críticas transmitiam a ideia que o Rorschach não tinha nenhuma utilidade tanto no domínio da psicologia.

clínica como na investigação.

Paralelamente a este movimento de rejeição das técnicas projectivas e até dos testes em geral, o papel do psicólogo clínico mudou deixando de se interessar pela avaliação psicológica, para se empenhar noutras funções mais directamente associadas com a intervenção, principalmente a psicoterapia. Tudo parecia indicar que a utilização dos testes em geral iria diminuir, o que realmente se verificou, e que as técnicas projectivas, principalmente o Rorschach seriam abandonadas.

Os resultados de inquéritos efectuados junto dos profissionais não confirmaram minimamente tal suposição. Estudos em vários países têm revelado que, embora mais críticos, os psicólogos continuaram a recorrer aos testes na sua prática.

Wade e col. (1978) realizaram uma sondagem junto de 500 membros da APA (American Psychological Association) integrados na Divisão 12, ou seja a Divisão da Psicologia Clínica. Com uma percentagem de respostas de 50,1%, verificou-se que os testes mais recomendados aos estudantes de psicologia clínica eram projectivos. Em primeiro lugar surgia o Rorschach seguido do TAT, vinham depois a WAIS, o MMPI, o Bender e a WISC, entre os dez testes mais recomendados. Os testes projectivos apareciam mais frequentemente recomendados que os testes objectivos em 30% dos casos. É de salientar, ainda, que os psicólogos clínicos envolvidos em actividades de investigação e de ensino recomendavam menos os testes projectivos que os psicólogos clínicos não envolvidos nessas actividades. Esta discrepância parece estar de acordo com as críticas negativas da década anterior, traduzindo um maior impacto de tais críticas nos meios académicos.

Contudo apesar de os clínicos investigadores e académicos apoiarem

menos os testes projectivos que os clínicos de outras especialidades, continuam a recomendá-los, o Rorschach e o TAT são as duas provas mais recomendadas entre os clínicos com uma experiência de ensino substancial. Os terapeutas behavioristas recomendam menos os testes projectivos que os terapeutas ecléticos, freudianos e os neo-freudianos.

Esta sondagem permite-nos uma conclusão bastante importante. Apesar do número e da incidência das críticas dos investigadores, na clínica a utilização dos testes projectivos não baixou como deixariam prever tais críticas. Parece que a mensagem dos investigadores não foi recebida no domínio da clínica, estando-se perante uma divergência interessante a propósito da utilidade prática deste teste junto dos dois grupos.

Noutra revisão bibliográfica da validade e da utilização do teste de Rorschach, Dubey e col. (1981), além de citarem as sondagens atrás referidas onde o Rorschach aparece como uma das provas mais utilizadas no contexto clínico nos Estados Unidos, analisam os resultados da sondagem efectuada em duas revistas indianas (o "Indian Journal of Psychology" e o "Indian Journal of Clinical Psychology") sobre os dezasseis testes com maior número de artigos, de 1974 a 1980. No Indian Journal of Psychology, o Rorschach aparece em 3,5º lugar em igualdade com o MMPI.; no Indian Journal of Clinical Psychology, este teste aparece em 1º lugar.

Segundo a tabela dos dez testes com maior número de publicações, do *Seventh Mental Measurements Yearbook* (1972), (referenciado por Dubey e col. 1981), desde 1921 data da sua primeira publicação até 1971, o teste de Rorschach foi sempre o que teve maior número de publicações com 1219 títulos em 1951 e 4580 títulos em 1971. Tais valores atestam o interesse

dedicado ao estudo e à utilização do Rorschach.

Uma primeira ideia a destacar é a de que o teste de Rorschach continua a ser um dos testes mais utilizados no contexto da clínica. Tal facto torna necessário rever a metodologia dos estudos da validade pois que este teste tende a ser tomado pelos profissionais como um dos mais válidos (úteis) segundo os seus critérios da prática clínica.

Num balanço sobre o psicodiagnóstico (a utilização de testes na avaliação da personalidade), Weiner (1983) refere que em 1971 a opinião dos psicólogos sobre o psicodiagnóstico era mais negativa que em 1983, porque pensavam que os testes na clínica não tinham futuro. Isso não se verificou. Os clínicos continuam a interessar-se pelo psicodiagnóstico e as Universidades continuam a ministrar formação a esse nível. A única diferença é que os psicólogos no contexto da clínica dedicam menos tempo à avaliação psicológica: 15% segundo Wade e Baker (1971), dedicando-se a outras actividades, e 85% dos psicólogos referenciados por estes autores acreditam que devem conhecer pelo menos um teste muito bem.

Weiner (1983) expõe os resultados sobre os dez testes psicológicos mais utilizados no contexto da clínica, servindo-se das sondagens de Sundberg (1961); de Lubin, Wallis e Paine (1971); e de Lubin, Matarazzo e Larsen (1983). Na sondagem de 1961, o Rorschach aparecia em 1º lugar com 93%, passando para o 3,5º lugar em 1971 com 91% juntamente com o Bender- Gestalt e o TAT, e descendo para o 4º lugar em 1983 com 81%.

Verificou-se, assim, que os testes de Rorschach e TAT desceram, sugerindo um declínio na utilização dos testes projectivos. Nota-se que o MMPI passou do sexto para o segundo lugar, sendo a WAIS o teste mais

utilizado com 90% no inquérito de 1983. Os valores percentuais neste último inquérito não são claramente diferenciados. Existe uma pequena diferença entre as percentagens que separam o MMPI, o Bender-Gestalt e o Rorschach (de 81 a 85%).

Lubin (1983) refere que há uma especialização dos testes segundo os contextos. Assim, nem o Rorschach, nem o MMPI estão entre os dez testes mais utilizados na avaliação da deficiência mental. Por seu lado, o MMPI é mais utilizado que o Rorschach em centros de orientação e nos serviços militares, enquanto o Rorschach é mais mencionado que o MMPI nos hospitais psiquiátricos, nos centros de saúde mental, nos hospitais de veteranos e na prática clínica privada.

Piotrowski e col. (1985) realizaram uma sondagem sobre a utilização dos testes de psicodiagnóstico, junto de 400 membros da "Society for Personality Assessment", obtendo uma percentagem de resposta de 51,5%. Os testes mais utilizados eram as escalas de Weschler, em segundo lugar vinha o Rorschach seguido do MMPI e do TAT. Ao nível do teste de Rorschach, o sistema integrativo de Exner era o preferido para a análise desta prova. A avaliação da personalidade, e consequentemente das técnicas empregues, era geralmente utilizada para fins de diagnóstico e como indicador do tipo de terapia.

Estes resultados confirmam que o teste de Rorschach continua a ser a técnica projectiva mais utilizada, e entre os outros tipos de testes continua classificada entre os primeiros quatro lugares. Nestes resultados o Rorschach aparece à frente do MMPI e do Bender-Gestalt, apenas ultrapassado pelas

escalas de Wechsler. A diferença destes resultados em relação às outras sondagens não é de admirar, na medida em que esta população tem como actividade profissional dominante a terapia, seguida da avaliação e do ensino, e são membros da SPA. (Society for Personality Assessment).

Contudo este inquérito dá-nos uma boa indicação sobre a utilização do psicodiagnóstico no contexto da clínica, na medida em que 47% dos indivíduos que responderam, são membros da Divisão 12 (Psicologia clínica) da APA, 27% são membros da Divisão 29 (Psicoterapia) e 17% são membros da Divisão 42 (Prática Independente).

Finalmente, vamos mencionar o inquérito da Ritzler e Alter (1986) sobre o ensino do Rorschach nos Programas dos cursos (pós-graduação) de Psicologia clínica aprovados pela APA. Os resultados deste inquérito são comparados com os resultados do inquérito similar realizado 10 anos antes em 1974.

Os autores mencionam que os primeiros inquéritos realizados em 1966 revelaram um declínio na utilização do Rorschach. No seu primeiro inquérito (Ritzler & Delgandio, 1976), os autores notaram que o declínio do Rorschach não tinha continuado.

Os resultados globais deste último inquérito (Ritzler & Alter, 1986) são relativamente semelhantes aos de 1974. Em 1984, o Rorschach tem a mesma importância que as outras provas de avaliação em 88% dos programas, contra 86% em 1974; e em 49% dos programas o Rorschach é a única ou a técnica dominante ensinada pelo menos durante um curso, contra 45% em 1974.

Estes resultados mostram-nos que ao nível da formação dos psicólogos clínicos nos Estados Unidos, a importância do Rorschach não só não diminuiu como aumentou ligeiramente nos últimos anos. O inquérito mostra também que os textos mais utilizados são os de Exner, sendo este autor considerado o mais importante no domínio do Rorschach

Estes inquéritos mostraram-nos que na clínica e no ensino o teste de Rorschach continua a ser um dos testes mais utilizados, dominando a área dos testes projectivos. Conclui-se, portanto, que os resultados dos estudos atrás mencionados mostram um certo vigor deste teste, não se tendo verificado o que Jensen (1965) previa e aconselhava nas suas críticas negativas a esta prova.

4. VALIDADE PSICOMÉTRICA VERSUS VALIDADE CLÍNICA

Principalmente durante a década de setenta, após os grandes ataques dos autores psicométricos contra o teste de Rorschach devido aos seus resultados de validação negativos, gerou-se uma grande polémica, que ainda continua, entre os autores da corrente psicométrica e os da corrente clínica. Enquanto os psicometristas consideram que o Rorschach não oferece garantias de validade, os clínicos consideram-no muito bom na ajuda que lhes presta para a compreensão da personalidade do indivíduo na sua especificidade.

Por isso, quando os psicometristas produziram as críticas mais negativas em relação a esta prova, designadamente pela sua ambiguidade e

pela multiplicidade dos estímulos, pelas suas condições de aplicação (onde o sujeito tem uma liberdade total) e pela interdependência dos factores de cotação, sugerindo que o seu valor científico era nulo e aconselhando o abandono da técnica, os clínicos reagiram. A mensagem dos psicometristas não foi recebida na clínica, que continuou a dar preferência a esta prova na avaliação da personalidade, mantendo-se sempre entre os testes mais utilizados. Por sua vez a produção bibliográfica sobre o Rorschach não diminuiu tanto em artigos, como na edição e na reedição de livros.

Como reacção às críticas negativas dos psicometristas principiou a surgir uma certa contestação e modificação da metodologia a usar na validação estatística desta prova. Houve autores como Aronow & Reznikoff (1979), Schwartz & Lazar (1979), Howes (1981) que, opondo-se às críticas destrutivas, apontaram as duas vertentes da prova de Rorschach: o aspecto nomotético ou probabilístico e o aspecto idiográfico ou semântico.

Estes autores aceitam que esta prova é psicometricamente pobre e que, devido à sua especificidade e complexidade baseada na produção verbal do sujeito (liberdade total para este ver o que quiser, o grande número de variáveis, a dificuldade em operacionalizar conceitos em relação ao que se pretende medir, etc.), se torna muito difícil realizar uma validação psicométrica dos seus resultados. Eles apontam que o interesse no Rorschach é encontrar o significado das respostas, principalmente na clínica: a interpretação dos dados nos testes projectivos é semântica e não é probabilística embora se empreguem regras probabilísticas como ajuda para a sua interpretação. Aqui o aspecto nomotético (comparação do sujeito com um grupo em relação ao factor que se pretende medir - avaliação interindividual) - tem pouca utilidade e é o aspecto idiográfico (avaliação

intraindividual) que permite compreender o sujeito naquilo que ele tem de único, compreender a especificidade da sua problemática e obter informação útil para a intervenção, mais concretamente quanto às possibilidades de se ajudar o sujeito a ultrapassar as suas dificuldades.

Ambos os campos opostos têm razão, pois cada um se refere a aspectos diferentes do Rorschach: no aspecto nomotético é considerado pobre, enquanto que do ponto de vista idiográfico é considerado possuidor de uma grande riqueza. Os actuais defensores da perspectiva idiográfica admitem isso e criticam os que se basearam apenas em dados nomotéticos sem terem em conta a outra perspectiva. Novos desenvolvimentos surgiram, seja na perspectiva idiográfica (possibilidades de utilização do Rorschach na investigação clínica) seja na perspectiva nomotética (análise estatística dos resultados) no sentido da validação desta prova.

Ao nível da abordagem da validação da prova, houve uma certa alteração metodológica. Richard Dana, autor de uma das críticas mais severas no *The Sixth Mental Measurements Yearbook* (1965), voltou a fazer uma revisão da literatura sobre este teste no *The Eighth Mental Measurements Yearbook* (1978). Este autor afirma que os psicólogos já não pedem que o Rorschach lhes forneça diagnósticos clínicos, mas que seja uma fonte de informação ou uma entrevista estruturada que lhes permita a especificação de variáveis da personalidade, ligando o comportamento no teste com o comportamento a predizer (Dana, 1978).

Este autor nota o questionamento do "folclore" da análise do conteúdo no Rorschach afirmando que a documentação empírica mostra a falta de rigor da utilização simbólica. Esta interpretação simbólica pode ser

influenciada pela classe social e étnica do psicólogo, enumerando as influências no tipo de produção das respostas do sujeito provocadas pela situação de stress e principalmente pelo comportamento do examinador, por exemplo o reforço verbal específico e a experiência do examinador.

Peterson (1978) na sua revisão do Rorschach no *The Eighth Mental Measurement Yearbook*, é muito menos otimista em relação a este teste, indicando uma baixa da popularidade deste instrumento e apesar de toda a riqueza que lhe possa ser atribuída, o Rorschach do ponto de vista psicométrico não é válido. A sua opinião baseia-se na constituição de diferentes sistemas de cotação alguns muito personalizados e de falta de validade ao nível da predição clínica. Acrescenta, no entanto, que se a revisão fosse realizada sobre o Rorschach como instrumento de teorização da personalidade, ela seria muito mais positiva.

A falta de validade preditiva, leva o autor a questionar a utilização deste teste na prática clínica e que é indispensável informação sobre a validade preditiva sobre as quais se possam basear as interpretações e as predições. Sem isso, o utilizador apenas pode requerer a aceitação da sua informação sobre a base da opinião de um perito baseada na teoria (Peterson, 1978).

As críticas de Peterson (1978) sobre a validade preditiva, apesar da resposta de Blatt (1975) e de Weiner (1977) sobre a complexidade do estabelecimento de predição do comportamento, levanta a questão da proliferação dos sistemas de cotação, com algumas diferenças notórias entre elas, o que dificultaria os estudos de validade. Só nos Estados Unidos existiam cinco sistemas com grande divulgação: o de Beck, o de Hertz, o de Piotrowski, o de Klopper e o de Rappaport-Schaffer.

Sentia-se como necessária uma unificação de sistemas e houve um investigador, que após anos de estudo sobre as diferenças e semelhanças de todos os sistemas, formulou um sistema unificador - o sistema integrativo do Rorschach de Exner. Este autor baseado numa grande quantidade de informação (vários milhares de protocolos) conduziu vários estudos de validade e os resultados positivos encontrados estão na origem de um certo "renascimento" actual desta prova.

5. O SISTEMA INTEGRATIVO DO RORSCHACH DE EXNER

Nos Estados Unidos, a região do mundo onde o Rorschach era e é mais utilizado, a existência de cinco sistemas diferentes de cotação e de linhas de investigação fazia com que houvessem diferenças significativas tanto na cotação como na interpretação da informação recolhida por este teste. Em alguns casos, as diferenças eram tão significativas que davam origem a interpretações contraditórias (Exner, 1984).

Estas diferenças abrangiam, também, as próprias intruções de administração e a condução do inquérito. Ao mesmo tempo, muitos psicólogos não utilizavam um destes sistemas. Partindo de um dos cinco sistemas, acrescentavam elementos de outros ou até elementos pessoais. Isto dava origem a falhas de fidelidade ao nível da administração e da cotação interpsicólogos. Mais grave ainda a falta de referência nos estudos de validade do sistema utilizado, o que levava à comparação de resultados obtidos através da utilização de metodologias diferentes.

A obra de Exner, após estudos minucioso dos cinco sistemas do Rorschach nos Estados Unidos, teve a ambição de criar um sistema único, aproveitando o melhor de cada um deles. Após quase duas décadas, Exner conseguiu impôr o seu sistema unificado, designado por *Comprehensive System*, designado em português por *Sistema Integrativo do Rorschach - SIR* (Silva, 1986). Este sistema foi divulgado, principalmente por três obras publicadas em 1974 (reeditada em 1986), 1978 e 1982, a última das quais elaborada em colaboração com Weiner.

As vantagens de um sistema unificado estandardizado ao nível das regras da administração, cotação e inquérito são múltiplas. Entre elas pode destacar-se a utilização do sistema comum por todos os psicólogos utilizadores e investigadores de Rorschach, o que aumenta sensivelmente as condições de fidelidade inter-cotadores. Assim todos os trabalhos de investigação terão a mesma base comum, podendo ser comparados sem recorrer a um "meta-sistema" que lhes pudesse dar equivalência. A importância deste sistema unificador justifica que se faça aqui uma resenha da sua história.

Exner e colaboradores na criação e desenvolvimento deste sistema basearam-se em amostras muito grandes de protocolos se atendermos à especificidade desta prova. Aproximadamente dez milhares de protocolos foram tomados. O recurso à informática permitiu a obtenção de informação importante, por exemplo a criação e validação de constelações que permitissem detectar a esquizofrenia, as tendências suicidas ou a qualidade do desenvolvimento.

Esta equipa de investigadores conseguiu conduzir estudos de validade parciais com resultados positivos e iniciar investigações sobre o processo de resposta. O sucesso deste sistema, atestado pelo facto de 82 dos

120 programas de formação sobre o Rorschach das Universidades americanas o utilizarem, , é responsável pelo "relançamento" do Rorschach (Ritzler & Alter, 1986).

Exner (1986) evoca a história do Rorschach, dando também a sua opinião na controvérsia sobre a validade deste teste e das técnicas projectivas. Na sua opinião, criou-se uma divisão entre os psicólogos interessados na medida das diferenças individuais e na avaliação da personalidade levando-os a categorizar os testes psicológicos em duas classificações: os testes objectivos e os testes projectivos. Os testes objectivos foram desenvolvidos de acordo com os princípios fundamentais da psicometria, isto é, foram estandardizados e deram provas da sua fidelidade e validade. Para este autor a divisão efectuada não é correcta ou, no mínimo, perfeitamente delimitada. Alguns testes objectivos, como os de inteligência (as Escalas de Wechsler), contêm itens que podem servir para a avaliação da personalidade, ao mesmo tempo que os testes projectivos podem ser estandardizados (cita o exemplo de um teste utilizado para evocar o processo de projecção e que se encontra estandardizado como qualquer teste objectivo, o Teste de Completamento de Frases de Rotler e Rafferty, o que torna difícil a sua classificação entre os testes objectivos ou os testes projectivos. Exner (1986) relembra que, inicialmente, o Rorschach não era designado como uma técnica projectiva nem desenvolvida como tal durante as duas primeiras décadas. Aliás o autor desta prova, H. Rorschach, pretendia que o teste fosse utilizado numa perspectiva psicométrica dada toda a tradição da avaliação psicológica na altura.

Segundo Exner, uma das fraquezas do Rorschach, era a existência de cinco sistemas de abordagem do teste e, tanto os defensores como os críticos do teste, ignoraram essas diferenças. Durante décadas, as técnicas projectivas

foram ligadas à teoria psicanalítica e verificou-se que muitas críticas eram produzidas em virtude dessa assimilação. Muitos dos críticos daquelas técnicas eram-no também daquela teoria. Já no capítulo anterior fizemos referência ao conceito de "projectão" e é verdade que inicialmente este conceito, tal como Murray definiu, era baseado no conceito freudiano. Também nas décadas de 40 e de 50 muitos psicólogos clínicos utilizavam os conceitos psicanalíticos na interpretação dos dados do Rorschach, dando-se uma larga importância ao papel do inconsciente.

Em relação à controvérsia das revisões ou das críticas que apontava falta de validade ao Rorschach e às técnicas projectivas, Exner cita o caso da obra famosa de P. Meehl (1954), "Clinical versus statistical prediction". Nesta obra o autor baseado em vinte estudos, defende a abordagem psicométrica pois era igual ou melhor que a abordagem clínica, inclusive para os métodos projectivos. Meehl (1954) preconizou o abandono da abordagem clínica na avaliação, em favor dos métodos psicométricos, em virtude da falta de preditividade e do tempo excessivo para a sua utilização.

Holt (1958, 1970) atacou os argumentos de Meehl, porque vários dos estudos citados por este autor utilizavam critérios inadequados ou contaminados. Holt chamou a atenção para outra revisão, da mesma época, em que se apresentavam resultados positivos para os métodos clínicos, tomando-se referências bibliográficas diferentes. Holt critica a escolha tendenciosa de bibliografia com o objectivo de se provar o que se pretendia antecipadamente. Ao mesmo tempo contesta que o objectivo principal para Meehl seja a predição, quando o objectivo do psicodiagnóstico clínico é a descrição e a compreensão do comportamento do indivíduo (Exner, 1986).

Exner está de acordo com Holt. Defende a importância do diagnóstico científico como fonte de compreensão da pessoa, sendo o objectivo principal

da fase integrativa de interpretação do Rorschach. Assim, as hipóteses baseadas em dados do Rorschach e dotadas de aparente valor predictivo só poderão adquirir esse valor estatístico, no contexto da informação total de que o clínico dispõe sobre o sujeito. Daí que a predição definitiva não resulta exclusivamente daquele teste (Silva, 1986, p.229).

Esta posição coloca o teste de Rorschach como uma fonte complementar de informação, que o psicólogo clínico pode utilizar para a avaliação e a compreensão dos indivíduos. O Rorschach não realiza tudo, é apenas um elemento da informação entre outros para ajudar a decisão do clínico, como aliás acontece ou devia acontecer com qualquer teste.

Contrariamente aos sistemas de outros autores, cujos estudos estão ligados a teorias específicas da personalidade, Exner pretende que o teste de Rorschach "retome o seu lugar inicial, independente de uma teoria determinada mas aberto a todas" (Silva, 1986, p.233). Isto não impede que o autor tenha ideias precisas sobre o tipo de abordagem e de utilização do Rorschach, defendendo a natureza básica do Rorschach como uma tarefa perceptiva e cognitiva, ou um estímulo para a fantasia. Este autor (Exner, 1984) pensa que o futuro do Rorschach depende do modo como esta questão é encarada. Nota-se nitidamente que Exner privilegia o aspecto perceptivo-cognitivo e critica implicitamente os defensores do segundo aspecto, isto é, aqueles que pensam que o mais importante são as qualidades idiográficas do teste em vez dos aspectos nomotéticos.

Neste sentido, aponta uma nova área de estudo do Rorschach, trata-se do processo de resposta, isto é, o modo como as respostas são produzidas, Exner (1984). Os resultados desta área de investigação pode quebrar a dicotomia entre os dados estruturais e o conteúdo, ou seja que os dados estruturais, derivados da abordagem perceptivo-cognitiva, fornecem

informação sobre os estilos psicológicos básicos, enquanto que os dados do conteúdo, derivados da abordagem do estímulo para a fantasia, dariam informação sobre os aspectos mais pessoais (idiográficos) do indivíduo. A investigação sobre o processo de resposta quebra esta dicotomia na medida em que vai tentar focar as razões da produção de determinada resposta.

Os estudos sobre os processos de resposta (Exner, Armbruster & Mittman, 1978; Exner, 1980) sugerem que a mancha é explorada muito rapidamente e que a pessoa processa mais informação do que aquela que fornece (vê mais do que aquilo que respondeu). Outro aspecto interessante, refere-se ao que acontece entre a exploração da mancha (que é muito rápida) e a sua articulação com a produção de resposta. Segundo as conclusões de Exner parece existir uma interacção de forças complexas compreendendo vários aspectos entre os quais as necessidades internas e a avaliação da resposta em termos da sua desejabilidade social, e que contribuem para a tomada de decisão pelo sujeito naquela situação particular de teste.

Este autor demonstra, assim, que o processo de resposta não é tão espontâneo como se julgava pois, embora se pensasse que se o sujeito obedecesse às instruções, responderia sem nenhuma espécie de controle ou quase automaticamente, tal não acontece de facto. A investigação sobre o processo de predição de respostas mostra que o Rorschach é, ao mesmo tempo, uma tarefa perceptivo - cognitivo, uma transação social e também um sistema de análise do material idiográfico. A exploração deste processo de produção de resposta é segundo Exner uma das mais importantes áreas de investigação sobre o Rorschach (Exner, 1984).

Apesar destas posições de Exner, e que são muito interessantes, vamos focar também os estudos sobre a evolução na análise idiográfica do Rorschach que nos parece ser bastante importante ao nível da intervenção.

6. NOVAS PERSPECTIVAS DE UTILIZAÇÃO DO RORSCHACH

A partir do momento em que se pôs em causa a validade psicométrica do Rorschach, o que implicava deixar de o considerar como teste, alguns destes autores que se tornaram críticos em relação a esta prova, propuseram que esta fosse encarada como uma entrevista (Zubin, Eron & Schumer 1965), o que para muitos utilizadores desta prova pareceu tratar-se de uma "despromoção" do Rorschach.

As críticas dos psicometristas tiveram o mérito de incentivar a investigação sobre esta prova, desenvolvida por aqueles que acreditavam no seu valor clínico, principalmente devido às suas qualidades idiográficas. Nesta perspectiva centrada no valor semântico, surgiram novas formas de aplicação do Rorschach algumas delas bastante diferentes da tradicionalmente preconizada pelo seu autor. As qualidades "clínicas" da prova foram reconhecidas, permitindo investigar de maneira diferente a personalidade e até permitir uma intervenção terapêutica.

6.1. O RORSCHACH COMO ENTREVISTA TERAPÊUTICA

Alterando o método de administração do Rorschach, Aronow & Reznikoff (1976) propõem um novo método que apelidam de "Rorschach Content Technique". Este método vem substituir o inquérito, não sendo modificada a primeira fase de administração da prova. O novo método envolve associações de ideias relacionadas com os objectos percebidos nas placas do Rorschach e o sujeito é convidado a especular sobre o modo como

uma percepção particular pode "reflectir-se na sua própria vida". Por outras palavras dir-se-ia que o sujeito é encorajado a fazer a sua própria interpretação.

Esta técnica transforma-se numa sessão terapêutica onde o paciente fala sobre a área do problema evidenciado por um percepto do Rorschach.

Outro autor, Margareth Singer (1977), com um método semelhante, transforma a administração do Rorschach numa entrevista aberta. Usa-o, então, na análise dos processos de comunicação nas famílias de esquizofrénicos e de bordelines.

Dentro desta perspectiva, vamos analisar um estudo, que aponta para a imperfeição de qualquer sistema de cotação que tenha em vista compreender e avaliar a personalidade (Rossel, Husain & Merceron, 1986). Segundo eles, tais objectivos apenas são possíveis através da análise do conteúdo. O sistema de cotação seria útil numa primeira fase de exploração do protocolo, principalmente dos sujeitos que apresentam grandes dificuldades no conhecimento da realidade, mas depois o sistema de cotação torna-se insuficiente para uma exploração profunda da personalidade e para a análise rigorosa do discurso do sujeito. Para ultrapassar a insuficiência da cotação, os psicólogos agruparam-se em torno de duas tendências, uma representada por Exner que consiste em diversificar as cotações tornando-as mais complexas ao integrarem elementos do discurso não previstos inicialmente. A outra tendência, representada por Blatt e por Lerner, faz a integração de referências psicanalíticas na interpretação do teste, tais como a escala de avaliação da representação de objecto, mencionada no segundo capítulo.

No entanto, o método preconizado por estes autores (Rossel et al.,

1986) para ultrapassar as deficiências da cotação, não se inserem em nenhuma destas duas tendências. Há uma atrás integração clara e mais abrangente de conceitos psicanalíticos na interpretação dos testes projectivos, estabelecendo-se ligações entre várias observações, realizando-se uma análise de fundo (conteúdo e temas) e uma análise da forma numa perspectiva psicolinguística.

7. CONCLUSÃO

A validação psicométrica desta prova, e a polémica que ocasionou, torna-se interessante para compreender muita da investigação com ela relacionada. As primeiras críticas ao instrumento surgem com as dificuldades havidas na sua validação. Esta validação começou a ser realizada utilizando os mesmos critérios das provas de eficiência e dos questionários de personalidade, julgando-se que estes critérios seriam extrapoláveis para qualquer tipo de teste.

As características próprias do Rorschach, como o reduzido grau de estruturação dos estímulos, o carácter aleatório e o número imprevisível das respostas, a especificidade da cotação, as dificuldades de tratamento estatístico ou a interpretação global tornaram bastante difícil a validação desta prova nessas condições. Esse fracasso da validação levou às críticas mais negativas do instrumento no final da década de sessenta, feitas através da revisão dos estudos de investigação (Dana, 1965; Eron, 1965; Jensen, 1965).

Estas críticas negativas, no entanto, não fizeram com que os clínicos

deixassem de utilizar o Rorschach. A prova, segundo inquéritos efectuados, permaneceu sempre num lugar cimeiro em termos de uso na prática e como domínio de formação dos psicólogos.

Surgiram, então, as primeiras críticas aos critérios de validação e o levantamento de hipóteses quanto à impossibilidade ou dificuldade de aplicação dos conceitos e da metodologia psicométrica à validação desta prova dada a sua especificidade. A utilidade e a riqueza das suas qualidades idiográficas na clínica foram então postas em destaque.

Mais tarde, nos anos setenta e já no campo da psicometria (Blatt, 1975; Weiner, 1977; Holley, 1973), surgiram os primeiros estudos em reacção às críticas negativistas do Rorschach, insistindo na especificidade da prova, na precisão dos critérios de validação e na revisão crítica da metodologia e dos conceitos utilizados nos estudos de investigação sobre este instrumento. Salientam que, nos estudos de investigação em que os critérios são cuidadosamente especificados e bem controlados, os resultados deixam de ser desanimadores (por exemplo Holley, 1973).

A título de conclusão refira-se que as críticas tiveram o mérito de suscitar um maior volume de investigação. Não deixa de ser importante referir que as perspectivas mais optimistas correspondem aos estudos mais recentes. Possivelmente, sem as críticas negativas anteriores, muita da investigação realizada nos anos setenta e oitenta não se teria efectuado. Não podemos esquecer toda uma série de novas utilizações elaboradas nas décadas de setenta e oitenta, relacionadas com a administração da prova, a transformação parcial em sessão terapêutica, a elaboração de novas escalas como a de representação de objecto e até novas metodologias de investigação

clínica.

Durante a década de 80, o Rorschach desenvolveu-se segundo duas perspectivas: uma mais centrada na análise dos dados estruturais, estandardização e implementação de estudos de validade e de fidelidade com uma metodologia mais rigorosa representada pelo trabalho relevante de Exner, a outra mais relacionada com a perspectiva idiográfica e concebendo novos modelos para a análise do conteúdo e a transformação das regras de administração.

Embora o trabalho de Exner seja de elogiar, pois permitiu a unificação dos sistemas de cotação (o que se torna muito útil para o desenvolvimento futuro da investigação e que já permitiu estudos muito interessantes a propósito da validade), a perspectiva idiográfica é também importante pois pode permitir ao psicólogo uma capacidade de intervenção muito maior (o teste de Rorschach servindo como objecto mediador e analisador na medida em que é utilizado para desencadear comportamentos).

A corrente representada por Exner mostra-se muito mais activa no presente tanto ao nível dos estudos desenvolvidos como da capacidade de publicação. Uma das ideias mais interessantes tem a ver com o estudo do processo de produção das respostas no Rorschach o que, situando-se numa perspectiva perceptivo-cognitiva, pode contribuir para a compreensão do que se passa na utilização do Rorschach na perspectiva idiográfica.

O levantamento bibliográfico efectuado permitiu-nos verificar que

ultimamente o interesse pelas técnicas projectivas na clínica e na investigação tem aumentado. Independentemente do sentido positivo ou do sentido negativo das conclusões que se retirem em relação à prova, estamos certos de que tais indicadores são promissores em relação a uma progressiva análise do vasto campo (conceptual, metodológico) que é ainda necessário investigar.

CAPÍTULO IV

ESTUDO NORMATIVO NA POPULAÇÃO PORTUGUESA

Como deixamos antever na introdução deste trabalho a par de uma fundamentação teórica no teste do Rorschach foi nosso objectivo iniciar um estudo normativo desta prova para a população portuguesa. Em comunicação anterior (Pires, 1987) salientamos a necessidade de um estudo deste tipo pois que a generalidade dos psicólogos portugueses recorre na sua prática a normas retiradas de estudos franceses. Tais estudos, para além de não serem recentes no tempo, não podem atender à genuinidade da cultura e à realidade histórico-linguística portuguesa.

Pormenores vários na cotação do Rorschach decorrem da experiência cultural dos indivíduos. A possibilidade de erro em termos de avaliação psicológica decorrente da não adaptação de tais normas à população portuguesa são portanto evidentes. Para minorar a tais deficiências iniciamos este estudo com o Rorschach para já com um âmbito bem delimitado. Assim, ele diz neste momento respeito a uma população da zona do Grande Porto e contempla apenas as respostas forma, F+ e F-, banalidades e a localização (D e Dd).

O desenvolvimento deste estudo, já no âmbito de um projecto de

doutoramento, procurará, não só analisar um conjunto mais vasto e representativo de protocolos de todo o País e cobrindo um leque etário maior, como atender ao conjunto de determinantes usualmente tomados na avaliação dos protocolos, à realização de estudos diferenciais e estudos de caso. Uma aprendizagem a propósito da metodologia deste tipo de estudos (aplicação, análise estatística) foi conseguida com este trabalho. Ela servirá aos próximos estudos a desenvolver.

1. A NECESSIDADE DE ESTUDOS NORMATIVOS DO RORSCHACH EM PORTUGAL

Se analisarmos a situação da utilização dos testes ou técnicas de avaliação psicológica em Portugal, verificamos que para a maioria destes instrumentos se é obrigado a utilizar dados normativos estrangeiros devido à falta de trabalhos de investigação na população portuguesa nesta área. Em relação às técnicas projectivas, isto também se aplica. A este respeito é de registar o interesse recente de investigadores nacionais pelas técnicas projectivas, havendo uma alteração significativa nesta década: os trabalhos de Silva (1982) sobre o Teste de Apercepção para Crianças (CAT-H), de Cunha (1986) sobre o Teste de Frustração de Rosenzweig e de Carneiro (1986) sobre o Teste da Árvore.

Especificamente em relação ao teste de Rorschach, há apenas um estudo de Fernandes (1977) sobre as listas de Rorschach, com uma amostra de 60 estudantes do ensino superior, de Lisboa. Na nossa opinião era urgente avançar com estudo normativo que pudesse colmatar esta falta, pois todos os

autores afirmam que quando há diferenças culturais entre a população a avaliar e a população sobre a qual foi realizado o estudo normativo é necessário estabelecer novas normas para a população em causa, para que o teste seja utilizável (Delpech, 1971). Isto verificou-se sempre que se pretendeu utilizar o Rorschach na população india da América do Norte ou do Sul, nas populações africanas e nas populações orientais.

Verificou-se também que mesmo no grupo de populações ocidentais se verificaram diferenças entre as listas de cotação (D, Dd, Ban e F+ F-) de Beck realizadas nos Estados Unidos e as listas de Beizmann, realizadas em França. Mesmo entre as listas de cotação de Beck de 1937 e 1961 se encontraram algumas diferenças, apesar de se tratar de amostras populacionais americanas.

Aqui poderíamos levantar a hipótese se a dimensão temporal, a evolução da tecnologia, a evolução no acesso e no prolongamento da escolaridade não terão implicações ao nível da evolução da personalidade dos indivíduos e se os dados normativos obtidos em décadas passadas não estariam agora de alguma forma enviezados.

Para evitar a repetição deste estudo realizamos contactos a nível nacional junto das Faculdades de Psicologia, dos organismos profissionais e dos psicólogos, sobre a existência de estudos normativos na área do Rorschach e das técnicas projectivas. Alguns psicólogos levantaram-nos a questão da necessidade da realização deste estudo, porque se utilizam frequentemente dados normativos de populações estrangeiras, principalmente de origem francesa. Acreditam, ao mesmo tempo questionando, que em virtude da cultura desse país ter tido uma grande influência sobre a nossa, e dada a proximidade cultural entre ambas, será possível utilizar com alguma segurança essas conclusões estatísticas.

Em primeiro lugar, pode-se afirmar que os dados normativos franceses, embora sejam utilizados em vários países europeus, principalmente as listas de cotação das Formas de Beizmann (1966), que a sua metodologia é questionável na medida em que toma protocolos de proveniência diversa. Beizmann (1966) para realização das suas listas de cotação das Formas, utilizou os dados que ela possuía, obtidos em França com uma amostra muito limitada, adicionando os resultados do estudo de Loosli-Usteri (1965) na suíça romanica, os de Beck (1961) nos Estados Unidos e os de Rorschach (1921) na Suíça de língua alemã. Assim não se pode afirmar que estas listas sejam o resultado de normas da população francesa e que há uma mistura muito grande de várias listas de populações diferentes e em várias épocas.

No que se refere à validade destes dados em Portugal, até agora, ainda ninguém verificou esta hipótese. Alguns psicólogos, por intuição, pensam que não existirão diferenças significativas, apesar de julgarem de interesse a verificação dessa hipótese empiricamente.

Em relação à nossa semelhança cultural, é certo que o nosso país se inscreve no espaço cultural da Europa Ocidental - pertencemos à CEE - mas existem particularidades culturais que o diferenciam tanto ao nível da sua língua como da sua experiência colectiva. Nesta, temos a nossa dita vocação atlântica que se prolongou até quase ao final do século XX, a nossa história política, a nossa lenta e baixa industrialização, o fraco acesso à sociedade de consumo em relação aos países ricos da Europa e da América. Claro que também poderíamos mencionar a nossa geografia, as nossas discrepâncias regionais, a nossa literatura e a nossa emigração (diáspora). Indo mais além nesta especificação da nossa identidade cultural, poder-se-ia referir a significação particular de conceitos (saudade, fado,...).

As palavras não têm o mesmo valor em línguas diferentes. Mesmo quando traduzidas, a conotação pode não ser a mesma. As crenças, os usos e os costumes são diferentes ou são vividos e mantidos de maneira diferente. Por exemplo os bilingues sentem que têm acesso a dois mundos diferentes, preferindo utilizar os sistemas linguísticos independentemente em vez da tradução.

2. OBJECTIVOS DESTE TRABALHO NORMATIVO EM PORTUGAL

A realização deste estudo prende-se com uma tripla constatação: os dados normativos são importantes na ajuda que prestam para a interpretação do protocolo do sujeito, estes dados normativos estão dependentes do universo cultural em que o sujeito se insere, e a realidade socio-cultural portuguesa tem a sua especificidade. Partindo-se da hipótese de que as diferenças culturais influenciam os dados normativos, como por exemplo a frequência e a qualidade das respostas Forma e das Banalidades, objecto deste estudo, a aplicação de conclusões estatísticas estrangeiras à população portuguesa conduz a erros vários na avaliação. Um sentido prático deste trabalho passa pelo evitar do descrédito a que as provas projectivas, podem estar sujeitas e à melhoria da prática psicológica no nosso País - uma profissão ainda jovem e que tem a suas dificuldades em ser reconhecida.

Delimitado no espaço e no tempo, este trabalho pretende iniciar o estudo normativo, na população portuguesa, sobre as listas de cotação do teste de Rorschach. Este estudo divide-se em duas fases, a primeira que

corresponde exactamente ao presente trabalho e que poderíamos chamar "estudo de adaptação". Utilizando uma amostra reduzida a uma região (o Grande Porto) e a um nível etário (18-25 anos), esta primeira fase teve como objectivo a recolha de informação para se decidir quanto à oportunidade de um estudo nacional. Tal oportunidade passa pela testagem da hipótese se os dados normativos em Portugal serão diferentes dos dados encontrados em populações estrangeiras.

A segunda fase, ocupar-se-ia de uma análise estatística mais alongada dos resultados desta amostra, passando ainda pelo alargamento da amostra para cobrir todos os níveis etários (idade adulta) e todas as regiões do país.

Relativamente à primeira fase, objecto do presente trabalho, passamos a descrevê-la brevemente.

3. A METODOLOGIA USADA

Contrariamente ao que acontece com adaptações de outro tipo de testes, aqui com o teste de Rorschach não se pretende modificar o material - estímulo nem, em princípio, as regras de administração. A adaptação incide sobre as normas de descodificação das respostas, ou sejam parâmetros informativos que fornecem os elementos importantes para a interpretação.

Estas normas são as listas de cotação das respostas "grande e pequeno detalhe" (D, Dd), das Formas e das Banalidades. Far-se-á também um tratamento estatístico de outros elementos que compõem o psicograma, tais como a produtividade, a frequência das respostas G, do conteúdo Animal e

so conteúdo Humano.

3. 1. INSTRUMENTO

O instrumento é o teste de Rorschach, constituído pelas 10 placas já conhecidas por todos, pois já são editadas desde há mais de sessenta anos. As placas são constituídas por manchas cinzentas, negras e a cores, umas mais nítidas outras francamente esbatidas.

O teste possui duas placas com manchas negras e vermelhas, cinco placas onde entram apenas tons de cinzento e negros e, três placas policromáticas que a maioria dos sujeitos acham alegres.

As placas são todas simétricas, o que segundo alguns autores, lhes dá uma semelhança com o corpo humano. Umas são mais compactas (fechadas) da placa I à VII, e que suscitam menos respostas (principalmente as placas IV, V, VI e VII), enquanto que as outras placas como as três placas coloridas suscitam mais facilmente respostas (excepto a placa IX).

Segundo Beizmann (1982), nas sete primeiras placas a maioria dos sujeitos tem uma impressão global, o que confirmaria as leis da escola Gestaltista. A placa X é a mais dispersa de todas e onde se torna mais difícil dar uma interpretação global. Em virtude de ser a última, alguns autores como Traubenberg (1970), indicam que os sujeitos nesta placa têm um comportamento particular, prolongando ou não a administração conforme o seu desejo de continuar ou cortar a relação com o psicólogo.

Pela reacção dos sujeitos, verifica-se que esta prova parece ser encarada de maneira diferente, na medida em que se nota geralmente a

mesma surpresa por este tipo de provas. Na maior parte dos casos, a imagem que os sujeitos têm dos testes, é de uma tarefa onde eles têm que resolver algum problema, expresso através de texto, imagem ou números. Esperam quase sempre encontrar uma tarefa de "papel-lápis" ou então que lhes façam muitas perguntas onde através das quais são avaliados os seus conhecimentos.

Confrontar-se com este teste onde eles não têm que resolver nenhum problema nem provar conhecimentos, apenas umas imagens em face das quais devem apenas dizer tudo o que aquilo lhes parece sem boas nem más respostas, é sempre para os sujeitos uma surpresa ou uma situação que não esperavam. Alguns podem ficar aliviados, por não serem obrigados a resolver "problemas", mas há outros que podem desvalorizar o teste e o psicólogo, pois para eles, esta prova não é suficientemente séria.

Em todos os casos, é sempre indispensável o estabelecimento de uma relação entre psicólogo e sujeito antes da administração do teste, pois de contrário, as pessoas não são sinceras, dizendo apenas ver o que é mais aceitável do ponto de vista social. Aliás como se conclui das investigações de Exner (1984) sobre o processo de resposta, isso acontece sempre, só que a censura pode ser maior ou menor e isso depende imenso da segurança e da confiança que o sujeito tiver na situação e no psicólogo.

3. 2. AMOSTRA

Na definição da amostra deparamos com uma série de problemas mais relacionadas com o número de protocolos e outros com o cálculo do número de sujeitos por estratos a constituir. Devido ao grande dispêndio de

tempo na administração do Rorschach, na sua cotação e na organização do material para o estudo estatístico, esta complexidade obrigou-nos a fixar um limite no número de protocolos.

Como se tratava da primeira fase do trabalho, onde se procurava a testagem da hipótese da diferenciação em relação às normas estrangeiras, resolvemos adoptar a metodologia dos estudos de adaptação das normas dos testes psicológicos.

3.3. DISCUSSÃO DAS VARIÁVEIS

a. Localização Geográfica

Como esta é uma fase de exploração, com uma amostra limitada a uma centena de sujeitos, limitamo-nos à escolha de uma região do país, o Grande Porto (cidade do Porto e concelhos limítrofes). Esta escolha prende-se com a proximidade pessoal e da equipa de psicólogos que administraram a prova.

Esta região é urbana, embora nos concelhos limítrofes, existam focos rurais bastante acentuados. Procurou-se diversificar a proveniência dos sujeitos em termos do carácter urbano/rural das freguesias de proveniência (zonas rurais de Gondomar, Maia e Gaia). A população com características urbanas foi proveniente dos grandes centros populacionais do Porto, Vila Nova de Gaia, Espinho, Ermesinde, Rio Tinto, Maia, Gondomar e Matosinhos.

A escolha desta região parecia-nos, por outro lado, atender às zonas de residência da maioria da população portuguesa. Isto é, a maioria da população reside nos grandes centros de Lisboa, Porto, Braga, Setúbal e Coimbra. A outra razão da escolha efectuada deve-se, como afirmamos, ao facto de trabalharmos nesta região.

b. Idade

O grupo etário escolhido foi o de 18-25 anos. A escolha de um grupo etário deveu-se ao limite do número de sujeitos, pois se utilizássemos vários níveis etários a distribuição por nível seria baixo.

A outra razão tem a ver com as características deste grupo, que o tornam interessante, do ponto de vista de análise psicológica. Neste grupo, geralmente os indivíduos terminam a sua formação e iniciam a vida profissional. Pode-se, assim, chamar o período do fim da adolescência e do início da vida adulta. É o momento em que os indivíduos se tornam mais autónomos, constituindo geralmente a sua família e a sua independência económica. Aliás, a idade dos 18 anos é tida como o momento em que legalmente são considerados adultos. É evidente que em termos de autonomia, independência económica e constituição da família a questão não se coloca do mesmo modo para todos os sujeitos da amostra. Estes aspectos são menos frequentes e menos precoces naqueles que concluíram ou se encontram a concluir o ensino superior.

Como nos interessava um grupo de adultos, esta era o que se poderia considerar o grupo do início da vida adulta. Além disso em virtude das características acima mencionadas, os indivíduos deste grupo estão mais

disponíveis, activos e facilmente mobilizáveis para este tipo de investigação. Acresce, também, que o seu contacto é também mais fácil dada a sua proximidade em termos de grupos.

A administração do teste de Rorschach pode durar algumas horas (houve casos 2/3 horas, com a entrevista inicial), e realmente é preciso estar disponível e interessado para se submeter a esta avaliação. Os sujeitos mostraram-se bastante motivados na sua participação e quase sempre quiseram conhecer os seus resultados.

c. Nível de escolaridade

Esta variável levantava-nos alguns problemas, pois as estatísticas sobre a classificação dos grupos sócio-económicos não pareciam muito precisas. Além disso nesta faixa etária inicia-se uma certa mobilidade sócio-económica devido ao crescente alargamento da escolaridade. Nos últimos dez anos, ao nível de quadros médios, pessoal especializado de serviços e até quadros superiores realizaram uma grande mudança sócio-económica devido ao sucesso em estudos médios e superiores.

Como consideramos, de acordo com vários autores (Delpech, 1971), que o factor cultural tem uma grande importância relativamente ao discurso, dimensão do vocabulário, à implicação pessoal e a outros factores da situação de administração do teste de Rorschach pensamos que a melhor escolha para este nível etário seria o nível de escolaridade dos sujeitos. No nosso país, o enriquecimento cultural e a mobilidade sócio-económica ainda dependem muito do sucesso na escolaridade.

A divisão dos sujeitos por grupos socio-culturais foi realizada com base nos níveis de escolaridade. Do grupo básico fazem parte os indivíduos com a escolaridade mínima obrigatória, completa ou não, até ao ciclo preparatório, como era determinado pela legislação. O nível secundário engloba os indivíduos com frequência ou conclusão de estudos secundários. O nível superior de escolaridade inclui os sujeitos com conclusão ou frequência de estudos superiores.

d. Normalidade

Em virtude da maioria da população ser considerada normal interessou-nos uma amostra de indivíduos normais. Claro que a normalidade e a anormalidade podem ser discutidas. Pensamos que as referências a esta diferenciação são bem conhecidas de todos os psicólogos e não cabe no quadro deste trabalho.

Controlamos esta variável através da recolha de informação indirecta, se já tinham descompensado, consultado um psiquiatra ou um neurologista. Alguns protocolos foram anulados, pois o sujeito só prestou esta informação após a administração do teste.

3.4. DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA

Para o cálculo da amostra baseamo-nos no XII Recenseamento Geral da População, do Instituto Nacional de Estatística, sobre a região do Porto e os quadros da população residente segundo os grupos etários e a qualificação académica. Este recenseamento data de 1981, o que poderá estar relativamente desactualizado.

Segundo este recenseamento, para o grupo etário da nossa amostra e para o Porto, 54.8% pertencem ao nível básico, 40.5% ao nível secundário e 4.6% ao nível superior. Procurou-se tomar estas percentagens em consideração.

Para a nossa amostra levantou-se-nos o problema da validade dos resultados para o grupo de nível superior. Segundo os dados do Census de 1981, e tomando uma amostra em torno dos 100 sujeitos, só poderíamos administrar o teste a 5 indivíduos neste grupo. Para aumentar este grupo tivemos que diminuir a percentagem relativa dos outros dois.

A nossa amostra foi calculada para ser constituída por 41.3% de sujeitos no Básico, 37.9% no secundário e 20.6% no Superior, tendo em conta uma certa homogeneidade por idades e por sexo. No quadro 1 descrevemos a amostra de sujeitos observados segundo o ano e o nível escolar. Entre parêntesis indica-se o número de sujeitos que era esperado ser observado.

Quadro I - Amostra observada segundo a idade e o nível de escolaridade
(Entre parêntesis a amostra esperada)

Idades	Básico	Secundário	Superior	Total
18	6 (6)	8 (8)	-	14 (14)
19	5 (6)	8 (8)	-	13 (14)
20	6 (6)	5 (8)	4 (4)	15 (18)
21	6 (6)	4 (4)	4 (4)	14 (14)
22	6 (6)	4 (4)	4 (4)	14 (14)
23	6 (6)	4 (4)	4 (4)	14 (14)
24	2 (6)	4 (4)	4 (4)	10 (14)
25	0 (6)	1 (4)	4 (4)	5 (14)
Total	38	38	24	100

Apesar de terem sido recolhidos 140 protocolos, fomos obrigados a anular 40 protocolos devido à variável normalidade ou a deficiências na administração do teste. Estas deficiências situaram-se na realização do inquérito particularmente no desenho pelos sujeitos das localizações e nos determinantes.

Os subgrupos Básico e Secundário têm uma percentagem de 38% cada e o subgrupo Superior tem uma percentagem de 24%.

A distribuição por sexos foi inicialmente fixada em termos de igualdade dos dois sexos. Após as anulações efectuadas a representação de um e outro sexo, passou a ser de 53% de indivíduos do sexo masculino e de 47% de indivíduos do sexo feminino. No quadro 2 descrevem-se os sujeitos segundo o sexo e o grupo etário (para facilitar a apresentação, reúnem-se as

idades dos 18 aos 20 anos, e dos 21 aos 25 anos).

Quadro II - Amostra observada segundo o sexo e o grupo etário

Idade	18-20	21-25	Total
Sexo Masculino	25	28	53
Sexo Feminino	19	28	47
Total	44	56	100

Os sujeitos do nível Básico terminaram a formação escolar e estão inseridos no mercado do trabalho ou estão à procura de emprego, de qualquer modo estão completamente desligados da vida escolar.

A distribuição inicial era de 6 indivíduos por idade, 3 do sexo feminino e 3 do sexo masculino, totalizando 48 indivíduos. Na distribuição actual, o total é de 38 indivíduos.

No nível Secundário, os sujeitos do subgrupo de 18-20 anos frequentam o ensino, e os do subgrupo 21-25 anos exercem uma actividade profissional, o que corresponde à situação de distribuição da população.

No primeiro subgrupo estavam previstos 8 indivíduos por idade distribuídos pelos dois sexos; aqui o número de indivíduos por idade é maior para conservar uma certa homogeneidade pela falta de indivíduos do nível superior nestas idades. No segundo subgrupo foram observados indivíduos pelas diferentes idades. A amostra final totaliza 38 indivíduos.

No nível superior, apenas consideramos as idades 20-25 anos, pois é relativamente rara a entrada no ensino Superior antes dos 20 anos de idade. Dos 20 até aos 23 anos são alunos, e dos 24 aos 25 são licenciados. A distribuição é de 4 indivíduos por idade, totalizando 24 indivíduos. Só este subgrupo é que não foi alterado pela anulação de protocolos, a que não será alheio o facto de se tratarem de sujeitos mais disponíveis para tomarem parte neste tipo de estudo

Temos consciência que a percentagem da amostra reservada ao nível de escolaridade superior está sobre-representada em relação aos outros níveis, tendo em conta a sua distribuição na sociedade portuguesa. Neste tipo de amostras se limitássemos mais o número de sujeitos deste nível, perderíamos a significância dos resultados deste grupo. Se a amostra tivesse sido dimensionada para cobrir todo o país e todos os níveis etários, este problema não se teria colocado. Tornar-se-ia evidente, então, a necessidade de um número claramente superior de protocolos. Nessa altura seria possível antever um número de protocolos pelos vários níveis escolares que viabilizassem as análises posteriores

3. 5. APLICAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO DO TESTE

A recolha de informação foi realizada junto da amostra acima mencionada, grupo etário 18-25 anos, na região do Grande Porto.

Os sujeitos foram contactados informalmente através de estabelecimentos de ensino, bibliotecas de Juntas de Freguesia, Grupos Paroquiais ou através de pessoas conhecidas que nos indicavam amigos, colegas ou vizinhos que poderiam ser contactados.

Em todos os casos, os sujeitos eram contactados directamente e durante o primeiro contacto era-lhes apresentada a situação como sendo a administração de um teste para investigação. Geralmente o sujeito perguntava se era difícil, o que era respondido negativamente, e mostrava-se interessado nos resultados porque desejava conhecer-se.

Quando o sujeito aceitava a situação procurava-se marcar o horário da aplicação.

Todos os sujeitos contactados do nível superior aceitaram sem problemas. Alguns indivíduos do sexo feminino do nível secundário e básico recusaram a colaboração, enquanto os do sexo masculino foram em geral mais receptivos. O maior número de recusas incidia sobre os indivíduos de escolaridade básica que apresentavam alguma desconfiança em relação à tarefa, tendo-se verificado algumas dificuldades para se completar a amostra.

Alguns protocolos (3) dos sujeitos deste grupo tiveram que ser anulados porque os sujeitos recusaram o inquérito.

Em relação às condições de aplicação, não havia limite de tempo, as instruções eram mínimas: "para si o que poderia ser isto", ao entregar a placa ao sujeito.

Antes da aplicação do teste havia sempre uma pequena entrevista destinada a incutir confiança no sujeito e a responder às suas dúvidas. De novo era explicado o motivo da situação, as condições de sigilo profissional e a total liberdade da situação.

Após esta entrevista inicial, e do acordo do sujeito, procedia-se à administração do teste em duas fases: a administração e inquérito. No inquérito o sujeito delimitava a localização da resposta sobre os protocolos

das placas, para evitar erros de localização (os próprios indivíduos delimitavam em fotocópia da placa as zonas tomadas na sua resposta).

Os dados pessoais, tais como a idade e o nível de escolaridade, profissão do sujeito e dos pais, eram obtidos após a administração do teste, durante a conversa em que se procurava que o sujeito comentasse a situação. Este procedimento foi adoptado para evitar a desconfiança do sujeito, pois antes desta recolha ensaiámos com alguns casos o pedir dos dados pessoais no início da aplicação. Os sujeitos a quem eram pedidos os dados pessoais antes da aplicação mostravam-se geralmente mais desconfiados. Sempre que o sujeito o pedia, assumíamos o compromisso de lhe fornecer pessoalmente os resultados do teste.

O tempo da administração do Rorschach, variava entre 50 minutos e três horas. Neste último caso, os sujeitos eram bastante lentos e davam muitas respostas. O tempo médio previsto para a administração e a entrevista inicial era de uma hora e trinta minutos.

O local era cedido pelas instituições em que o sujeito era contactado ou em casa dos examinadores. A maioria dos protocolos foram recolhidos em salas cedidas pelas instituições.

Da totalidade dos protocolos da amostra final recolhemos pessoalmente 70, e 30 foram recolhidos por quatro colaboradores. Estes eram licenciados em psicologia, que foram formados por nós nesta área, na disciplina de Diagnóstico Psicológico. Antes de lhes fornecermos o material para a recolha da informação, fornecíamos uma formação complementar, mais concretamente em termos das exigências da recolha. Quando um protocolo apresentasse deficiências, principalmente no inquérito, era imediatamente anulado.

3. 6. COTAÇÃO UTILIZADA

Para a administração e cotação do Rorschach seguimos as regras enunciadas pela escola de língua francesa, representada nomeadamente pelas obras de Rausch de Traubenberg (1970), Loosli-Usteri (1970), Anzieu (1976) e Beizmann (1982).

Vamos mencionar alguns critérios em que nos baseámos tanto para a cotação como para o estudo normativo.

a. Modos de Apreensão

a1. Resposta G

Cotamos G, sempre que o sujeito interpretava a totalidade da placa, excepto na placa III, onde atribuímos esta cotação sempre que o sujeito interpretava as figuras humanas, nas partes negras (Beizmann, 1982). Esta cotação na placa III não é comum a outros autores, como Exner, que apenas cotam G quando a resposta engloba mesmo a totalidade da placa.

a2. Respostas D e Dd

As respostas entre D e Dd, baseia-se apenas no critério estatístico. Isto

é, quando pelo menos um sujeito em cada 22 interpreta determinada área da mancha, atribui-se D (Anzieu, 1976), nas restantes Dd. No nosso caso, na prática, foram consideradas respostas D quando era atingida a frequência de 5% (amostra constituída por 100 sujeitos).

a3. Respostas Dbl

Segundo o sistema adoptado, no psicograma, apenas se cotaram como Dbl as respostas que se referem às partes brancas. As respostas Dbl integradas, quando além da parte branca incluem também outra parte da mancha, integram-se no grupo das respostas D ou Dd (D/Dbl e Dd/Ddbl), Beizmann (1982) e Miljkovitch (1979).

As respostas Gbl são sempre integradas e fazem parte do grupo das respostas G.

a4. Respostas Do

Este tipo de resposta foi pouco adoptado pelos autores americanos. No nosso estudo normativo não o tivemos em linha de conta especificamente porque para haver resposta Do é necessário que haja ausência de resposta sobre a totalidade do elemento de que faz parte. Nos outros casos será apenas uma resposta D ou Dd. Esta localização não depende da frequência mas da ausência do elemento habitualmente interpretado (ex.: pernas sem resposta monstro ou figura humana na placa IV).

b. Determinantes

b1. Distribuição entre F+ e F-

Esta distinção revelou-se ser difícil devido à ausência de elementos estatísticos sobre esta distinção. Tanto Beizmann como Loosli-Usteri, nas suas listas, não mencionam o critério estatístico utilizado para esta distinção.

Rorschach (1967) refere no seu manual que considerava F+, as respostas Forma dadas frequentemente por uma amostra de 100 sujeitos, normais, sem especificar o critério "frequentemente".

Korchin e Larson (1977) referem que Samuel Beck considerava F+ as respostas forma que fossem vistas por 3 sujeitos numa amostra de 157 sujeitos, o que equivale a uma percentagem de 2%. O critério dos 2% também é utilizado por Exner (1986) para a classificação das respostas Forma comuns.

Segundo os diferentes autores, as respostas Forma que não se enquadram nesse critério estatístico, poderão, após a análise qualitativa, ser classificadas como F+. Neste caso, teria que se recorrer ao método de juizes, o que não foi possível. Isso será realizado posteriormente, e neste trabalho apenas se classificarão as respostas F+ segundo o critério estatístico.

Também consideramos as respostas de Forma indeterminada (F±) para conteúdos vagos. Incluem-se, aqui, nalgumas placas as respostas animal, bicho, nuvem, osso, etc.

b2. Respostas K

As respostas de movimento humano são cotadas quando a figura humana está em movimento explícito ou implícito (por exemplo a olhar, a sorrir, parado). Quando figuras animais cujo corpo é parecido com o do homem (urso, macaco) executam movimentos tipicamente humanos, são também cotados K.

Para uma cotação de tipo Kan o animal deverá ter um movimento explícito. A cotação Kob (movimento do objecto) refere-se apenas aos objectos com movimento próprio, o que limita sensivelmente esta categoria de respostas (ex. explosão, fogo de artifício, etc).

b3. Respostas cromáticas

As respostas cor (FC, CF, C) são cotadas conforme o sistema francês, assim como as respostas estampagem (esbatido) e as respostas Clob.

As respostas estampagem são cotadas de maneira semelhante às respostas cor no que diz respeito à influência da Forma (FE, EF e E), acrescentando-se-lhe as propriedades de textura ou da perspectiva quando existem.

No nosso caso, houve um cuidado particular na administração do teste para as respostas estampagem quando tínhamos dúvidas, colocávamos a questão que Rausch de Traubenberg (1970) aconselha: "se a cor fosse toda unida veria a mesma coisa?" Pensávamos que esta questão poderia

influenciar o sujeito, depois verificamos que a maior parte dos sujeitos após ligeira pausa, respondiam pela afirmativa ou pela negativa, convictos.

c. Respostas Conteúdo

As respostas utilizadas são indicadas por Beizmann (1982). Acrescentamos apenas a categoria alimentação, referente apenas a produtos comestíveis tais como carne, legumes, frutos, na medida em que estas respostas se enquadravam dificilmente nas outras categorias.

d. Respostas Banais

O critério estatístico utilizado para as respostas banais, indicado por Rorschach, é que seriam respostas banais as respostas dadas por um sujeito em cada 3. Os autores da escola francesa, utilizam o critério de uma resposta em cada seis (Beizmann, 1982; Anzieu, 1976; Rausch de Traubenberg, 1970 e Fernandes 1977). No nosso caso utilizamos este último critério. Se em qualquer localização 16,6% dos sujeitos derem a mesma resposta, ela foi cotada como banal; em termos práticos terão que ser 17 sujeitos, em virtude de a nossa amostra comportar 100 sujeitos.

Em Portugal foi publicado um estudo sobre as respostas banais (Fernandes, 1977), que compararemos com os resultados obtidos neste estudo.

e. O Inquérito

Durante o inquérito tentamos ser o menos directivos possível, fazendo o mínimo de intervenções. As instruções do inquérito comportam as questões: "onde viu?" e "como viu?", em relação a todas as respostas.

Quando a explicação do sujeito não era satisfatória, colocávamos questões indirectas tais como: "Por favor, pode explicar melhor?"; "Diga-me um pouco mais sobre isso", etc...

Para evitar a sugestão, nunca colocávamos questões directas. Pedia-se sempre explicações através de formulações indirectas.

As respostas "novas" do inquérito ou respostas adicionais surgiam com frequência. Os vários autores (Beck, 1968; Beizmann, 1977; Anzieu, 1976) indicam sempre que estas respostas não devem ser misturadas, no psicograma, com as da administração e que poderão ser tratadas à parte se o seu número for significativo.

Como essas respostas aparecem na segunda fase da aplicação do Rorschach, no momento em que o sujeito está a elaborar a justificação sobre o modo como produzia as respostas, pensamos que essas respostas adicionais podem ser provocadas pela elaboração da justificação e não pela associação livre face à placa e a si mesmo, da primeira fase.

As respostas adicionais, na maior parte dos casos poderiam ser sugeridas pelo trabalho de inquérito. Aliás, se em vez do inquérito completo, utilizássemos a técnica do inquérito parcial, essas respostas não poderiam surgir. Devido a isso, as respostas adicionais não são misturadas com as outras no psicograma, principalmente para a cotação das respostas detalhe,

forma e banais.

Nesta fase do estudo, não analisamos as respostas adicionais. Embora as mesmas tenham sido registadas, só posteriormente serão estudadas.

4. RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Os resultados aqui apresentados e discutidos repartem-se por três grupos. Um primeiro toma a frequência de respostas globais, determinante F, conteúdo animal e humano. Um segundo considera as respostas F (F+, F- e F±) e as respostas G, D, Dd e Dbl. Este segundo tipo de análises considera, evidentemente, cada placa isoladamente. Por último, um terceiro grupo de resultados diz respeito às "respostas banais" por placa.

Para um e outro grupo de análises, a par da apresentação dos valores encontrados e tipo de respostas obtidas, estabelece-se um paralelismo com os valores paralelos na Escola Francesa. Como se referiu na introdução deste trabalho, esta comparação permite-nos ver em que medida se poderá justificar uma aferição desta prova para a população portuguesa.

4. 1. ANÁLISE DAS RESPOSTAS NO CONJUNTO DAS PLACAS

Em primeiro lugar apresentam-se os valores (média e desvio-padrão) dos sujeitos separados em função do sexo e do grupo etário (18-20, e 21-25

anos) em termos de: número de respostas no protocolo, número de respostas G, número de respostas F, número de conteúdos animal e humano

Quadro III - Média e Desvio Padrão do número de respostas, G, F, conteúdo animal e humano segundo o sexo e grupo etário

	Nº de respostas		G		F		A		H	
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Masculino (18-20)	21.0	10.10	7.7	3.85	9.6	6.16	9.7	5.26	3.7	2.61
Feminino (18-20)	26.8	15.31	4.8	2.78	15.1	10.2	12.8	6.13	4.4	2.83
Masculino (21-25)	20.0	11.81	6.1	3.80	9.5	7.54	8.3	5.03	4.0	3.28
Feminino (18-20)	21.9	9.66	6.0	2.60	10.1	7.15	9.0	3.62	3.6	2.77

No quadro III apresentam-se os valores obtidos para os sub-grupos constituídos. Dado que a apreciação do número de respostas (G, F, A, H) apenas pode ser feita em função do número total de resposta, apenas terá interesse analisar neste momento o número de respostas. Conforme se verifica pelo indicado (quadro III) parece registrar-se um maior número de respostas no conjunto das 10 placas por parte das raparigas. Esse maior número parece ser apenas evidente quando se consideram as raparigas com idades entre os 18 e os 20 anos. Não é difícil adiantar que esta maior

frequência de respostas se poderá ficar apenas a dever a aspectos peculiares na constituição da amostra (alguma especificidade deste sub-grupo). Em estudos posteriores poderemos vir a confirmar se os sujeitos mais novos tendem a dar um maior número de respostas que os mais velhos ou, por outras palavras, se à medida que a idade aumenta, o número de respostas diminui.

Em termos de ponderação das respostas G, F, A e H tomamos a percentagem de tais respostas em relação ao número total de respostas. No quadro IV apresentamos as percentagens de tais respostas em função do sexo e do grupo etário dos sujeitos.

Quadro IV - Proporção de G, F, conteúdo animal e humano no total das respostas segundo o sexo e o grupo etário dos sujeitos

Grupos	G	F	A	H
Masculino (18-20)	37%	46%	46%	18%
Masculino (21-25)	31%	48%	42%	20%
Feminino (18-20)	18%	56%	48%	16%
Feminino (21-25)	27%	46%	41%	16%

Em relação às cotações da Escola Francesa, as percentagens apresentam-se globalmente integradas no leque de valores aí contempladas. Assim, em relação à percentagem de respostas G (oscilação proposta como normal entre 20 e 30%), verificam-se no sexo masculino valores algo discrepantes. Por um lado o grupo dos mais novos (18-20 anos) apresentam uma percentagem superior, enquanto os mais velhos (21-25 anos) ficam

ligeiramente aquém desses valores (18%). Em termos etários esta oscilação no sexo masculino difere da encontrada no sexo feminino, aspecto que será analisado posteriormente.

Em relação às respostas F, os valores situam-se próximos da percentagem média sugerida na Escola Francesa (50%).

Quanto às respostas de conteúdo A e H os valores situam-se nos leques propostos: conteúdo A (40-50%) e conteúdo H (15-20%). Os valores encontrados para os vários sub-grupos constituídos situam-se no leque sugerido.

Globalmente os valores encontrados neste primeiro grupo de resultados não diferem significativamente dos apontados na Escola Francesa. Na sua globalidade eles situaram-se dentro dos leques fornecidos por tais normas.

4. 2. AS RESPOSTAS FORMA

Como as listas de cotação das respostas Forma são organizadas segundo as diferentes localizações, vamos mencionar as diferenças que encontramos na distinção entre respostas D e Dd em comparação com os dados normativos franceses (Anzieu, 1976; Beizmann, 1982).

4.3. DISTINÇÃO ENTRE RESPOSTAS D E Dd

A distinção entre as localizações D e Dd opera-se segundo o critério de frequência da interpretação da localização por um sujeito em cada 22 o que no nosso caso corresponde a 5% dos sujeitos.

Referimos todas as localizações pela ordem decrescente da frequência de resposta. As respostas são mencionadas em legenda das localizações nas listas de cotação das Formas para cada placa.

Em alguns casos, apresentamos localizações de grande dimensão resultante da combinação de um D e Dd ou de dois D, que tiveram uma frequência inferior à do critério de diferenciação D/Dd. Em termos práticos estas localizações raras poderiam ser cotadas, segundo as normas, dos autores franceses, como D. Contudo, interessamo-nos pela raridade da escolha dessas localizações e é essa a razão porque aparecem como detalhes raros.

Na comparação dos nossos resultados com a lista francesa das respostas D (Anzieu, 1976), verificamos que não há muitas diferenças.

Na placa I, não encontramos as localizações da divisão em terços da figura central, em contrapartida o nosso D5 não aparece nas listas francesas.

Na placa II, não há diferenças significativas e na placa III, não encontramos as localizações D do corpo dos seres humanos sem as pernas, com ou sem cabeça.

Na placa IV, consideramos a resposta G amputada da lista francesa como resposta D (totalidade excepto parte central inferior); e não encontramos a localização referente a parte clara das botas.

Na placa V, não encontramos o D referente ao contorno superior da asa.

Na placa VI, não encontramos a localização D, da metade direita ou esquerda da parte central.

Nas placas VII, VIII e IX não há diferenças significativas, e na placa IX não encontramos a localização D (cabecinha de animal no castanho verde).

No nosso caso consideramos sempre fielmente as localizações que os sujeitos marcavam durante o inquérito, por isso em alguns casos obtivemos algumas respostas D referentes à subdivisão de elementos considerados apenas em inteiro pelos autores franceses, como por exemplo na subdivisão do cinzento superior da placa X. Contudo esta subdivisão nunca transforma uma localização D das listas francesas em localização Dd no nosso caso.

4.4. LISTAGEM DE RESPOSTAS F POR PLACA

Numa tentativa de listas de cotação por placa apresentamos de seguida uma descrição das respostas F obtidas em cada placa. Apresentam-se apenas as respostas F, independentemente de F+, F- e F±, e quando não integrando outros determinantes. Nesta apresentação subdividem-se as respostas em função das localizações das respostas (G, D, Dd, Dbl).

Para uma facilitação desta apresentação segue-se placa a placa separando cada uma das localizações. Para as respostas de grande e pequeno detalhe indicam-se as localizações contempladas na respectiva placa (identificação feita através dos números e delimitações desenhadas, cf. Anexo).

PLACAI

RESPOSTAS G

	F+	F-	F±
G	Abelha	Coruja	Borrão
	Anca	Leão alado	Desenho Abstracto
	Aranha	Montes	Figuras
	Ave	Porco	Folha
	Borboleta		Símbolo
	Escaravelho		
	Insecto		
	Mapa		
G/bl	Máscara		
	Morcego		
	Mosca		
	Pássaro		

PLACA I

RESPOSTAS D

	F+	F-	F±
D1	Besouro Corpo Humano Costelas Escaravelho	Coluna Escorpião Flor Mosca	Animal Bicho Insecto
D2	Asas	Coelhos Costelas Estátuas Porcos	Folhas Núvens
D3	Ferrões Mãos Pinças		
D4	Cabeça de animal	Lobos Transformação de um lobo	Núvens
D5		Borboleta Escaravelho Morcego sem cabeça Raia	Folha

PLACA I

RESPOSTAS Dd

	F+	F-	F±
Dd6		Carocha Frente de Aranha	
Dd7		Ossos humanos	
Dd8	Asas de pássaro		
Dd10	> Lábios	Vales	
Dd11		> Aldeia	
Dd12		Pássaro	
Dd13		V Notas de música	
Dd14		V Cabeça de homem	
Dd15		Costas humanas	
Ddbl16		Dentes	

PLACA II

	F+	F-	F±
G	Borboleta	Cabeça de leão Cara de monstro Frente de avião Morcego	Cara
D1	Borboleta Caranguejo	Ancas V Aranha V Cabeça de bode Medula óssea Mosca	
D2		Bois < Camelos Cavalos Ratos Ursos	Animal
D3		Bacia Costelas Focas Galos Lobos Pegadas Pés Pombos Ratos Rostos	Animais
Dbl4	Avião Candeeiro Estrada Pião Útero	Frasco de perfume Túnel	Vazio
D5	AV Borboleta	Cerebro	Animal

PLACA II

	F+	F-	F±
D6 (1+3)	Pessoa Urso	Boneco	
D/Db17	Pulmões	Bacia Coluna e medula Peixe	
D8		V Cabeça de abelha	
Dd9		V Cabeça de insecto V Traseira de morcego	
Ddbl10		Nariz	
Dd11		Homem V Monstro	
Dd12		Casa Túmulo	
Dd13		Cara de homem	
Dd14		Cara de peixe	
Dd15		V Caras de bonecos espaciais	
Dd 16		Caracol	
Dd17		V Forma de mapa	
Dd 18		Perfil de répteis	
Dd19		Cabeça de cão	
Dd 20	Cabeça de pessoa mascarada		

PLACA III

	F+	F-	F±
G	Pessoas V Sapo	Abelha Jarro V Macaco Paus	Borrão de tinta Figuras
D1	Borboleta Laço Pulmões	Corações Rins e coluna	Orgãos do corpo
Dd2	Cavalo marinho Guitarra	Animal preso pelas patas Cabeça de elefante Cães Escorpião Estômago < Macaco Sementes de árvore	
D3	V Caranguejo V Monstro	V Homem V Mosca Símbolo da peugeot Tigela de sobremesa Vaso	
D4		Anca Cabeça de homem careca Esqueleto	Animal Recepiente
D5	V Cabeça de negros V Crâneo de macaco Rins	Árvore Filhos de monstro	
D6	Pernas Tronco de árvore	Árvores Pata de galinha Raízes	
D7		Cara de pessoa Coluna e costelas Vagina	

PLACA III

	F+	F-	F±
D8	Cabeça de cão	Rato	
D9		Esqueleto e bacia Macaco	Silhueta
Dd10		Corpo humano Marionete	
Dd11		Cabeça de pássaro Costelas Pássaros	
Dd12		Ilhas com baía Marionetes Partes de fig. palhaço	
Dd/Db13	Árvore e estrada		
Dd14		Chifres de veado Costelas	
Dd15	Pata de carneiro		
Dd16		Cabeça de tigre	
Dd17		Útero	
Dd18		Mosca	
Dd19		Vagina	
Dd20		V Caranguejo	
Dd21		Parte de cima das violas	
Dd22		Patras de porco	
Dd23		Parte interior da boca	
Dd24		> Pico de montanha	
Dd25		Estreito de Gibraltar	

PLACA IV

	F+	F-	F±
G	Árvore Borboleta Monstro V Morcego Pele de animal	Águia Bonecos Brasão de família Candeeiro Fotografia de pessoa V Gafanhoto Jarra decorada Símbolo dos bombeiros	Insecto Nuvem
D1	Par de botas Pé	Cabeça de camelos	
D2	V Torre de castelo	Árvore V Cano de uma fábrica Corpo de caracol Escaravelho Esqueleto	
D3	Galhos de Árvore	Bico de águia Crâneo de ave Grutas Orelha de cão	
D4	Monstro	Costas de gorila	
Dd7	Cabeça de cão	> pato	Animal
Dd8		V Cão Dois ursos	
Dd9	Cabeça de pessoa		
Dd10	Pernas	Chapéu do sec.XVII	

PLACA IV

F+	F-	F±
Dd11	V Parte de cima de uma torre	
Dd12	Candeeiro	
Dd13	Árvore V Morcego	
Dd14	Cão com cobra	
Dd15	Cobras	
Dd16	Pés de ser humano	
Dd17	Metade de corpo humano	
Dd18	Cabeça de cobra Pés de móveis	
Ddbl19	Mapa de Portugal < Olhos	

PLACA V

	F+	F-	F±
G	Ave V...Borboleta Morcego	Forma aerodinâmica Gansos Gato com asas Melga Pavão Pessoa V Taça Tagetos de crocodilo	Animal Insecto Osso
D1	Borboleta Morcego	Coelho com asas	
D2	V Pinça	> Cabeça de golfinho V Gansos V Pera cortada Perna de animal	
D3		Morcego Omoplata V Parte de pássaro > Perna de boi	Animal
D4	> Pata de cabra Perna de animal	V Cabeça de crocodilo Porco cortado a meio	
D5	V Pés de bailarina	Alicates	
Dd6		V Borboleta Pele de cabra	
Dd7		> Peça de ferramenta	
Dd8	Pata de animal		
Dd9		Corpo de animal Mulher	

PLACA V

F+	F-	F±
Dd10	Monte de terra	
Dd11	Borboleta > Mapa de Portugal	
Dd12	> Ave	
Dd13	> Crocodilo	
Dd14	Vagina	
Dd15	Traseira de um animal	
Dd16	^ Cara de duas pessoas	
Dd17	< Olhos de animais	

PLACA VI

	F+	F-	F±
G	Bacalhau Borboleta Gato Nave espacial Pele de animal Pele de foca	V árvore V britadeira Cabra Composição com uma ave Espantalho Papa formigas Planta com raíz Planta de animal Tartaruga Touros	Bicho
D1	Cabeça de gato Cobra Cruz de igreja Pénis	Águia Mocho Pássaro morto Peixe voador Pessoa com asas Totem dos índios	Animal Símbolo
D2	Tagete	Objecto pesado	Jarra Parte de continente
D3		Cobra Coluna vertebral Missil	
D4		Penas	
D5	Crucifixo		Símbolo
D6		Altar V Mapa de França	
D7	Cabeça de cobra	Focinho de gazela	
D8		V Vale	
Dd9	Pénis	Corpo de animal	
Dd/bl10	Lampeão V Ninho	V Cálice de flor	
Dd11		Jarras Velas	

PLACA VI

F+	F-	F±
Dd12	Animal Pele de santo	Símbolo
Dd13	Pulmões	
Dd14	Bigodes de gato	
Dd15	Cristo rei	Insecto
Dd16	< Castelo	
Dd17	V Cabeça humana Cães Pessoas	
Dd18	V Cabeça de pássaro Tenazes de caranguejo	
Dd19	Torre	
Dd20	V Peixe cortado ao meio	
Dd21	V Montes	
Dd22	Anca	
Dd23	Cálice	
Dd24	< Tanque de guerra	
Dd25	Madeira torneada	
Dd26	Mão	Parte de mapa
Dd27	Candeeiro	

PLACA VII

	F+	F-	F±
G	G/bl caranguejo Mapa de África Pele de animal Sapo	Animal dividido em três: cabeça de porco traseiro de raposa e corpo de elefante Arbusto a enfeitar Brinquedo desmontado Estátua de madeira aberta ao meio Fenómeno de auto- procriação Figura feminina e reflexo G/bl Ilha Gêmeos siameses Preparação entre duas Lamelas	Interior do corpo humano
D1	Bonecos Bonecos de louça Cães Coelhos Crianças Dois elefantes Esquilos	Aves Cabeça humana com corpo de animal Cabeças feias Macacos Máscaras	Caras
D2	Cabeça de animal Cabeça de cão Cabeça de elefantes Cabeça de porco Ursos	Animal deitado com focinho Cabeça de ovelhas Casal de porcos Dois corpos estranhos Focinho de lobo	< Nuvem
D3	Caras de meninas Cabeças humanas Coelhos	> Bota Cabeças de coelho Cachimbos Casal de miúdos Presuntos	Caras

PLACA VII

	F+	F-	F±
D4	Anca VΛ Borboleta Nádegas e sexo de mulher	V Capacete Lombos de porco Peixe Taça	Osso Pedras coladas
Dbl5	Jarra Jarrão Pessoa com capa- cete	V Entrada de gruta V Frasco de perfume < Seta	Alegria
D6	Animais zangados Porco	Coelho Ursinhos	
D7		Agulha	
Dd8		Cabeça de animal Cara de duas mulheres	Caras
Dd9		Asa V Ponte Mulher	
Dd10		Cãezinhos	Animais
Dd11		Seringa Vagina	
Dd12		Mapa	
Dd13		< Tromba de elefante	
Dd14		Boca aberta de bicho	
Dd15		Lagartos	
Ddbl16		Barriga	

PLACA VIII



	F+	F-	F±
G	< Animal e o seu reflexo V Barco visto de frente < Lobo em cima de pedras e o reflexo Símbolo de ratos ou ursos	Capacete espacial < Lobo Ornamento chinês	Símbolo
D1	Animais Bichos Camaleões Gatos Lobos Raposa ^< Ratos Tigres ^< Ursos	Javali Lagartos Raposa Répteis Toupeiras	
D2	Borboleta V Casaco	Casaco Fantasma com lençol	Peça de vestuário
D3	Avião Cume de montanha Monte Nave espacial Raia Raízes	Ave aquática V Raia	
D4	Esqueleto Pinheiro Nádegas e sexo de mulher	Candeeiro pendurado Desenho de mamífero Ser humano Várias borboletas	Rochas
D5		V Calções V Costelas V Estômago Pergaminhos	Pedra solta
D6		Vulcão	Rochas
D7	Braços (pessoa) Braços e mãos de pessoa	Patas de animal Raízes de árvore	

PLACA VIII

	F+	F-	F±
D8		Búzios	
D9	Coluna vertebral		
Dd10	Λ>Cabeça e parte de corpo de cão < Cão a espreitar	Estalactites	
Dd11	Bico de pássaro	Alto da montanha	
Dd12	Coluna vertebral		
Dd13		Monte com árvores	
Dd14	Parte da coluna vertebral		
Dd15	Coluna vertebral		
Dd16		Pinça	
Dd17		Asas de borboleta	
Dd18	Mãos		
Dd19		Cobras	
Dd20		Vagina	
Dd21		Anca	
Dd22		Estrada aos S	
Dd23		Ponte sobre o rio	

PLACA IX

	F+	F-	F±
G		Corpo humano Esqueleto Mosca Planta de animal Rato	
D1		Baço V Cabeças de leão Costelas Dinosauro < Estátuas Feras Mapa de Portugal Ossos da bacia	Nuvens
Dbl2	Lâmpada V Viola	Bactéria morta Pera aberta com pevides V Relógio de areia V Sino	
D3	Bacia	Cabeça de formiga < Cabeça e pedaço de corpo disformes V Coruja	
D4	< Boneca Crianças	Cabeça de bicho	
D5		Aves > ratos com coroa	
Dbl6	Olhos	Molde uma peça Olho de mocho	
D7		Cabeças de búfalo Cachimbo < Estátua Moscas	Pedras
D8	Pássaros	V mocas	
D9		Pulmões e traqueia	
D10	Coluna vertebral	V Espada Medula	

PLACA IX

	F+	F-	F±
Dd11	Dedos Patas de bichos	Cabeça de cobra	
Dd12	Crocodilo	V Cara de cobra Vagina	
Dd13		Mulheres	Bichos em formação
Dd14		Caras engraçadas Corpos e focinhos Homens	
Dd15		Olhos, nariz e boca de bicho	
Dd16		Acto sexual Robot	
Dd17		Parte das costelas Raízes de árvore	
Dd18		Cabeças de bode	
Dd19		Ponte	
Dd20	Botas		
Dd21		V Cara de porco	
Dd22		Coluna vertebral	
Dd23		Vagina	
Dd24		Cadáver de animal deitado	
Dd25		Homens	
Dd26		Flor	

PLACA X

	F+	F-	F±
G		Cara Estraterrestres relação que existe entre as pessoas e a sociedade	Coisas do mar Confusão Imagens ao microscópio
D1	Aranha Caranguejo	Algas Corais Dragões Emblema do casaco Estrela do mar Planta marinha Raízes	Bichos Célula Mancha
D2	Aparelho respiratório Candeeiro Foguetão Insectos a comerem a madeira Raíz de planta	V Anca Lagostas agarradas a par V Monte	
D3	Caranguejo	Crocodilo	Bichos Insectos
D4	Animais com antenas Barata Insectos com antenas Ratos	Germes Ovelha Papagaio Peixe	Bicharoco
D5	V Cavalos marinhos Minhocas	Bigode Cobras	
D6	Macacos Vertebra	Bacia Espinal medula	V Símbolo
D7	Cabeça de coelho V Figura humana		

PLACA X

	F+	F-	F±
D8	Leões Núcleo de célula	Olhos Ovários Pássaros Pirilampos Plantas Touro	Animais
D9	Alicate	Mulher com asas Vagina	
D10	Mapa litoral do continente africano Pulmões	Coluna Costelas Mapa de Portugal	> Nuvens
D11	Coelhos Touros	Pata de marisco V Peixe	Bichos
D ou Ddbl12	Parte do corpo hu- mano	V Cara de insecto ampliada V Máscara Útero	
D13	Auscultadores Osso de frango Ovários	V Boca Olhos Pirilampos	
D14	Ovelhas	Austrália Hipópotamos Tartaruga	
D15	Tubo respiratório	Osso do peito Planta	Ossos
D(1+11)		Lagosta Percevejo	

PLACA X

	F+	F-	F±
Dd17	Cara de pessoa		
Dd18		V Cabeças de dragão Pavões	
Dd19		Perfis	
Dd20	Coluna vertebral		
Dd21	Ramo com flores		
Dd22		Bactérias	
Dd23		Cães	
Dd24		Ferradura	
Dd25		> Península Ibérica	
Ddbl26		> Bota da Itália	
Dd27		Dente	
Dd28		< Cara de homem	
Dd29		Interior do corpo	
Ddbl30	Garrafa		
Dd31		Cara de homem	
Dd32		Fundo do mar	
Dd33		Sapatos de dormir	

A comparação entre as nossas listas de respostas Forma e as listas francesas de Beizmann (1966), permite concluir que nós obtemos um número de respostas F+, nitidamente inferior aos resultados franceses. Contudo a nossa lista na diferenciação entre respostas Forma, F+ e F-, apenas se baseia no critério estatístico; se utilizássemos o procedimento aconselhado por Beizmann através da análise qualitativa para as respostas não abrangidas pelo critério estatístico, teríamos um número de respostas F+ superior. A título experimental, essa análise qualitativa através da confrontação de vários juízos, será realizada posteriormente.

Este é o único meio para realizar essa análise, de contrário a opinião de um só indivíduo (examinador) poderá ser muito subjectiva.

A nossa lista de respostas F-, dá-nos a indicação que na nossa amostra aquelas respostas Forma não atingiram o critério de diferenciação (2% dos sujeitos).

Se tivermos em conta a necessidade e a utilidade da análise qualitativa para retirar as respostas de boa qualidade perceptiva, como é o caso das respostas originais que são cotadas F+ se tiverem boa qualidade perceptiva e que não satisfazem o critério estatístico, pois a frequência das respostas originais é inferior a 1 em cada 100, podemos levantar a hipótese de que haverá várias respostas que nas nossas listas aparecem classificadas em F- que poderão ter qualidade perceptiva suficiente para poderem ser classificadas em F+. Nas nossas listas, as respostas F- não podem ser consideradas inteiramente nessa categoria mas apenas como as respostas que no nosso estudo não atingiram o número mínimo de respostas fixado pelo critério estatístico.

Em síntese, pensamos também que a nossa amostra de 100 sujeitos é relativamente pequena para poder ter sensibilidade suficiente para uma distinção entre respostas Forma, F+ e F-, como estão apresentadas nas listas de cotação francesas. Daí advém a necessidade de continuar este estudo como uma amostra mais alargada que poderá ser realizada em estudos posteriores.

4. 5. RESPOSTAS BANAIS

O critério de cotação das respostas banais foi o de uma resposta em cada seis sujeitos. Com a nossa amostra pode-se considerar resposta banal, quando aparece dada por 16,6 sujeitos, que arredondamos para 17 sujeitos. Como a nossa amostra é de 100 sujeitos daremos apenas as percentagens das respostas em vez da indicação da quantidade (Quadro V).

Quadro V - Listas de respostas banais neste estudo

Placa	Localização	Respostas	%
I	G	Borboleta	- 39%
	G	Morcego	- 23%
II	D metades negras	Animais inteiros (cães, cavalos, elefantes, coelhos, ursos)	- 19%
III	G	Dois seres humanos	- 59%
IV	G	Monstro	- 19%
V	G	Borboleta	- 46%
		Morcego	- 19%
VI	G	Pele de animal	- 23%
VII	D	Terço central - cabeça de animal (porco, urso ou cão)	- 17%
VIII	D rosa lat.	Dois animais (ursos, camaleões, ratos, lobos)	- 75%
X	D azul lat.	Animais múltípedes (caranguejo, aranha ou aranhões)	- 21%

Passamos à discussão dos resultados desta lista de Banalidades, comparando-os, placa a placa, com os da lista Francesa e os da lista portuguesa de Fernandes (1977) Quadro VI.

Quadro VI - Comparação das respostas banais neste estudo com a lista francesa e a obtida anteriormente em Portugal (Fernandes, 1977).

Cartões	Lista Francesa	Lista Portuguesa	Estudo na região do Grande Porto
I G	Pássaro, Morcego,	Borboleta, Morcego	Borboleta, Morcego
II D negros	Animais inteiros (ursos, carneiros, cães, elefantes) ou cabeças dos animais).		Animais inteiros (cães, cavalos, elefantes, coelhos, gorilas).
III G	Todo o ser humano inteiro	Todo o ser humano	Dois seres humanos
Verm. Central	Borboleta, Laço	Borboleta	
IV G	Pele de animal		Monstro
V G	Pássaro, Morcego, Borboleta	Morcego, Borboleta	Borboleta, Morcego
VI G G ou Dinf.	Pele de animal Pele de animal	Pele de animal	Pele de animal
VII D 2º terço		Cabeça de animal (porco, cão, urso)	Cabeça de animal
	D 1º-2º terço c/ou s/saliência sup.	Perceptos humanos (femininos)	
VIII D rosa lat.	Dois animais - salvo peixes ou pássaros	Animais (ursos, castores, lobos, felinos, ratos), qualquer posição	Dois animais (ursos, camaleões, ratos, lobos)
IX D laranja X		Perceptos humanos	
	D azul lat. Caranguejo, polvo, aranha		Animais múltipeds (caranguejo, aranha, aranhões)
	D verde claro inf. Cabeça de coelho		
	D cinz. sup. Animais roedores ou crustáceos		

Placa a placa, apresentamos de seguida as principais semelhanças e discrepâncias em relação às listas francesa e portuguesa (Cf. quadro VI).

Placa I - Nesta placa encontramos 2 respostas banais na globalidade, Borboleta com 39% e Morcego com 23%,

Placa II - Nesta placa encontramos a resposta banal, no detalhe metades negras, animais inteiros, tal como é mencionada na Lista Francesa, com 19%. A lista de Isabel Fernandes (1977) não encontrou nenhuma resposta banal nesta placa.

No detalhe vermelho inferior, encontramos a resposta borboleta com 15%, muito próxima da classificação de resposta banal.

Placa III - Em G encontramos a resposta banal "dois seres humanos", com 59%. Contrariamente à lista de Fernandes (1977) no D vermelho Central não encontramos resposta banal. A resposta borboleta apenas obteve 12 %.

Placa IV - Em G encontramos a resposta banal Monstro com 19%. É de referir que nenhuma lista de banalidades comporta esta resposta.

A lista de Fernandes (1977) não comporta nenhuma resposta banal para esta placa.

Placa V - Em G encontramos as respostas banais, borboleta com 46% e morcego com 19%. Respostas similares foram encontradas nas duas outras listas

Placa VI - Em G apenas encontramos a resposta banal Pele de animal, tal como a lista de Fernandes (1977).

Placa VII - Nesta placa apenas encontramos no D terço médio, a resposta banal cabeça de animal, tal como foi definido por Fernandes (1977) com 17%. A resposta banal (perceptos humanos) da lista de Fernandes, no D 1^o e 2^o terços superiores não encontramos no nosso estudo.

Placa VIII - Em D rosa lateral, temos a resposta banal "dois animais" (ursos, camaleões, ratos, lobos) com 75%. É a resposta banal com maior percentagem de sujeitos.

Placa IX - Nesta placa não encontramos nenhuma resposta banal, tal como a lista francesa. A resposta banal, perceptos humanos, no D laranja superior, da lista de Fernandes apenas encontramos em 6% dos sujeitos.

Placa X - No D azul lateral encontramos a resposta banal, "animais múltipedes" (caranguejo, aranha, aranhaços), tal como é definida por Klopfer, com 21%. A lista de Fernandes não comporta nenhuma resposta banal nesta placa.

Em relação à lista francesa encontramos resultados diferentes nas placas I, porque em G não temos a resposta pássaro, na placa III, porque não temos a resposta banal no D vermelho central; na placa IV porque temos monstro em

vez de pele de animal. Na placa V porque apenas tem morcego e borboleta não tendo pássaro em G, e na placa VII por causa da resposta banal "cabeça de animal" no terço médio.

Em comparação com a lista portuguesa de Fernandes (1977), temos mais uma resposta banal nas placas II (D negros) e na placa X (D azul lateral). Nas placas III (D vermelho central), VII (D - 1º e 2º terço) na placa IX (D laranja) não encontramos respostas banais, contrariamente a essa lista.

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO GERAL

Ao longo deste trabalho procuramos a par de uma apresentação e fundamentação teórica e prática da prova do Rorschach, destacar os vários motivos que presidiram à realização de um estudo normativo na população portuguesa.

Em relação aos três primeiros capítulos parece-nos de salientar a especificidade desta prova e às dificuldades daí decorrentes quando se pretende associá-la aos restantes testes formais na apreciação das suas características psicométricas. Algumas das críticas feitas à prova (por exemplo, as posições de Eysenck) não só puderam ser refutadas com base na singularidade da prova como não afectaram o pretígio desta técnica. Inquéritos junto dos investigadores e psicólogos da prática revelam um interesse por esta prova nos nossos dias. O trabalho de Exner, na unificação dos sistemas de cotação de vários autores americanos, foi importante para a revitalização da investigação e da utilização na prática desta prova.

Uma tentativa de integração dos mecanismos de resposta (percepção, cognição, projecção) de acordo com as diversas correntes da psicologia foi tentada (cap. 2). Mesmo que não possamos identificar o mecanismo de projecção que caracterizam as respostas do teste do Rorschach no sentido de

conceito psicanalítico de projecção (nas técnicas projectivas o conceito é mais amplo), podemos afirmar a sua presença nas respostas dos indivíduos.

No que se refere à polémica em torno da validade do teste de Rorschach, que se prolongou durante várias décadas, pensamos que os primeiros resultados negativos se devem a erros metodológicos tanto no tratamento dos dados do teste em si como na ênfase colocada no seu poder preditivo do comportamento (aspectos em que esta técnica revela algumas dificuldades até pela dificuldade em se fixarem os critérios externos).

As críticas muito negativas formuladas até aos anos sessenta tiveram o mérito de incrementar uma investigação mais cuidadosa com este teste em que os erros metodológicos anteriores aparecem corrigidos. Isto deu origem a que se tomasse consciência dos limites do teste de Rorschach, pois nas décadas de 40 e de 50 alguns psicólogos acreditam que ele tinha um "valor mágico" *per se*. Na realidade, esta prova tem-se vindo progressivamente a afirmar como de grande utilidade na compreensão específica do indivíduo, principalmente na situação clínica, como um bom instrumento para a investigação da personalidade. No que se refere à avaliação da predição do comportamento este instrumento não consegue avaliar todas as variáveis necessárias e que são muito vastas, pois o comportamento não apenas depende das variáveis internas dos indivíduos como do meio.

Em síntese, o teste de Rorschach não é mais que uma boa fonte de informação para que o psicólogo possa tomar decisões referentes à avaliação do sujeito, estando o valor dessa informação relacionado com a qualidade da formação e da competência do psicólogo.

A contribuição de vários autores na investigação com o teste de Rorschach e sobre ele, durante as duas últimas décadas, permitiu um

melhor conhecimento desta prova tanto ao nível das suas potencialidades como da fundamentação teórica dos seus mecanismos.

Neste sentido, a obra de Exner é de grande importância e permitiu uma revitalização desta prova, principalmente em termos de utilização nos Estados Unidos.

Pensamos que esta prova possui validade suficiente para ser utilizada na clínica e na investigação, e a continuação das investigações futuras com e sobre esta prova trarão com certeza elementos importantes tanto sobre a personalidade como dos mecanismos utilizados por esta prova.

Finalmente, no quarto capítulo, descrevemos com maior pormenor as razões do estudo normativo realizado. A utilização em Portugal das normas francesas sem qualquer verificação empírica prévia, aliado à nossa própria especificidade nacional em termos de realidade socio-cultural e linguística (aspectos importantes em termos das respostas dos indivíduos), esteve na base deste estudo.

A sua delimitação a uma amostra de 100 sujeitos, reduzidos à zona do Grande Porto e às idades entre 18 e 25 anos (adultos), caracterizam este trabalho exploratório.

No quadro deste estudo ficamos pela análise do número de respostas, número de localizações G, D, Dd e Dbl, número e qualidade do determinante F, percentagem de respostas de conteúdo animal e humano, e respostas banais. Para esta análise ponderamos as listas fornecidas pela Escola Francesa e as elaboradas num estudo efectuado junto de alunos universitários de Lisboa (Fernandes, 1977).

Como conclusão pode adiantar-se que em termos de percentagens de respostas (número de respostas, localização G, resposta F, conteúdo animal e

humano), os valores agora obtidos não se afastam dos leques fornecidos pelas listas francesas. Algumas discrepâncias encontradas poderão traduzir ou alguma especificidade de certos grupos (idade e sexo) observados, ou alguma diferenciação entre a população portuguesa observada e as listas francesas. Estudos complementares, diversificando mais a amostra (maior número de efectivos, várias idades, várias zonas do País), tornam-se necessários para esclarecimento das diferenças encontradas.

Em relação às localizações das respostas, mais concretamente das respostas D dada a sua maior importância, não se encontraram muitas diferenças quando se comparam os resultados agora obtidos com a lista normativa francesa (Anzieu, 1976).

As diferenças encontradas, ainda que pontuais, nas placas I, III, IV, V, VI e IX poderão ser posteriormente apreciadas na sua consistência e significado em trabalhos futuros junto da população portuguesa.

Em relação às respostas Forma, o estudo feito placa a placa revelou diferenças bastante frequentes ao nível das respostas F- entre o grupo agora observado e a lista francesa. Uma maior proporção de respostas F- em relação a F+ foi encontrado no nosso estudo.

Para já, e até efectuarmos uma análise qualitativa complementar (recurso a especialistas nacionais no Rorschach a inventariar e a contactar), podemos pensar que este maior número se ficará a dever às metodologias utilizadas em ambos os estudos. Enquanto para as listas francesas se atendem não apenas ao critério estatístico fixado (percentagem de respostas dadas) mas também à qualidade significativa das respostas dadas, neste nosso estudo apenas pudemos tomar o critério estatístico.

É defensável, pois, que uma reapreciação da qualidade das respostas dadas permitiria que algumas respostas cotadas como F- pudessem passar a F+ . Pensamos não apenas desenvolver este estudo qualitativo das respostas como dar uma maior consistência ao critério estatístico através de um alargamento da amostra portuguesa.

Em relação às respostas banais procedeu-se a uma comparação entre as respostas deste tipo verificadas neste estudo com as postuladas na lista francesa e no estudo anterior efectuado em Portugal (Fernandes, 1977). Na placa I e placa V as respostas obtidas (borboleta, morcego) são comuns aos três estudos. Na placa II a resposta banal encontrada neste estudo (animais inteiros) é comum à lista francesa embora não tenha aparecido no estudo anterior em Portugal. Na placa III a resposta frequente "seres humanos" é comum aos três estudos, embora não se verifique neste estudo uma resposta banal para o "vermelho central" como aconteceu nos outros dois estudos. Na placa IV a resposta banal agora encontrada (monstro) não é comum à lista francesa, enquanto no estudo anterior em Portugal não apareceu qualquer resposta banal para esta placa. Na placa VI verifica-se uma grande similaridade nos três estudos (ex: pele de animal). Na placa VI verifica-se alguma semelhança com os resultados do estudo anterior em Portugal (ambos os estudos em diferenciação com a lista francesa), enquanto que na placa VIII os três estudos se aproximam (dois animais). Na placa IX, neste estudo e na lista francesa, não se verificou qualquer resposta banal, ao contrário do estudo na zona de Lisboa. Por último na placa X, verifica-se uma certa proximidade deste estudo com a lista francesa (resposta banal comum para a parte "azul lateral", o que não se verifica no outro estudo em Portugal).

Em conclusão, tomando as respostas banais, podemos assinalar algumas discrepâncias encontradas quer em relação à lista francesa quer em

relação ao estudo anteriormente efectuado em Portugal (Fernandes, 1977). As maiores discrepâncias situaram-se nas placas II, IV, VII, IX e X. Dada a importância que as respostas banais assumem na interpretação do protocolo (contacto do sujeito com o real e sua adaptação social), as discrepâncias encontradas aconselham à realização de estudos posteriores em Portugal. O mesmo se verifica em relação às listas de cotação das respostas Forma (importantes para a avaliação qualitativa do funcionamento cognitivo) pois que encontramos uma diferença na proporção de F+/F- em relação à lista francesa. Estes novos estudos não se poderão ficar exclusivamente pelos aspectos normativos mas permitir a informação que ajude a ultrapassar as dificuldades surgidas na interpretação das diferenças agora encontradas em relação às listas de cotação francesas e, por outro lado, permitir alguma informação tendo em vista a análise dos resultados em função das características etárias dos sujeitos e de outras variáveis socio-culturais.

As conclusões deste trabalho não nos forneceram respostas definitivas, mas as suas inferências terão todo o interesse em serem desenvolvidas no âmbito de novos projectos de investigação, nomeadamente a realização de estudos normativos de âmbito nacional.

BIBLIOGRAFIA

As referências marcadas com asterisco não foram consultadas directamente

- *ABT, L.E. (1950). A theory of projective psychology. In L. E. Abt & L. Bellak (Eds). Projective Psychology: Clinical to the Total Personality. New York: Knopf, 33-66.
- *AINSWORTH, M. D. (1954). Problems of validation. In B. Klopfer, M.D. Ainsworth, W. Klopfer. R. R. Holt (Eds) Developments in the Rorschach Technique, Vol. I, New York: Harcourt, Brace & World, Inc., 403-500.
- ALHEIDT, P. (1980). The effect of reading ability on Rorschach performance. Journal of Personality Assessment, 44, 1, 3-10.
- AMOS, S. P. (1980). a test-operate-test-exit model for Rorschach scoring. Journal of Personality Assessment, 44, 3, 234-236.
- ANZIEU, D. (1965). L'application collective du test de Rorschach. Revue de Psychologie Appliquée, 15, 2, 53-57.
- ANZIEU, D. (1976). Les méthodes projectives (5ème ed.). Paris: Presses Universitaires de France.
- ARONOW, E. & REZNIKOFF, M. (1976). Rorschach Content Interpretation. New York: Grune & Stratton.
- ARONOW, E.; REZNIKOFF, M. & RAUCHWAY, A. (1979). Some old and new directions in Rorschach testing. Journal of Personality Assessment, 43, 3, 227-234.
- ATKINSON, L.; QUARRINGTON, B.; ALP, E. & CYR, J.J. (1986). Rorschach validity: An empirical approach to literature. Journal of Clinical Psychology, 42, 2, 360-362.
- *AULD, F. (1954). Contributions of behavior theory to projective techniques. Journal of Projective Techniques, 18, 466-468.
- BAIRRÃO, J. (1969). Perspectivas de utilização do Rorschach. Boletim do Instituto de O.P. 1-9.
- BARLEY, W. D.; DORR, D. & REID, V. (1985). The Rorschach comprehensive system egocentricity index in psychiatric inpatients. Journal of Personality Assessment, 49, 2, 137-140.
- BASH, K. W. (1986). Psychosomatic diseases and the Rorschach test. Journal of Personality Assessment, 50, 3, 350-357.

- BAUER, E. (1963). Signes particuliers au Rorschach de paranoïaques. Bulletin de Psychologie. XVII, 225, 126-129.
- BECK, S. (1967-68). Le test de Rorschach. I e II Vol. Paris: Presses Universitaires de France.
- BECKER, D. (1963). Le Test de Rorschach appliqué à une population musulmane marocaine bilingue. Bulletin de Psychologie, XVII, 225, 130-144.
- BEIZMANN, C. (1966). Livret de cotation des formes dans le Rorschach. Paris: Centre de Psychologie Appliquée.
- BEIZMANN, C. (1982). Le Rorschach de l'enfant à l'adulte, étude génétique et clinique. Neuchâtel et Paris: Delachaux et Niestlé.
- BLATT, S. J.; BRENNEIS, B. C. & SCHIMEK, J. G. (1976). A developmental analysis of the concept of the object on the Rorschach. Yale University and Marion Glick Southern Connecticut State College. (não publicado, amavelmente cedido pelo autor).
- BLATT, S. J. (1975). The validity of projective techniques and their research and clinical contribution. Journal of Personality Assessment, 39, 327-343.
- BLATT, S. J. & LERNER H. (1983). The psychological assessment of object representation. Journal of Personality Assessment. 47, 1, 7-27.
- BLATT, S. J. & BERMAN Jr. W. H. (1984). A methodology for the use of the Rorschach in clinical research. Journal of Personality Assessment, 48, 3, 226-239.
- *BLUM, G. S. (1950). The Blacky Pictures: Manual of Instructions. New York: Psychological Corporation.
- BOEKHOLT, M. (1983). Mécanismes de régulation narcissique au Rorschach, Psychologie Française, 28, 2, 124-128.
- *BRUNER, J. S. (1948). Perceptual theory and the Rorschach Test. J. Pers., 17, 157-168.
- CAMPOS, F. (1972). Respostas de perspectiva no teste de Rorschach e inteligência. Arq. bras. Psic. Apl., 24, 1, 41-62. Rio de Janeiro.
- CARLSON, R. W. (1980). Temporal factors associated with Rorschach space responses. Perceptual and Motor Skills, 51, 1261-1262.

- CARLSON, R. W. (1981). Stimulus attributes of Rorschach space responses. Journal of Personality Assessment, 45, 1, 11-12.
- *CATTELL, R. B. (1951). Principles of design in "Projective" or M.I perception tests of Personality. In H. Anderson & L. Anderson (Eds.). New York: Prentice Hall.
- CERNEY, M. S. (1984). One last response to the Rorschach test: a second chance to reveal oneself. Journal of Personality Assessment, 48, 4, 338-343.
- CHABERT, C. (1983). Le Rorschach en clinique adulte. Interprétation psychanalytique. Paris: Bordas - Dunod.
- CORMAN, L. (1961). Le test P. N. (Manuel). Paris: PUF.
- *CRONBACH, L. J. (1965). Statistical methods applied to roschach scores: A review. In B. I. Murstein (Ed.) Handbook of Projective Techniques. New York: Basic Books, Inc. 355-394.
- CRONBACH, L. J. (1970). Essentials of Psychological Testing (3rd ed.). New York: Harper International Edition.
- *CRONBACH, L. J. & GLESER, G. C. (1965). Psychological Tests and Personnel Decisions. Urbana: University of Illinois Press.
- *CRONBACH, L. J. & MEEHL, P. E. (1955a). Construct validity in vsychological tests. Psychological Bulletin, 52, 281-302.
- CUNHA, B. (1986). Teste de Frustração de Rosenzweig, (Versão Adultos). 1ª Parte: Adaptação portuguesa. Centro de Psicologia da Universi-dade do Porto.
- DANA, R. H. (1965). In O.K. Buros (Ed.) The Sixth Mental Measurements Yearbook. New Jersey: Gryphon Press, 492-495.
- DANA, R. H. (1978). In O.K. Buros (Ed.) The Eight Mental Measurements Yearbook. New Jersey: Gryphon Press, 1040-1042.
- DANA, R. H. (1984). Megatrends in personality assessment: toward a human science professional psychology. Journal of Personality Assessment, 48, 6, 562-590.
- DANA, R. H. (1984). Personality assessment: practice and teaching for the next decade. Journal of Personality Assessment, 48, 1, 46-57.

- DANA, R. H. (1985). A service-delivery paradigm for personality assessment. Journal of Personality Assessment, 49, 6, 598-604.
- DANA, R. H. (1986). Personality Assessment and Native Americans. Journal of Personality Assessment, 50, 3, 480-500.
- DANA, R. H. & CUNNINGHAM, K. M. (1983). Convergent validity of Rorschach and Thematic Apperception Test ego strength measures. Perceptual and Motor Skills, 57, 1101-1102.
- DANA, R. H. & BACK B. R. (1983). The concurrent validity of child Rorschach interpretations. Journal of Personality Assessment, 47, 1, 3-6.
- DANESINO, A.; DANIELS, J. & McLAUGHLIN, T. (1979). Jo-Jo, Josephine, and Joanne: a study of multiple personality by means of the Rorschach test. Journal of Personality Assessment, 43, 3, 300-313.
- DeCATO, C. M. (1984). Rorschach reliability: toward a training model for interscorer agreement. Journal of Personality Assessment, 48, 1, 58-64.
- DELPECH, B. (1971). Les techniques projectives dans l'exploration de la personnalité socioculturelle (synthèse bibliographique). Psychopathologie Africaine, Vol. VII, 2, 239-284.
- *DEUTSCH, M. (1954). Field theory and projective techniques. Journal of Projective Techniques, 18, 427-434.
- DUBEY, B. L.; PERSHAD, D. & VERMA, S. K. (1981). An evaluation of Rorschach as a clinical tool. Indian Journal of Clinical Psychology, 8, 157-163.
- DUDEK, S. Z. (1984). The architect as person: a Rorschach image. Journal of Personality Assessment, 48, 6, 597-605.
- DUDEK, S. Z. & MARCHAND, P. (1983). Artistic style and personality in creative painters. Journal of Personality Assessment, 47, 2, 139-142.
- EPSTEIN, S. (1966). Some theoretical considerations on the nature of ambiguity and the use of stimulus dimensions in projective techniques. Journal of Consulting Psychology, 30, 183-192.

- ERDBER, P. & EXNER, J. E. Jr. (1984). Rorschach assessment. In Goldstein, G. & Hersen, M. (Eds.). Handbook of Psychological Assessment. New York: Pergamon Press.
- *ERIKSEN, C. W. (1954). Needs in perception and projective techniques. Journal of Projective Technique, 18, 435-440.
- ERIKSON, E. H. (1950). Childhood and Society. New York: Norton.
- ERON, L. D. (1965). In O.K. Buros (Ed.) The Sixth Mental Measurements Yearbook. New Jersey: Gryphon Press, 495-501.
- EXNER, J. E. (1978). The Rorschach: A Comprehensive System. Current Research and Advanced Interpretation, Vol 2. New York: John Wiley & Sons
- EXNER, J. E. Jr. (1980). But it's only an inkblot. Journal of Personality Assessment, 44, 6, 562-577.
- EXNER, J. E. (1986). Some Rorschach data comparing schizophrenics with borderline and schizotypal personality disorders. Journal of Personality Assessment, 50, 3, 455-471.
- EXNER, J. E. Jr. (1986). The Rorschach: A Comprehensive System: Vol. I: Basic Foundations (2nd ed.). New York: John Wiley & Sons.
- EXNER, J. E.; ARMBRUSTER, G.-Jr. & MITTMAN, B. (1978). The Rorschach response process. Journal of Personality Assessment, 42, 1, 27-38.
- EXNER, J. E. Jr.; ARMBRUSTER, G. L. & VIGLIONE, D. (1978). The temporal stability of some Rorschach features. Journal of Personality Assessment, 42, 5, 474-482.
- EXNER, J. E. & WEINER, I. B. (1982). The Rorschach: A comprehensive System. Assessment of Children and Adolescents, Vol. 3. New York: John Wiley & Sons.
- EXNER, J. Jr.; VIGLIONE, D. J. & GILLESPIE, R. (1984). Relationships between Rorschach variables as relevant to the interpretation of structural data. Journal of Personality Assessment, 48, 1, 65-70.
- EXNER, J. E. Jr.; THOMAS, E. A. & MASON, B. (1985). Children's Rorschachs: description and prediction. Journal of Personality Assessment, 49, 1, 13-20.
- EYSENCK, H. J. (1950). Les Dimension de la Personnalité. Paris: PUF.

- *EYSENCK, H. J. (1952). The Scientific Study of Personality. London: Routledge & Kegan Paul.
- *EYSENCK, H. J. (1959). In O.K. Buros (Ed.) The Fifth Mental Measurements Yearbook. New Jersey: Gryphon Press, 276-278.
- FERNANDES, I. B. (1977). Contribuição para uma lista portuguesa de respostas Bancos Psicodiagnóstico de Rorschach. Separata da Revista Portuguesa de Psicologia, VI, 1, 285-303.
- FRANK, G. (1980). New directions in Rorschach research: I - the process-reactive differentiation. Perceptual and Motor Skills, 50, 187-191.
- *FRANK, L. K. (1965). Projective methods for the study of personality. In B. I. Murstein (Ed.) Handbook of Projective Techniques. New York: Basic Books, Inc., 1-22.
- FREUD, S. (1965). Totem et tabou. Paris: Payot
- FRIEDBERGER, M. & LEFEBVRE, A. (1984). L'analyse binaire classique appliquée à l'étude de la symbolique des planches du test de Rorschach. Revue de Psychologie Appliquée, 34, 1, 75-88.
- *FRIEDMAN, H. (1953). Perceptual regression in in shizophrenic: an hypothesis suggested by the use of the Rorschach test. Journal of Projective Techniques, 17, 171-185.
- *FULKERSON, S. C. (1965). Some implications of the new cognitive theory for projective tests. Journal Consult. Psychol., 191-197.
- GAINOTTI, G.; De ROSA, E. & FISCHETTI, C. (1984). Spécialisation hémisphérique et traitement analytique et gestaltique des informations. Une recherche avec le test de Rorschach. Revue de Psychologie Appliquée, 34, 1, 89-98.
- GARWOOD, J. (1978). Six-month prognostic norms derived from studies of the Rorschach Prognostic Rating Scale. Journal of Personality Assessment, 42, 1, 22-27.
- GOLDSTEIN, G. & HERSEN, M. (Eds.) (1984). Handbook of Psychological Assessment. New York: Pergamon Press.
- GOLDSTEIN, G. & HERSEN, M. (1984). Historical perspectives. In G. Goldstein & M. S. Hersen (Eds.) Handbook of Psychological Assessment. New York: Pergamon Press.

- GORDON, M. & TEGTMEYER, P. F. (1983). Oral-dependent content in children's Rorschach protocols. Perceptual and Motor Skills, 57, 1163-1168.
- *GOSS, A. E. & BROWNELL, M. H. (1957). Stimulus-response concepts and principles applied to projective test behavior. J. Pers., 25, 505-523.
- GUILLAUMIN, J. (1977). La dynamique de l'examen psychologique. Paris: Bordas - Dunod.
- GUTMANN, D.; ROTHMAN, S. & LICHTER, R. S. (1979). Two kinds of radicals: a discriminant analysis of a projective test. Journal of Personality Assessment, 43, 1, 12-22.
- HALLER, N. & EXNER, J. E. Jr. (1985). The reliability of Rorschach variables for inpatients presenting symptoms of depression and/or helplessness. Journal of Personality Assessment, 49, 5, 516-521.
- HARDER, D. W. (1979). The assessment of ambitious-narcissic character style with three projective tests: the Early Memories, TAT, and Rorschach. Journal of Personality Assessment, 43, 1, 23-32.
- HAYDEN, B. C. (1981). Rorschach cards IV and VII revisited. Journal of Personality Assessment, 45, 3, 226-229.
- HÉBRARD, J. (1963). Étude sur le test de Rorschach utilisé pour la sélection de candidats à une école d'éducateurs. Bulletin de Psychologie, XVII, 225, 148-154.
- HELMAN, Z. (1963). Rorschach et dessin, instruments d'analyse structurale de la personnalité. Bulletin de Psychologie, XVII, 225, 145-147.
- *HEMMENDINGER, L. (1953). Perceptual organization and development as reflected in the structure of Rorschach test responses. Journal of Projective Techniques, 17, 162-170.
- HEMMENDINGER, L. & SCHULTZ, D. K. (1977). Developmental theory and the Rorschach method. In M. A. Rickers-Ovsiankina (Ed.). Rorschach Psychology (2nd ed.). Huntington, New York: Robert E. Krieger Publishing Company.
- HERTZ, M. R. (1986). Rorschachbound: A 50-Year Memoir. Journal of Personality Assessment, 50, 3, 396-416.
- *HOLLEY, J. W. (1973). Rorschach Analysis. In P. Kline (Ed.) New Approaches in Psychological Measurement. London: John Wiley & Sons, 119-155.

- HOLT, R. R. (1977). A method for assessing primary process manifestations and their control in Rorschach responses. In M. A. Rickers-Ovsiankina (Ed.). Rorschach Psychology (2nd ed.). Huntington, New York: Robert E. Krieger Publishing Company.
- HOLT, R. R. (1986). Clinical and statistical prediction: A retrospective and would-be integrative perspective. Journal of Personality Assessment, 50, 3, 3376-386.
- HOLZBERG, J. D. (1968). Psychological theory and projective techniques. In A. I. Rabin (Ed.). Projective Techniques in Personality Assessment. New York: Springer Publishing Company Inc.
- HOLZBERG, J. D. (1977). Reliability re-examined. In M. A. Rickers-Ovsiankina (Ed.), Rorschach Psychology (2nd ed.). Robert E. Krieger Publishing Company, Huntington: New York, 555-576.
- HOPWOOD, J.; WEI, K. H. & YELLIN, A. M. (1981). A computerized method for generating the Rorschach's structural summary from the sequence of scores. Journal of Personality Assessment, 45, 2, 116-117.
- HOWES, R. J. (1981). The Rorschach: does it have a future. Journal of Personality Assessment, 45, 4, 339-351.
- HYMOWITZ, P.; HUNT, H. F.; CARR, A. C.; HURT, S. W. & SPERR, W. E. (1983). The WAIS and Rorschach test in diagnosing borderline personality. Journal of Personality Assessment, 47, 6, 588-596.
- JACQUEMIN, A. A. (1976). Évolution du type de résonance intime dans le Rorschach chez les enfants brésiliens. Revue de Psychologie Appliquée, 26, 3, 567-573.
- *JENSEN, A. R. (1965). In O. K. Buros (Ed.) The Sixth Mental Measurements Yearbook. New Jersey: The Gryphon Press, 501-509.
- KARON B. P. (1968). Problems of Validities. In A. I. Rabin (Ed.). Projective Techniques in Personality Assessment. New York: Springer Publishing Company Inc.
- KENDRA, J. M. (1979). Predicting suicide using the Rorschach inkblot test. Journal of Personality Assessment, 43, 5, 452-456.

- *KLOPFER, B., KELLEY, D. M. (1946). The Rorschach Technique. A Manual for a projective Method of Personality Diagnosis. New York: World Book Company.
- KLOPFER, W. G. (1984). Application of the consensus Rorschach to couples. Journal of Personality Assessment, 48, 4, 422-440.
- KLOPFER, W. G. (1984). The use of the Rorschach in brief clinical evaluation. Journal of Personality Assessment, 48, 6, 654-659.
- KORCHIN, S. & SCHULDBERG, D. (1981). The future of clinical assessment. American Psychologist, 36, 10, 1147-1158.
- KORCHIN, S. J. & LARSON, D. G. (1977). Form perception and ego functioning. In M.A. Rickers-Ovsiankina (Ed.). Rorschach Psychology, 2nd edition. Robert E. Krieger New York: Hutington, Publishing Company
- *KRIS, E. (1952). Psychoanalytic Explorations in Art. New York: International Universities Press.
- KUHN, R. (1957). Phénoménologie du masque à travers le test de Rorschach. Paris: Desclée de Brower.
- LaBARBERA, J. D. & CORNSWEET, C. (1985). Rorschach predictors of therapeutic outcome in a child psychiatric inpatient service. Journal of Personality Assessment, 49, 2, 120-124.
- LAPLANCHE, J & PONTALIS, J. B. (1981). Vocabulaire de Psychologie. Paris: PUF.
- LERNER, P. (1975). Handbook of Rorschach scales. New York: International Universities Press Inc.
- LERNER, H. & PETER, S. St. (1984). The Rorschach H. response and object relations. Journal of Personality Assessment, 48, 4, 345-350.
- *LEWIN, K. (1935). A dynamic theory of personality. New York: Mc Graw-Hill.
- *LEWIN, K. (1951). Field Theory in Social Science. New York: Harper.
- *LEWIN, K. (1959). Psychologie dynamique. Paris: PUF.
- LIABOE, G. P. & GUY, J. D. (1985). The Rorschach "Father" and "Mother" cards: an evaluation of the research. Journal of Personality Assessment, 49, 1, 2-5.

- *LINDZEY, G. (1961). Projective Techniques and Cross-Cultural Research. New York: Applenton-Century-Crofts.
- LOOSLI-USTERI, M. (1970). Manuel Pratique du Test de Rorschach (5ème ed.). Paris: Hermann.
- LOUCKS, S. ; BURSTEIN, A. G.; BOROS, T. & KREGOR, E. (1980). The affective ratio in Rorschach's test as a function of age. Journal of Personality Assessment, 44, 6, 590-591.
- LOVITT, R. & LEFKOF (1985). Understanding multiple personality with the comprehensive Rorschach system. Journal of Personality Assessment, 49, 3, 289-294.
- *MACFARLANE, J. W. & TUDDENHAM, R. D. (1963). Problemas planteados en la validación de las tecnicas proyectivas. In Anderson Y Anderson (Ed.) Tecnicas Proyectivas des Diagnostico Psicologico. Madrid: Ediciones Rialp, 54-87.
- MAIA E ALMEIDA, M. G. (1971). Contribuição ao estudo das figuras paterna e materna no teste de Rorschach. Arq. Bras. Psic. Ap. Rio de Janeiro, 23, 1, 99-108.
- MASON, B. J.; COHEN, J. B. & EXNER, J.Jr. (1985). Schizophrenic, depressive and nonpatient personality organizations described by Rorschach factor structures. Journal of Personality Assessment, 49, 3, 295-305.
- McCULLY, R. S. (1980). A commentary on Adolf Eichmann's Rorschach. Journal of Personality Assessment, 44, 3, 311-319.
- McGRAW, R. K. & PEGG-McNAB, J. (1981). Effect of test order on Rorschach human and movement responses. Journal of Personality Assessment, 45, 6, 575-581.
- McLLAIN, SMITH, N. (1981). The relationship between the Rorschach whole-response and level of cognitive functioning. Journal of Personality Assessment, 45, 1, 13-19.
- MEEHL, P. E. (1986). Causes and Effects of My Disturbing Little Book. Journal of Personality Assessment, 50, 3, 370-375.
- *MEILI-DWORETZKI, G. (1954-56). The development of perception in the Rorschach. In Klopfer, Develoment in the Rorschach technique. New York: World Book Company.

- MILHEIRO, J. (1985). Identificação - Projecção - Identificação projectiva. Revista Portuguesa de Psicanálise, 1, 49-67.
- MILJKOVITCH, M. (1979). Le système inclusif de cotation du Rorschach par Exner. Revue de Psychologie Appliquée, 29, 3, 267-292.
- *MILLER, F. (1951). Comments on theoretical models, illustrated by the development of a theory of conflict behavior. Journal of Personality Assessment, 20, 82-100.
- MILLER, F. (1986). The development and evaluation of an online computer-assisted Rorschach inkblot test. Journal of Personality Assessment, 50, 2, 222-228.
- MILLON, T. (1984). On the renaissance of personality assessment and personality theory. Journal of Personality Assessment, 48, 5, 450-466.
- MONOD, M. (1963). Le symbolisme des planches et leur succession dans l'interprétation du Rorschach. Bulletin de Psychologie, XVII, 225, 155-157.
- MOON, T.-I. & CUNDICK, B. P. (1983). Shifts and constancies in Rorschach responses as a function of culture and language. Journal of Personality Assessment, 47, 4, 345-349.
- MOREIGNE, J.-P. & DUREAU, (1963). Quelques considérations cliniques et statistiques sur l'emploi parallèle du Rorschach et du M.M.P.I. pour l'appréciation des déviations psychologiques. Bulletin de Psychologie, XVII, 225, 158-167.
- MURPHY, L. & MURPHY G. (1977). Herman Rorschach as personality research. In M. A. Rickers-Ovsiankina (Ed.). Rorschach Psychology (2nd ed.). Huntington, New York: Robert E. Krieger Publishing Company.
- MURRAY, H. (1953). Explorations de la personnalité. Paris: PUF.
- *MURSTEIN, B. I. (1960). Factor Analyses of the Rorschach. Journal of Consulting Psychology, 262-275. Publicado igualmente em B.I. Murstein (Ed.) Handbook of Projective Techniques. New York: Basic Books, Inc., 1965, 395-416.
- NAVRAN, L. (1983). Scoring the Rorschach: a constructive critique of Exner's comprehensive Rorschach system. Journal of Personality Assessment, 47, 3, 232-237.
- OBERLE, R. & FAGHERAZZI, D. (1963). Apport du test de Rorschach à l'étude de la délinquance. Bulletin de Psychologie, XVII, 225, 168-184.

- PANEK, P. E.; WAGNER, E. E. & KENNEDY-ZWERGEL, K. (1983). A review of projective test findings with older adults. Journal of Personality Assessment, 47, 6, 562-582.
- PARKER, K. (1983). A meta-analysis of the reliability and validity of the Rorschach. Journal of Personality Assessment, 47, 3, 227-231.
- *PAYNE, R. W. (1955). L'Utilité du Test de Rorschach en Psychologie Clinique. Revue de Psychologie Appliquée, 5, 255-264.
- PECHOUX, R. & MERY, A. (1960). Test de Rorschach et intelligence. Revue de Psychologie Appliquée, 10, 3, 151-164.
- *PEÑA, C. D. (1953). A genetic evaluation of perceptual structuralization in cerebral pathology: an investigation by means of the Rorschach test. Journal of Projective Techniques, 17.
- PERSE, J. & MASSUYEAU, Y. (1984). Existe-t-il des signes pathognomoniques de schizophrénie dans le test de Rorschach?. Revue de Psychologie Appliquée, 34, 1, 59-74.
- PETERSON, R. (1978). In O. K. Buros (Ed.) The Eight Mental Measurements Yearbook. New Jersey: Gryphon Press, 1042-1045.
- PICHOT, P. (1984). Centenaire de la naissance d'Hermann Rorschach. Revue de Psychologie Appliquée, 34, 1, 1-8.
- PINA, L. (1938). O psicodiagnóstico de Rorschach em criminologia. Separata do Boletim dos Institutos de Criminologia, 1-29.
- PIOTROWSKI, C.; SHERRY, D. & KELLER, J. (1985). Psychodiagnostic test usage: a survey of the society for personality assessment. Journal of Personality Assessment, 49, 2, 115-119.
- PIOTROWSKI, Z. (1982). Unsuspected and pertinent microfacts in personology. American Psychologist, 37, 2, 190-196.
- PIRES, A. A. (1986). O teste de Rorschach: alguns aspectos relacionados com as críticas e as novas perspectivas de utilização. Jornal de Psicologia, 5, 5, 8-13.

- PRANDONI, J. R. & SWARTZ, C. P. (1978). Rorschach protocols for three diagnostic categories of adult offenders: normative data. Journal of Personality Assessment, 42, 2, 115-120.
- *RABIN, A. I. (1963). Validación y estudios experimentales sobre el método de Rorschach. In Anderson y Anderson (Ed.) Técnicas Proyectivas del Diagnostico Psicologico. Madrid: Ediciones Rialph. 163-187.
- RABIN, A. I. (1968). Projective methods an historical introduction. In A. I. Rabin (Ed.). Projective Techniques in Personality Assessment. New York: Springer Publishing Company Inc.
- *RAPAPORT, D. (1942). Principles underlying projective techniques. Char. Pers., 10, 213-219.
- RAPAPORT, D. (1952). Projective techniques and the theory of the thinking. Journal of Projective Techniques, 16, 269-275.
- RAPAPORT, D., GILL, M. & SCHAFER, R. (1950). Diagnostic Psychological Testing. Chicago: Year Book Publishers.
- RAUSCH DE TRAUBENBERG, N. (1970). La pratique du Rorschach. Paris: Presses Universitaires de France.
- RAUSCH DE TRAUBENBERG, N. (1979). Organisation pré-psychotique de la personnalité chez l'enfant à travers les techniques projectives. Psychologie Française, 18, 4, 213-231.
- RAUSCH DE TRAUBENBERG, N. (1983). Activité perceptive et activité fantas-matique au test de Rorschach. Le Rorschach: espace d'interactions. Psychologie Française, 28, 2, 100-103.
- RAUSCH DE TRAUBENBERG, N. & SANGLADE, A. (1984). Représentation de soi et relation d'objet au Rorschach. Grille de représentation de soi. Revue de Psychologie Appliquée, 34, 1, 41-57.
- RIDLEY, S. E. & BAYTON, J. A. (1983). Validity of two scoring systems for measuring cognitive development with the Rorschach. Journal of Consulting and Clinical Psychology, 51, 3, 470-471.

- RITZLER, B. A. (1978). The Nuremberg mind revisited: a quantitative approach to nazi Rorschachs. Journal of Personality Assessment, 42, 4, 344-353.
- RITZLER, B. & ALTER, B. (1986). Rorschach teaching in APA-Approved Clinical Graduate Programs: Ten Years Later. Journal of Personality Assessment, 50, 1, 44-49.
- RORSCHACH, H. (1967). Psychodiagnostic. Méthode et Résultats d'une Expérience Diagnostique de Perception (Interprétation libre de formes fortuites). Paris: PUF 4 ed.
- ROSEGRANT, J. (1980). Adaptive regression of two types. Journal of Personality Assessment, 44, 6, 592-599.
- ROSEGRANT, J. (1984). Rorschach object relations and fantasy themes incorrectly scored as determinants. Journal of Personality Assessment, 48, 5, 467-475.
- *ROSENZWEIG, S. (1951). Idiodynamics in personality theory with a special reference to projective methods. Dialectica, 5.
- ROSSEL, F.; HUSAIN, O. & MERCERON, C. (1986). Réflexions concernant l'utilisation des techniques projectives. Bulletin de Psychologie, XXXIX, 376, 721-728.
- SAMI-ALI (1970). De la Projection. Paris: Payot.
- SANGLADE, A. (1983). Image du corps et image de soi au Rorschach. Psychologie Française, 28, 2, 104-111.
- SARBIN, T. R. (1986). APA symposium on clinical versus statistical prediction, prediction and clinical inference: Forty Year Later. Journal of Personality Assessment, 50, 3, 362-369.
- *SARGENT, H. (1945). Projective methods. Psychological Bulletin, 42.
- SAZIOUK, A. (1984). Le Rorschach et l'intelligence: revue et appréciation des résultats expérimentaux, Revue de Psychologie Appliquée, 34, 1, 9-40.
- *SCHAFER, R. (1954a). Psychoanalytic Interpretation in Rorschach Testing: Theory and Applications. New York: Grune and Stratton.
- SCHWARTZ, F. & LAZAR, Z. (1979). The scientific status of the Rorschach. Journal of Personality Assessment, 43, 1, 3-11.

- SEAMONS, D. T.; HOWELL, R. J.; CARLISLE, A. L. & ROE, A. V. (1981). Rorschach simulation of mental illness and normality by psychotic and nonpsychotic legal offenders. Journal of Personality Assessment, 45, 2, 130-135.
- SERGEANT, J. & BINIK, Y. (1979). On the use of symmetry in the Rorschach test. Journal of Personality Assessment, 43, 4, 355-359.
- SHEEHAN, J. G. & TANAKA, J. S. (1983). Prognostic validity of the Rorschach. Journal of Personality Assessment, 47, 5, 462-465.
- SHIELDS, R. B. (1978). The usefulness of the Rorschach prognostic rating scale - a rebuttal. Journal of Personality Assessment, 42, 6, 579-582.
- SILVA, D. R. (1982). O teste de apercepção para crianças. (Figuras Humanas) - CAT-H. Lisboa: INIC.
- SILVA, D. R. (1983). Análise dos estudos sobre a validade do Rorschach em psicologia clínica. Separata da Revista Portuguesa de Psicologia, 17/18/19.
- SILVA, D. R. (1986a). Exner e a reposição do teste de Rorschach. Revista Portuguesa de Pedagogia, XX, 135-168.
- SILVA, D. R. (1986b). Reflexões sobre algumas características das técnicas projectivas. Jornal de Psicologia, 5, 3, 20-22.
- SINGER, M. T. (1977). The Rorschach as a transaction. In M.A. Rickers-Ovsiankina (Ed.). Rorschach Psychology, 2nd edition. New York: Robert E. Krieger Publishing Company: Huntington.
- *STEGEL, E. L. (1953). Genetic parallels of perceptual structuralization in paranoid schizophrenic: an analysis by means of the Rorschach technique. Journal of Projective Techniques, 17, 151-161.
- STEVENS, E. D. (1981). Barrier score and the values ascribed to selected individuals by high school students. Journal of Personality Assessment, 45, 4, 352-358.
- SUGARMAN, A. (1978). Is psychodiagnostic assessment humanistic?. Journal of Personality Assessment, 42,1, 11-21.
- TYCHEY, C. (1980). À propos de certaines échelles de contenus au test de Rorschach. Revue de Psychologie Appliquée, 30, 4, 293-321.

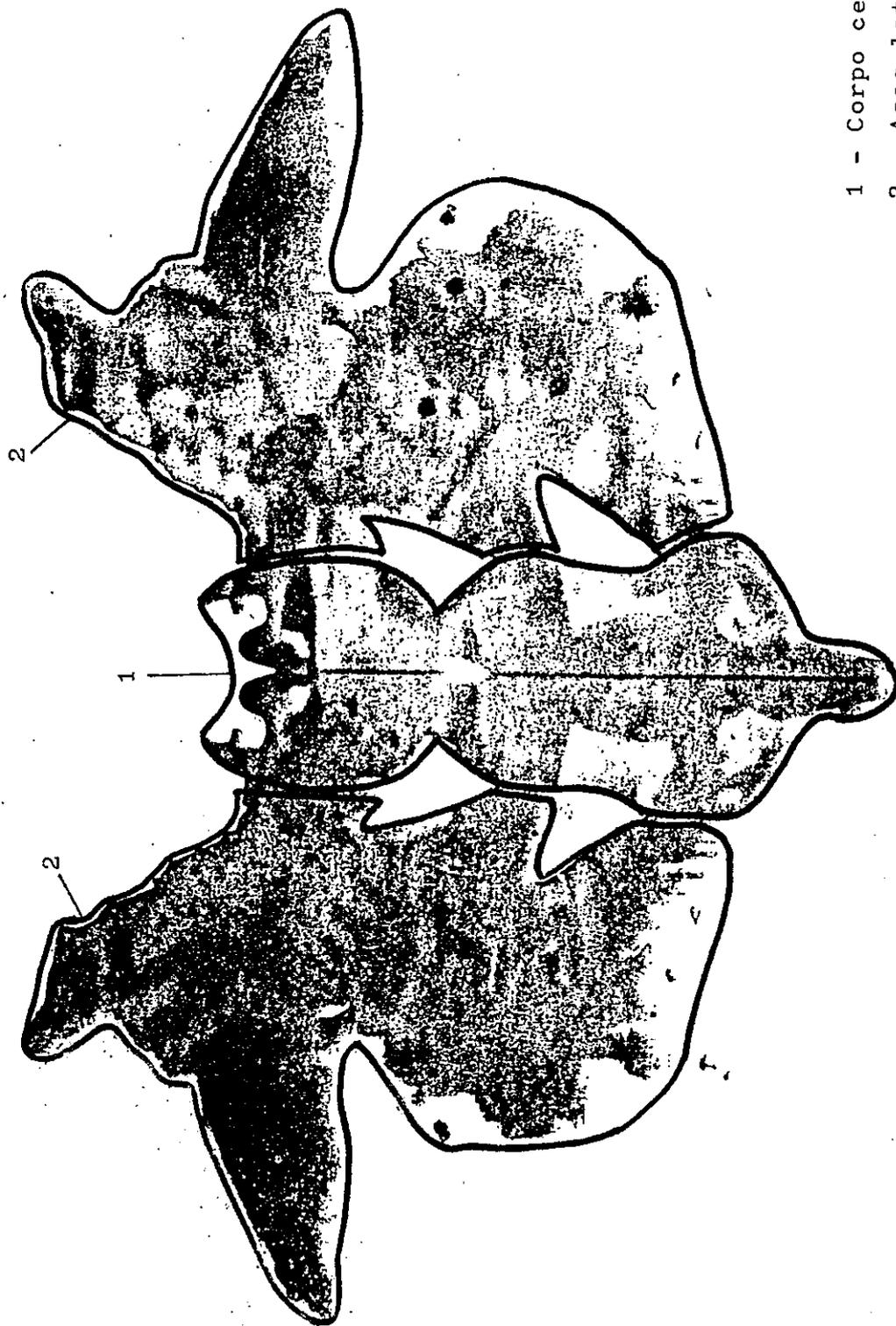
- TYCHEY, C. (1983). Test de Rorschach et approche de l'agressivité à travers les contenus. Bulletin de Psychologie, 36, 362, 943-949.
- VIGLIONE, D. J. Jr. (1983). The effects of state anxiety and limited social-evaluative stress on the Rorschach. Journal of Personality Assessment, 47, 2, 150-154.
- WADE, T. C.; BAKER, T. B.; MORTON, T. L. & BAKER, L. J. (1978). The status of psychological testing in clinical psychology: relationship between test use and professional activities and orientations. Journal of Personality Assessment, 42, 1, 3-10.
- WAGNER, E. E. (1978). Personality correlates of Rorschach scoring determinants: hypotheses derived from structural analysis. Journal of Personality Assessment, 42, 5, 466-473.
- WAGNER, E. E.; ALLISON, R. & WAGNER, C. F. (1983). Diagnosing multiple personalities with the Rorschach: A confirmation. Journal of Personality Assessment, 47, 2, 143-149.
- WAGNER, E. E.; ALEXANDER R. A.; ROOS, G. & PROSPERO, M. K. (1985). Maximizing split-half reliability estimates for projective techniques. Journal of Personality Assessment, 49, 6, 579-581.
- WAGNER, E. E.; ALEXANDER, R. A.; ROOS, G. & ADAIR, H. (1986). Optimum split-half reliabilities for the Rorschach: projective techniques are more reliable than we think. Journal of Personality Assessment, 50, 1, 107-112.
- WEINER, I. B. (1977). Approaches to Rorschach validation. In M.A. Rickers-Ovsiankina (Ed.). Rorschach Psychology, 2nd edition. Robert E. Krieger Publishing Company: Huntington, New York, 575-568.
- WEINER, I. B. (1983). The future of psychodiagnostic revisited. Journal of Personality Assessment, 47, 3, 450-461.
- WEINER, I. B. (1986). Conceptual and empirical perspectives on the Rorschach assessment of psychopathology. Journal of Personality Assessment, 50, 3, 472-479.

- WEINER, I. B. & EXNER, J. Jr. (1978). Rorschach indices of disordered thinking in patient and nonpatient adolescents and adults. Journal of Personality Assessment, 42, 4, 339-343.
- *WERNER, H. (1948). Comparative psychology of mental development (rev. ed.). Chicago: Follet.
- *WERNER, H. (1957). Developmental approach to general and clinical psychology. Clark University.
- WIDIGER, T. A. & SCHILLING, K. M. (1980). Toward a construct validation of the Rorschach. Journal of Personality Assessment, 44, 5, 450-459.
- *ZUBIN, J. (1950). Test Construction and Methodology. In Recent Advances in Diagnostic Psychological Testing. Springfield, Charles C. Thomas, 99-120.
- *ZUBIN, J., ERON, L. D., SCHUMER, F. (1965). An experimental Approach to Projective Techniques. New York: John Wiley & Sons, Inc.

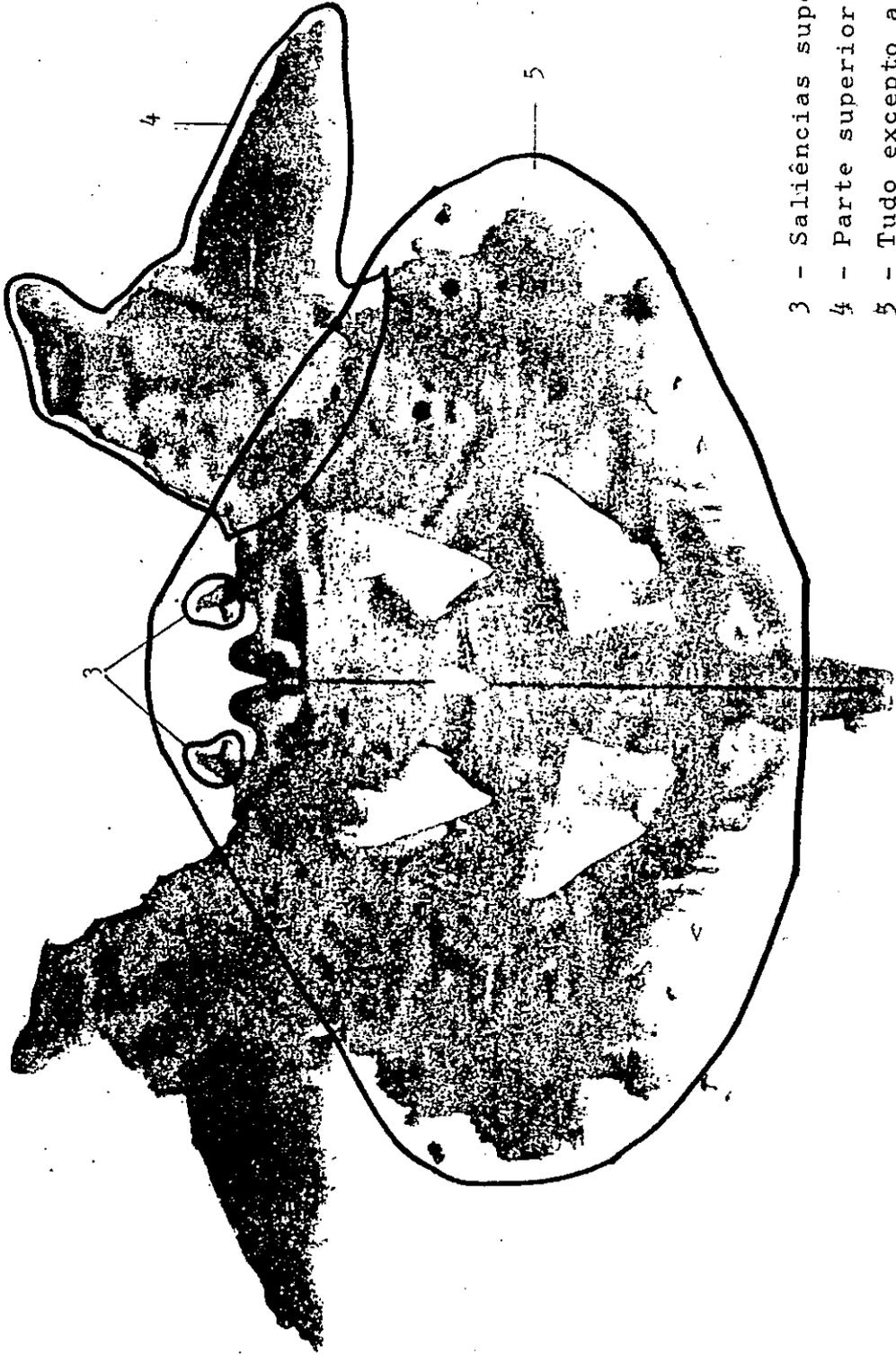
ANEXOS

RESPOSTAS D

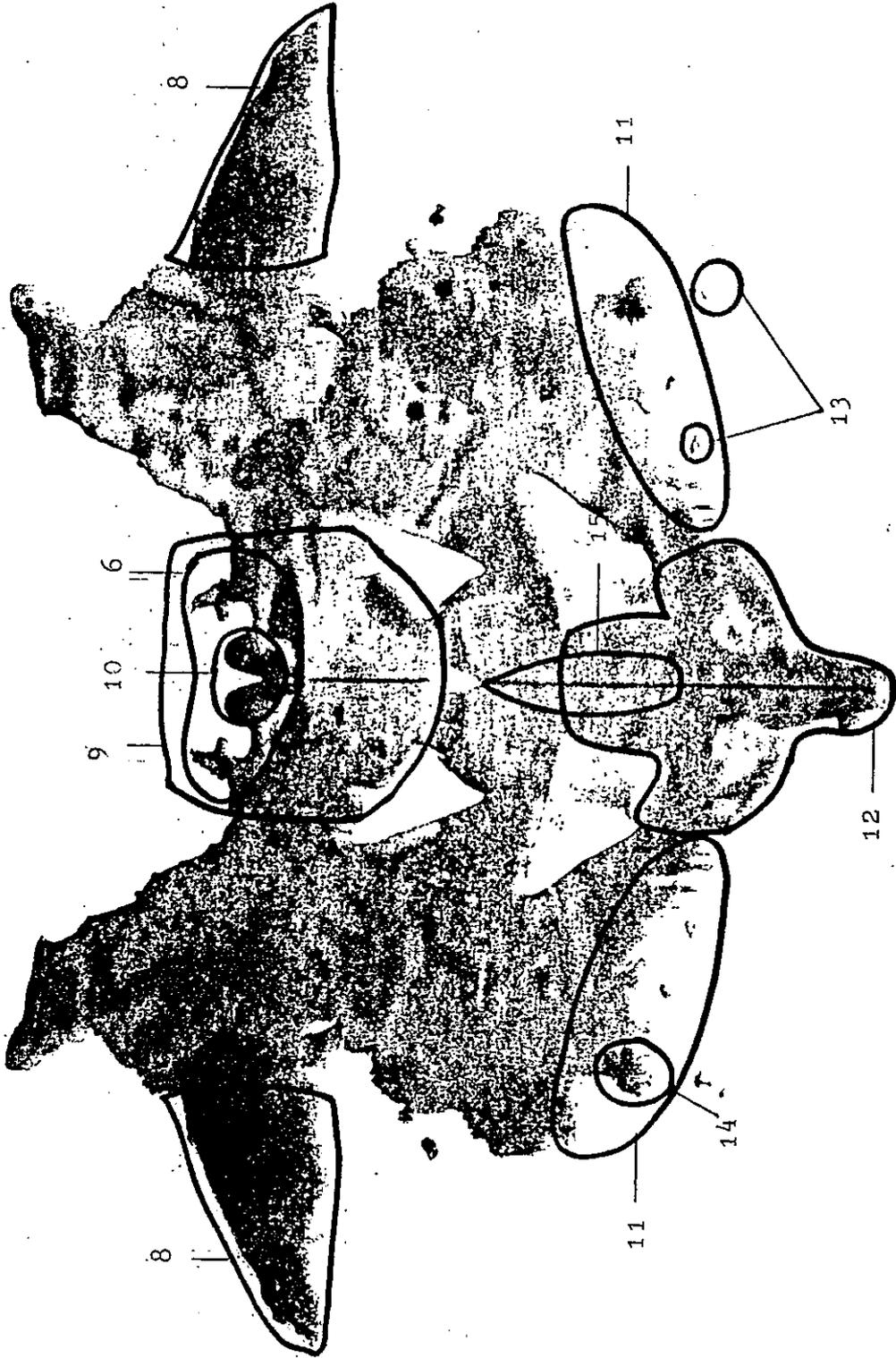
PLACA I



1 - Corpo central
2 - Asas laterais

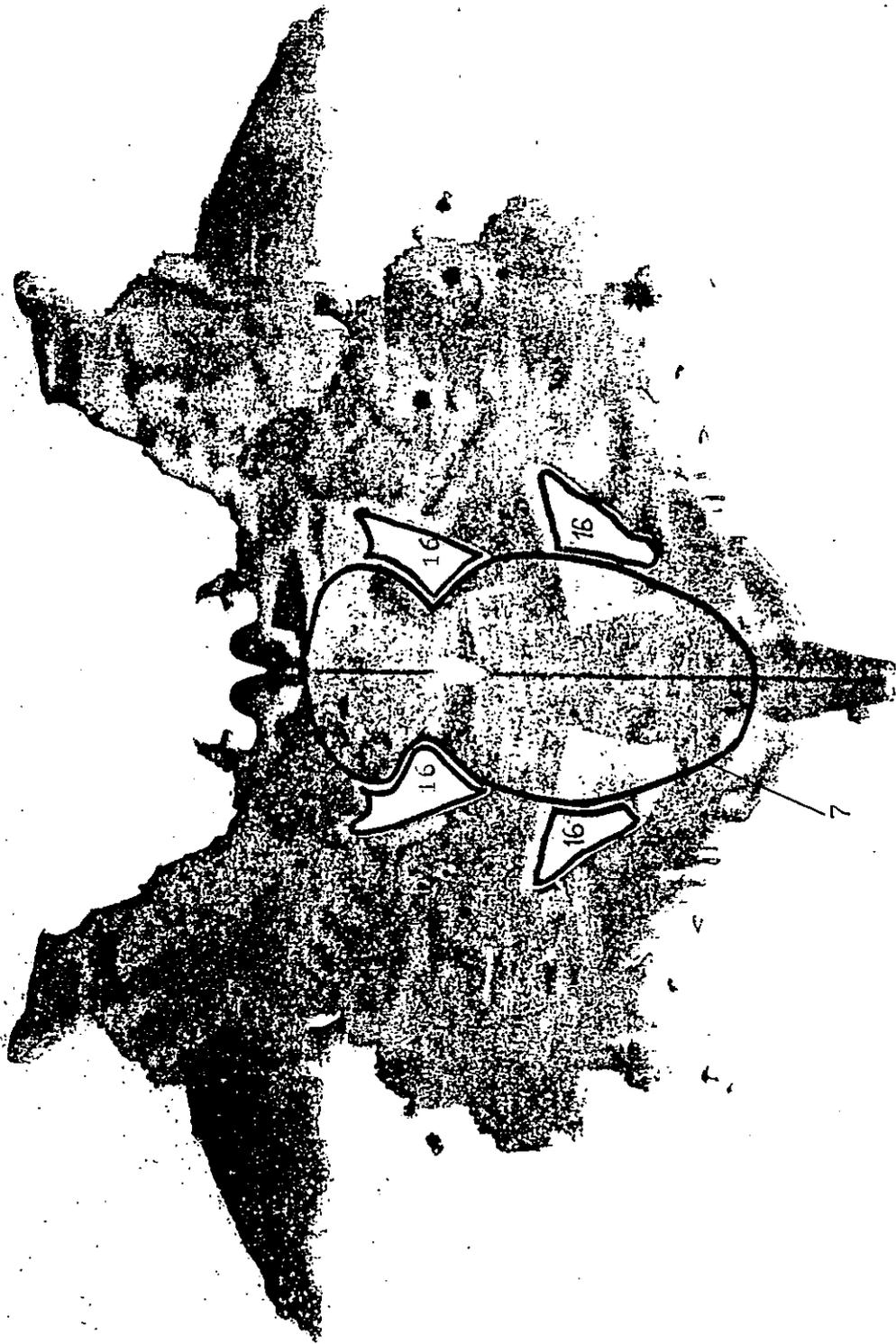


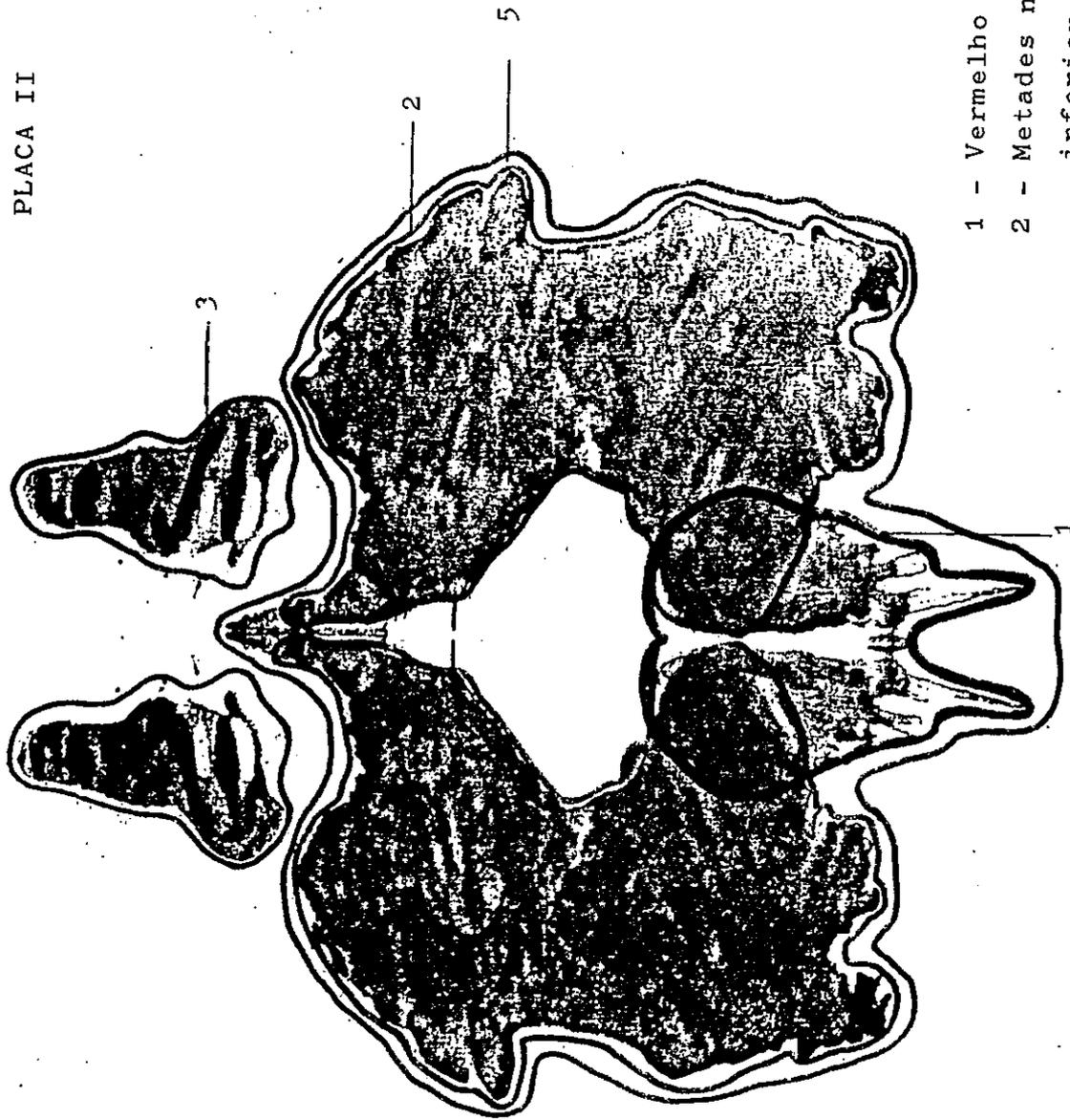
- 3 - Saliências superiores (pinças)
- 4 - Parte superior das asas
- 5 - Tudo excepto a parte superior das asas (D4) e a extremidade da cauda



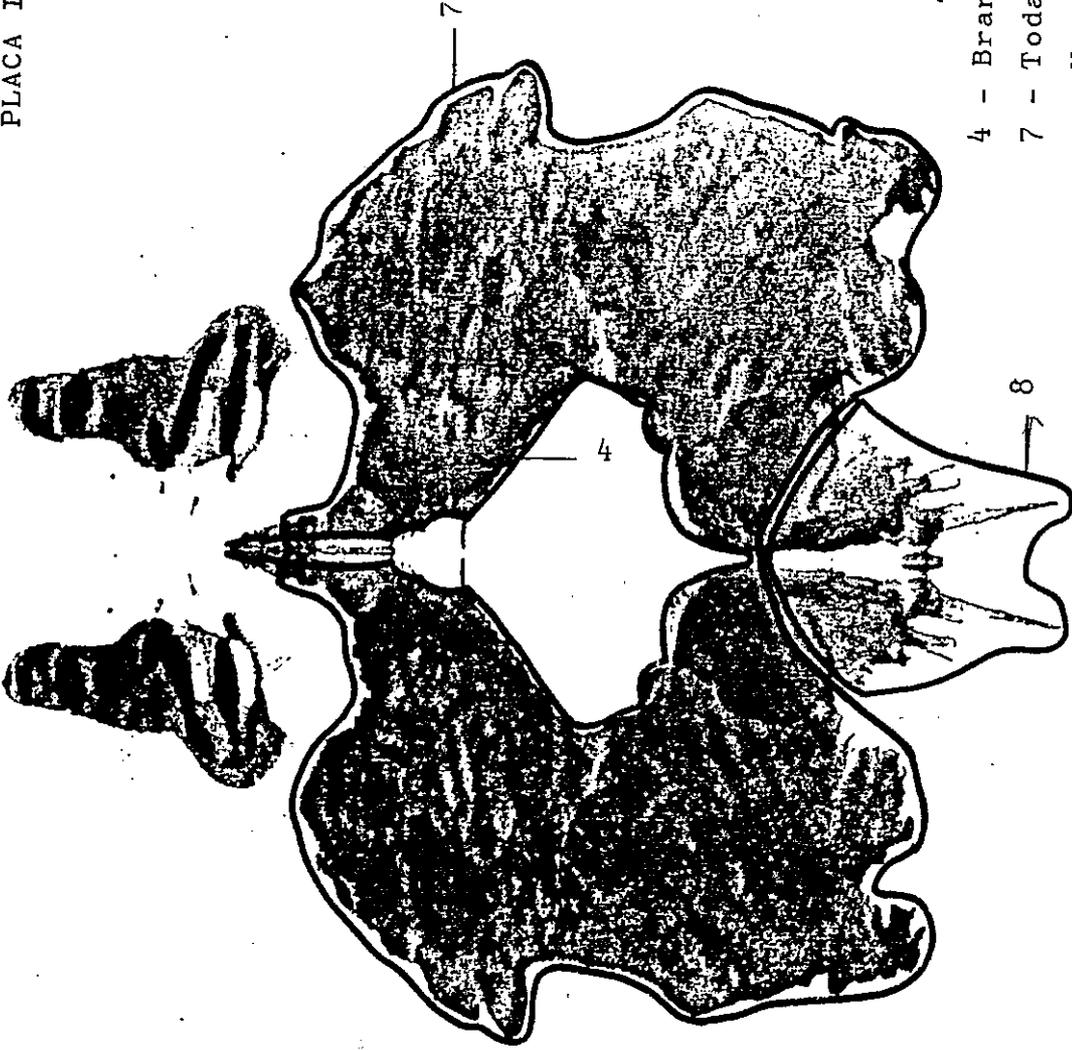
RESPOSTAS Dd - raras

PLACA: I





- 1 - Vermelho inferior
- 2 - Metades negras sem Vermelho inferior
- 3 - Vermelhos superiores
- 5 - Toda a mancha excepto o Vermelho Superior



- 4 - Branco Central (Dbl)
- 7 - Toda a massa negra sem Vermelhos inferiores
- 8 - Metade inferior do Vermelho inferior

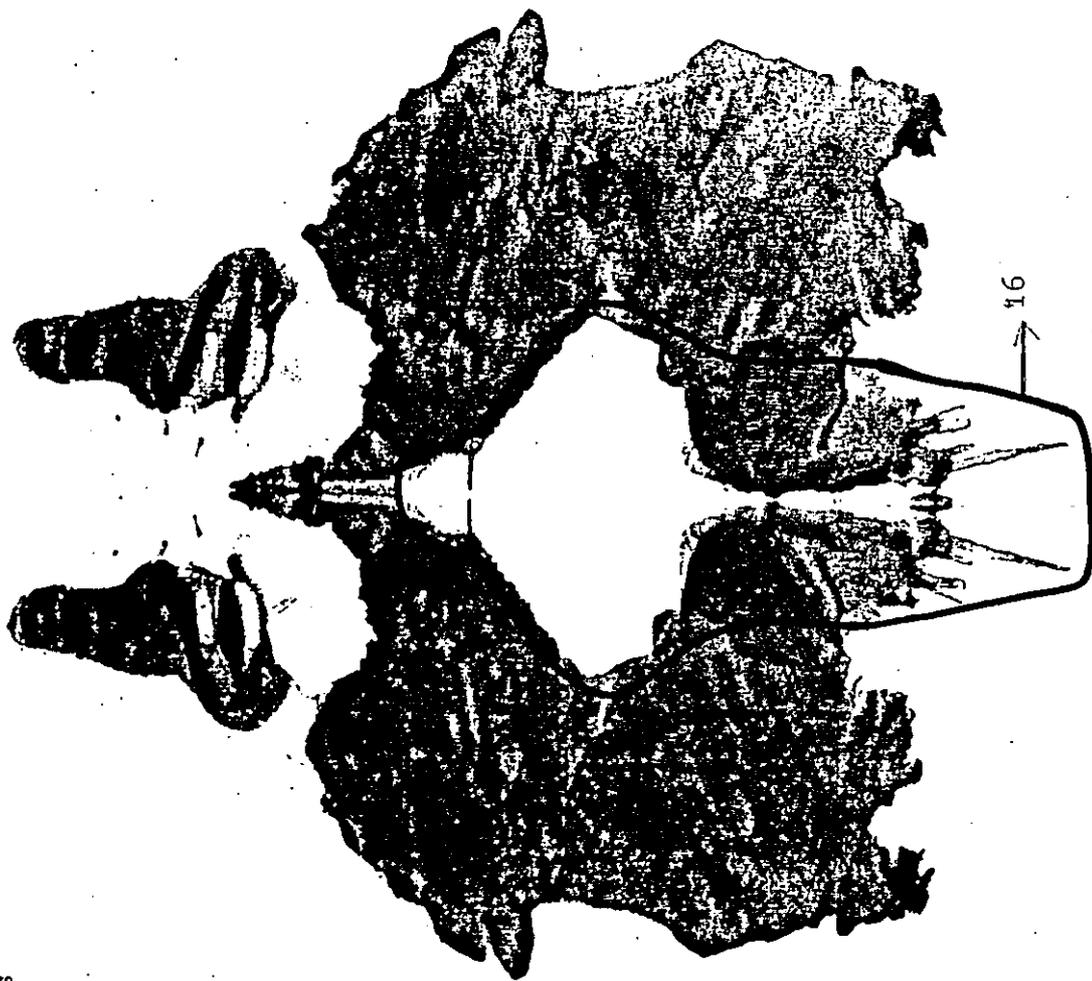
RESPOSTAS Dd - raras

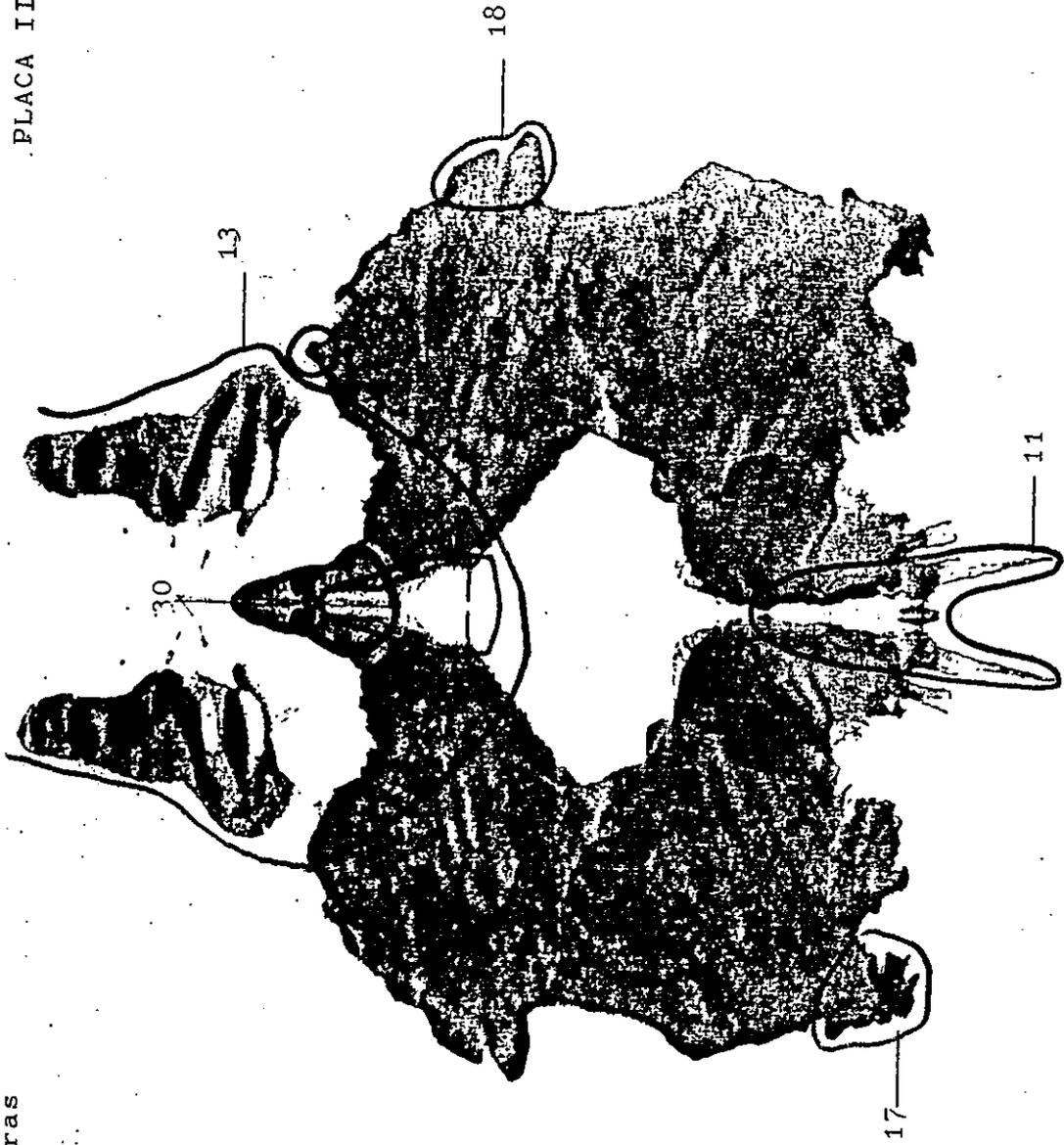
PLACA II

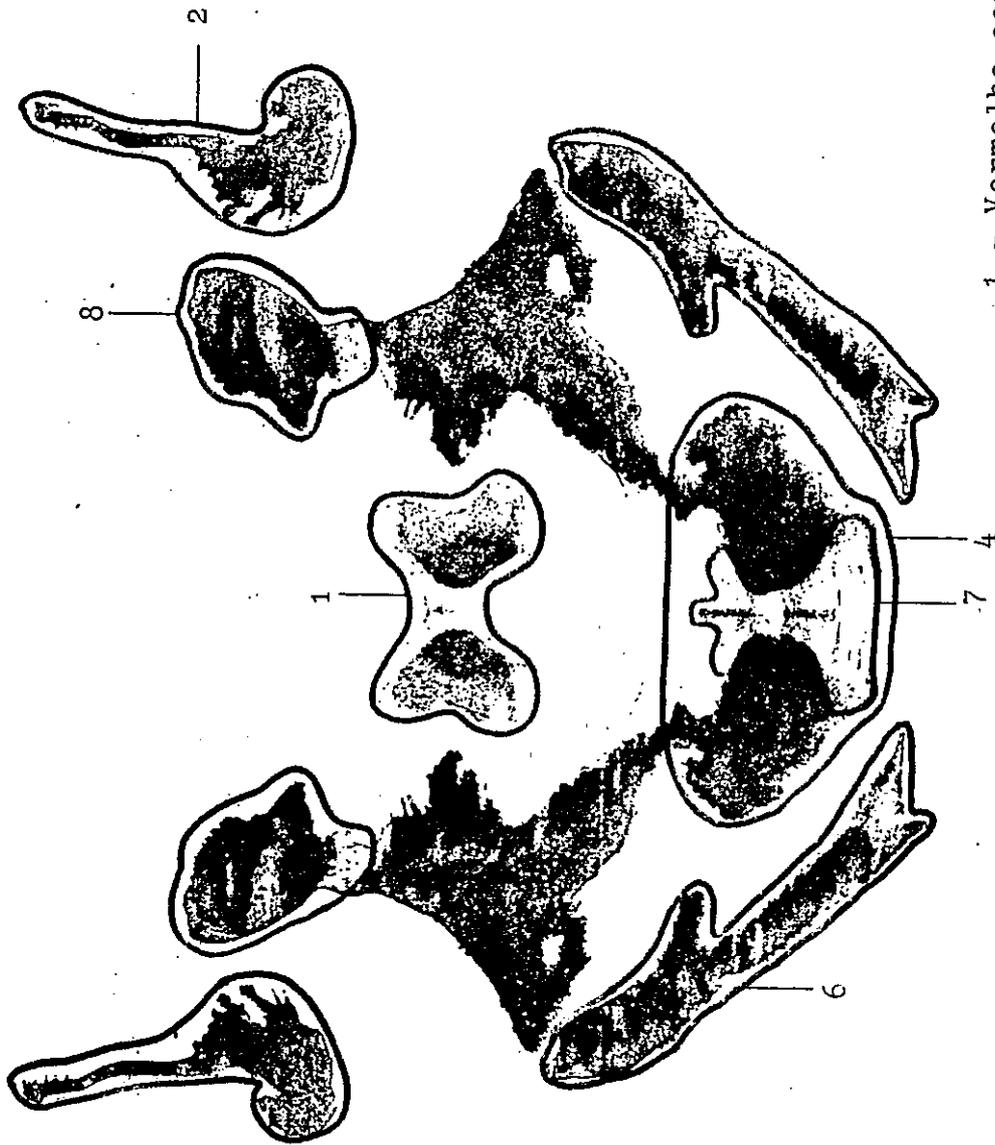


RESPOSTAS Dd - raras

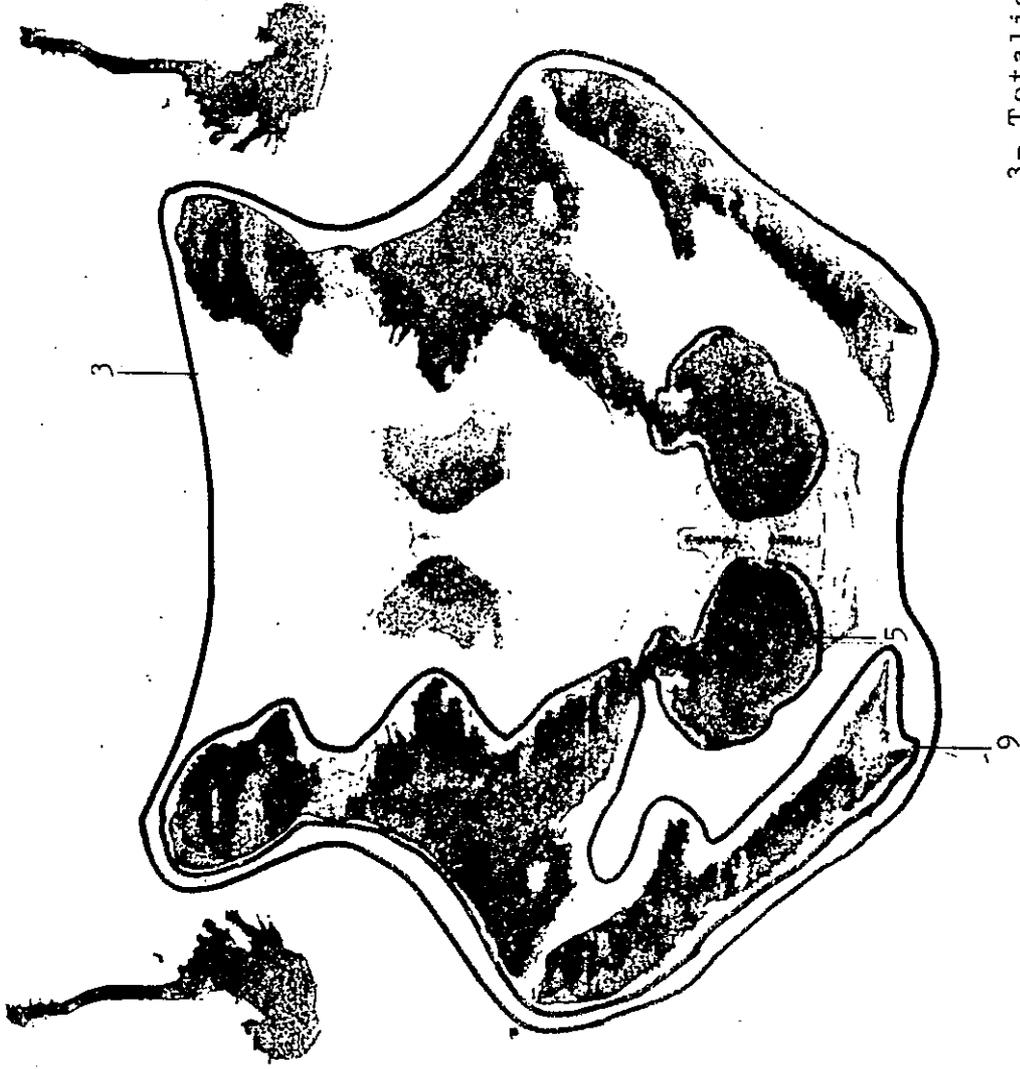
PLACA II







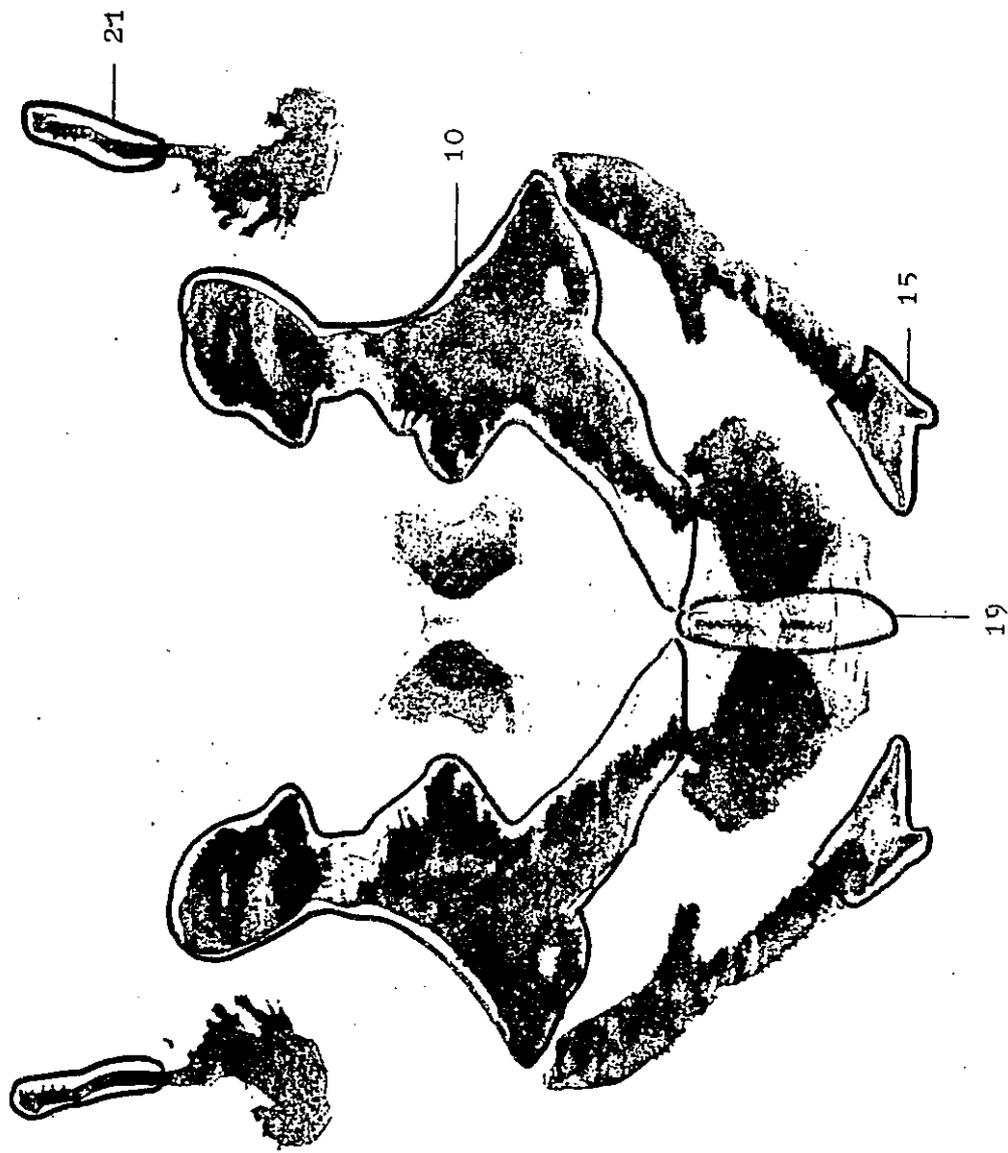
- 1 - Vermelho central
- 2 - Vermelho lateral
- 4 - Negro central inferior
- 6 - Pernas das figuras humanas
- 7 - Cinzento entre negros-inferiores
- 8 - Cabeça das figuras humanas

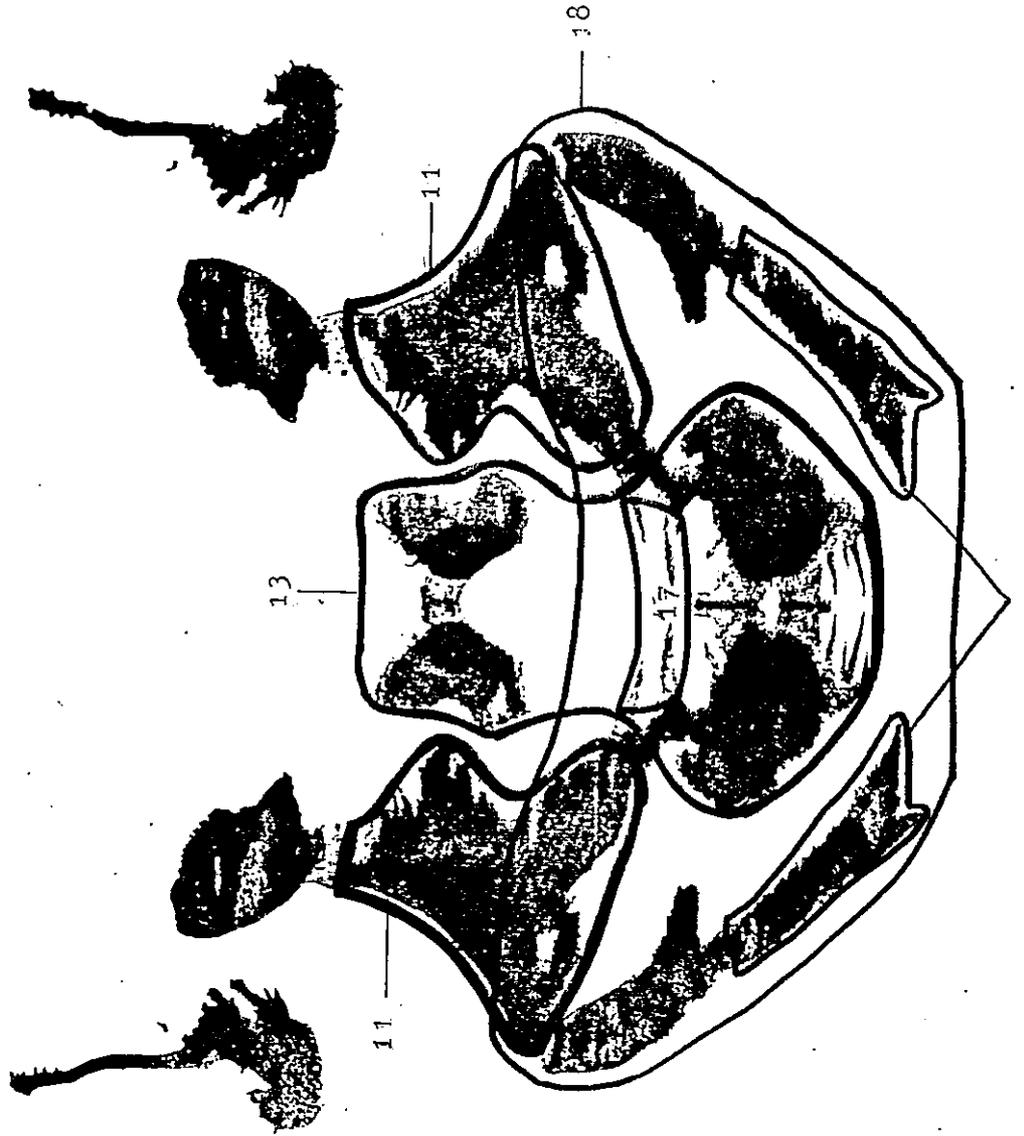


3 - Totalidade excepto Vermelho Superior

5 - Partes negras inferiores

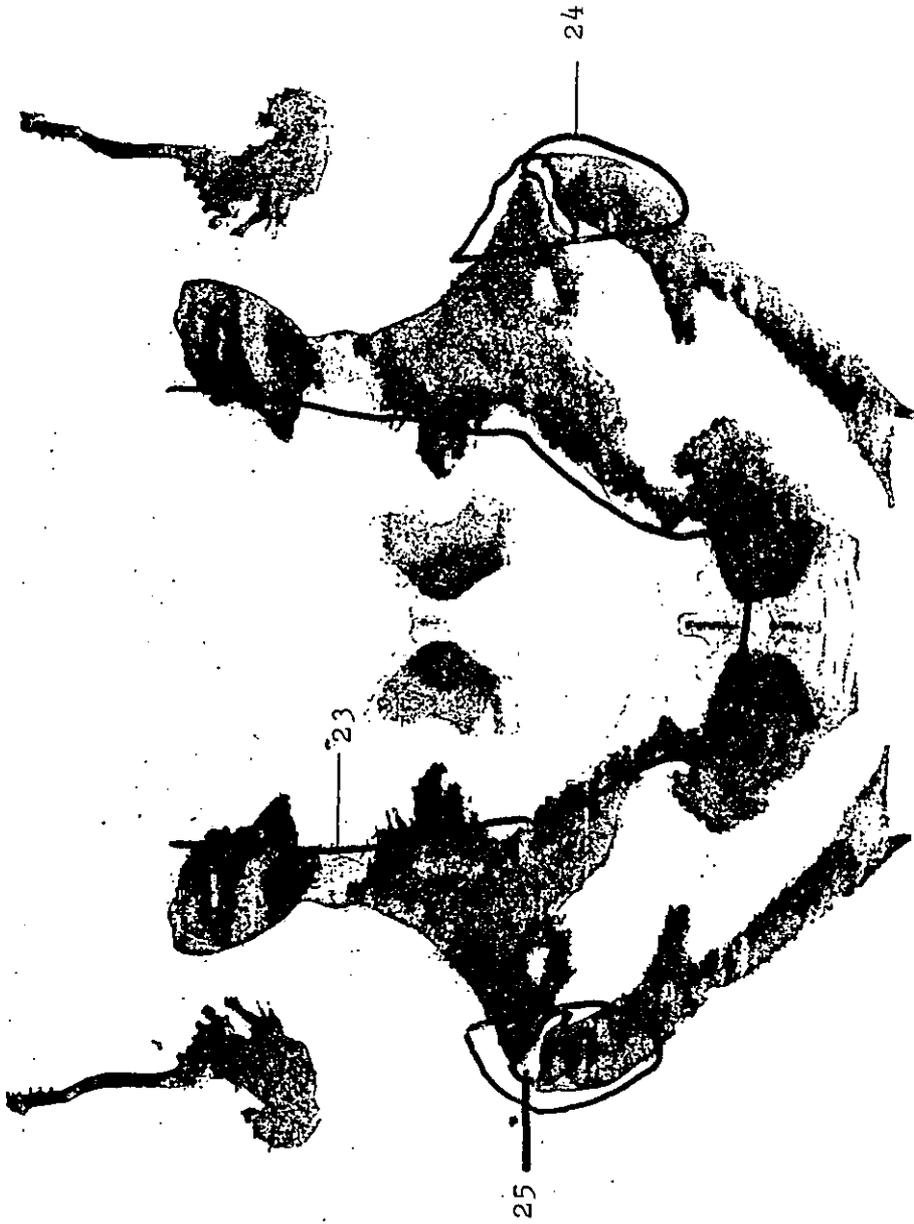
9 - Figura humana lateral





RESPOSTAS Dd - raras

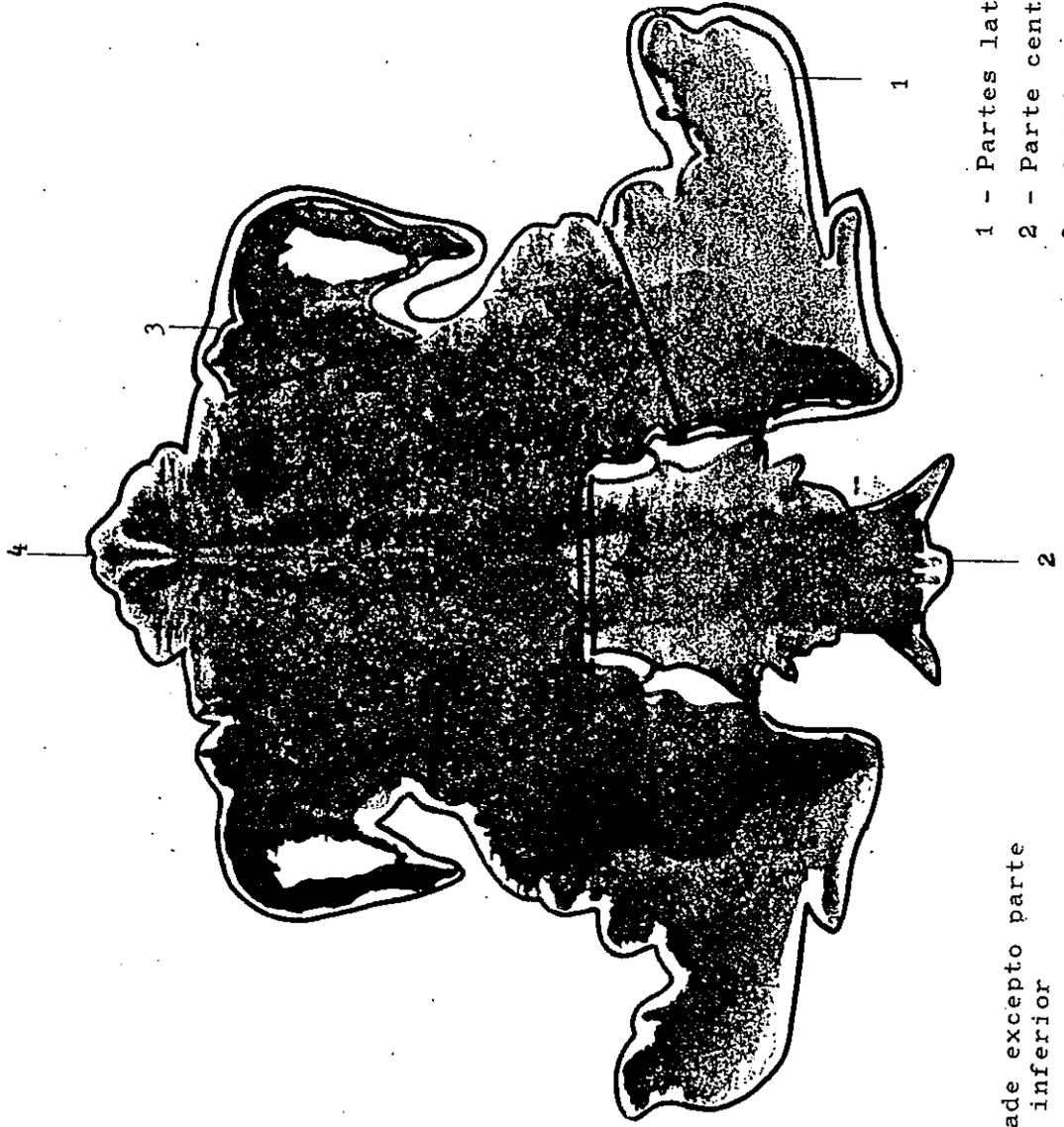
PLACA III



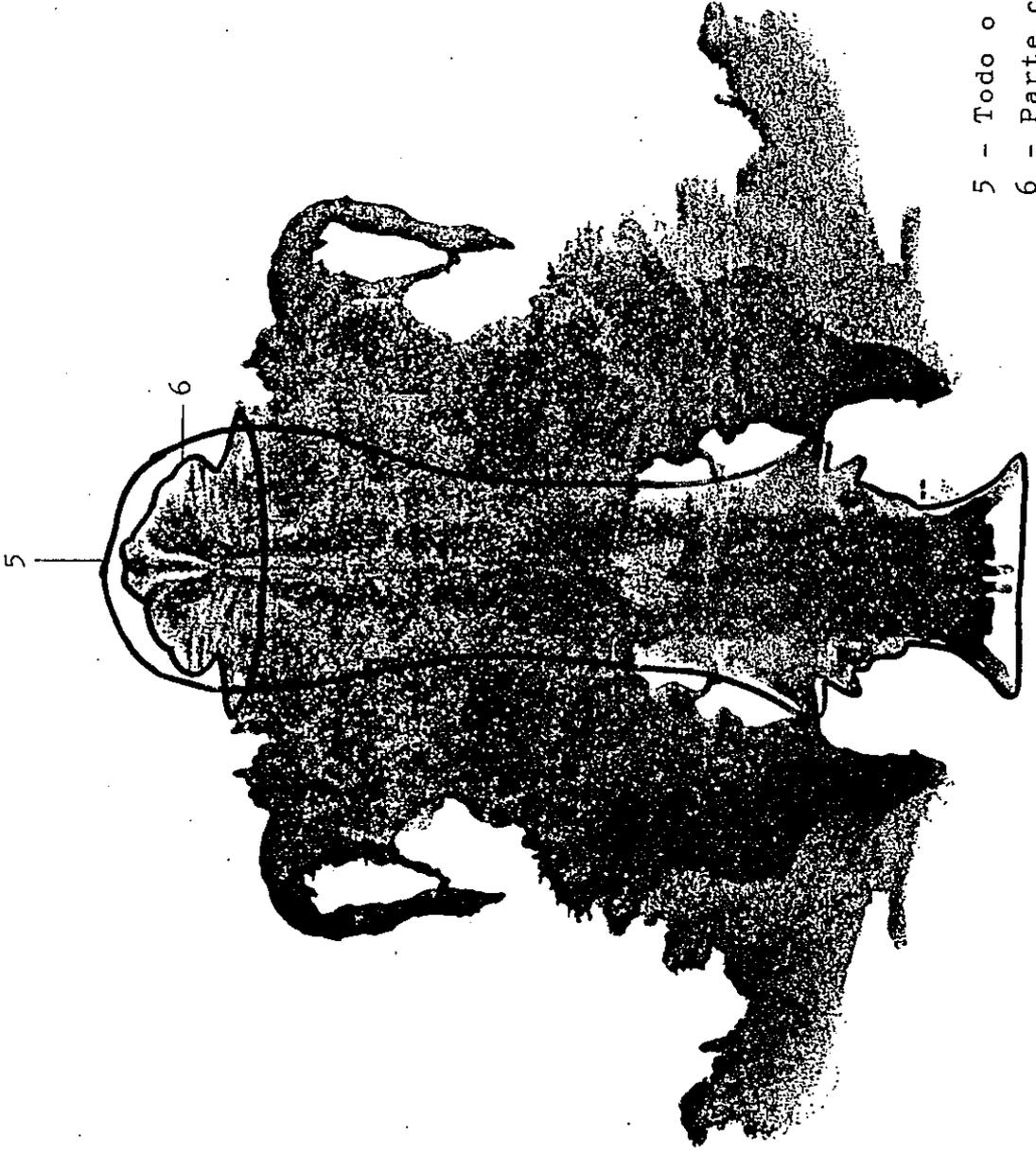
RESPOSTAS Dd .- raras

PLACA III





- 4 - Totalidade excepto parte central inferior
- 1 - Partes laterais inferiores (botas)
- 2 - Parte central inferior
- 3 - Saliências laterais superiores (bracos)

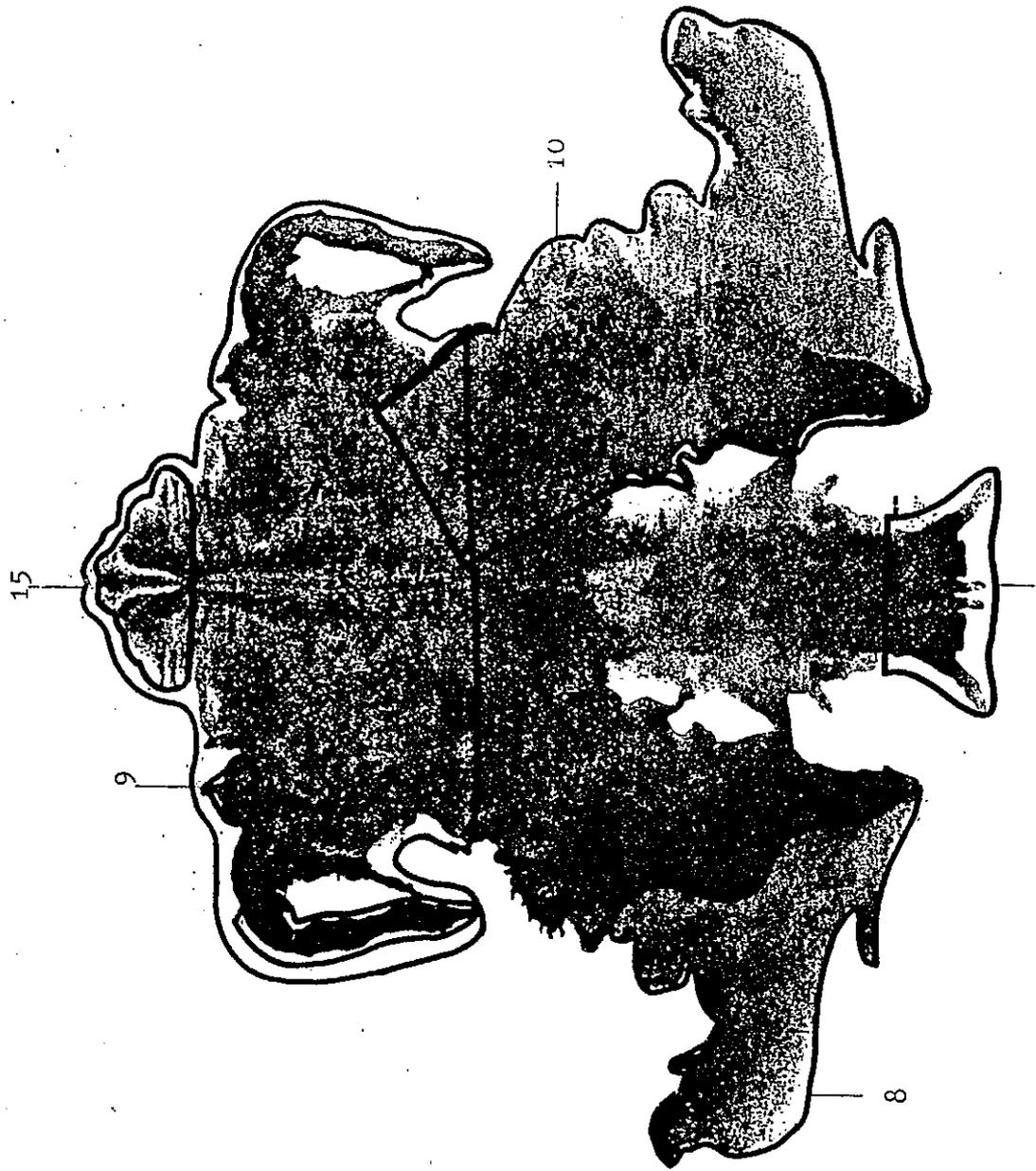


5 - Todo o eixo central.

6 - Parte central superior.

RESPOSTAŞ Dd - raras

PLACA IV

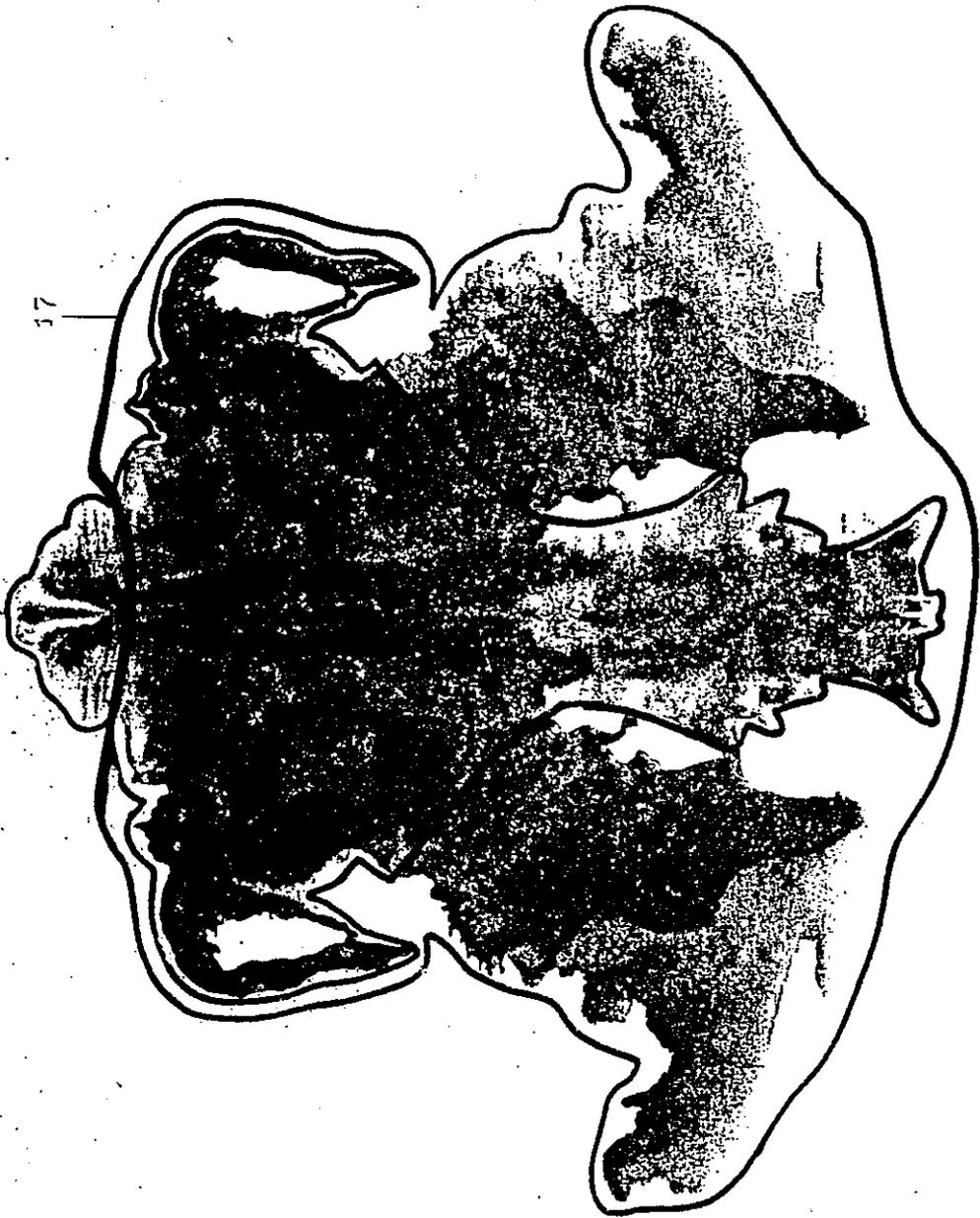


RESPOSTAS D'd - raras

PLACA IV

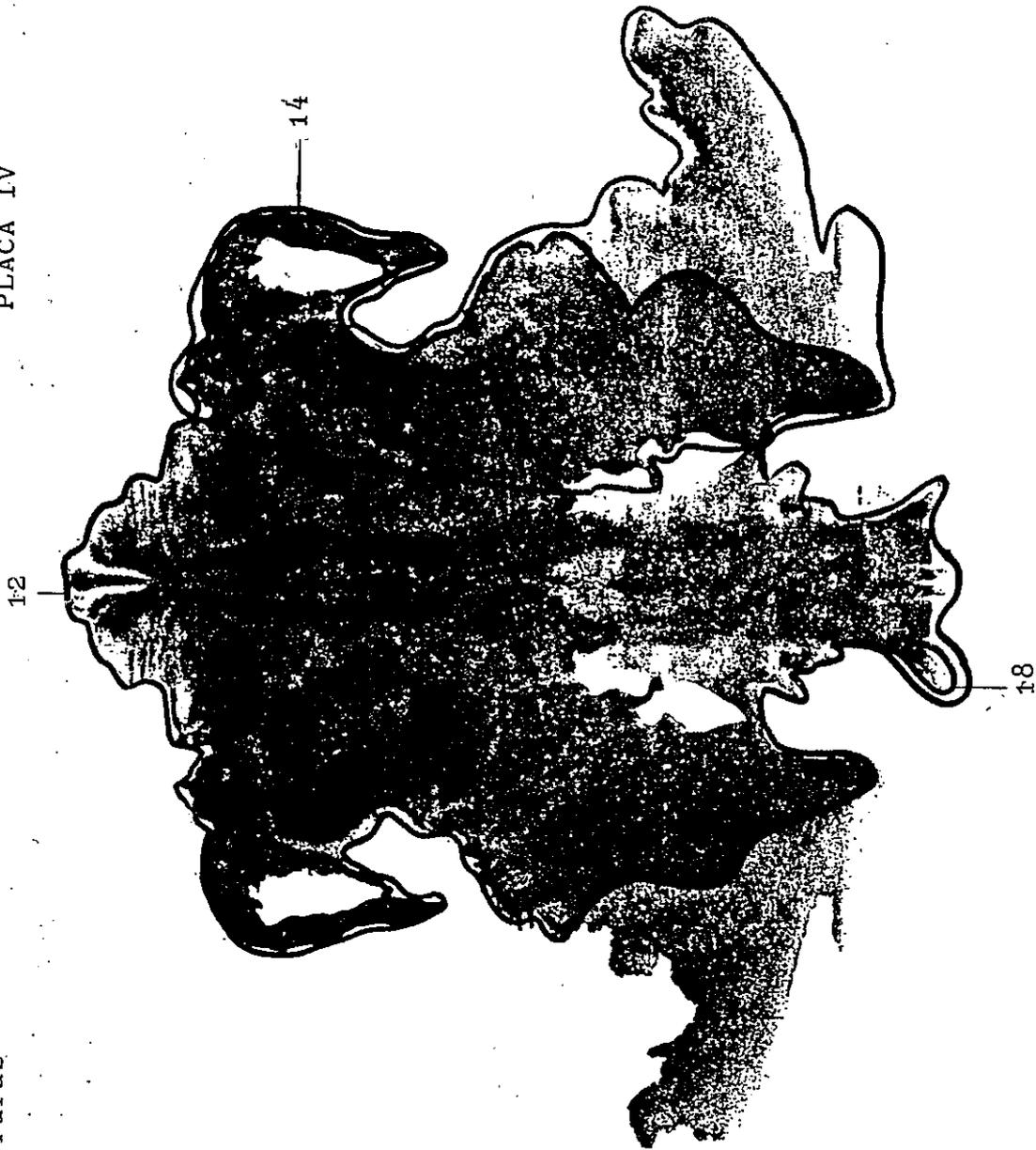
13

17



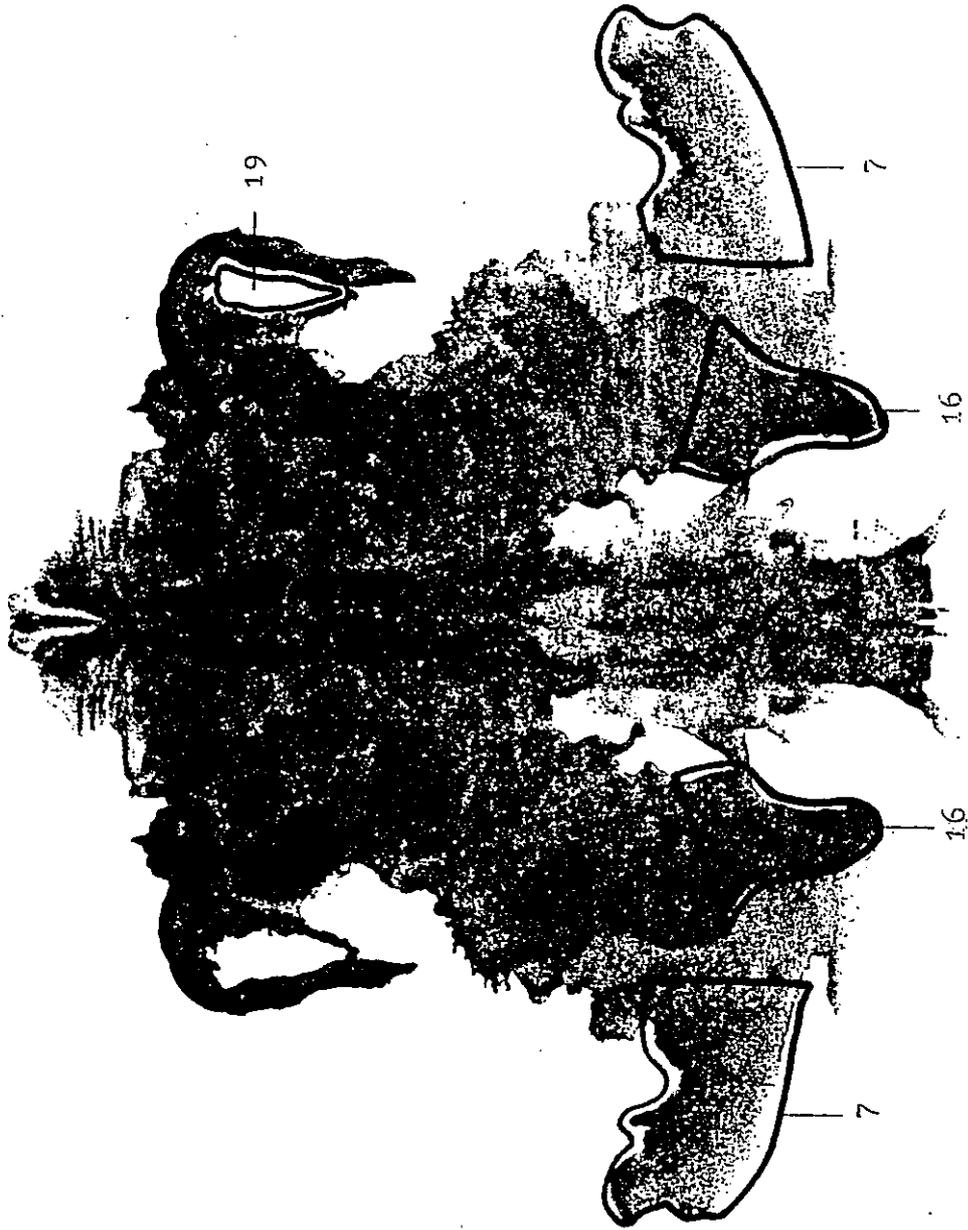
RESPOSTAS Dd - raras

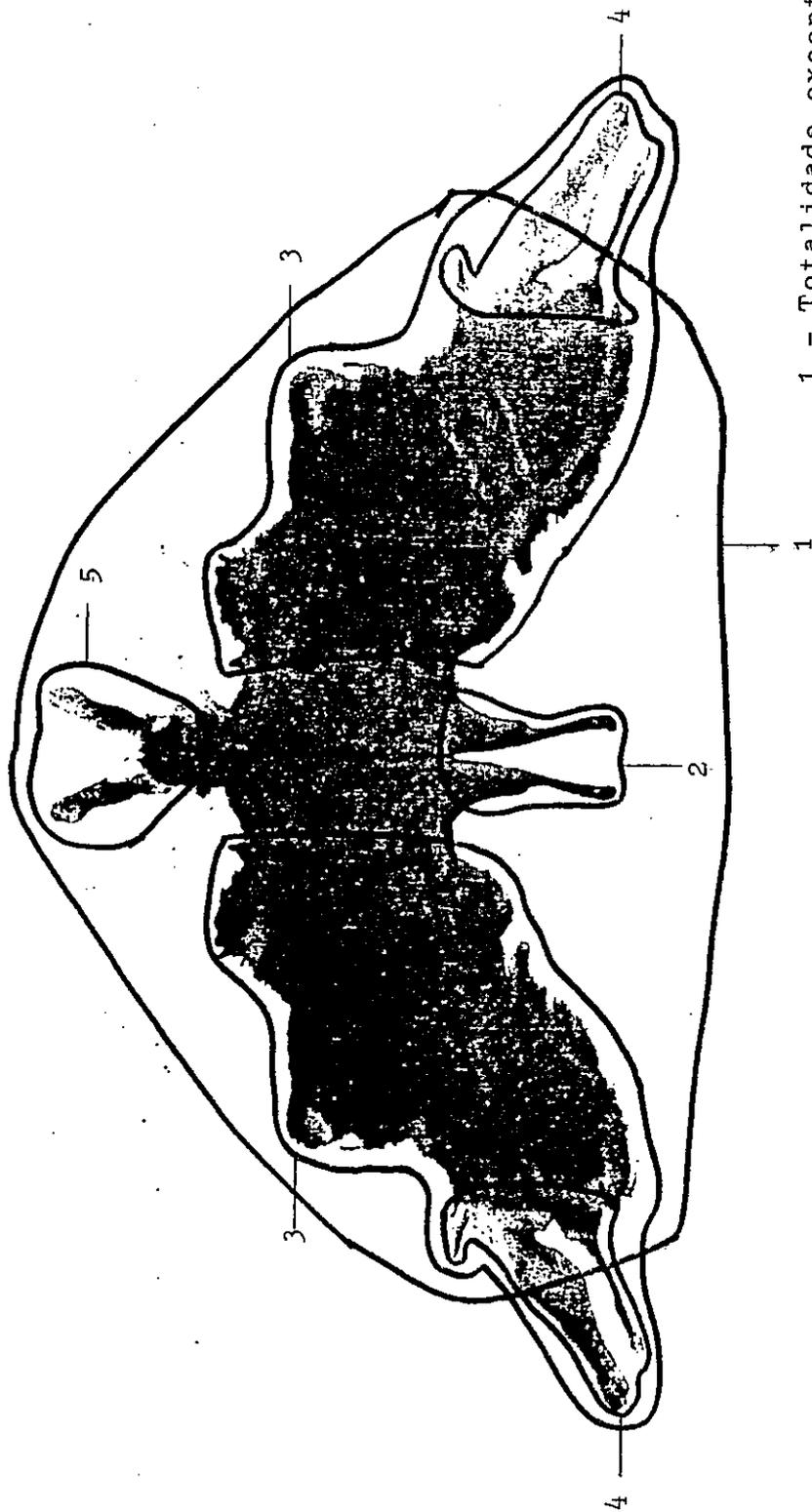
PLACA IV



RESPOSTAS Dd - raras

PLACA IV

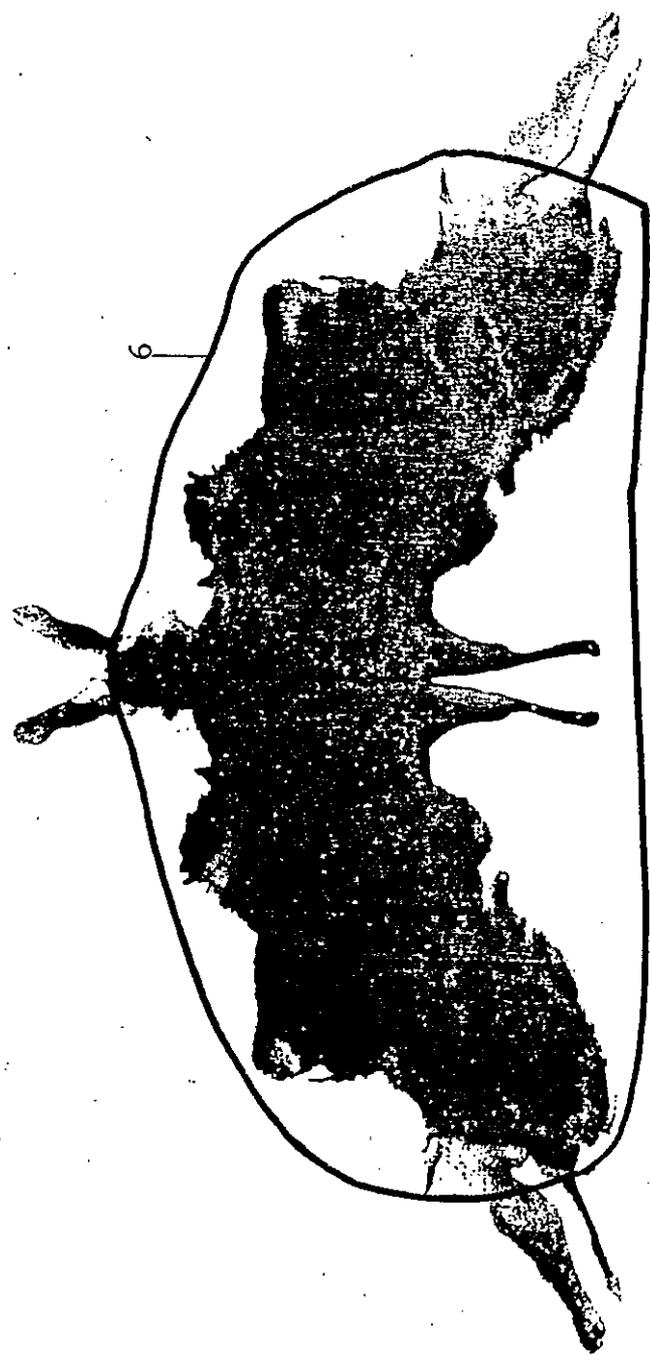


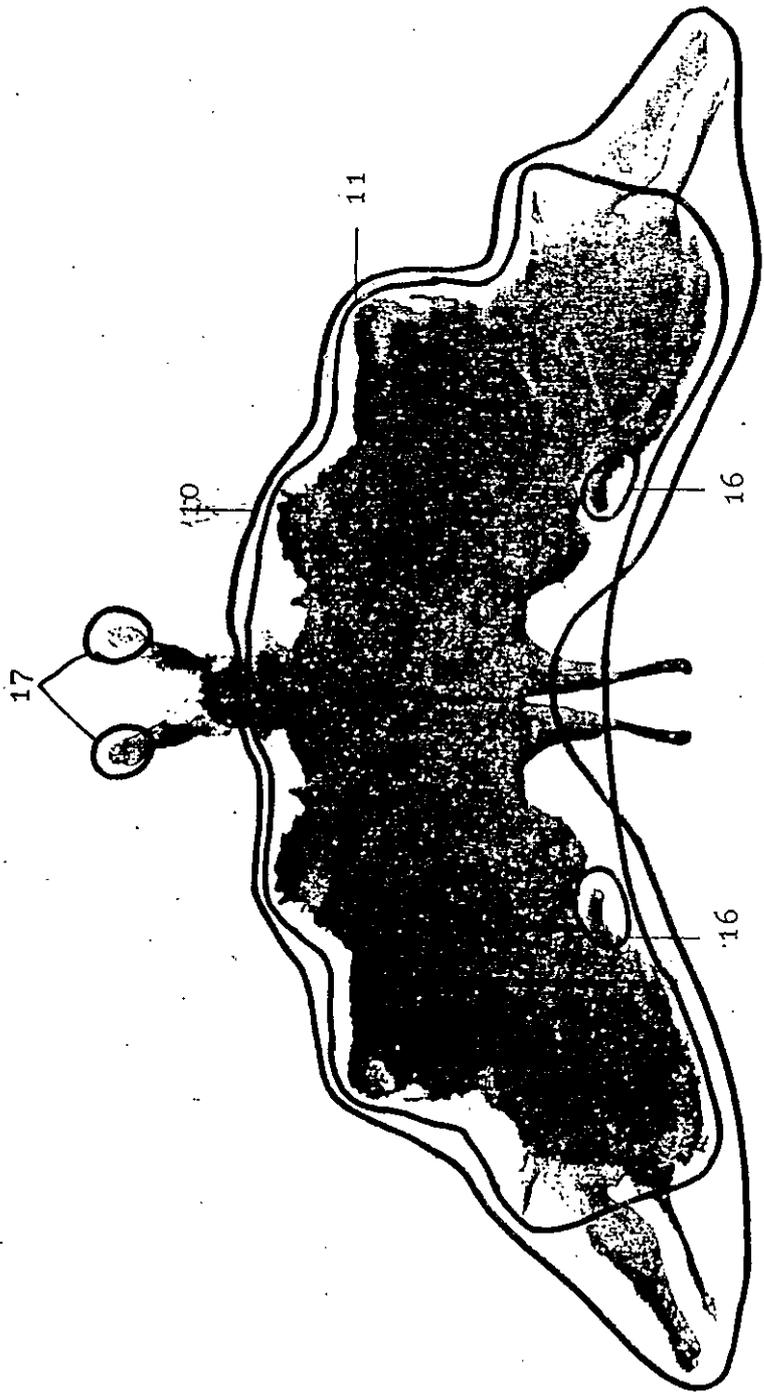


- 1 - Totalidade excepto saliências laterais
- 2 - Parte central inferior
- 3 - As duas asas de borboleta
- 4 - Saliências laterais
- 5 - Parte central superior

RESPOSTAS Dd - raras

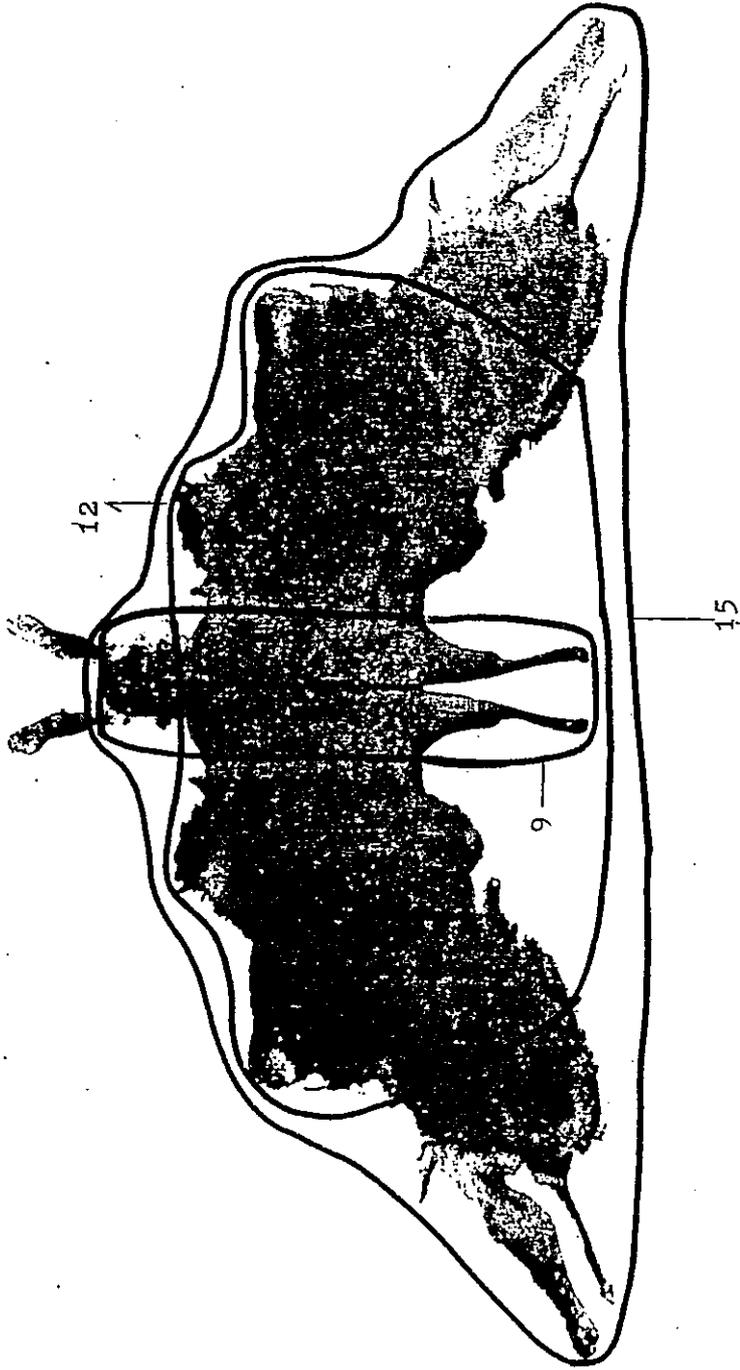
PLACA V





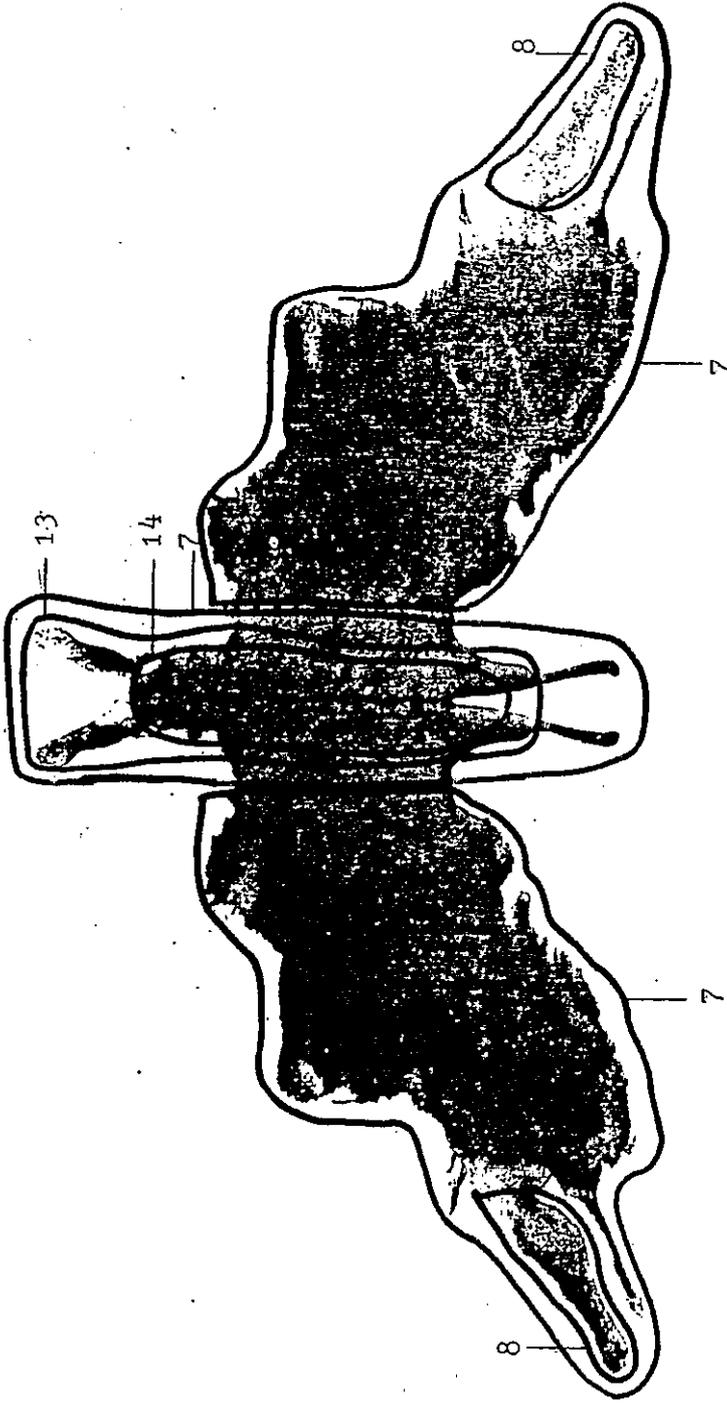
RESPOSTAS Dd - raras

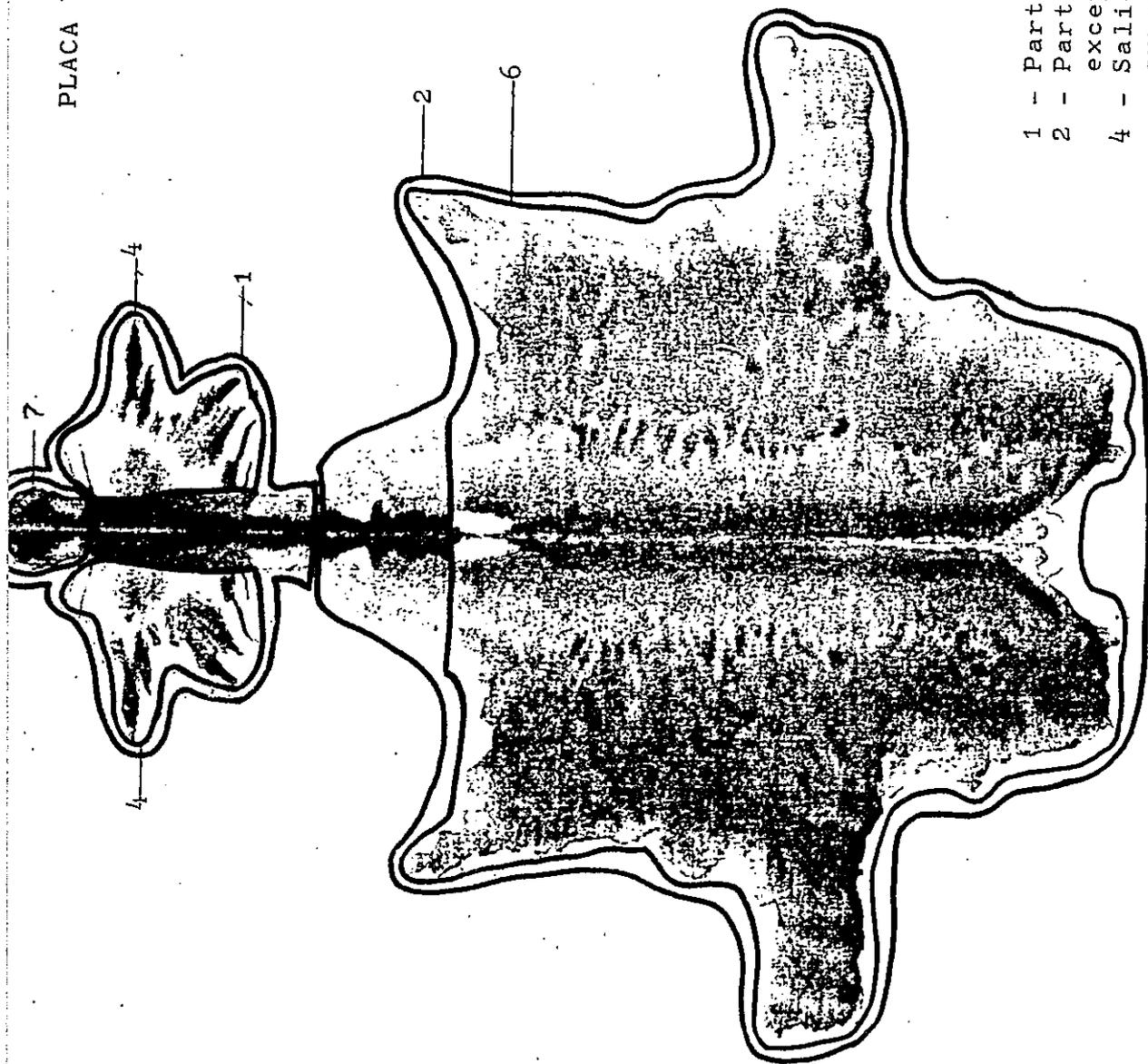
PLACA IV



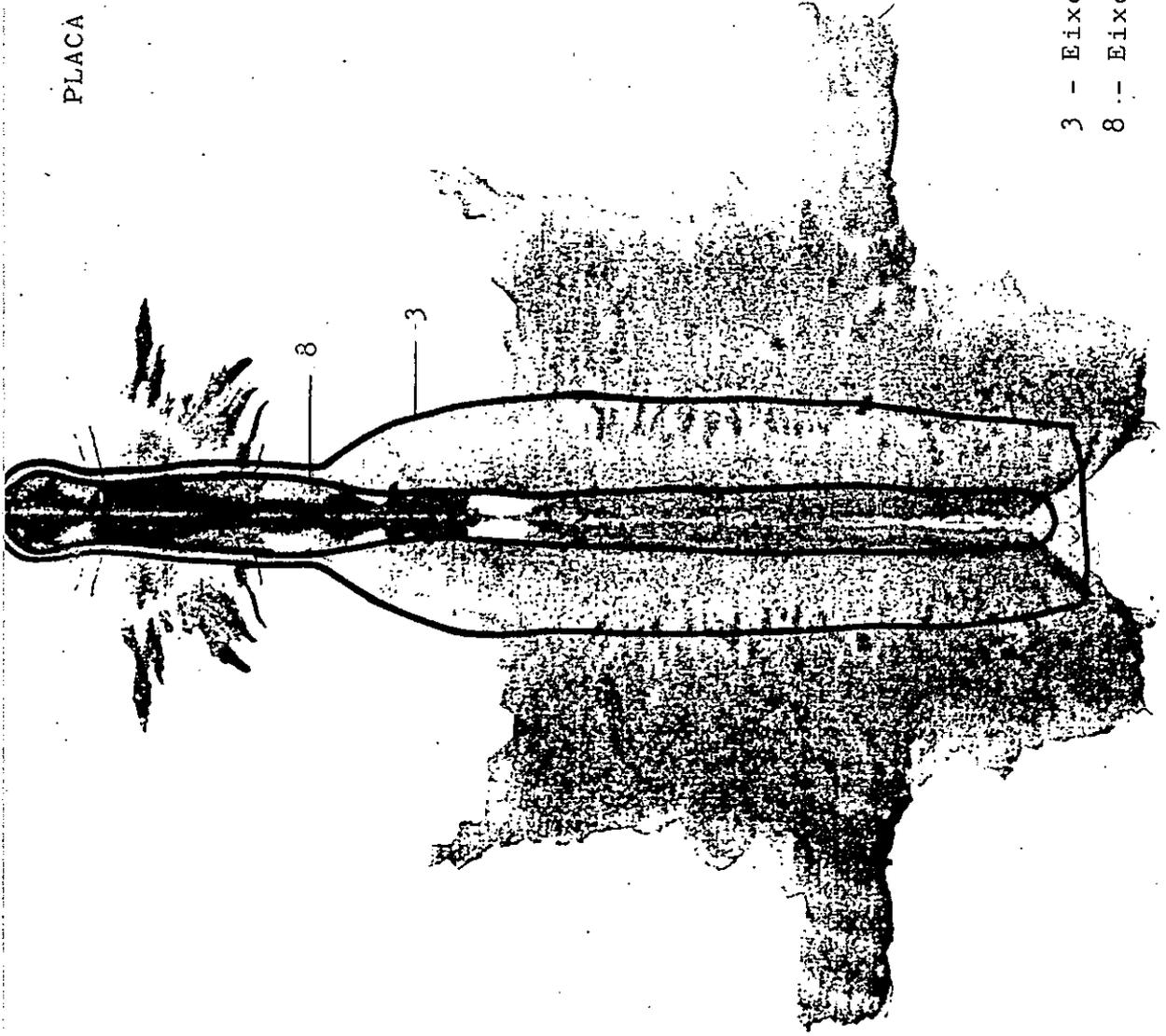
RESPOSTAS Dd - raras

PLACA V



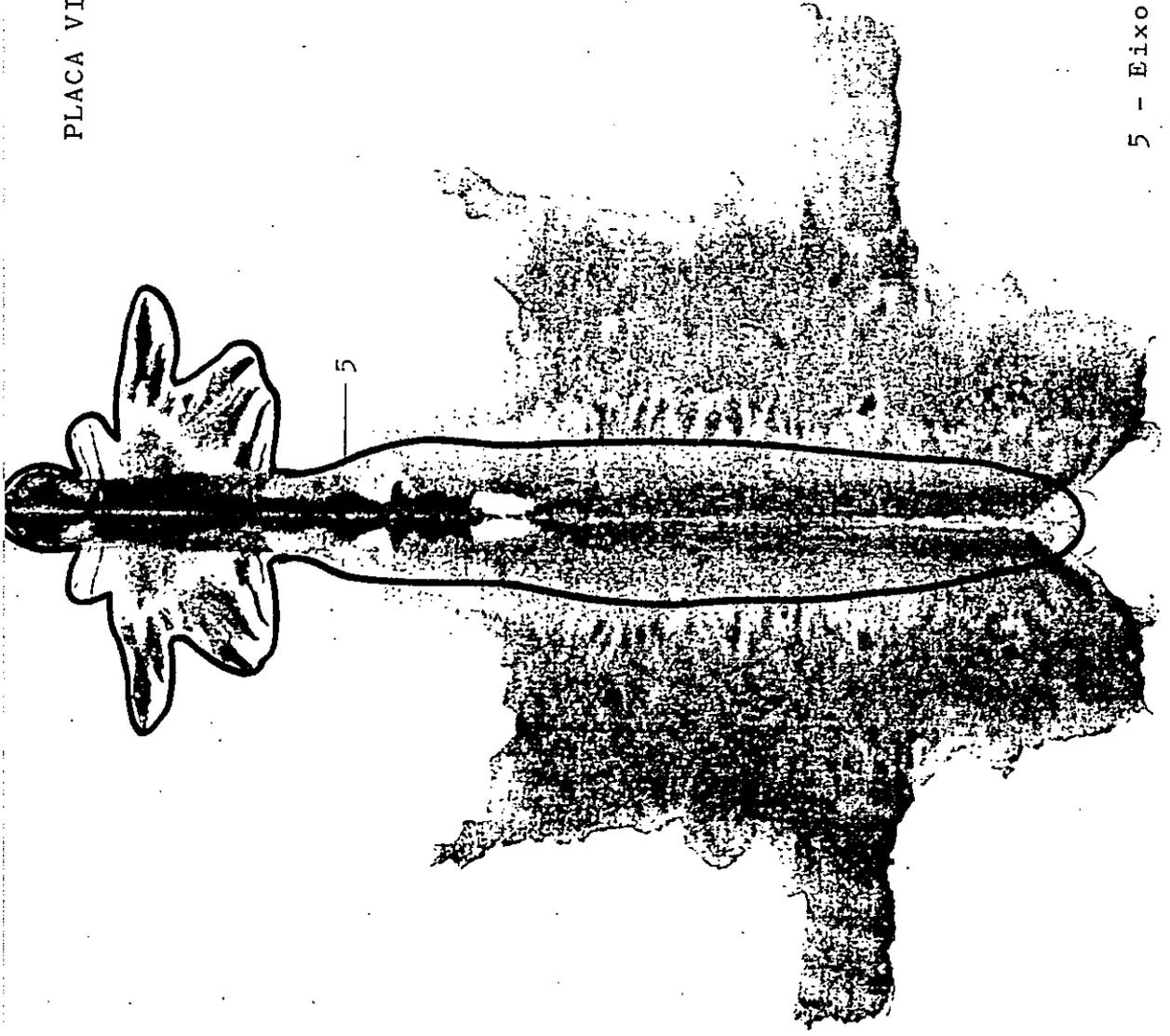


- 1 - Parte superior
- 2 - Parte inferior. totalidade excepto "ave"
- 4 - Saliências laterais na parte superior
- 6 - Parte central inferior
- 7 - Extremidade superior do eixo



3 - Eixo central

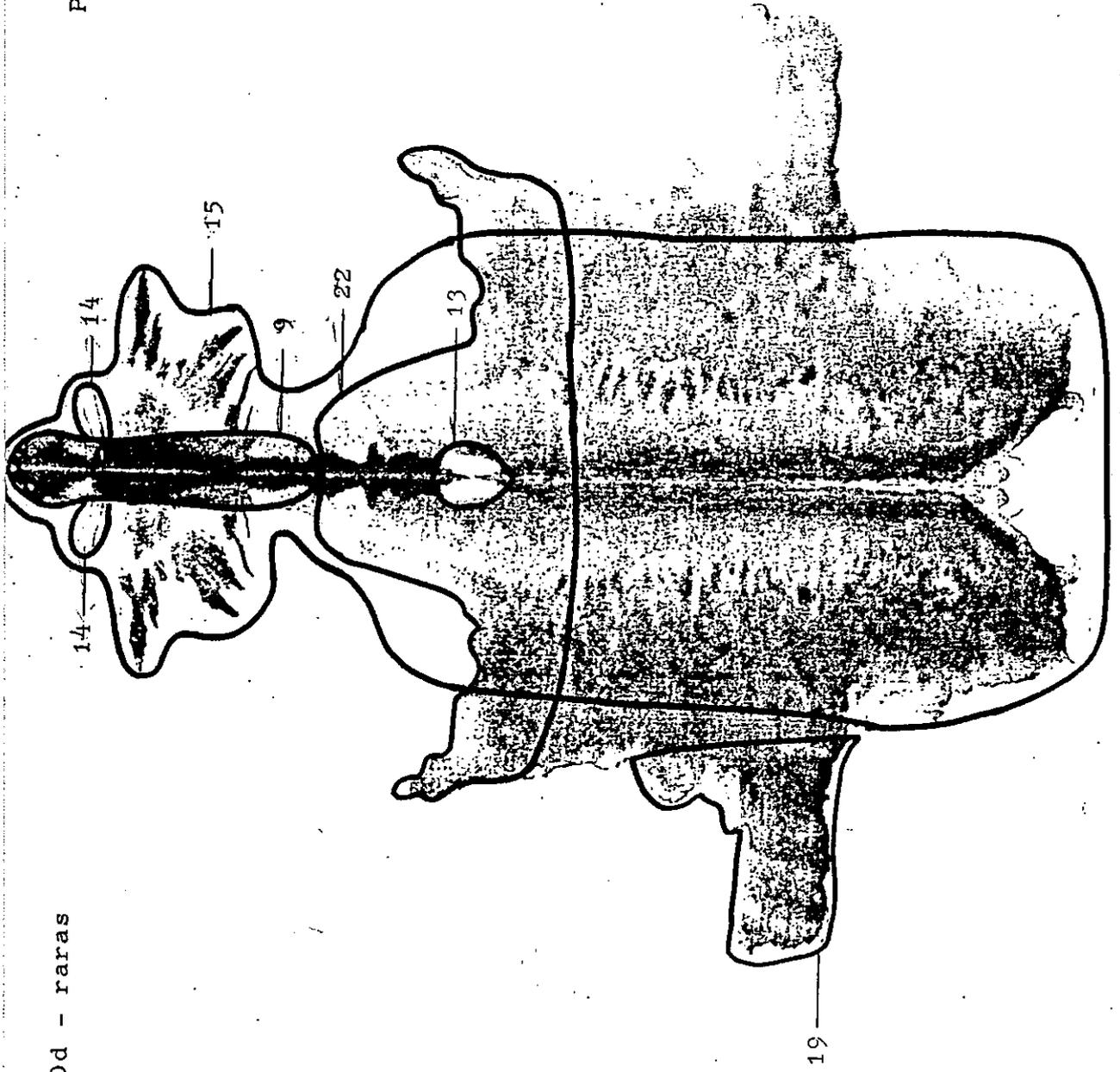
8 - Eixo central

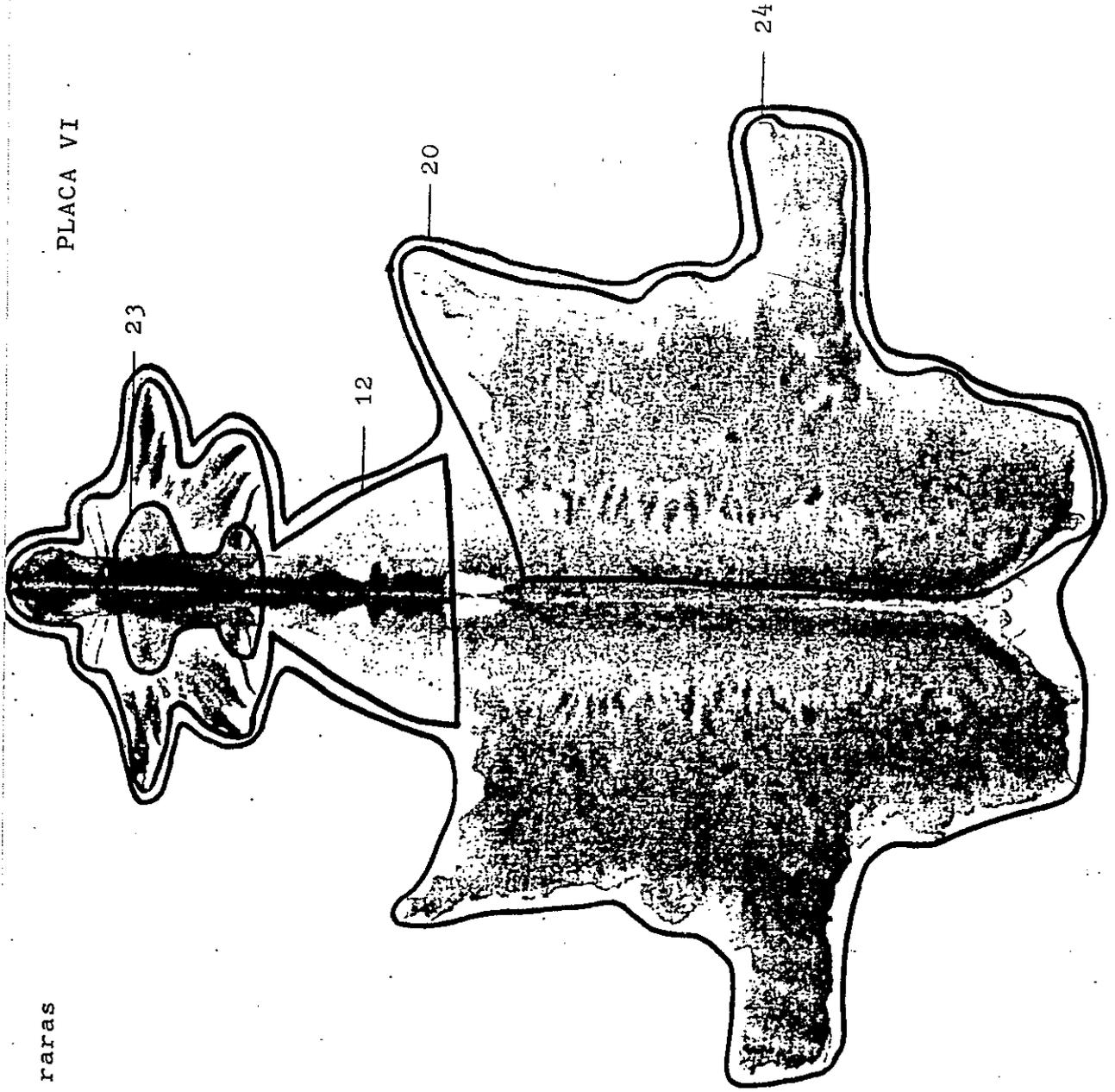


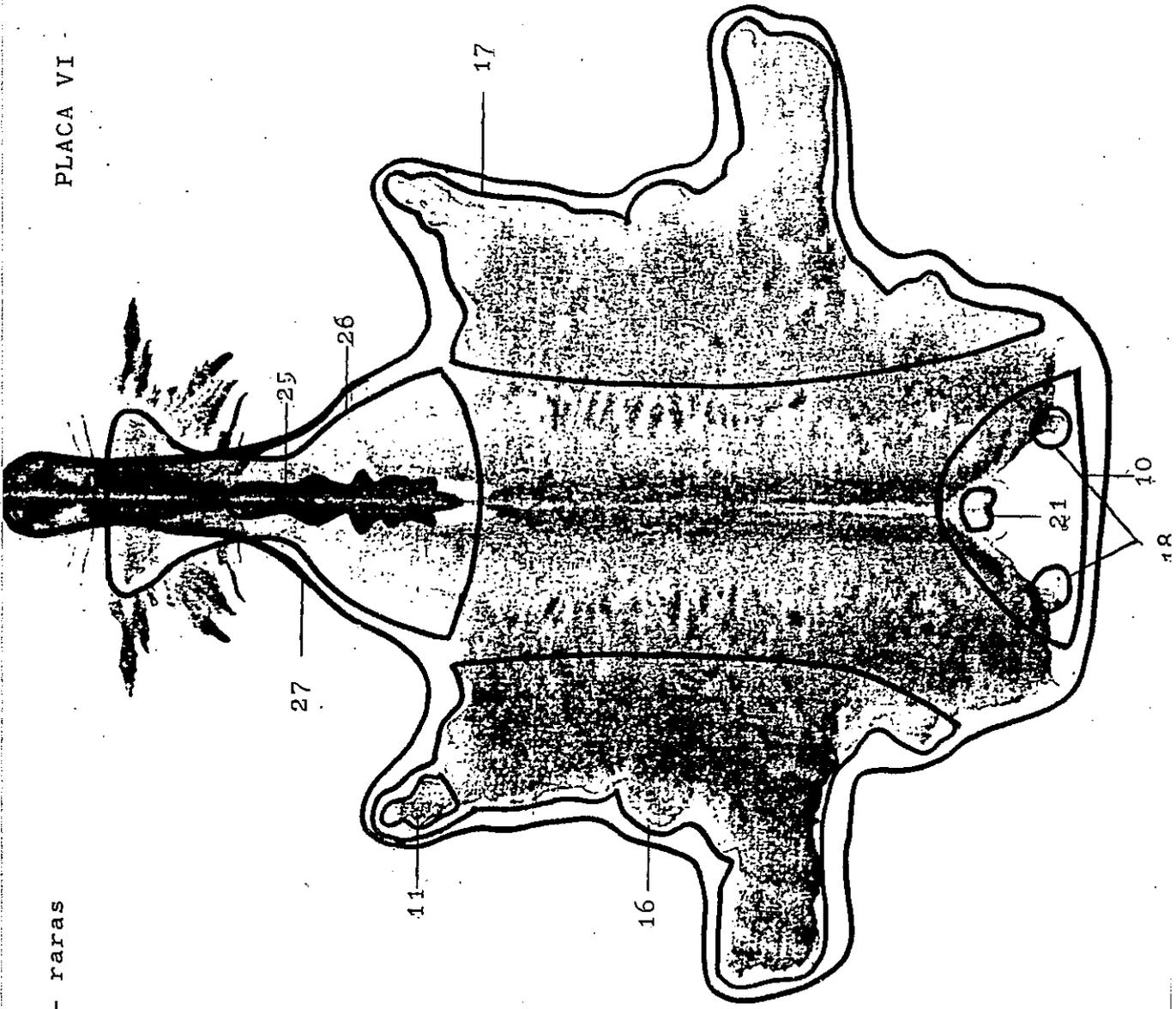
5 - Eixo central mais saliências laterais superiores

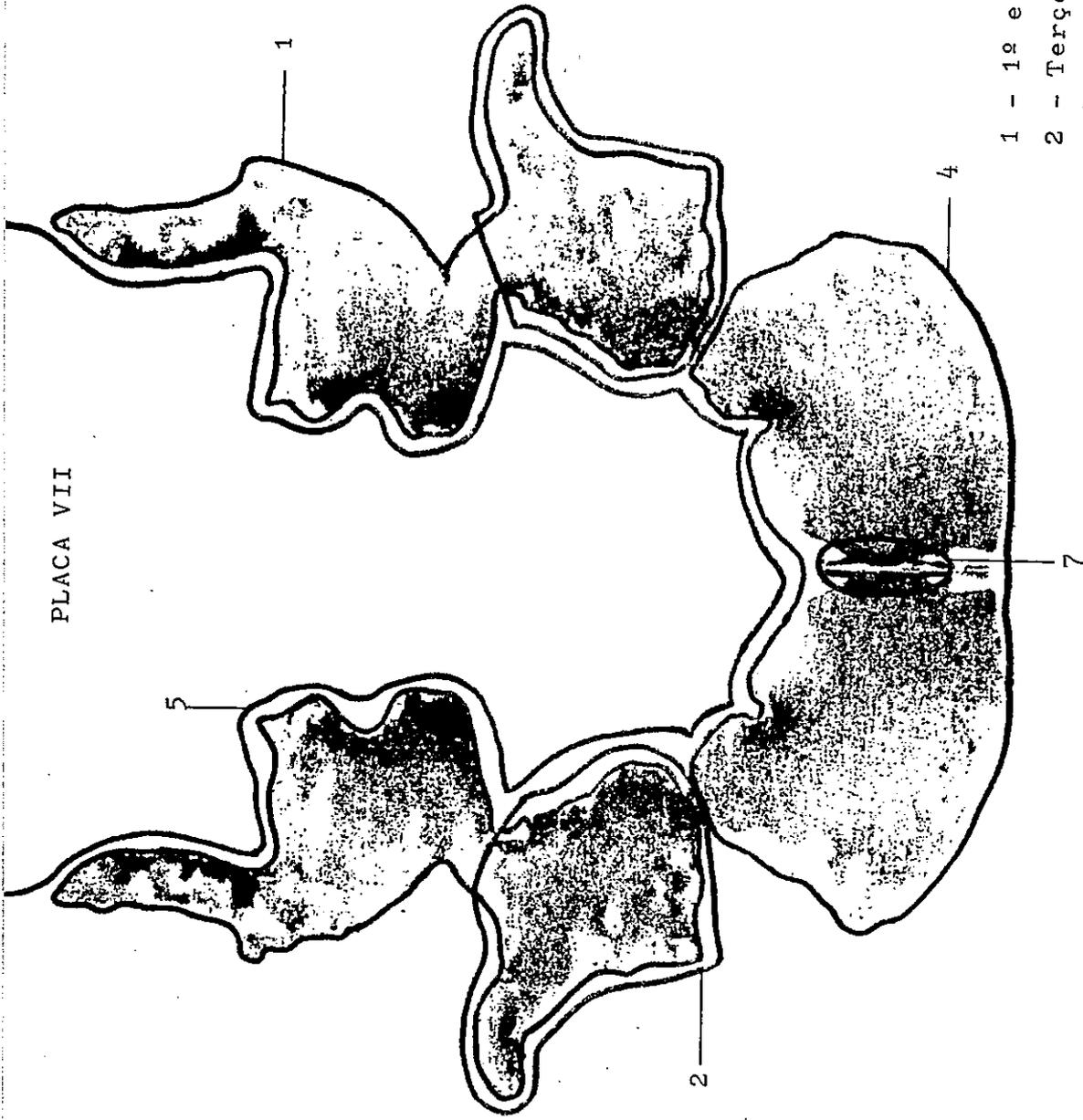
RESPOSTAS Dd - raras

PLACA VI

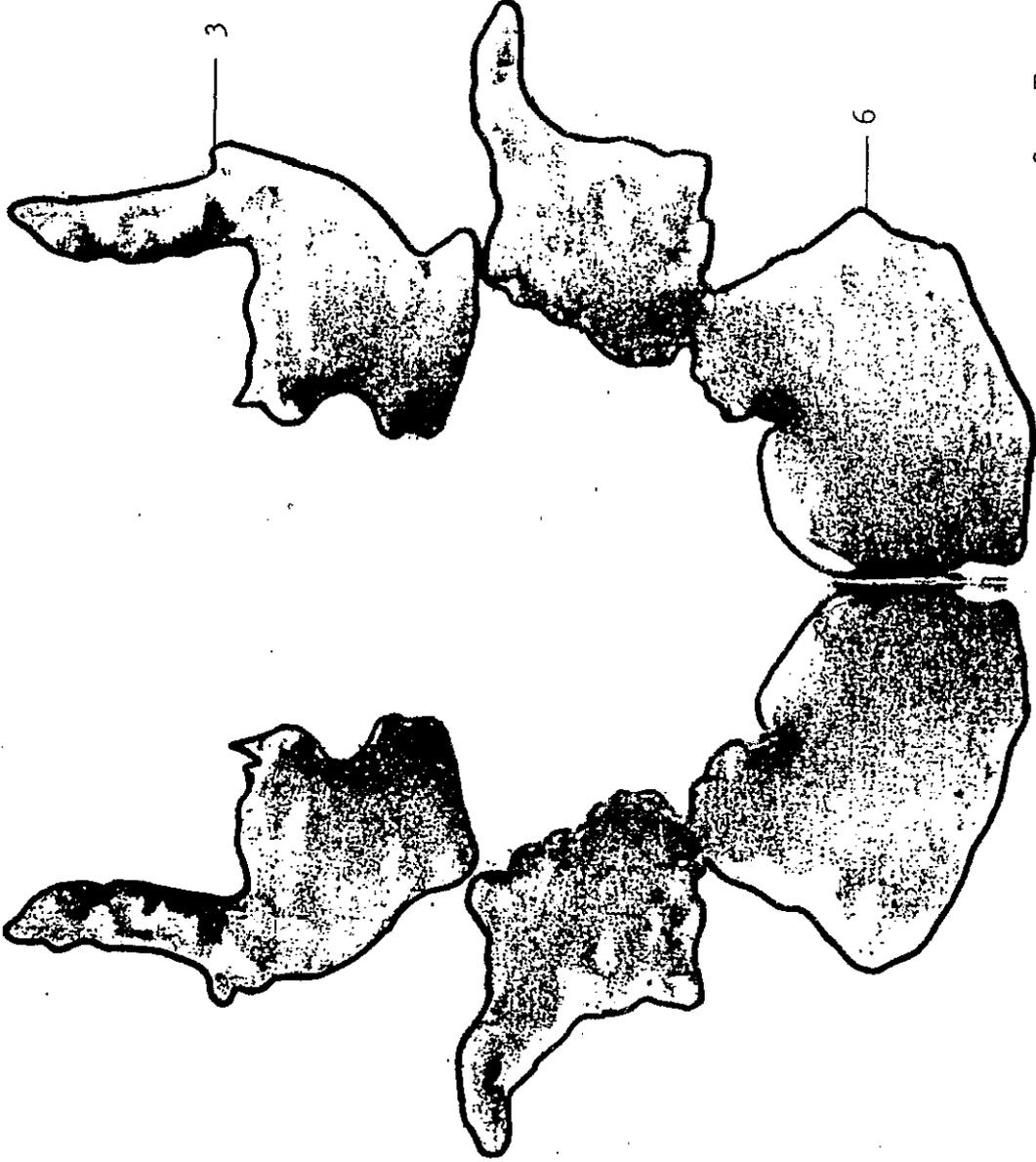








- 1 - 1º e 2º terços superiores
- 2 - Terço médio
- 4 - Terço inferior (duas partes laterais)
- 5 - Branco central (Db1)
- 7 - Eixo central do terço inferior

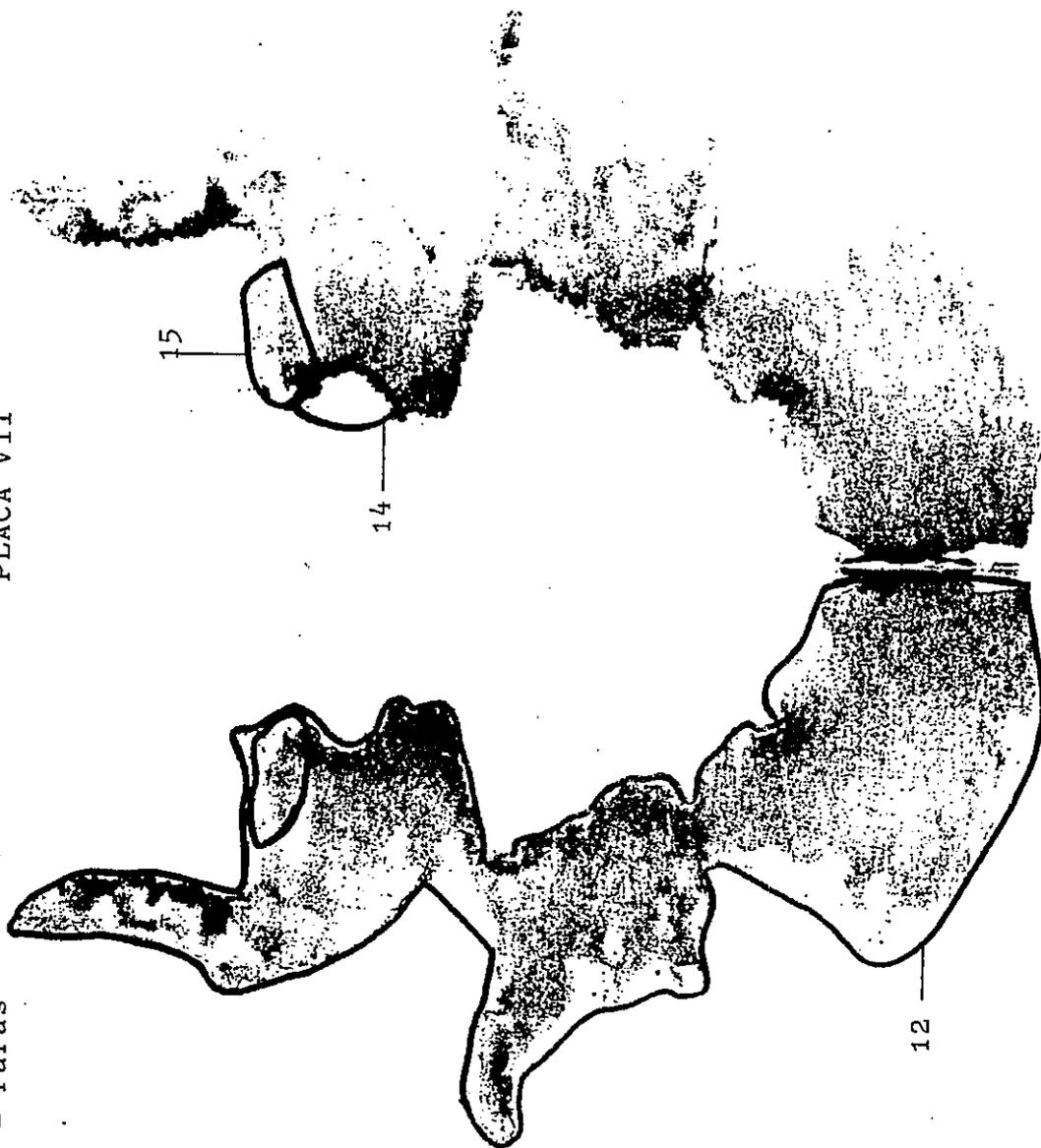


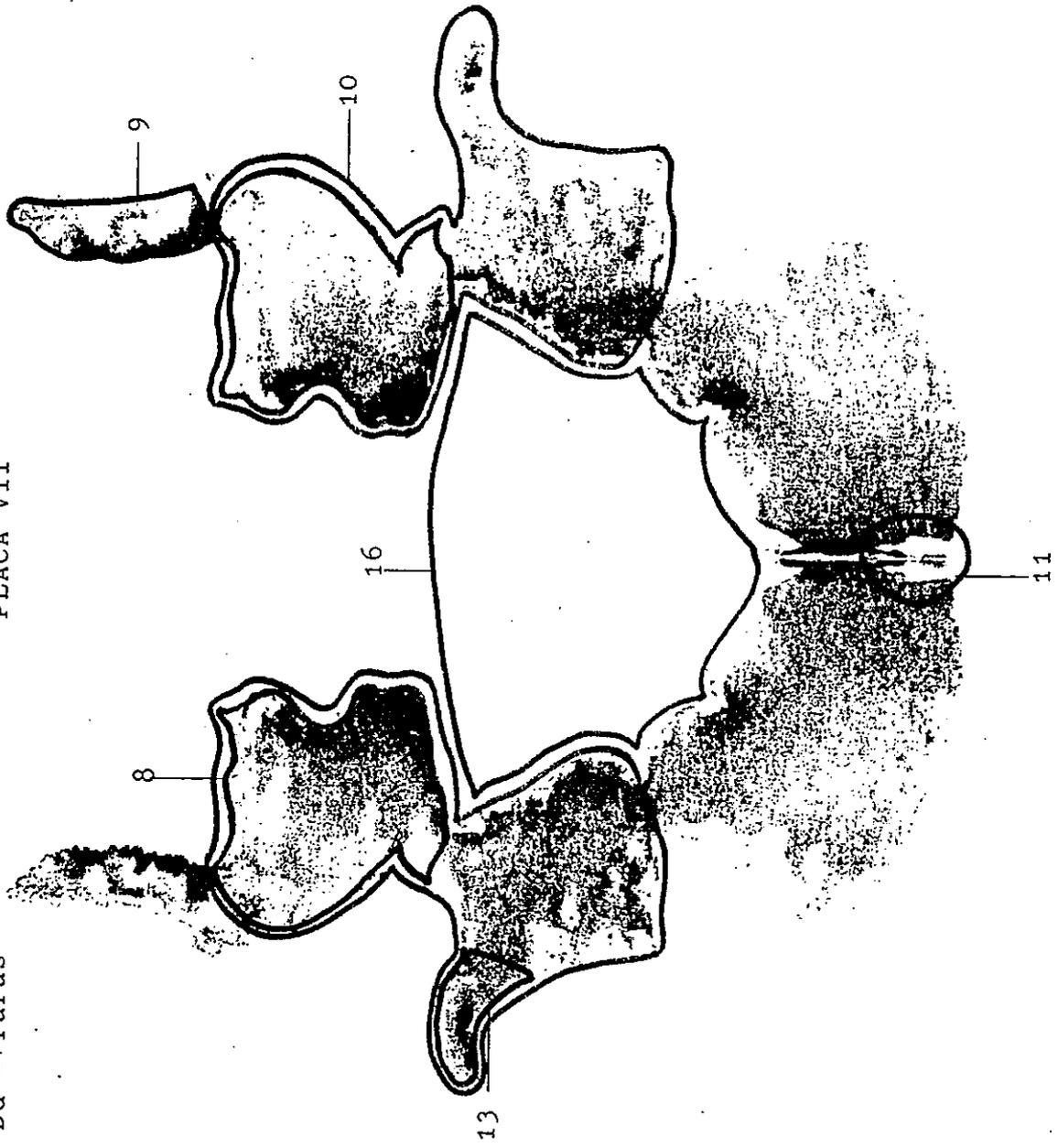
3 - Terço superior com saliências superiores

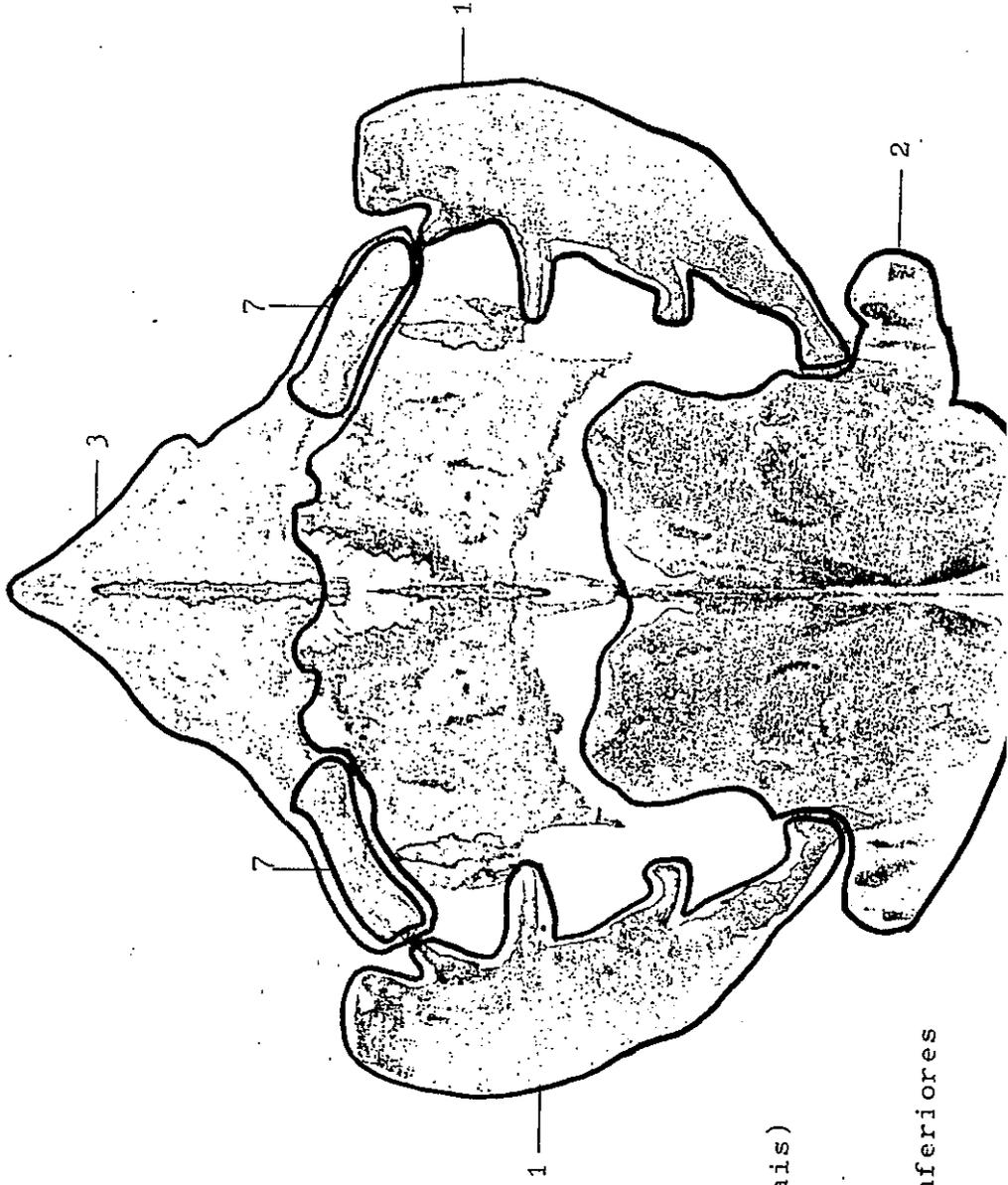
6 - Terço médio e inferior

RESPOSTAS Dd - raras

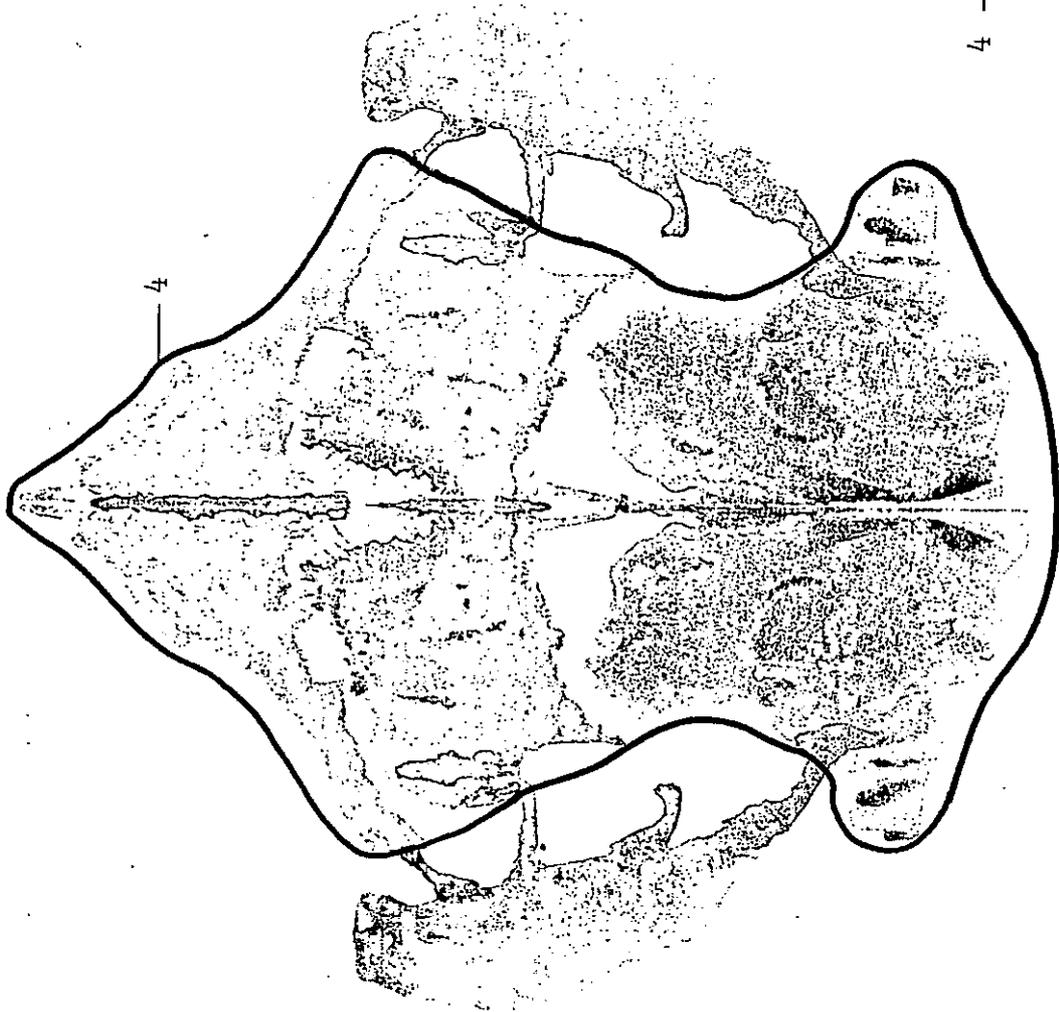
PLACA VII



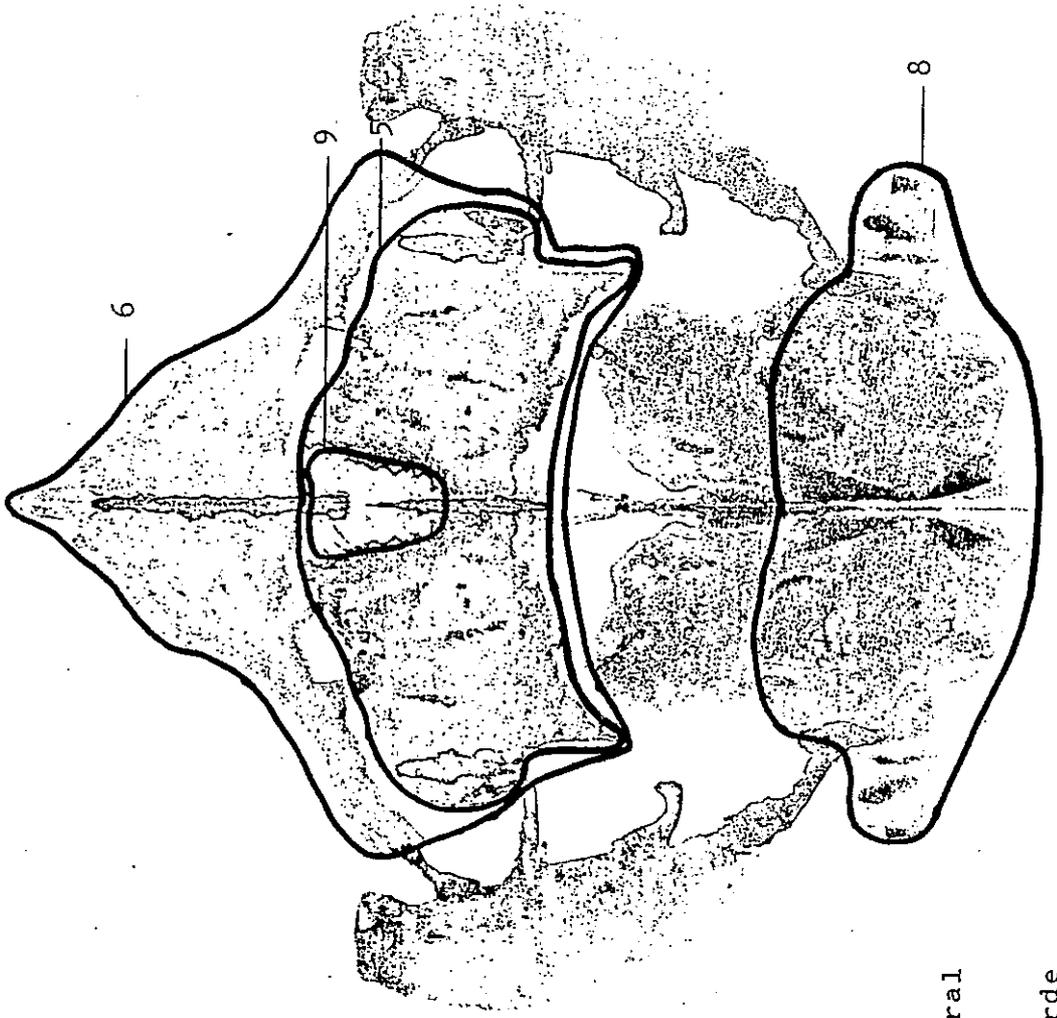




- 1- Parte rosa lateral (animais)
- 2 - Rosa central
- 3 - Cinzento superior
- 7 - Extremidades laterais inferiores do cinzento



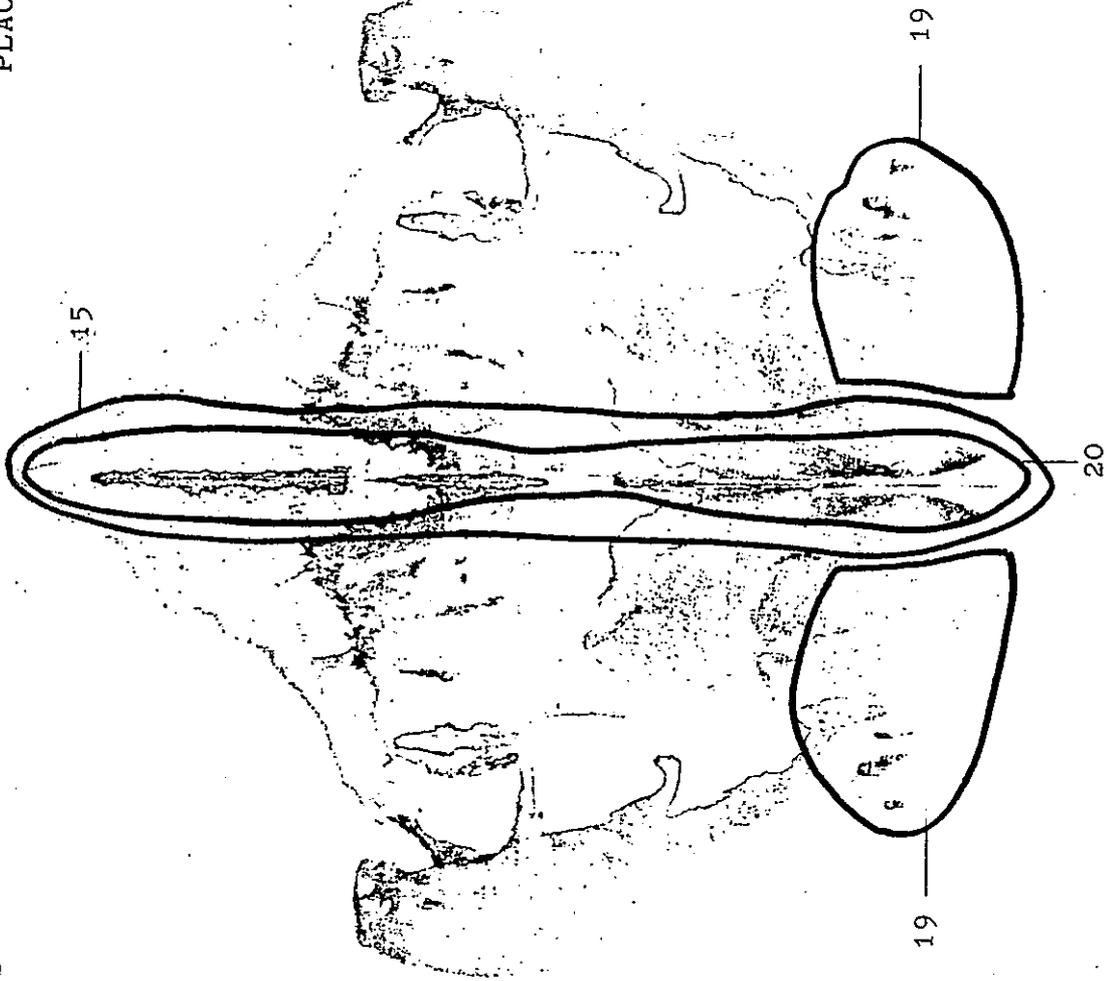
4 - Totalidade excepto
rosas laterais

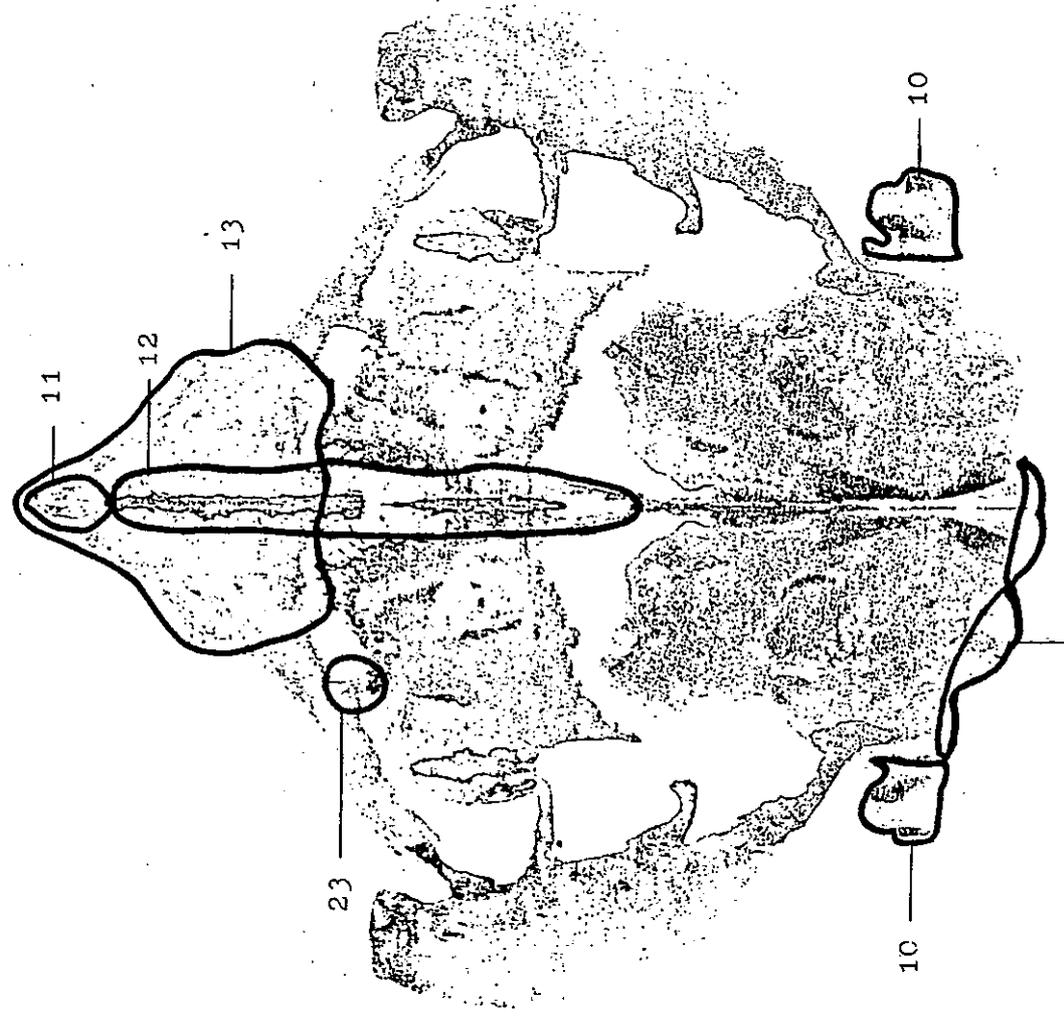


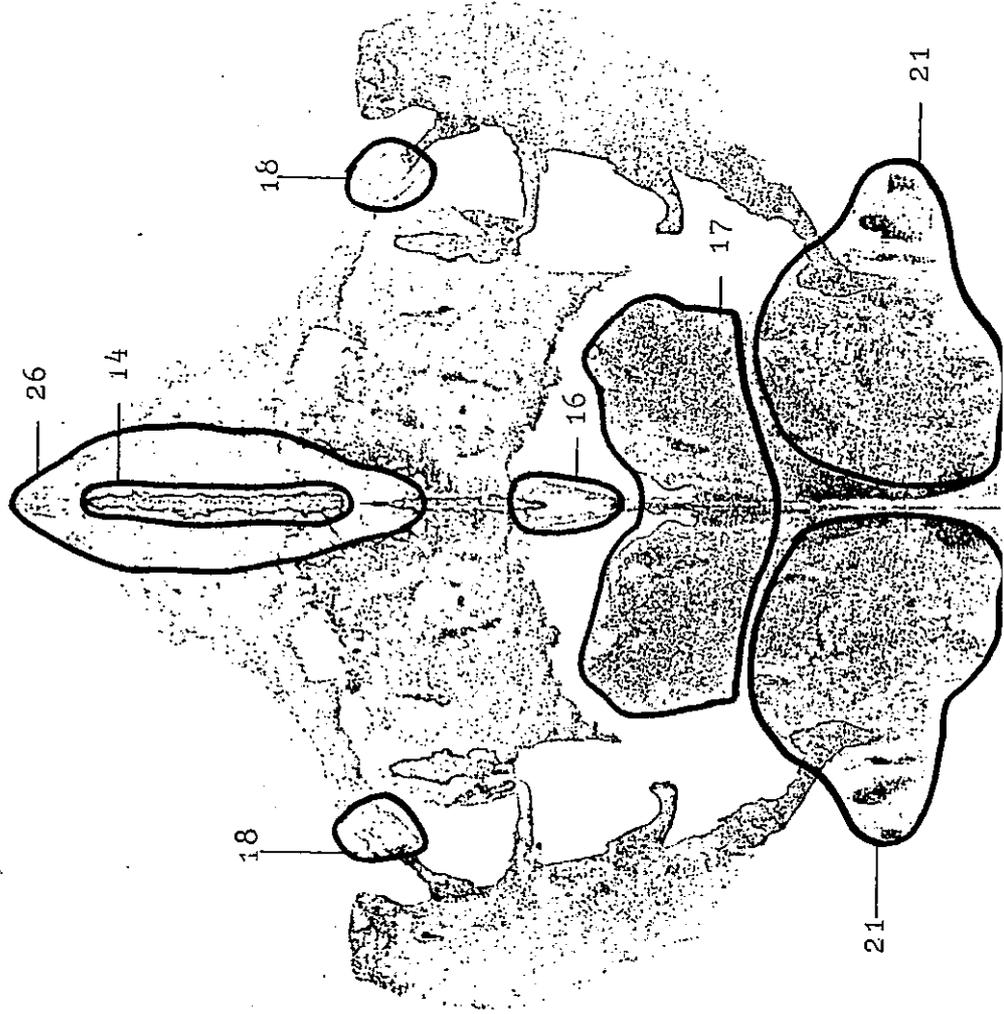
- 5 - Quadrados azuis centrais
- 6 - Cinzento superior e azul
- 8 - Parte inferior do rosa central
(laranja)
- 9 - Ligação entre cinzento e verde

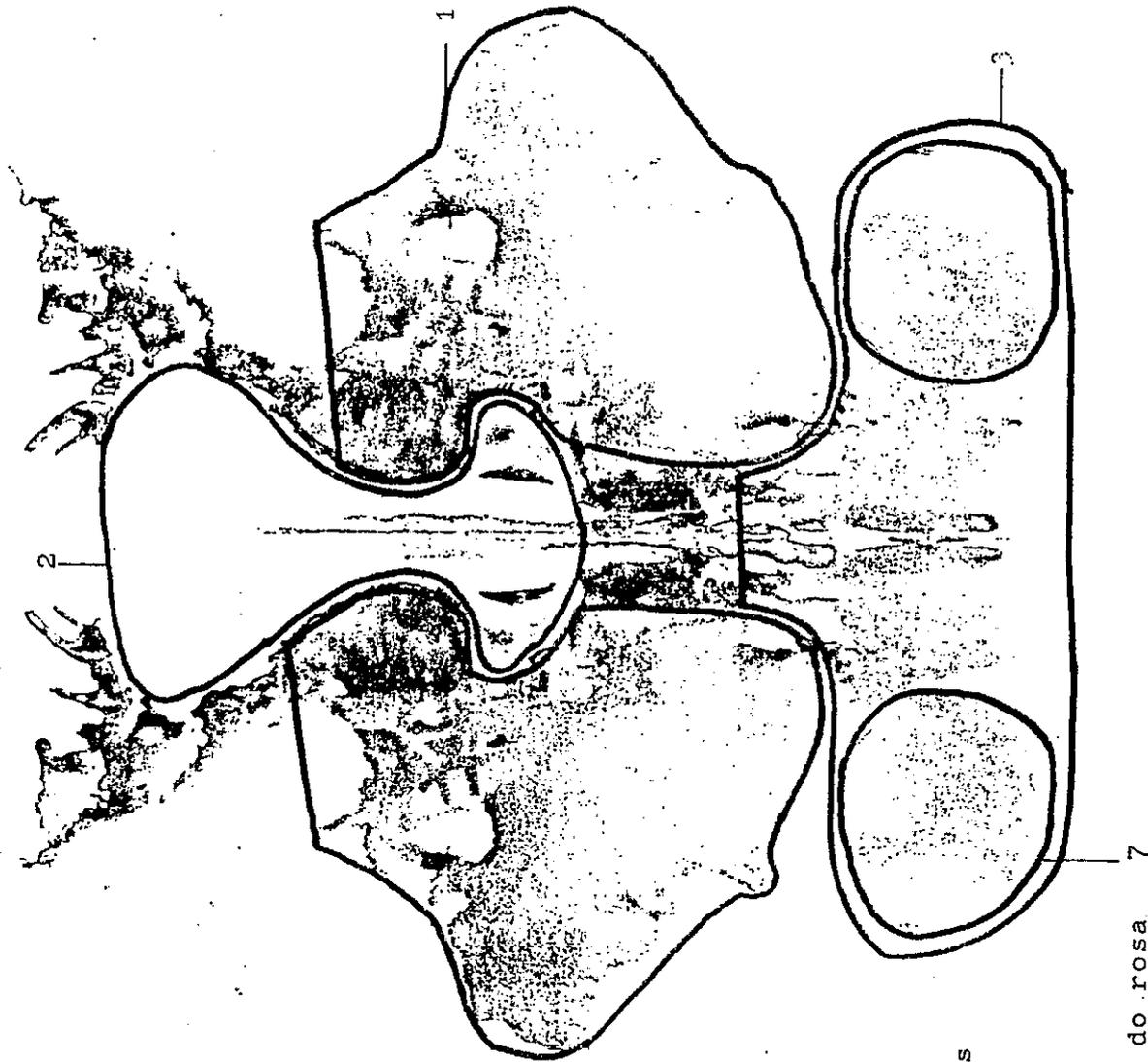
RESPOSTAS Dd - raras

PLACA VIII





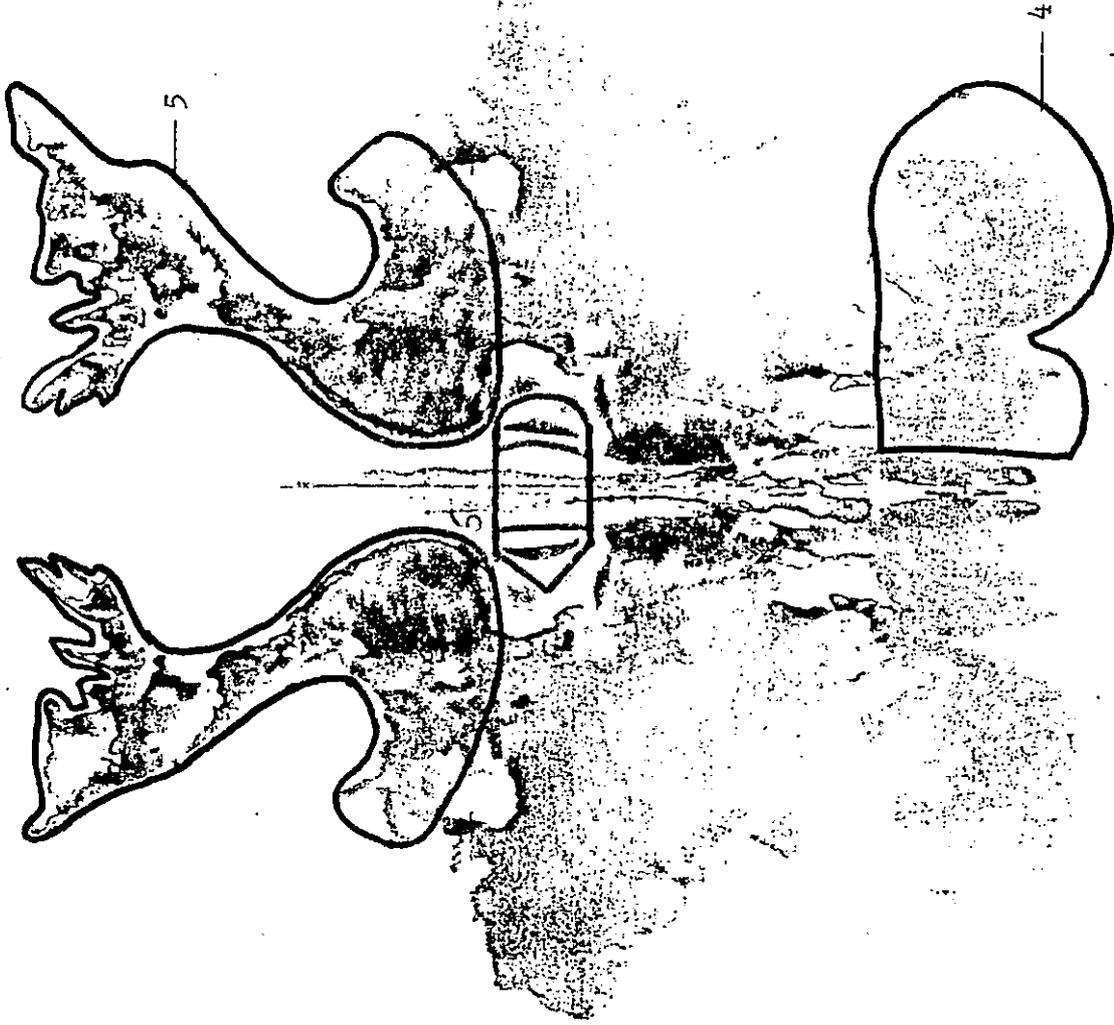




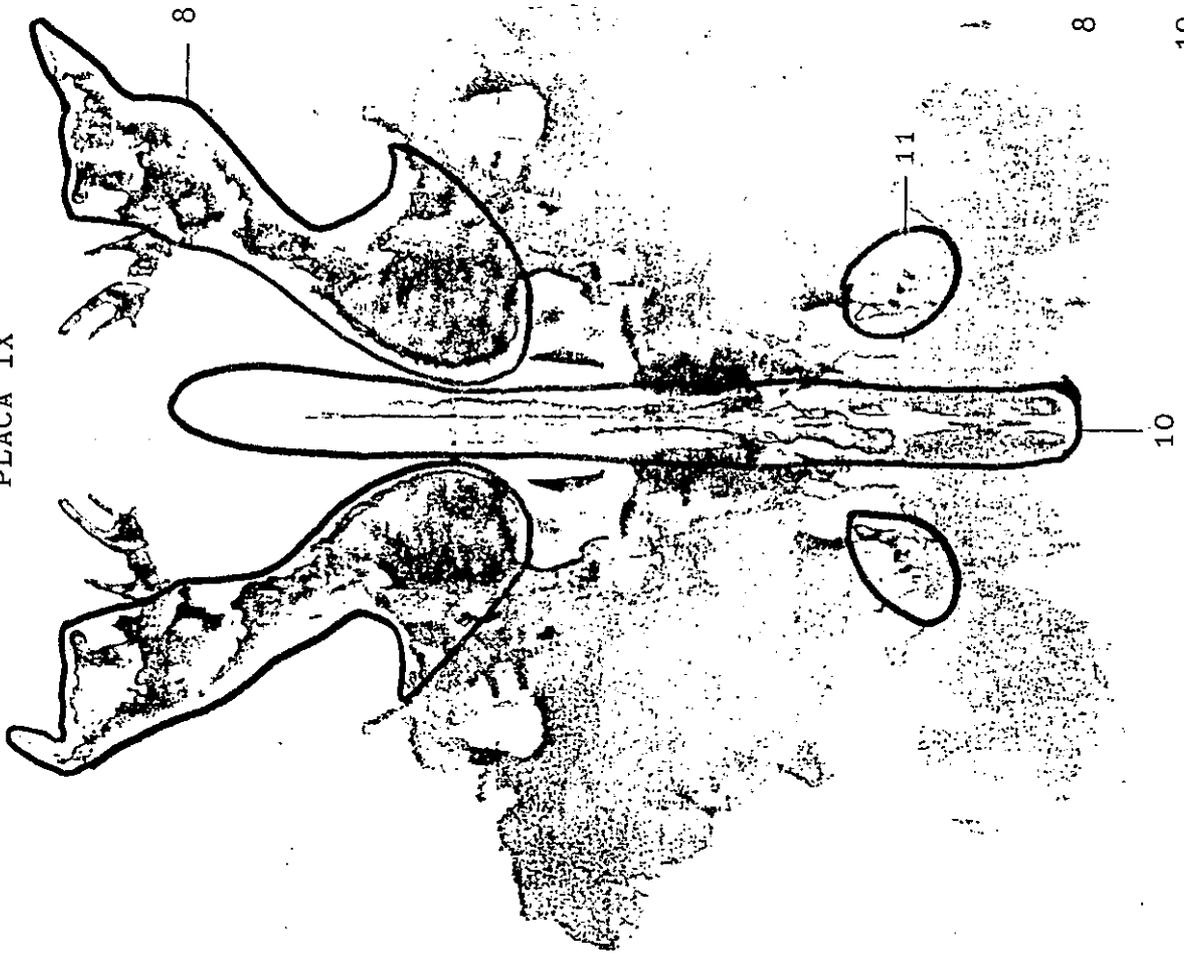
- 1.- Partes verdes centrais
- 2 - Parte branca central grande (Dbl)
- 3 - Parte rosa
- 7 - Extremidades laterais do rosa

RESPOSTAS D.

PLACA IX



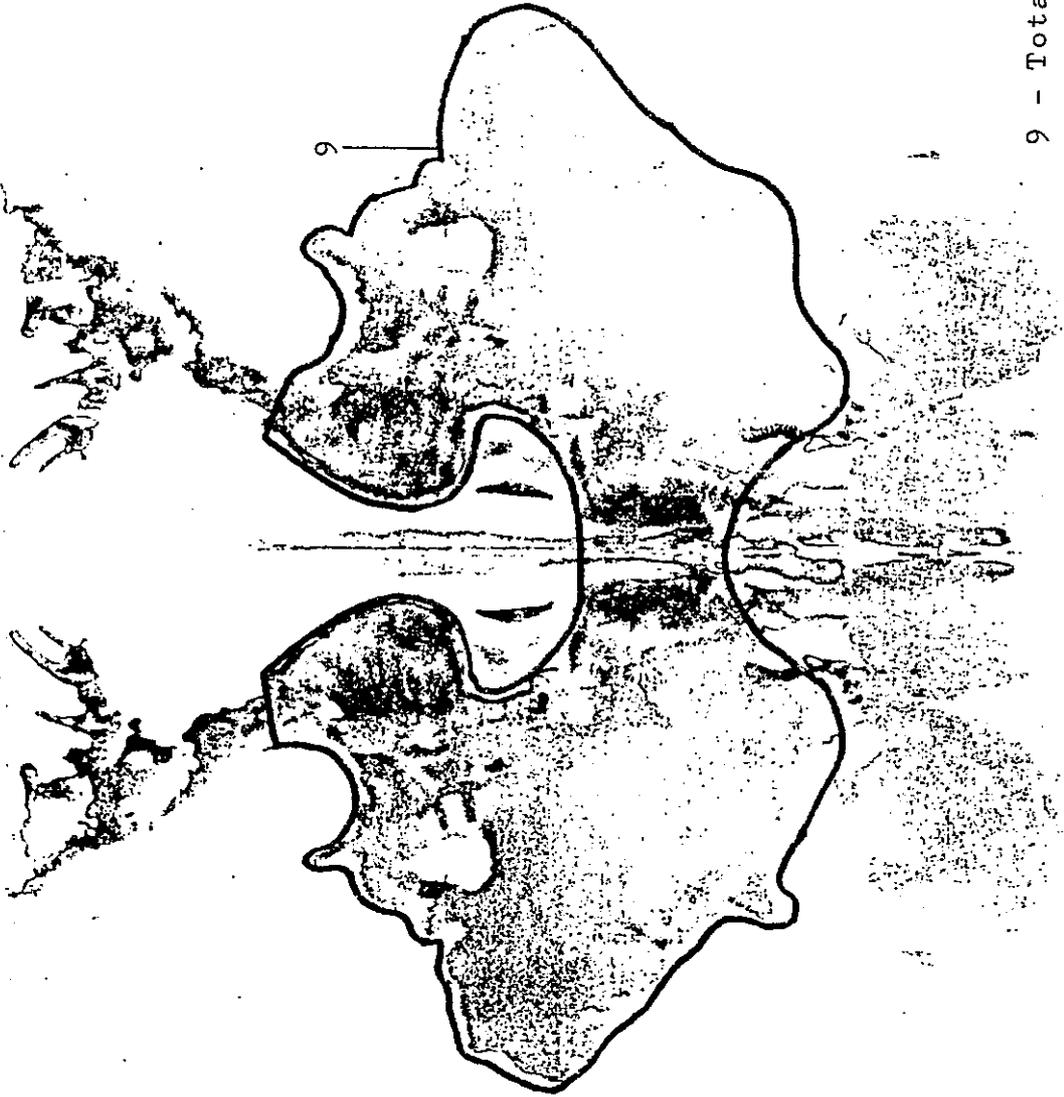
4 - Metade lateral do rosa
5 - Partes laranjas



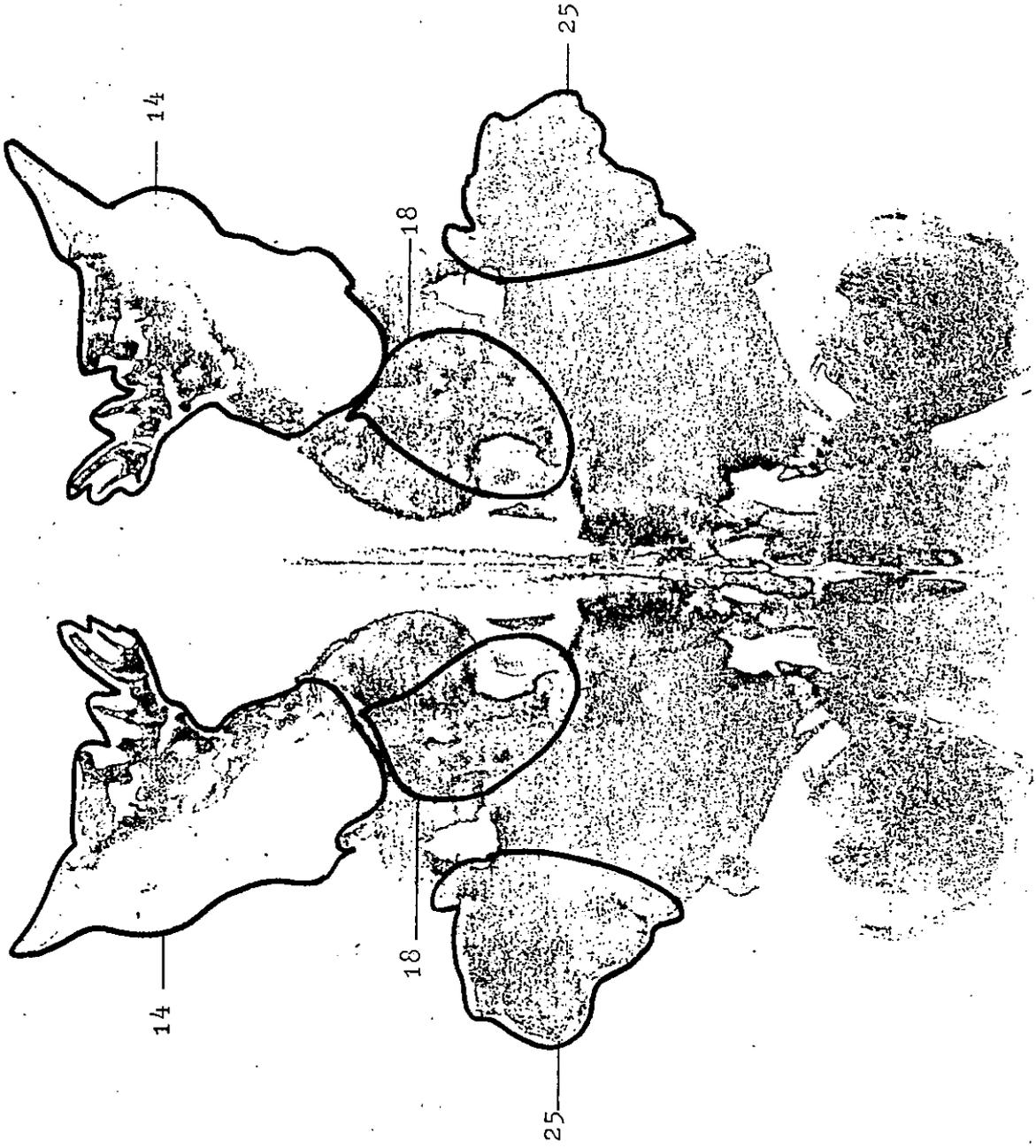
- 8 - Partes laranjas sem saliências laterais
- 10 - Totalidade do eixo central
- 11 - Ligações entre o rosá e o verde

RESPOSTAS D

PLACA IX

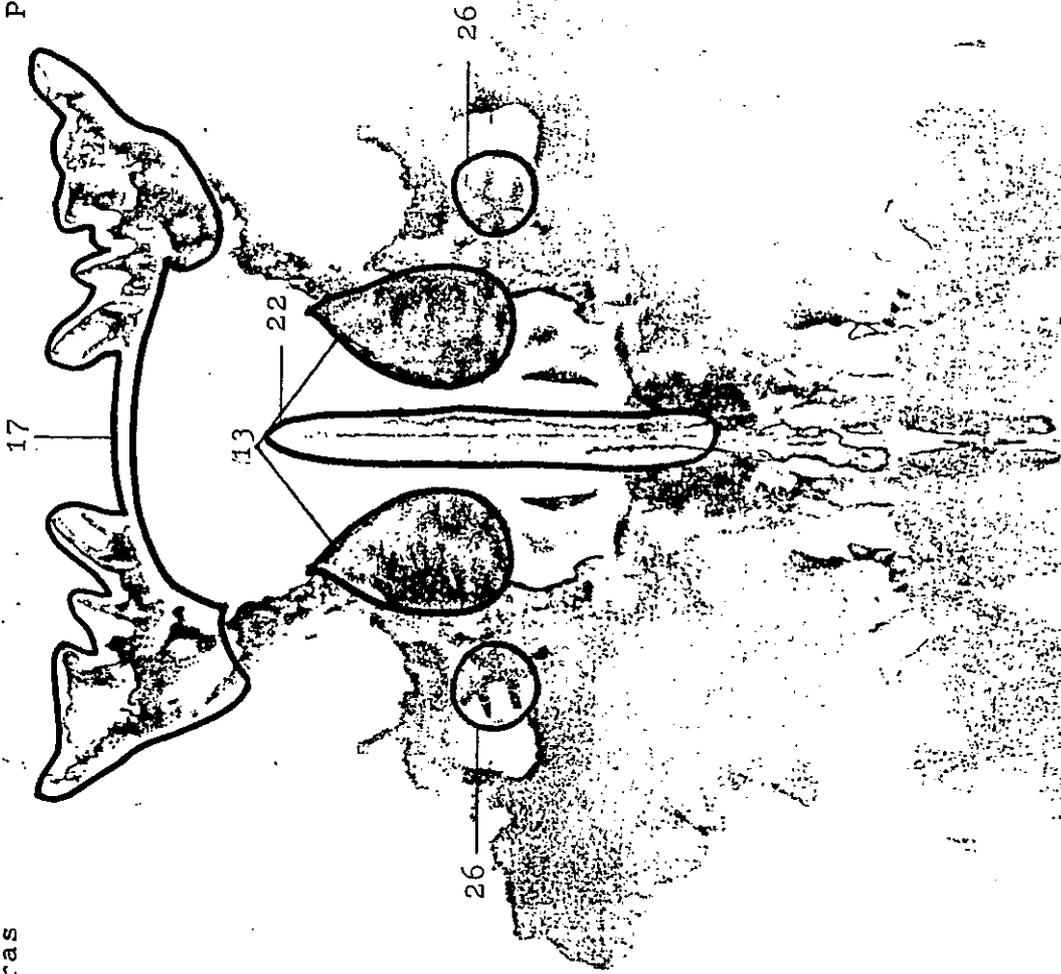


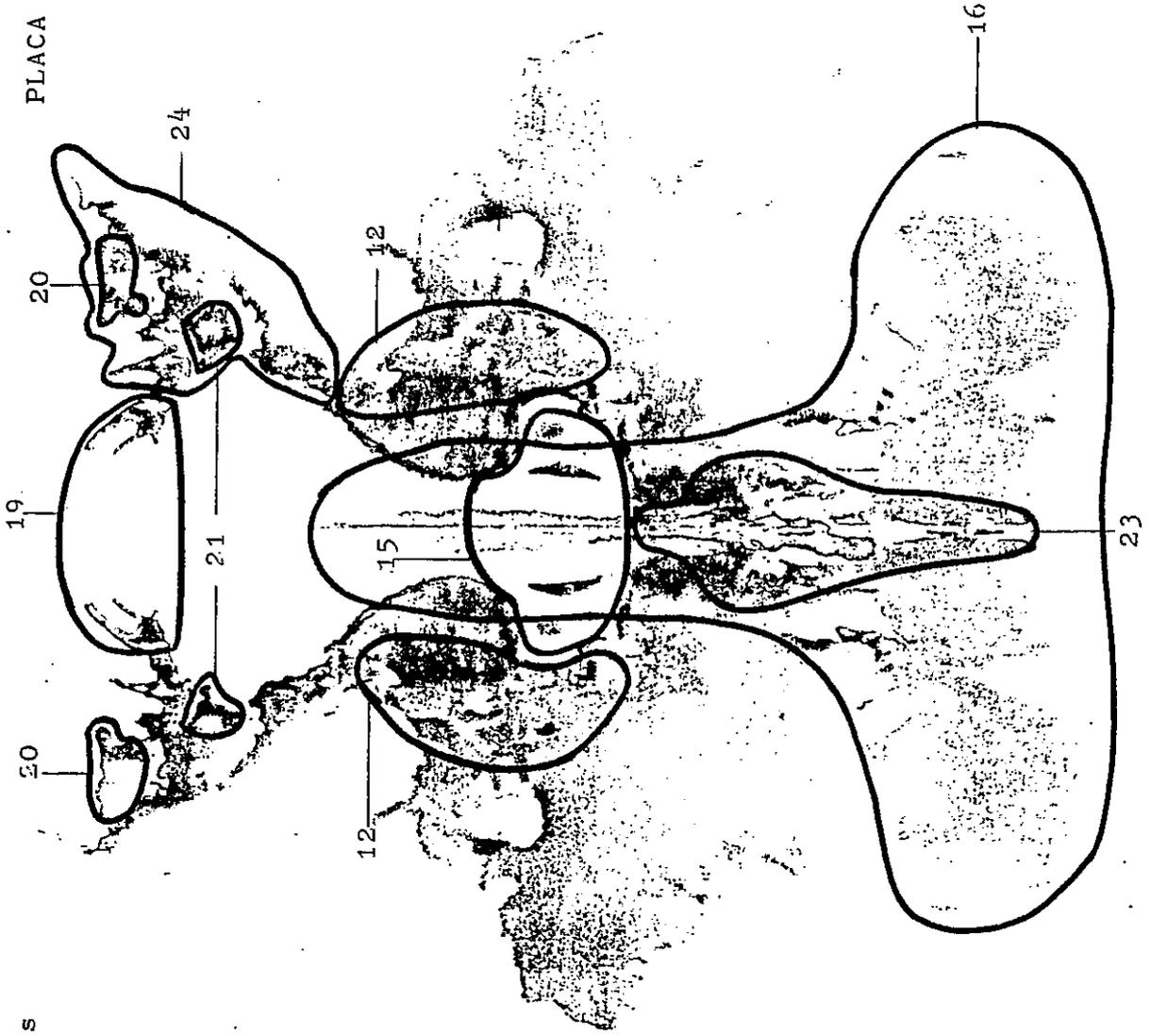
9 - Totalidade do verde



RESPOSTAS Dd - raras

PLACA IX





1 - Azul lateral

2 - Totalidade dos cinzentos superiores

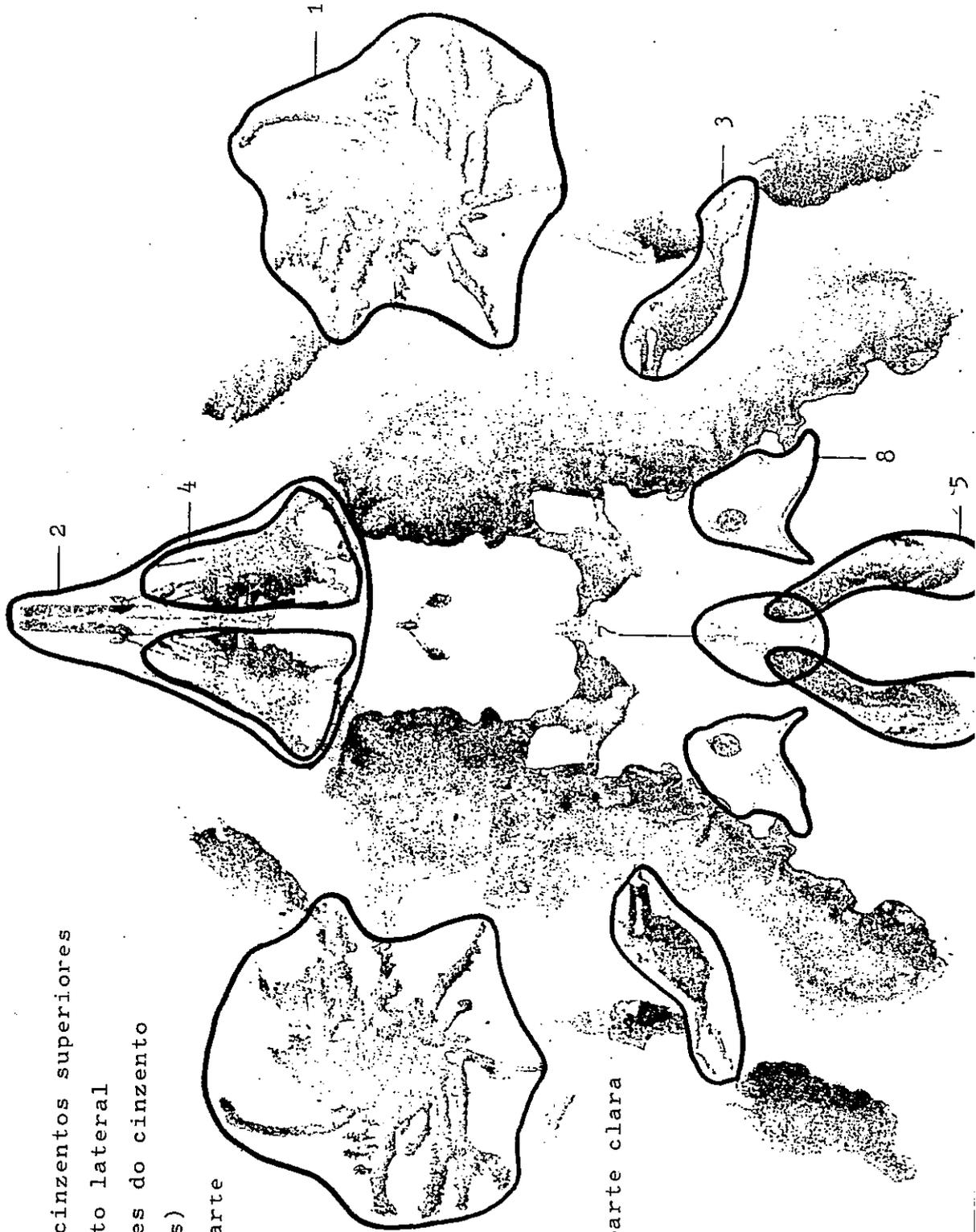
3 - Castanho cinzento lateral

4 - Partes inferiores do cinzento superior (bichos)

5 - Verde central parte escura

7 - Verde central, parte clara

8 - Amarelo central



3 - Castanho cinzento lateral

6 - Azul central

9 - Verde central

10 - Rosa

11 - Verdes laterais

12 - Parte central (10 + 2 + 9)

14 - Castanho avermelhado lateral

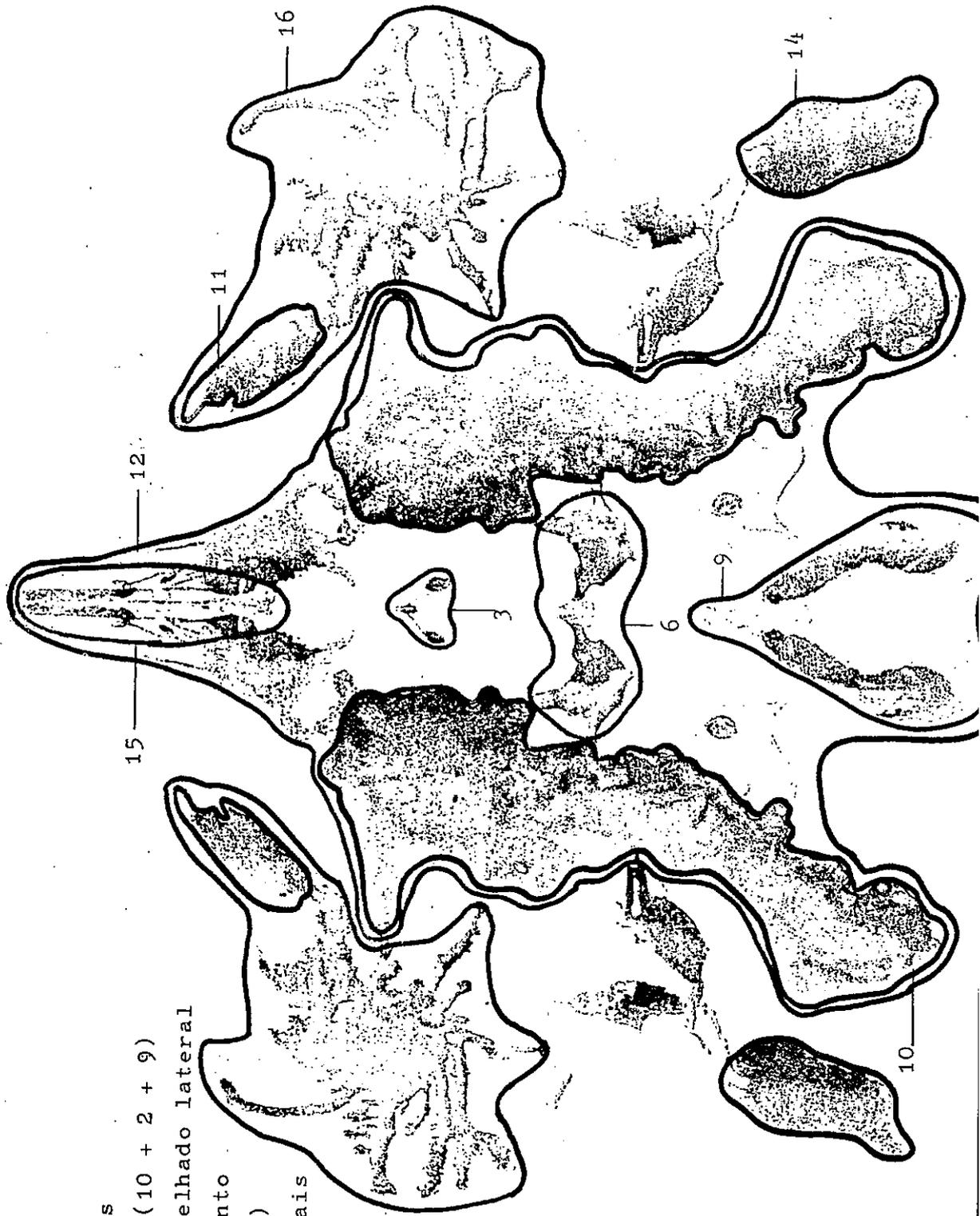
15 - Parte do cinzento

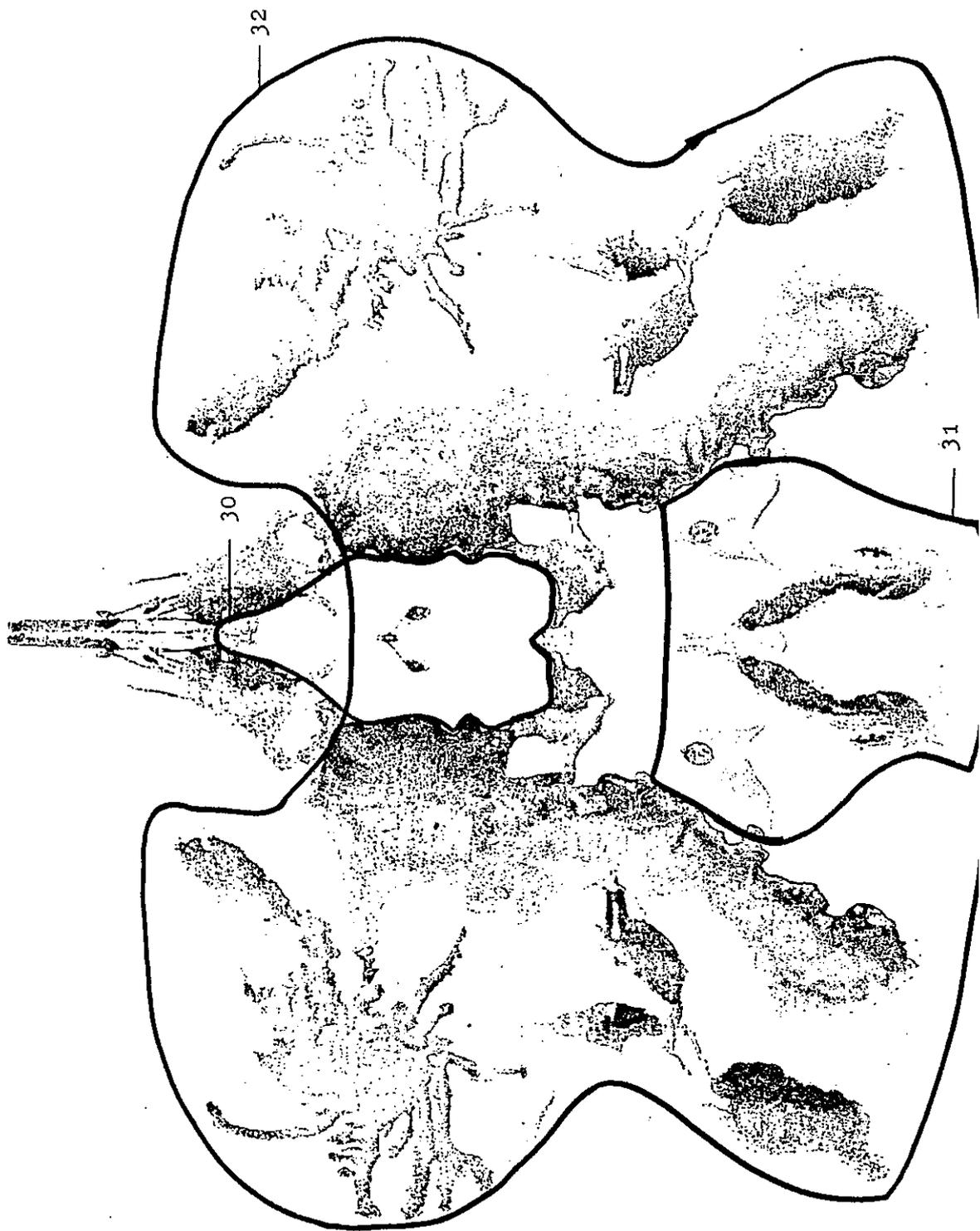
superior (tubo)

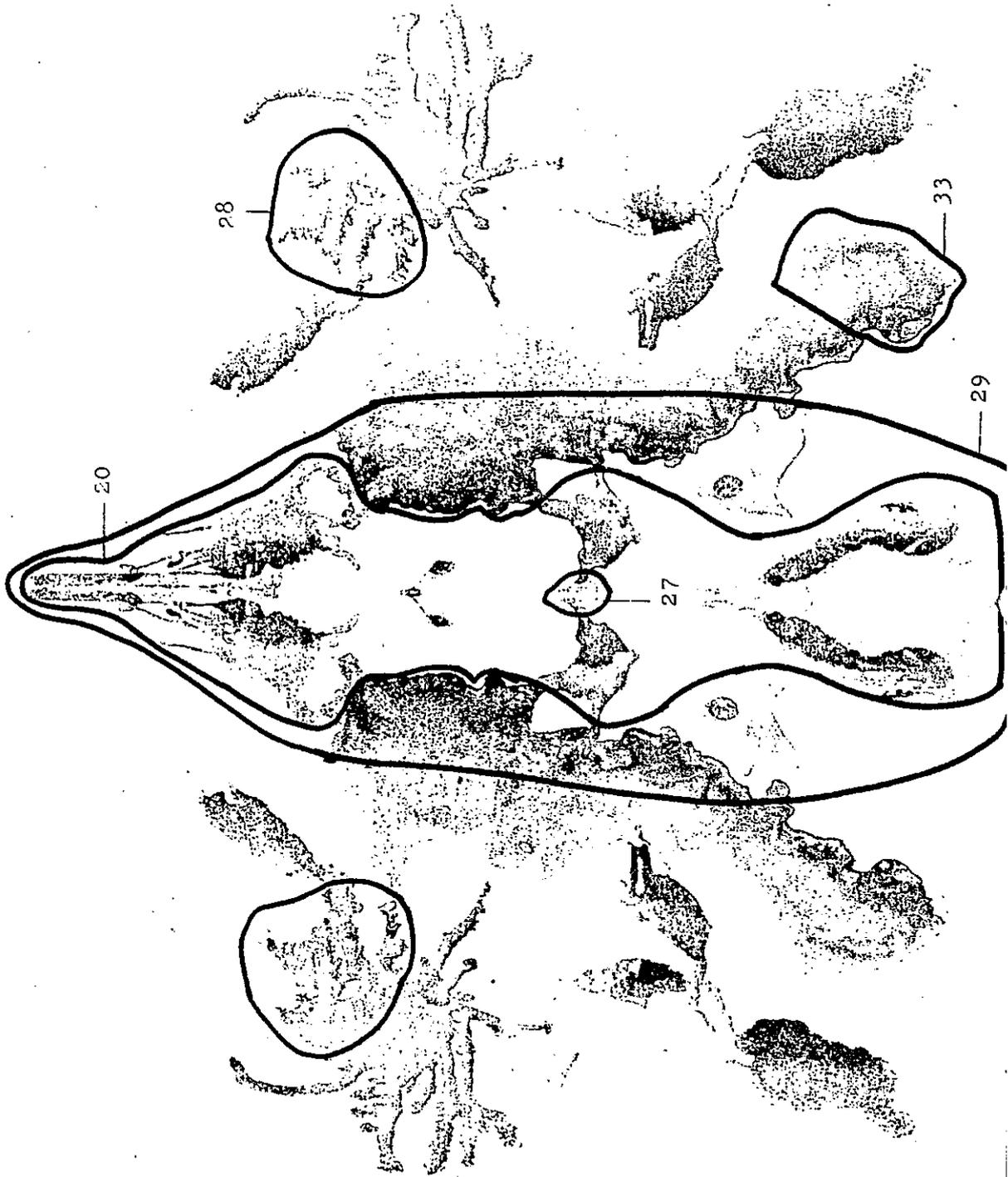
16 - Azul lateral mais

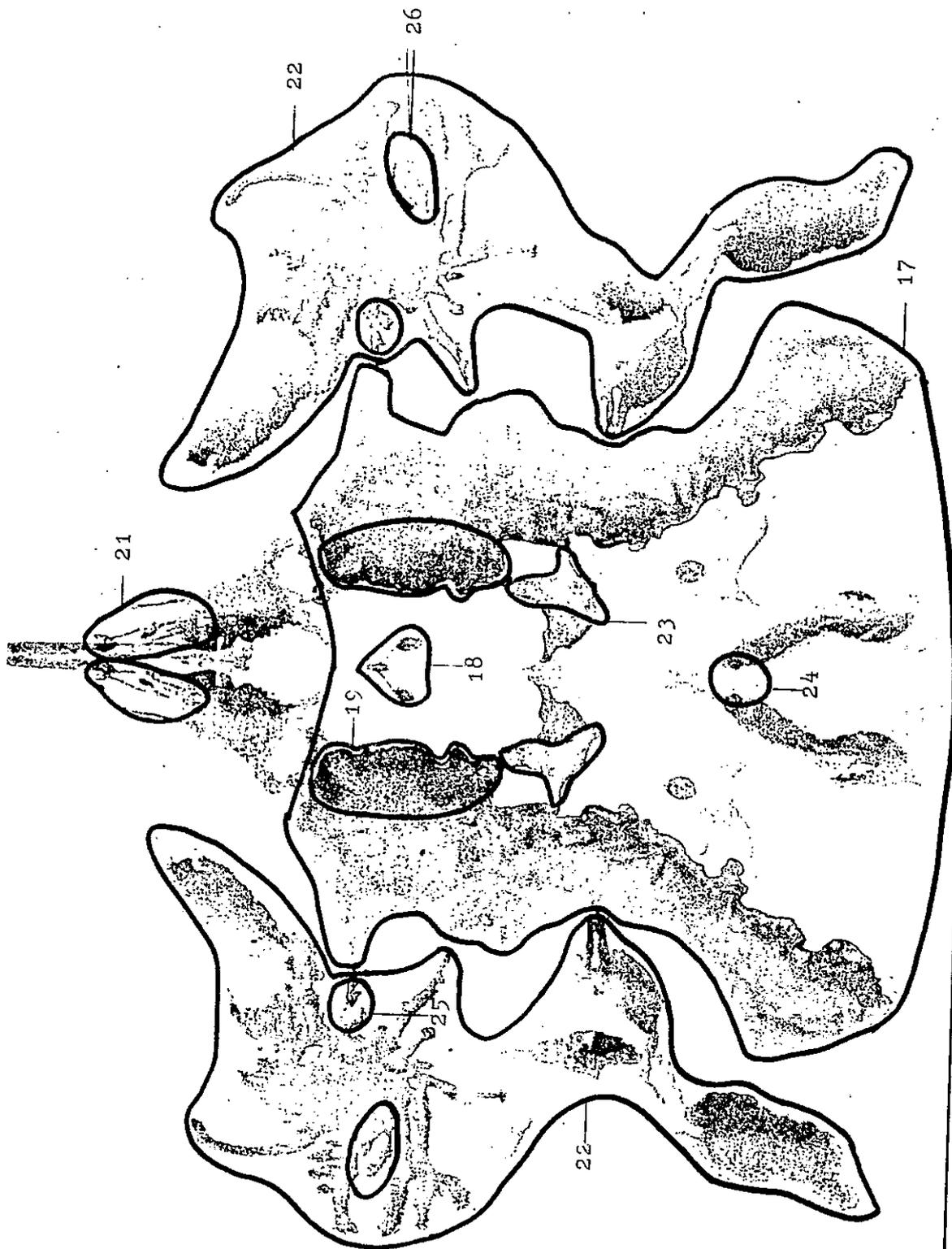
verde lateral

(1 + 11)









UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Paleontologia
e de Ciências da Educação
N.º de Entrada 2412
Data 28/1/88